



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE**

**EVA DAYANE ALMEIDA DE GÓES**

**INTERSECÇÕES ENTRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER  
NEGRA E AS CONFIGURAÇÕES AFETIVAS: CONDICIONANTES HISTÓRICOS,  
POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPACTOS SOCIAIS NO SUL DA BAHIA**

**PORTO SEGURO - BAHIA**

**2019**

**EVA DAYANE ALMEIDA DE GÓES**

**INTERSECÇÕES ENTRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER  
NEGRA E AS CONFIGURAÇÕES AFETIVAS: CONDICIONANTES HISTÓRICOS,  
POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPACTOS SOCIAIS NO SUL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estado e Sociedade.

Linha de pesquisa: Estado, Instituições e Governança.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida de Oliveira Lopes.

**PORTO SEGURO - BAHIA**

**2019**

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)  
Universidade Federal do Sul da Bahia - Sistema de Bibliotecas

G598i Góes, Eva Dayane Almeida de

Intersecções entre a violência doméstica contra a mulher negra e as configurações afetivas: condicionantes históricos, políticas públicas e impactos sociais no Sul da Bahia. / Eva Dayane Almeida de Góes. – Porto Seguro, 2019.

201 p.

Orientadora: Maria Aparecida Oliveira Lopes  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia.  
Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade.

1. Solidão Afetiva. 2. Violência contra a Mulher. 3. Violência Doméstica. I. Lopes, Maria Aparecida Oliveira. II. Título.

CDD: 362.8292

**EVA DAYANE ALMEIDA DE GÓES**

**INTERSECÇÕES ENTRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER  
NEGRA E AS CONFIGURAÇÕES AFETIVAS: CONDICIONANTES HISTÓRICOS,  
POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPACTOS SOCIAIS NO SUL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Sul da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estado e Sociedade.

Aprovação: Porto Seguro, Bahia, 28 de janeiro de 2019.



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Aparecida de Oliveira Lopes (Orientadora)

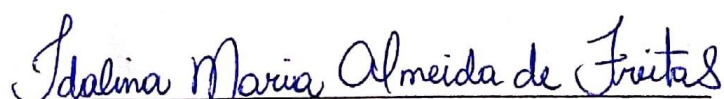
UFSB



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lílian Reichert Coelho

UFSB



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Idalina Maria Almeida de Freitas

UNILAB

## DEDICATÓRIA

À minha vó Dorinha (98 anos), mulher negra, trabalhadora rural, semialfabetizada, mas que sempre teve uma visão à frente do seu tempo, entendendo o valor da educação para um futuro melhor e não medindo esforços para nos proporcionar a oportunidade que a vida se negava a nos dar, se estou aqui, é por você.

Te amo!

À minha mãe - Lourdes, mulher negra, mãe solo, motivo da minha força, da minha persistência, da minha coragem em prosseguir mesmo diante de tantas adversidades, por me levantar em todas as minhas quedas, por toda sua dedicação e abdicção, por me permitir ter uma – única, oportunidade na vida!

Você é a razão da minha vida, te amarei eternamente

*Para vocês, por vocês... com amor!*

### De mãe

O cuidado de minha poesia  
aprendi foi de mãe, mulher de pôr reparo  
nas coisas, e de assuntar a vida.

A brandura de minha fala  
na violência de meus ditos  
ganhei de mãe, mulher prenhe de dizeres,  
fecundados na boca do mundo.

Foi de mãe todo o meu tesouro  
veio dela todo o meu ganho  
mulher sapiência, yabá,  
do fogo tirava água  
do pranto criava consolo.

Foi de mãe esse meio riso  
dado para esconder  
alegria inteira  
e essa fé desconfiada,  
pois, quando se anda descalço  
cada dedo olha a estrada.

Foi mãe que me descegou  
para os cantos milagreiros da vida  
apontando-me o fogo disfarçado  
em cinzas e a agulha do  
tempo movendo no palheiro.

Foi mãe que me fez sentir  
as flores amassadas  
debaixo das pedras  
os corpos vazios  
rente às calçadas  
e me ensinou, insisto, foi ela  
a fazer da palavra  
artifício  
arte e ofício  
do meu canto  
da minha fala.

– Conceição Evaristo, no livro “Poemas da  
recordação e outros movimentos”

## AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor da minha fé, que me sustenta e me levanta mais forte, resistente e persistente após cada queda. Toda gratidão e graças a Ti! Contigo sou amor, sou fortaleza!

Aos Santos/as e Orixás, socorro presente nas minhas angústias.

À todas as mulheres violentadas que me receberam em seus lares e abriram seus corações e suas feridas para mim, a vocês, meu muito obrigada, é pouco! Gratidão por tudo!

Ao meu irmão Cláudio - meu *Bem*, pelo seu amor e incentivo, pelas palavras de força e carinho nas dificuldades, pela sua alegria em minhas conquistas. Amo você!

Às minhas tias Vilma e Lucita, sempre presentes nos momentos mais difíceis da minha vida, agradeço o amor, a torcida, o carinho e a solidariedade nas dores e na vida. Amo-as profundamente.

Às minhas primas e “sobrinhas” para que saibam que também podem!

À grande mestra, minha querida e inesquecível prof. Ana Alice Alcântara Costa (in memoriam) pela amizade, carinho e incentivo que nutriram meus sonhos, mesmo quando o mundo dizia que eu não podia. Sempre serei grata. Te trago no coração!

À minha orientadora - Maria Aparecida, pela companhia nessa jornada difícil, obrigada pela paciência e pelos ensinamentos. Agradeço toda sua dedicação na reta final.

À professora Idalina, pelos ensinamentos e disponibilidade em participar dos meus momentos nessa dissertação – qualificação e defesa. Gratidão.

À toda minha família, pelas palavras de incentivo e torcida. Em especial ao meu avô, Zé Maria (in memoriam), pelo esforço em minha criação e ao meu pai, Rui, pelo amor e cuidado.

Aos amigos Likem e Adriana, pela parceria, escuta, trocas de saberes, amparo nas angústias, pelo incentivo em momentos cruciais, por dividir alegrias e dificuldades. Sem vocês esse caminho teria sido bem mais pesado. Vocês são presentes de Deus em minha vida! E a Carlos e João Victor, pelos momentos de alegria nos dias tristes.

À minha amiga e camarada Fabiana Costa (Bia), pela compreensão e confiança durante o primeiro ano do mestrado. Sua amizade e carinho é um diferencial em minha vida aqui no Sul da Bahia. “Tamo juntas”!

À Lílian, professora e amiga, agradeço o carinho, o cuidado, o tempo disponibilizado. Obrigada por ser calma quando tudo era desespero, por ser bússola quando eu estive à deriva, por ser luz na escuridão! Pela sua empatia e preocupação em todos os momentos difíceis da minha vida nessa jornada. Receba meu amor e minha gratidão!

Aos amigos ‘sul baianos’ Lucas, Maristela e Amanda, obrigada por me ajudarem a percorrer os dias difíceis, pelo carinho, incentivo e empatia, por acreditarem e vibrarem comigo.

À amiga Martinha, suas palavras de conforto, experiência e amor foram fundamentais, obrigada entender a minha ausência na vida do nosso pequeno Arthur. Amo vocês!

Aos TAEs da família PROSIS – pelo apoio, força, incentivo diário e pela parceria no trabalho e fora dele. Vocês foram essenciais nessa conquista. Amo ter vocês em minha vida!

Aos colegas do setor de transporte do CJA e CSC - efetivos e terceirizados, pela boa vontade e colaboração. Emerson e Edinho, vocês foram maravilhosos!

À Fabiana Lima docente e amiga que me acolheu com muito carinho para que eu realizasse meu estágio docente, agradeço o aprendizado e a paciência. Aos estudantes da turma Áfricas, Diásporas e Culturas Afro Brasileiras 2017.3, pelo respeito, pelos ensinamentos e pela acolhida afetuosa.

À Gabriel Nascimento amigo de todas as horas durante esse mestrado, obrigada pelo carinho, pelas escutas, por me mostrar caminhos, pela troca de experiências dentro dessa sociedade racista e desigual. Minha admiração e gratidão não tem fim.

Às amigas da Kadine, Carine, Carol e Valquíria, que nunca me deixaram na mão em todas as minhas urgências. Obrigada pelo amor, amizade, disponibilidade e acolhimento.

À Roberta, Taiana, Kelly, Fabrícia e Ana P, pela amizade do dia a dia, por acolher minhas dúvidas e minhas incertezas, por terem sempre uma palavra de incentivo e força quando tudo parecia desmoronar, obrigada pela paciência e por compreenderem minhas ausências e meu momento singular. Azamigas de uma vida e do coração! Grata pelo amor compartilhado!

Aos amigos e colegas da turma de 2017 do PPGES - mestrado e doutorado, com vocês o caminho foi prazeroso, obrigada pela parceria nesses tempos difíceis. Em especial a Nara e Maíra, por todo amor, carinho e auxílios e a Walkíria e Daniele pela parceria e empatia.

Aos/Às mestres do PPGES, pelos ensinamentos acadêmicos e principalmente pelos não acadêmicos. Obrigada, a experiência com vocês foi gratificante.

À Pedro, Aline, Hélen e Camila pela ajuda essencial para encontrar essas mulheres e assim realizar esta pesquisa, não tenho palavras para agradecer tamanha solidariedade.

Aos amigos Álamo e Júlio por sempre me acolherem com grande amor, carinho e cuidados. Álamo, obrigada pelas escutas, por ser amor nas minhas dúvidas e se esforçar sempre para enxergar com os meus olhos.

Aos amigos e colegas técnicos do CSC, pelo apoio sempre que necessário, Jorge, Inês e Mônica vocês foram maravilhosos. Às meninas terceirizadas, pelo apoio e carinho.

Aos amigos/as, André Viana, Marcos Peterson, Renato Jorge, Daniele Costa, Karoline Cardoso, Richard (Big) e Maria do Carmo (Carminha) pela amizade, carinho, torcida e incentivo, principalmente nos dias intransponíveis. Vocês fizeram a diferença!

Ao amigo querido Cristiano Ferreira, pelo carinho, amizade, apoio espiritual e pelas orações. Sua fé me sustentou em momentos cruciais. Gratidão!

Às/Aos estudantes de graduação que colaboraram na transcrição das entrevistas: Jorge, Jaqueline, Soraia e Bruno – UFSB, Pollyana (UFRB) e Andressa (UFBA).

A todos servidores das instituições procuradas que se colocaram à disposição para colaborar com as necessidades da pesquisa e dentro do possível de cada um, fizeram a diferença.

Esse é um caminho que não se trilha só, toda e qualquer ajuda é sempre uma alegria, uma esperança e um avanço. Uma palavra de incentivo, um contato, uma referência, uma discussão conceitual, um abraço, uma oração. Deixo aqui minha gratidão à todas/os não citadas/os, mas que colaboraram positivamente com essa caminhada.



*Triste louca ou má  
Será qualificada  
Ela quem recusar  
Seguir receita tal*

*A receita cultural  
Do marido, da família  
Cuida, cuida da rotina*

*Só mesmo rejeita  
Bem conhecida receita  
Quem não sem dores  
Aceita que tudo deve mudar*

*Que um homem não te define  
Sua casa não te define  
Sua carne não te define  
Você é seu próprio lar*

*Um homem não te define  
Sua casa não te define  
Sua carne não te define*

*Ela desatinou  
Desatou nós  
Vai viver só*

*Eu não me vejo na palavra  
Fêmea: Alvo de caça  
Conformada vítima*

*Prefiro queimar o mapa  
Traçar de novo a estrada  
Ver cores nas cinzas  
E a vida reinventar*

*E um homem não me define  
Minha casa não me define  
Minha carne não me define  
Eu sou meu próprio lar*

*Ela desatinou  
Desatou nós  
Vai viver só*

*Juliana Strassacapa*

## RESUMO

Esta dissertação pretende discutir as questões que envolvem a violência doméstica e as razões da solidão afetiva em mulheres negras vítimas de violência doméstica na cidade de Itabuna – Bahia. Paralelo a isso, analisamos como funciona a rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município e de que forma ela atua na prevenção, combate e enfrentamento à violência doméstica. Para discutir a violência doméstica e a solidão, entrevistamos quatro mulheres sem parceiros afetivos fixos e foram realizadas visitas e entrevistas com as gestoras/servidoras da rede de enfrentamento a violência. Assim, optamos por uma pesquisa qualitativa, realizada com entrevistas semiestruturadas, levando em consideração a interseccionalidade de marcadores sociais como gênero, raça, classe e geração, abordando as histórias de vida dessas mulheres e suas experiências de violência doméstica, além de considerar as razões que a levam a estarem solitárias. Utilizamos também outras fontes, como dados de violência da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher – DEAM, o que nos permitiu discutir o feminicídio e o significado dos assassinatos de mulheres em confluência com a violência doméstica; referências bibliográficas e dados de mapas, atlas e estudos específicos relacionados aos temas discutidos na pesquisa. Trazemos a discussão sobre a importância das políticas públicas para a população negra e como essas políticas podem colaborar a equidade de raça e classe, além de debater a importância do movimento feminista negro e as suas pautas. Por fim, demonstramos que os traumas causados pela violência sofrida atualmente determinam a situação afetiva dessas mulheres e que a rede de enfrentamento à violência contra a mulher carece de melhorias, qualificação e robustez para atender à demanda da cidade.

**Palavras-chave:** Solidão Afetiva. Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Violência Doméstica.

## ABSTRACT

This dissertation intends to discuss the issues that involve domestic violence and the reasons for the affective loneliness in black women victims of domestic violence in the city of Itabuna – Bahia. Parallel to this, we seek to analyze how the network to deal with violence against women in the municipality works and how it acts in the prevention, combat and coping with domestic violence. In order to discuss domestic violence and loneliness, we interviewed four women without fixed affective partners and visits and interviews were conducted as the managers of the network to cope with violence. Thus, we opted for qualitative research, conducted with semi-structured interviews, considering the intersectionality of social markers such as gender, race, class and generation, addressing the life histories of these women and their experiences of domestic violence, as well as considering the reasons make her lonely. We also used other sources, such as violence data from the Specialized Attendance Department (DEAM), which allowed us to discuss feminicide and the meaning of the murders of women at the confluence with domestic violence; bibliographic references and map data, atlases and specific studies related to the themes discussed in the research. We bring the discussion about the importance of public policies to the black population and how these policies can contribute to racial and class equity, as well as discuss the importance of the black feminist movement and its patterns. Finally, we show that the traumas caused by the violence suffered today determine the affective situation of these women and that the network to combat violence against women needs improvements, qualification and robustness to meet the demand of the city.

**Keywords:** Affective Solitude. Network against Violence against Women. Domestic Violence.

## LISTA DE SIGLAS

AL - América Latina

AMURC - Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia

B. O - Boletim de Ocorrência

CF - Constituição Federal

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CONSEDAMI - Conselho Municipal da Mulher de Itabuna

CRAM - Centro de Referência de Atendimento à Mulher

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social

DEAM - Delegacia Especializadas no Atendimento à Mulher

DHPP - Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP

DP - Defensoria Pública

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FICC - Fundação Itabunense de Cultura de Cidadania

FUNDESB - Fundação dos Deficientes do Sul da Bahia

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JECRIM's - Juizados Especiais Cíveis e Criminais

JR - Justiça Restaurativa

LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Pessoas Intersexuais

LMP - Lei Maria da Penha

MNU - Movimento Negro Unificado

MP - Ministério Público

NOM/RH - Norma Operacional de Recursos Humanos

NPVPS - Núcleo de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde

NTE-05 - Núcleo Territorial de Educação

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil /Itabuna

OMPs - Organismos de Políticas para as Mulheres

PPGER - Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER

PRM - Projeto Respeita as Mina

REDE - Rede Feminista Grapiúna

RMP - Ronda Maria da Penha

RMS - Região Metropolitana de Salvador

SER UESC - Coletivo SER Mulher

SIGIP - Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial.

SIMPI - Sindicato do Magistério Municipal Público de Itabuna

SNPM - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

SPM – Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TC - Termo Circunstanciado

TI - Territórios de Identidade

TJ - Tribunal de Justiça

UBM - União Brasileira de Mulheres – Núcleo Itabuna

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO 1 .....	36
1. AS DEMANDAS DO MOVIMENTO FEMINISTA E DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO .....	36
1.1 O movimento feminista e o movimento feminista negro na cidade de Itabuna.....	49
1.2 O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itabuna – CONSEDAMI.....	55
CAPITULO 2 .....	63
2. TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DE ITABUNA.....	63
2.1. A Rede de Enfrentamento à Violência contra à Mulher.....	75
2.1.1 A Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher no município de Itabuna.	79
CAPÍTULO 3 .....	131
3. O RACISMO, O SEXISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA .....	131
3.1 As políticas públicas para as mulheres e o legislativo municipal na cidade de Itabuna. ....	134
CAPÍTULO 4.....	139
4. SOLIDÃO DA MULHER NEGRA: CONDICIONANTES DAS RELAÇÕES AFETIVAS FEMININAS NEGRAS, RACISMO E FORMAÇÃO FAMILIAR.....	139
4.1 A trajetória de vida das mulheres, a violência doméstica e a solidão afetiva .....	143
4.1.1 Andreza: “Cheguei a me encontrar com ele uma vez na rua, comecei a tremer de medo” .....	143
4.1.2 Larissa: “pensei que eu ia passar no <i>Linha Direta</i> ” .....	152
4.1.3 Maria: “quase louca, quase morta” .....	163
4.1.4 Milena: “Depender de homem, nunca mais!” .....	175

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	186
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	190
<b>ANEXO A</b> .....	199

## INTRODUÇÃO

A violência, é um fenômeno que sempre esteve presente na vida social e privada, e persiste enquanto um dos grandes problemas das sociedades contemporâneas, produzindo um impacto no cotidiano das pessoas e se manifestando de diversas formas. Assim, mesmo com os notáveis avanços do movimento feminista, a sociedade ainda não superou a violência doméstica, porque o machismo, o sexismo e o poder patriarcal ainda estão muito arraigados na nossa cultura, e esse é o principal obstáculo para que as mulheres tenham uma vida livre da violência. Portanto, superar esses entraves é tanto uma tarefa diária de todos os cidadãos, como um desafio e uma responsabilidade do Estado e da sociedade.

A convivência com a violência doméstica faz parte do nosso cotidiano e, certamente, as relações de amizade e a dor da perda de pessoas queridas vítimas dessa agressão, foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao mesmo tempo, a nossa vivência como mulher oriunda de uma família rural negra e numerosa, com experiência de solidão afetiva e a maternidade solo, também colaboram para a escolha do tema. Aliado isso, somamos a convivência com mulheres negras solitárias no sul da Bahia – região marcada profundamente pelo racismo, pelo sexismo e pelo coronelismo/conservadorismo.

Ademais, a convivência com racismo e o sexismo, presentes na sociedade brasileira, influenciou a nossa escolha, visto que a nossa trajetória de militância política se desenhou a partir dessas duas pautas. Além disso, a justificativa pela escolha do tema associa-se a carência de pesquisas com recorte racial relacionadas as mulheres nessa região, além da enorme lacuna de estudos sobre a violência contra a mulher e violência doméstica na região Sul da Bahia.

Percebemos que as pesquisas já realizadas sobre o sul baiano não focalizam a violência doméstica contra a mulher negra. Os poucos estudos que tratam da região abordam principalmente a temática indígena, mas também, há uma carência de estudos referentes a população afro-indígena. Nas considerações finais do livro *Viagem ao Engenho de Santana* Teresinha Marcis (2000) afirma que ainda é difícil encontrar informações referentes ao período de 1896 a 1960. Marcis alerta para a necessidade de pesquisas voltadas para a história da população escrava que viveu no local<sup>1</sup>, uma vez que não se sabe os caminhos que os descendentes dos antigos escravos tomaram. Vale ressaltar que há uma deficiência de estudos referentes ao período pós-abolição dentro na literatura acadêmica. Em outras palavras, a maior parte das pesquisas situam-se dentro do sistema escravista. Notamos ainda que a ausência de

---

<sup>1</sup> Sesmaria de Mém de Sá que fazia parte da Capitania de São Jorge dos Ilhéus.



pesquisa sobre a presença da população negra nos pós-abolição é uma característica da produção acadêmica nacional.

Identificamos alguns trabalhos que colocam a mulher no centro das pesquisas, porém a questão racial é tratada de forma transversal - através de outros temas, e a violência doméstica é encontrada apenas nos dados institucionais ou em breves matérias no noticiário local. Essa dificuldade em encontrar pesquisas que se referem à temática de gênero se justifica ainda pela ausência de cursos de pós-graduação em ciências sociais/humanas na região.

Francisco Cancela lançou argumentos relevantes para compreendermos a ausência de pesquisas no Sul da Bahia. Em sua visão as contribuições da historiografia baiana estão restritas as regiões de Salvador e Recôncavo. Essas pesquisas são dominadas pela temática da escravidão e da cultura afro-brasileira. Nas duas últimas décadas, a escrita da história da Bahia passou por um momento de diversificação, resultando na produção de novas histórias sobre a vida urbana, a luta política, a questão agrária, o mundo do trabalho, o campo da cultura, os debates étnico-raciais, a formação territorial etc. Ainda assim, muitos temas e regiões da Bahia continuam sem nenhum estudo sistemático e são silenciados na escrita da história e das pesquisas (CANCELA, 2012).

Em Itabuna, os poucos escritos<sup>2</sup> que encontramos – os quais se referem a história da cidade, aludem à cultura carnavalesca da cidade, aos carnavais e blocos momescos. O histórico carnavalesco do município é colocado como patrimônio cultural da cidade, tendo iniciado sua tradição na primeira década do século XX, antes mesmo da emancipação política. Além disso, a prosperidade da lavoura cacaeira, como alternativa de enriquecimento após a crise da economia colonial, figurou a história dos coronéis do cacau no eixo Ilhéus-Itabuna e permeia o imaginário e comportamento social da população até os dias de hoje. Nesses escritos, encontramos a história do prestígio e do poder político-partidário e da dominação social dos referidos coronéis e permanece uma lacuna da historiografia dos negros sul baianos.

De acordo com Rodrigo Nogueira, a expansão da produção cacaeira foi impulsionada pela migração no final do século XIX. Uma imigração formada por árabes e europeus e uma migração interna composta por nordestinos – sergipanos e baianos do norte do estado. O autor afirma que esses povos foram os responsáveis pelo povoamento da região, pela mão de obra e expansão da lavoura cacaeira (NOGUEIRA, 2008). Mas ainda nos perguntamos, o que aconteceu com os negros no final do século XIX? Por que não são citados na historiografia da cultura cacaeira na região?

---

<sup>2</sup> NOGUEIRA, Rodrigo Muniz Ferreira. Carnaval de Itabuna: Memória, Identidade e Turismo Dissertação. Ilhéus: UESC, 2008; Anuário estatístico de Itabuna.

Outra razão que consideramos relevante, para ausência de pesquisas na região, relaciona-se à tardia instalação de centros de ensino e pesquisa de nível superior, pois o sul da Bahia permaneceu desconectada do resto do país. O extremo sul baiano passou a ter acesso aos principais serviços públicos após a década de 1970, quando a BR 101 superou o isolamento geográfico, econômico e político da região. As primeiras instituições de ensino superior foram instaladas no início da década de 1990, com forte predominância de faculdades privadas, descomprometidas com a implantação de programas de pesquisa.

Muitas temáticas são silenciadas nessa região carente de pesquisas, principalmente quando se referem aos negros. Bruna Pereira (2016) afirma que se no Brasil a produção feminista tem sido, de maneira geral, resistente em acrescentar raça/cor como uma categoria de análise relevante, essa lacuna é principalmente acentuada na abordagem da temática da violência doméstica. É raro encontrar livros dedicados ao tema, localizamos apenas poucos artigos, dissertações ou teses.

Para além dos estudos feministas com recorte para raça/cor, nesta dissertação, é significativo observarmos como a questão de raça surge nas pesquisas sobre mortalidade. Nessa perspectiva, é importante entendermos como esse conceito foi explicado. A sociologia e antropologia contemporâneas utilizam o conceito raça como princípio biológico de distinção entre diferentes grupos. Sobretudo, no campo sociológico, “raça” trata-se de uma categoria social de análise que procura entender o fenômeno social no qual os indivíduos são classificados e segregados a partir de suas características físicas, tais como cabelo, cor da pele, traços faciais, culturais e linguísticos. Em outras palavras, a “raça” é um conceito que indica uma construção social, que persiste em nossa sociedade, recriando e conservando desigualdades observadas em diversas esferas da vida: no mercado de trabalho, na educação, nos índices de mortalidade, pobreza, violência etc.

Nesse sentido, Neusa Souza no livro “Tornar-se Negro” (1983) afirma que em sociedades racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas, gerando valores e estratificação social, separando os indivíduos por categorias sociais em diferentes posições na estrutura de classe. De acordo com a autora, a linguagem gestual, oral e escrita colabora para a institucionalização do sentido depreciativo do negro, e assim ela cita o dicionário Aurélio, que vinculava à palavra ‘negro’ a diversos atributos de caráter pejorativo, o que colabora para a manutenção da discriminação e do racismo.

Compreendemos que o debate sobre relações raciais no Brasil não é uma questão nova, visto que diversas pesquisas abordaram o assunto, principalmente nas áreas de ciências sociais e história. Tais disciplinas discutem que o período de escravidão e o processo de integração do

negro na sociedade brasileira pós-abolicionista implicaram na criação de disparidades sociais e econômicas, além das mudanças de mentalidades sobre as relações entre indivíduos oriundos de diversos grupos “raciais” até os dias atuais. Portanto, o modelo ideal da sociedade racista é baseado ainda na opressão de classe social e de cor.

Consideramos que a violência contra a mulher está fundamentalmente relacionada às questões de âmbito privado, isto é, diretamente envolvida com a dominação simbólica e espacial do território, do domicílio, da família, da constituição dos papéis sociais, dos costumes e da divisão sexual do trabalho e seus diferentes status. Para compreendermos a violência doméstica, é necessário entender ainda que o fenômeno da violência urbana deve ser estudado para o caso feminino, haja vista que o espaço urbano se caracteriza por diversos fatores de desigualdade e vulnerabilidade que atingem as mulheres, no geral. As mulheres negras não estão imunes as chacinas, latrocínios, violência policial, tráfico de drogas etc. Sendo assim, ressaltamos que a violência doméstica atinge as mulheres em locais públicos e privados, urbanos e não urbanos.

As mulheres negras estão inseridas em todos os lugares, em maior ou menor escala, e estão localizadas sempre na parte inferior da pirâmide social. Nesse vasto universo, recortamos um pequeno fragmento para analisar à luz de uma condição local (brasileira, regional), mas que certamente se aproxima de similaridades de outras realidades mundo afora. Nesse sentido, a partir da coleta e sistematização dos dados adquiridos na pesquisa de campo, utilizaremos a base teórica escolhida para a realização das análises. A literatura selecionada abrange também referências teóricas de outros países, nos possibilitando perceber que o caminho percorrido pelas mulheres negras é semelhante, estejam onde estiverem.

Vale ressaltar que mesmo entendendo a diversidade de orientação sexual na sociedade contemporânea, e a formação de outras estruturas familiares e afetivas, nossa pesquisa vai abranger as mulheres *cis*<sup>3</sup> que estiveram em relacionamentos heterossexuais. Esse enfoque baseia-se no grande número de casos de violência doméstica de homens contra mulheres e principalmente pela quantidade exorbitante de lesões e assassinatos decorrentes dessas relações. De tal modo, toda literatura estudada aborda que a violência doméstica é mais frequente e mais letal nas relações afetivas *homens x mulheres*, conforme afirma a pesquisa *Mortes femininas violentas segundo raça/cor* de Jackeline Romio:

---

<sup>3</sup> Uma mulher *cis* é aquela que tem a concordância da identidade de gênero com sua configuração genital e hormonal, ou seja, o seu sexo designado ao nascer está em acordo à sua identidade de gênero e à sua subjetividade.

analisando a literatura sociológica sobre assassinato de mulheres, podemos ver que uma das marcas bastante denunciada nestes estudos, refere-se à prevalência de motivações envolvendo a violência sexista de homens contra mulheres. Ou seja, os agressores são geralmente os companheiros, ex-companheiros, namorados, familiares, vizinhos e pessoas conhecidas (ROMIO, 2009, p. 3).

A autora ainda diz que quando há identificação dos agressores eles concentram-se no sexo masculino,

somando 40% dos agressores de vítima fatais e 46,6% dos agressores do total de vítimas. Apenas 1,5% dos casos com vítimas fatais tem mulheres como autoras das agressões e cerca de 2% de agressoras do total de vítimas. Estas informações indicam uma situação sensível, pois são agressores do sexo masculino os responsáveis pelas mortes femininas. (ROMIO, 2009, p. 54)

As pesquisas de Jackeline Romio colaboraram com o tema desta dissertação, visto que permitiram reflexões referentes as mortes violentas femininas segundo diferenciais de raça/cor. A partir deste e de outros estudos, compreendemos que a violência é parte integral da organização social de gênero, raça e classe, pois está intrinsecamente ligada às relações de poder estabelecidas, historicamente, de forma desigual entre os grupos sociais.

Nesse viés, a teórica explica que só é possível aprofundar o debate sobre relações sociais de gênero levando em consideração a presença na nossa sociedade do racismo, lesbofobia, sexismo e classismo. (ROMIO, 2009) Tais vertentes de estudo são essenciais para a análise dos dados das fontes referentes à violência contra a mulher negra no sul da Bahia e para a análise dos casos de feminicídio.

Romio indicou algumas pesquisas que avaliaram as desigualdades raciais na perspectiva da mortalidade. Ela destacou os estudos elaborados no NEPO, protagonizadas por Estela Maria G. da Cunha, sobre mortalidade infantil e adulta, no caso do gênero feminino. Nas pesquisas de Estela Cunha as metodologias de análise foram direcionadas para a captura da dimensão de raça/cor através das informações do Censo Demográfico. Aplicando métodos indiretos de análise da mortalidade infantil, a autora concluiu que filhos de mães negras estiveram expostos a níveis mais altos de mortalidade quando comparados os filhos das mães brancas. Nesses mesmos estudos, foram detectados diferenciais regionais originários das desigualdades e singularidades dos contextos rural e urbano. Sobre a mortalidade feminina adulta, analisou a probabilidade de sobrevivência de mulheres dos 25 aos 65 anos segundo raça/cor, a partir do censo de 1980, e descobriu que a população feminina negra apresenta sistematicamente probabilidades de sobrevivência menores do que as mulheres brancas (ROMIO, 2009).

Entre as pesquisas com recorte para as dimensões raça, violência e morte destacamos as publicações do próprio Ministério da Saúde sobre saúde da população negra (BRASIL. FUNASA/MS, 2005). Nessa pesquisa encontramos um suporte técnico e teórico para elaboração de estudos que direcionem o olhar para as desigualdades raciais em saúde no Brasil. Tal obra de referência intitula-se a *Saúde da população Negra no Brasil*.

No *Relatório de Direitos Humanos no Brasil: Racismo, pobreza e violência*, Carlos Lopes (2005), no capítulo quatro, aprofunda a discussão sobre as relações entre racismo e o risco de sofrer violência. Na trilha das pesquisas que cruzam dados entre violência e racismo o autor constatou que as taxas de mortalidade por homicídios, calculados para o ano base de 2001, na metade dos Estados pesquisados, a incidência de homicídios para negros é mais que o dobro da verificada para brancos e, em alguns locais, essa desigualdade chega a ser seis vezes maior. Os dados mostram que a diferença entre brancos e negros ocorre também no sexo feminino e que são os jovens negros do sexo masculino as maiores vítimas de homicídios em todo o Brasil - na faixa de 15 a 39 anos (LOPES, 2005).

As pesquisas indicam a falta de informação e o uso de técnicas indiretas para alcançar o objetivo de estudar as estimativas de mortalidade que expressem a distribuição por raça/cor. Romio argumenta que até 1995 não havia o item raça/cor nos atestados de óbitos e foi, em 1996, que o Ministério distribuiu os formulários/atestados de óbito com o quesito raça/cor (ROMIO, 2009, p.46). As estatísticas sobre a violência doméstica no Brasil, em escala nacional, são ainda precárias, visto que:

Contamos apenas com os Dados da Pesquisa Nacional por Amostragens Domiciliares (PNAD) de 1988, e com a CPI da mulher, cujos resultados são parciais e imprecisos. Pouco se sabe sobre o conjunto dos procedimentos policiais e jurídicos nesse campo, sobre o perfil das vítimas da violência doméstica, sobre o que elas esperavam da polícia e da justiça ou sobre as visões e as expectativas dos policiais e magistrados a respeito desse problema (SOARES, 1999, p.48).

Outro entrave para a análise dos dados pertinentes ao feminicídio faz referência ao quantitativo. Em primeiro plano, existe uma lacuna nos estudos de mortalidade por causas externas<sup>4</sup> no Brasil, visto que tais estudos desconsideram a causa quando a vítima é mulher, apoiando-se na justificativa da reduzida expressão numérica destas mortes em relação aos homens. Ou seja, o simples fato de a proporção de óbitos masculinos ser de aproximadamente 10 para cada caso feminino já se constitui como justificativa para a não observação das tendências e padrões das causas externas na mortalidade feminina.

---

<sup>4</sup> Refere-se a acidentes e violências.

Ainda sobre o feminicídio, entendemos que o enorme quantitativo de mulheres vitimadas por homens foi o motivo que levou a criação da lei do feminicídio<sup>5</sup> e isso justifica, mais uma vez, a razão desta pesquisa se concentrar nos relacionamentos heterossexuais. Assim, a partir da violência contra a mulher, na região abrangida, recuperamos os dados sobre a violência doméstica contra a mulher negra, no mapa da violência contra a mulher de 2015, dados sobre o território de identidade Litoral Sul, bem como as caracterizações do tipo de violência, sendo essas: violência psicológica, moral, sexual, patrimonial e física.

Na pesquisa de Vilma Reis (2005), intitulada *Atucaiados pelo estado: As políticas de segurança pública implementadas nos Bairros populares de Salvador e suas representações* (1991- 2001), é abordada a questão da violência policial nos bairros populares de Salvador, relacionando a morte de jovens homens negros com a violência policial. Os casos de violência são constantes e resultam em muitas mortes prematuras e criminalização dos que não morreram. O fenômeno do genocídio de jovens e homens negros tem um impacto direto na vida das mulheres negras, considerando que as mulheres negras são mães, esposas, namoradas, irmãs, parentes e família dos jovens e homens negros assassinados. Além disso, é perceptível a redução significativa de possíveis parceiros afetivos para as mulheres negras, e assim colabora com o aumento da taxa de mulheres negras em situação de solidão afetiva.

Ana Claudia Pacheco aborda, em sua pesquisa de doutorado, os diferentes conceitos de solidão pela ótica de diversos autores<sup>6</sup>, contudo, vale ressaltar, que entendemos a solidão como sendo a ausência de um parceiro (a) para estabelecer um relacionamento afetivo e duradouro, uma união estável ou uma vida conjugal. A efemeridade, a instabilidade e a falta de compromisso - de uma, ou ambas as partes, são características importantes para a definição do “estar só” e conseqüentemente da solidão afetiva que estamos nos referindo.

Apesar da solidão afetiva atingir um grande contingente de mulheres negras, Ana Claudia Pacheco (2008b) afirma que, na Bahia, até o momento em que ela desenvolveu sua pesquisa de doutorado<sup>7</sup>, nenhum estudo de natureza sócioantropológica havia pesquisado a questão da afetividade e da solidão entre elas. Assim, seu trabalho é importante para entender o alcance deste estudo e para se compreender as relações afetivo-sexuais, raciais e de gênero no contexto baiano.

---

<sup>5</sup> Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 que altera o art. 121 do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, incluindo o feminicídio no rol dos crimes hediondos. ([www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br))

<sup>6</sup>Alguns deles são: Elias (2001); Giddens (1996); Foucault (1976); Sennet (1988);

<sup>7</sup> Pacheco, Ana Cláudia Lemos. “Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia (Tese de Doutorado)

O corpo da mulher negra é uma das principais categorias acionadas nas relações sociais e afetivas, e é visto fora dos padrões de beleza estabelecidos por uma sociedade formada com base em modelos eurocêntricos. O corpo feminino negro, mais especificamente das mulheres denominadas “mulatas”, é mantido na esfera do desejo sexual, almejado somente para fins sexuais, sendo facilmente descartado quando o assunto é relações afetivas, amorosas e duradouras. “Na afetividade, a raça é, recorrentemente, acionada como um signo de preferência afetiva por um “outro” corpo, não-negro [...]” (PACHECO, 2008b, p. 03) e “as imagens das negras estão vinculadas, quase sempre, aos estereótipos de servilismo profissional e sexual” (GONZÁLEZ, 1979 *apud* PACHECO, 2013, p. 23).

A solidão tem acompanhado as mulheres negras desde o período escravocrata, e essa herança se faz presente até a atualidade, pois o racismo, impregnado nas diversas esferas sociais, se reinventa diariamente para manter as posições de cada grupo na estratificação social, posicionando sempre as mulheres negras, nos piores espaços.

Em 1980, os estudos realizados por Elza Berquó demonstraram como raça, gênero e idade são categorias fundamentais de escolhas afetivas da população brasileira. Somente a partir desses estudos demográficos, que tinham como foco o crescimento populacional, a fertilidade, a nupcialidade da população, o celibato, dentre outras categorias, é que podemos dizer que se constitui um campo discursivo nas Ciências Sociais preocupado em agrupar gênero, raça e afetividade (PACHECO, 2013). Mas ainda é um campo recente e muito restrito.

Ao mesclar essas categorias, Berquó pode afirmar que as mulheres negras – principalmente as pretas, são as que tem menores chances de encontrar um parceiro(a) na disputa matrimonial, pois são as que se casam menos, que se casam mais tardiamente e as que mais vivem em celibato definitivo<sup>8</sup>, ficando muito atrás das brancas, porque “a mulher negra e mestiça estariam fora do “mercado afetivo” e naturalizada no “mercado do sexo” [...] [e] as mulheres brancas seriam [...] pertencentes “à cultura do afetivo” do casamento e da união estável” (PACHECO, 2013, p. 25).

Ainda nos anos 80, a pesquisadora Neusa Souza (1983) aborda as vicissitudes da ascensão social do negro na sociedade brasileira, retratando assim, transversalmente, a temática da solidão da mulher negra no início da década. Souza, ao entrevistar mulheres negras, narra as suas histórias de vida e demonstra que a solidão já era um fenômeno entendido por elas como algo naturalizado em suas vidas, isso fica evidente quando uma de suas entrevistadas afirma

---

<sup>8</sup> Mulheres acima dos 50 anos que nunca conviveram com cônjuge.

que acreditava que o destino da mulher negra é “ser amante”, contrapondo ao lugar de esposa. Além disso, reforça a percepção da preferência dos homens negros pelas mulheres brancas.

Pacheco (2013), através de Antony Giddens, afirma que mesmo após o movimento feminista e sexual, dos anos 60 e 70, transformarem a intimidade sexual das mulheres a partir da liberação sexual, elas ainda almejavam um elo duradouro nos seus relacionamentos afetivos e ainda nutriam a concepção de amor romântico<sup>9</sup>. Existia uma busca constante por um relacionamento afetivo e duradouro, independente da diferença social que os pares tinham.

Nas palavras de Ana Claudia Pacheco as transformações ocorridas na família, na sexualidade e nas relações de gênero, nas sociedades modernas, foram causadas pelas mudanças de valores do ideal do amor romântico, os quais se disseminaram na sociedade burguesa e se chocaram com a o “amor confluyente”. O amor confluyente depende de critérios sociais externos para se efetivar, como raça, classe, sexo, idade etc. Giddens (1993), citado por Pacheco, tinha uma explicação para as relações amorosas na modernidade. Segundo o autor, o ideal de amor romântico tende a fragmentar-se, em função da autonomia sexual emancipatória das mulheres, provocando um choque entre o “amor romântico” e o “amor confluyente”. O amor romântico pode ser definido como infinito, “para sempre” e o “amor confluyente” seria uma espécie de amor real. Giddens observou a diferença, principalmente, para as mulheres, entre amor carnal e amor ideal. O amor ideal seria uma espécie de amor romântico propagado pelo pensamento ocidental, que a partir do século XVIII, considerou que o amor vence tudo, vence todas as barreiras sociais e culturais entre os indivíduos. A idealização do amor foi frustrada pela realidade concreta ou pelos interesses dos indivíduos nas sociedades contemporâneas (Pacheco, 2013).

Falar sobre solidão e afetividade pode soar como um retrocesso às lutas do movimento feminista para alcançar a liberdade sexual das mulheres, porém, concordamos com Pacheco (2013) quando assegura que estudar a solidão da mulher negra não é uma ameaça às lutas feministas, mas sim, uma real libertação dos feminismos e suas reformulações teóricas produzidas nos mais variados contextos. Sendo assim, vale salientar que esta pesquisa tem como objetivo principal demonstrar as consequências da violência doméstica na vida afetiva e familiar das mulheres negras no sul da Bahia, além de estabelecer relações com a solidão afetiva, o racismo e as conformações familiares vivenciadas por essas mulheres. Buscamos entender em que medida a violência doméstica influenciou nas suas escolhas afetivas e se foi determinante para levar-lhes a uma vida solitária. Os objetivos específicos aqui trabalhados

---

<sup>9</sup> Sobre a noção de amor romântico a autora indica a leitura de Viveiros de Castro e Bezaquien de Araújo (1977)



foram: entender de que forma os variados tipos de violência doméstica podem afetar a vida afetiva e familiar das mulheres negras-mestiças do sul da Bahia; perceber como a violência doméstica pode influenciar as escolhas afetivas das mulheres negras do sul da Bahia; compreender de que forma as políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher podem colaborar na redução dos danos causados à vida afetiva das mulheres negras sul baianas; e, por fim, perceber quais são as demandas do movimento feminista negro local, municipal e nacional e a confluência dessas demandas com a criação de políticas públicas

Esta pesquisa foi realizada na cidade Itabuna e enfrentou algumas dificuldades, como o pouco tempo disponível para a pesquisa, problema que não nos permitiu a integral coleta de alguns dados. Durante o trabalho de campo, entrevistas, conversas e visitas foram sucessivamente marcadas e desmarcadas. Também trilhamos novos caminhos e muitas descobertas da pesquisa foram realizadas nesse percurso, o que nos levou a novos caminhos no campo de estudo. Admitimos que conseguimos responder em parte os objetivos da investigação.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, e neles trazemos discussões bibliográficas e as análises dos materiais coletados no trabalho de campo. Ao discutirmos *As demandas do movimento feminista negro* no capítulo um, traçamos um histórico sobre o movimento feminista e o movimento feminista negro no Brasil, explicitando as demandas que as mulheres negras reivindicavam e os problemas enfrentados por elas, demonstrando a diferença de pautas entre as mulheres negras e brancas. Analisamos como a violência doméstica foi tratada pelas organizações negras e como o Estado percebe e trata questões relevantes relativas às mulheres, à luz da sua vulnerabilidade e especificidades. Discutimos também o conceito de interseccionalidade e como raça, classe e gênero se relacionam na sociedade e nos estudos acadêmicos, sobretudo naqueles estudos que focam a violência contra a mulher negra. Ainda abordamos as pautas atuais do movimento feminista negro, as necessidades das mulheres negras de Itabuna e a discussão em torno da criação e funcionamento do Conselho Municipal da Mulher de Itabuna – CONSEDAMI, uma política pública essencial para se construir pautas para todos os subgrupos de mulheres existentes na cidade.

No capítulo dois, *História, território e a violência contra a mulher negra*, apresentamos parte dos estudos acadêmicos relativos ao território Sul da Bahia, tentando situar a mulher negra no processo histórico de formação da sociedade sul baiana. Ao mesmo tempo, trazemos dados sobre a violência doméstica e a violência contra a mulher no município estudado, no território sul da Bahia e no país. Assim, abordamos além da violência doméstica, a violência urbana, buscando estabelecer a relação intrínseca entre elas e demonstrar de que forma os dados de

homicídio de mulheres perpassam pela violência doméstica e vice-versa. Aqui o tema da violência doméstica pode ser traduzido à luz do estudo das conformações familiares, bem como no processo de elaboração das reflexões sobre as vidas afetivas das mulheres negras. Nesse capítulo, ainda, analisaremos os dados de violência doméstica do município de Itabuna, na busca de tipificarmos os crimes que mais ocorrem contra as mulheres.

No capítulo três, intitulado *O racismo, o sexismo e as políticas públicas para a população negra* analisamos a questão da naturalização do racismo e do sexismo, percebendo-os como base estrutural das desigualdades no país. Em seguida, fazemos uma análise da rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no município de Itabuna, analisando suas carências, de que forma essa rede colabora na prevenção e no combate a violência doméstica e como funciona o apoio às vítimas.

No capítulo quatro, analisamos as entrevistas realizadas com as mulheres violentadas, contando um pouco das suas experiências frente às situações de violência, suas histórias de vida e suas perspectivas para o futuro. Nas narrativas de vida dessas mulheres, destacamos os condicionantes das relações afetivas femininas negras, o racismo e suas relações familiares.

Como a nossa investigação é de caráter qualitativo, é pertinente pontuar que no campo das Ciências Sociais, de acordo com Maria Cecília Minayo, essa pesquisa ocupa com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, valores e atitudes, que são conjuntos de fenômenos humanos os quais constituem parte da realidade social, pois o ser humano se distingue pelo agir, pelo pensar e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivenciada e compartilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2016). A autora ainda afirma que, diferente da pesquisa quantitativa - que busca explicar ou descrever fenômenos que produzem regularidade, a pesquisa qualitativa se aprofunda no mundo dos significados - um nível que não é visível e que precisa ser mostrado e interpretado.

Nesse sentido, a análise qualitativa não se resume apenas a descrever ou classificar o que foi dito pelas fontes, mas, busca compreender e interpretar seus símbolos e códigos sociais a partir das teorias e da contextualização da realidade dos sujeitos. Para Maria Cecília Minayo compreender é o verbo da análise qualitativa. Contudo, enquanto pesquisadores qualitativos, é necessário ter a clareza que não poderemos compreender tudo, já que o processo de compreensão é complexo e pode gerar diversas interpretações, e, enquanto seres humanos, somos limitados e incompletos. Além disso, Minayo afirma que “embora a experiência possa ser a mesma para vários indivíduos [...] a vivência de cada um sobre o mesmo episódio é única e depende de sua personalidade, de sua biografia e de sua participação na história” (MINAYO,

2012, p. 622). A autora ainda completa assegurando que mesmo as vivências tendo um caráter pessoal, elas têm a influência do coletivo em que o sujeito vive e as condições em que ocorrem.

Na certeza de que não podemos compreender tudo que envolve os fatos e as experiências vividas pelos sujeitos pesquisados, é que Minayo (2012) afirma que a interpretação do pesquisador nunca será a última palavra sobre o objeto analisado, já que o sentido das informações e das diversas realidades estão sempre abertos em várias direções.

É nesse contexto e na busca de responder às questões dessa investigação, indicadas na parte introdutória, que optamos por um caminho metodológico que pudesse colocar nosso objeto de pesquisa em um outro patamar, retirá-lo da condição de objeto<sup>10</sup> e dar-lhe vida, valor e oportunidade de serem sujeitos da história, de recuperar narrativas históricas com todas as suas especificidades, a partir de seu lugar de fala e do lugar que ocupam na sociedade em suas múltiplas condições - gênero, raça, geração, classe social, etc. Dessa forma, acreditamos que, para além do nosso compromisso em realizar uma pesquisa comprometida com os postulados científicos, podemos também valorizar as vivências dessas mulheres que colaboram para que possamos entender melhor os fenômenos aqui abordados – violência doméstica e solidão. E é por esses motivos que recorreremos à história oral e à história de vida.

Paul Tompson afirma que “uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo o tipo, possa ser utilizada como matéria prima, a história ganha nova dimensão” (THOMPSON, 1992, p. 25). Já Etienne François (2005) complementa assegurando que a história oral é inovadora porque dá atenção e voz aos dominados e aos que são permanentemente excluídos da história, desde a história do cotidiano e da vida privada à história que já está enraizada, além de ser uma “história vista de baixo”, sempre alerta para ver e sentir os sujeitos numa perspectiva “micro histórica”.

Dentro das múltiplas realidades em que vivemos, o sul da Bahia - enquanto território, abarca diversas particularidades que requerem do pesquisador cuidado analítico. Assim, a história oral colabora para que possamos retratar os fenômenos sociais dentro de seus espaços, respeitando as peculiaridades dos sujeitos e de cada contexto. A respeito dessa afirmação, Thompson complementa dizendo que “a realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie uma multiplicidade original de pontos de vista” (THOMPSON, 1992, p.25). Nesse viés, Petronilha Silva afirma que “as fontes mais genuínas de conhecimento sobre as mulheres

---

<sup>10</sup> A palavra objeto geralmente remete a mercadoria ou bens de consumo.

negras são elas mesmas, sendo necessário que estudos que as tomem por temática, considerem seus pontos de vista de mulheres e negras” (SILVA, 1998, p.7).

Michelle Perrot (1998) reconhece que as fontes orais, embora possua algumas limitações, são altamente enriquecedoras para as pesquisas, pois permite que aqueles que não estão no domínio das fontes clássicas, tenham direito a voz e à palavra. Ademais, Claudia Pons (2012) observa que trabalhar com história oral nos leva a uma reflexão sobre a memória, uma vez que nos permite transitar entre as inúmeras temporalidades do que foi vivenciado, demarcando as subjetividades que foram construídas a partir das trajetórias de vida. Para a autora, o registro das histórias de vida das pessoas pesquisadas, vão além da mera focalização de suas memórias, colaborando também na construção de uma visão mais concreta do funcionamento e da constituição dos grupos sociais ao qual essas pessoas pertencem.

De acordo com Michael Pollak “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204). Porém, é necessário entender melhor a memória, pois segundo Perrot (1998), ela não é impreterivelmente a verdade e também não é fundamentalmente a espontaneidade, ela é reconstruída a partir das experiências pessoais de cada indivíduo, estando passível de esquecimentos e também pode construir, enquanto fala, a maneira como percebe o seu passado.

Consideramos positiva a reconstrução da história de vida das pessoas a partir do lugar de fala, do lugar socialmente ocupado e da reconstrução da maneira em que percebe a si e ao outro. A partir desse entendimento, foi possível perceber as visões amadurecidas que essas mulheres possuem em relação a sociedade, a família e as instituições, mas principalmente de si próprias, quando fazem a relação entre o passado e o presente, e elaboram novas perspectivas para o futuro.

Nesse sentido, nos sentimos contempladas quando Petronilha Silva sustenta que, enquanto mulheres negras, nós “queremos nos fazer ver e conhecer tal qual somos e para que isso aconteça o mais desprovidamente possível de preconceitos são necessárias muitas iniciativas, desde fazer conhecer nossa história, até nos sentirmos representadas nas estatísticas” (SILVA, 1998, p. 17).

Sobre as histórias de vida trabalhadas nesta pesquisa, é importante dizer que em todos os contatos realizados no trabalho de campo, já no primeiro momento deixamos evidente o objetivo do trabalho e a abrangência do estudo e só a partir de então, e, com a permissão das pessoas, iniciamos as entrevistas com gravação. As entrevistas utilizadas aqui para coleta de

dados orais se configuram em uma conversação contínua entre pesquisador e pesquisado. A relação entre os sujeitos e os pesquisadores, proporcionado pela história oral, constrói uma relação inédita e delicada entre eles, pois ao contrário de fontes documentais, o pesquisador lida com as pessoas e com seus sentimentos, suas crenças, seus espaços sociais, seus medos e contradições. Nesse contexto, a realidade pode ser extremamente diferente da expectativa inicial, o que pode gerar decepções, desilusões e crises, no percurso da pesquisa.

Maria Isaura Queiroz (1991) afirma que história de vida como análise metodológica é importante, pois nela nada do que foi dito deve ser desprezado ou tomado como supérfluo, já que tudo que foi vivenciado são experiências que compõe os caminhos para explicar a vida. Assim, o que nós estamos buscando, neste trabalho, é conhecer melhor a vida dessas mulheres, coletar dados e razões sobre a violência. Nessa direção, a história de vida é relato dos sujeitos, sobre as suas experiências, buscando reconstruir os acontecimentos e transmitir a vivências e visões que adquiriu

Percebemos que durante a coleta de histórias de vidas, o tempo linear não é favorável, em muitos momentos as lembranças não dão conta, e as idas e vindas dentro da narrativa é constante. O silêncio também é uma característica essencial a ser analisada, pois acreditamos que ele se configura em tentativas de recuperar memórias, como também no constrangimento em revelá-las, e nesse momento o narrador passa pela encruzilhada de ser um informante, ou seja, deve tomar a decisão de contar, não contar ou até mesmo “recriar” esse momento. Muitas vezes o silêncio fala mais que as palavras, é preciso que o pesquisador esteja sempre atento ao que não é dito. O melhor de trabalhar com história de vida é que não estamos pesquisando com fontes ou objetos, lidamos com pessoas e toda a sua subjetividade.

Nossa pesquisa é de caráter exploratório, na perspectiva que Antônio Carlos Gil assevera, isto é: “tem o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. A pesquisa exploratória é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular sobre ele hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2002, p.27). Este tipo de trabalho visa uma maior familiarização com o fenômeno estudado através de pequenas amostras, para que assim consigamos ter mais exatidão nas hipóteses elaboradas a respeito do problema investigado. Dessa forma, é possível identificar questões que necessitam de melhor estudo e as dificuldades encontradas para desenvolver a pesquisa. Para o autor, a partir dos resultados de uma pesquisa exploratória, o pesquisador consegue obter um problema para investigar através de procedimentos sistematizados.

Após a definição do tema e do problema de pesquisa, o passo seguinte foi buscar a bibliografia, visando encontrar aportes teóricos, princípios e conceitos fundamentais que, articulados, formassem um sistema elucidativo e coerente para a temática escolhida. Nesse processo foi fácil identificar a enorme lacuna no ambiente acadêmico sobre a violência doméstica com o recorte racial. Notamos ainda a presença de poucos trabalhos sobre as mulheres negras na região Sul da Bahia.

A delimitação espacial, o município de Itabuna, foi escolhido não apenas por ser território onde a UFSB<sup>11</sup> está instalada, mas por acompanharmos experiências de solidão afetiva, pela escuta flutuante<sup>12</sup> de casos de “racismo afetivo<sup>13</sup>” e pelos números<sup>14</sup> alarmantes referentes aos dados da violência doméstica e violência contra a mulher na cidade.

De tal modo, as mulheres negras residentes em Itabuna por no mínimo dois anos<sup>15</sup>, vítimas dos diversos tipos de violência doméstica e sem parceiro afetivo fixo, foram o alvo da nossa investigação. Entre 2015 e 2017 Itabuna esteve em muitos momentos como uma das cidades com maiores casos de violência doméstica na Bahia.

Além dos estudos sobre violência e solidão afetiva, que se configura o objetivo central desta pesquisa, também buscamos responder os objetivos específicos listados na parte introdutória. Nesse sentido, fizemos uma análise das políticas públicas presentes no município, aquelas que se referem à Rede de Enfrentamento a Violência Contra Mulher. O objetivo foi mapear quais políticas existem, como elas funcionam e se trabalham em rede. Depois buscamos as lideranças do movimento feminista negro para conhecer suas pautas e como se relacionam com a adoção de políticas públicas para mulheres em âmbito local, principalmente. Também procuramos o legislativo municipal, visando conhecer as iniciativas e como a questão da mulher é abordada nessa instância de poder.

É importante lembrar que o objetivo inicial junto as entidades que compõe a rede de enfrentamento a violência contra mulher não era de realizar entrevistas, e sim realizar conversas

---

<sup>11</sup> Universidade Federal da Sul da Bahia – UFSB, instituição onde atuo no corpo técnico no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais e onde sou estudante de Pós-graduação. A UFSB possui três *campi*, na cidade de Itabuna (Campus Jorge Amado), Porto Seguro (Campus Sosígenes Costa) e em Teixeira de Freitas (Campus Paulo Freire), além de manter Colégios Universitários (CUNI’s) em outras cidades próximas a Itabuna.

<sup>12</sup> Chamamos de escuta flutuante o que as pessoas têm comentado sobre o assunto, em rodas de conversas, seminários, palestras e conferências, mas também em lugares informais como: entre amigos no bar, nas filas de banco, de supermercado, nas recepções dos diversos estabelecimentos que temos frequentado. A escuta flutuante para nós é aquilo que é dito informalmente e que podemos captar no dia a dia das pessoas.

<sup>13</sup> Considero o racismo afetivo como sendo o preterimento da mulher negra para relações afetivas, tanto pelos homens brancos, mas também pelos negros, quando ambos escolhem mulheres brancas ou de pele clara para se unirem afetivamente.

<sup>14</sup> Esses dados serão apresentados ao longo do trabalho.

<sup>15</sup> Acreditamos que dois anos é um tempo razoável para se estabelecer em um determinado espaço.

para colher informações a respeito do funcionamento, porém solicitamos a gravação das conversas e as/os entrevistadas/os permitiram. Assim, as “conversas” se transformaram em entrevistas semiestruturadas, e não aplicamos nenhum método específico de análise, obtendo delas apenas informações e analisando os pontos de vista das/os gestores/as. Ressaltamos ainda, que houve situações que não foram permitidas as gravações. Diante disso, colhemos dados institucionais e algumas informações importantes.

A partir de contatos pessoais, conhecemos Terezinha Almeida, assistente social que atua em uma instituição da rede de enfrentamento, a partir dela tomamos conhecimento da existência e localização de outras instituições. Assim, entrevistamos as principais responsáveis pelas entidades, buscando informações para entendermos qual o papel na prevenção e combate à violência doméstica contra a mulher, além de tentar perceber como elas colaboram para o acolhimento das vítimas. Vale ressaltar que em algumas instituições não conseguimos falar diretamente com as/os dirigentes/responsáveis principais, porém, para não ficarmos sem informações, buscamos outros servidores.

Ao visitarmos as instituições da rede, fomos descobrindo, através das responsáveis, outras políticas de enfrentamento a violência contra a mulher que não conhecíamos, e assim, novos caminhos foram se delineando. Sobre o movimento feminista negro no município, encontramos apenas uma organização que se caracteriza como movimento feminista negro, sendo a outra de caráter cultural e que trata a pauta racial e de gênero de forma transversal. Decidimos, dessa maneira, trabalhar com um caráter mais político e direto, e assim descartamos a organização cultural. Em outras palavras, nosso objetivo foi perceber se a violência doméstica era pauta do movimento feminista negro e de que forma era tratada.

No Poder Legislativo, localizamos apenas uma vereadora, Charliane Sousa, que possibilitou um diálogo sobre o feminicídio. Assim, buscamos compreender a relação do seu mandato com o movimento feminista e as pautas relativas as mulheres; procuramos saber quais ações foram tomadas no decorrer do mandato dela e o que a Câmara Municipal tem discutido/aprovado em relação à violência contra mulher. Procuramos também um vereador que possui uma postura de apoio às lutas feministas, contudo ele não respondeu os questionamentos que enviamos.

Destacamos em seguida as instituições que visitamos, “entrevistamos” e colhemos dados no município de Itabuna:

- CRAM de Itabuna – Centro de Referência de Atendimento à Mulher
- DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

- Vigilância Epidemiológica Municipal
- Ronda Maria da Penha
- Justiça Restaurativa (Poder Judiciário)
- Defensoria Pública
- Ministério Público
- Projeto Respeita as Minas (Vinculado à Secretaria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres – SPM)
- Câmara Municipal (Vereadora Charliane Sousa)
- CONSEDAMI - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itabuna
- Movimento Feminista Negro do MNU (Movimento Negro Unificado)

Instituições que visitamos e coletamos dados:

- 1ª Vara Criminal do Município de Itabuna
- 2ª Vara Criminal do Município de Itabuna
- Secretaria de Assistência Social do Município de Itabuna (Serviço de Assistência Social da Alta Complexidade)
- Reuniões da Rede Feminista Grapiúna – Itabuna

Nosso objetivo nesta pesquisa era utilizar, principalmente, a base documental dos Boletins de Ocorrências (B.O's) dos municípios estudados. A análise desses documentos formais seria uma fonte de dados para traçarmos um perfil das mulheres negras vítimas da violência de seus parceiros, mas também para percebermos a regularidade dos atos violentos impetrados contra as mulheres negras sul da Bahia. Acessar esses Boletins de Ocorrência nos foi negado na DEAM, visto que os dados são determinados sigilosos. Protocolamos na delegacia documentos oficiais da coordenação do Programa de Pós-Graduação (PPGES), garantindo o sigilo e a ética da pesquisa, e, mesmo assim, a delegada titular se recusou veementemente em colaborar. Por esses motivos, não conseguimos realizar o que propusemos inicialmente.

Em relação às mulheres negras entrevistadas planejamos encontrá-las através da DEAM ou do CRAM, entretanto, todas as duas instituições se negaram a mediar a solicitação das entrevistas. Então, utilizamos a rede de relacionamentos pessoais, assim, enviamos um e-mail explicando a pesquisa e a necessidade de encontrar essas mulheres e desenvolver o estudo. Nesse sentido, também conversamos pessoalmente com amigos e colegas solicitando ajuda nessa busca. Em todas as situações, frisamos o sigilo e a ética



A partir de uma rede de relacionamento chegamos em cinco vítimas de violência doméstica. Vale ressaltar que uma das entrevistadas nos deu acesso a mais duas mulheres através da sua rede pessoal de contatos. Encontrar essas mulheres contribuiu para que conseguíssemos realizar o estudo qualitativo proposto desde o início.

O universo dessa investigação limitou-se ao município de Itabuna. Itabuna é município do Litoral Sul Baiano que fica a 442 km da capital, Salvador e tem em média 45 bairros. De acordo com o censo 2010 (IBGE), o município de Itabuna possui uma população de 204.667 hab., sendo a população masculina 96.936, enquanto a população feminina é de 107.731 habitantes; a população de mulheres negras (pretas e pardas) somam 60.271 habitantes (PMI/UESC, 2013)<sup>16</sup>.

A população urbana em 2010 era de 199.643 hab., sendo a maioria mulheres e a população rural era de 5.024 hab., com o predomínio dos homens. As pessoas de 20 a 29 anos são a maioria entre as faixas etárias - 39.646 hab., seguido pelas de 30 a 39 anos - 31.880. O público feminino é maioria em todas as faixas etárias de 15 anos para cima.

Em 2010, quase 20% da sua população era analfabeta, sendo 36% da população rural e 18% da urbana. A maioria das pessoas alfabetizadas encontra-se na faixa etária de 0 – 54 anos, tanto para homens como para mulheres, porém na zona urbana as mulheres são a maioria das alfabetizadas e na zona rural, são os homens. Entre os analfabetos as mulheres dominam.

Em relação a responsabilidade com o domicílio, apesar do significativo crescimento das mulheres a frente dos lares Itabunenses, os homens ainda são a maioria dos chefes de família – com pouca diferença para as mulheres em algumas faixas etárias, tanto na zona rural como na urbana, porém quanto mais velhas as mulheres, mais aumenta a proporção das chefes de família – quando comparadas ao número de homens. É possível que estabilidade financeira conquistada a partir dos 1960 anos - através das aposentadorias e pensões, leva essas mulheres a assumirem a responsabilidade financeira de toda a família – filhos, netos, noras e genros. Outras razões que justificam a formação familiar com a presença das mulheres na chefia têm relação com a conquista da independência, com o machismo e racismo que ainda prevalecem nesse local.

Fazendo um recorte de raça, os brancos ainda são a maioria dos alfabetizados em todas as faixas etárias – que engloba de 0 a 100 anos, quando comparados com os pretos. Nos extremos estão as pessoas mais jovens e as mais velhas, essas demonstram um maior índice de analfabetismo, tanto entre a população urbana, como a rural. Podemos inferir alguns motivos

---

<sup>16</sup> Todos os dados sobre a cidade de Itabuna que estão apresentados neste tópico, foram retirados do Anuário Estatístico de Itabuna. Os dados foram produzidos pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e a Prefeitura Municipal de Itabuna (PMI).

para esse quadro: a) essas populações são menores em quantidade (ainda temos um país com maioria de jovens de 18 a 49 anos); b) a educação formal, durante muitos anos, não conseguiu alcançar uma parte da população (a que está mais velha hoje); c) a deficiência nas políticas educacionais de alfabetização para crianças (escolas de educação infantil)

Em relação à economia, em 2013 o PIB – Produto Interno Bruto, foi de 3.416,86 milhões, sendo 20,32% do PIB do Território Litoral Sul e 1,67% do PIB do Estado. Itabuna é uma cidade de caráter comercial, tendo nos serviços sua maior fonte de renda – 74,26%, seguido pela indústria – 24,88%, e a agropecuária, que é responsável por 0,84%. Em 2014, 91,83% de todo material exportado do município de Itabuna se referia ao cacau e seus derivados, em 2016 esse percentual chegou a 97,66%. Esse é um dado importante para ressaltar, porque Ilhéus e Itabuna sofreram bastante com a devastação da lavoura cacauzeira pela vassoura de bruxa na década de 1990, principalmente, e há alguns anos essas cidades têm buscado alternativas de comércio a partir da matéria prima do cacau, principalmente na fabricação de chocolates. Mesmo sendo a maioria esmagadora do seu produto agrícola permanente, a lavoura ainda não é suficiente para dar conta das exportações, então o município tem importado<sup>17</sup> uma grande quantidade – 93,27%, de cacau partido ou inteiro (natural ou torrado) e de pasta de cacau.

Sobre o sistema educacional municipal, percebemos que em 2012 existiam 11 creches e 71 escolas municipais de educação infantil, mas em 2016 restaram 10 creches e 60 escolas. Com estabelecimentos educacionais de suma importância sendo diminuídos ao longo de 4 anos, a população ficou ainda mais carente. Essas informações confirmam a taxa de analfabetismo alta entre as crianças, conforme sinalizado anteriormente.

Em 2012 as matrículas nas creches somavam 887 e em 2016 apenas 838, enquanto na educação infantil foi de 3.107 e 2.993, respectivamente. Esses dados também implicam de maneira direta na vida das mulheres, principalmente as mulheres periféricas e mais vulneráveis, que necessitam das creches e dos estabelecimentos de educação infantil para que possam deixar seus filhos enquanto trabalham.

A quantidade de docentes reflete na qualidade dos serviços que estão sendo prestados à sociedade, e assim observamos que mesmo tendo diminuído apenas 1 creche em 4 anos, o número de docentes caiu significativamente, de 106 em 2012 para 72 em 2016, ou seja, uma redução de 32,07% dos professores das creches. Na educação infantil, essa alteração foi mínima - 135 em 2012 para 130 em 2016, se comparado à redução da quantidade de escolas.

---

<sup>17</sup> São dados de 2016, porém os números dos anos anteriores são bem próximos também.

No ensino fundamental - de 2012 a 2016, também tivemos o fechamento de escolas municipais, tanto na zona urbana como na rural, uma redução de 11,86% para o primeiro e de 22,58% para o segundo. O número de estabelecimentos de educação municipal – ensino fundamental 1 e 2, voltado a jovens e adultos caiu 34,61%, saindo de 26 unidades em 2012 para 17 em 2016. Sendo assim, é gritante o descaso do poder público municipal para com a educação do povo Itabunenses.

Na área da saúde, os números de seus estabelecimentos públicos se mantiveram ao longo dos quatro anos abordados na pesquisa. As mulheres em idade fértil que mais deram à luz se concentram na faixa etária de 15 a 34 anos, sendo ainda muito alto os números de adolescentes grávidas; além disso, há um número significativos de nascimentos tendo como mães as pré-adolescentes – de 10 a 14 anos, contudo, de 2012 a 2016 houve uma redução de 34,88% no número de casos.

Observamos que de oito ocupações formais, as mulheres recebem salário inferior aos dos homens em cinco delas, sendo mais bem remuneradas em relação aos homens em apenas três ocupações, sendo que em uma delas, a diferença é irrisória. Entretanto, quando analisamos os dados sobre a renda média mensal, segundo cor e sexo, observamos que os homens, de todas as raças/cores – brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas, recebem quase 50% a mais que as mulheres do mesmo grupo racial, essa diferença só diminui um pouco entre os pardos e os amarelos. O fosso da desigualdade salarial é ainda maior entre os homens e mulheres brancas, e também pretos.

Neste trabalho utilizaremos a entrevista como a principal técnica de coleta de dados em campo. Nessa perspectiva, a entrevista como uma forma de interação social entre pesquisador e pesquisado, revelando ser uma técnica bastante usada nas ciências sociais quando se deseja pesquisar problemas humanos, pois possibilita a obtenção de dados dos mais diversos aspectos da vida social, oferece flexibilidade no diálogo em relação as circunstâncias que a entrevista se desenvolve, além de conseguir informações importantes acerca do comportamento humano (GIL, 2002).

Howard Becker chama atenção para que o pesquisador crie regras de procedimento rigorosos para guiar as atividades de coleta de dados no campo, pois o rigor nos procedimentos de coleta é essencial para que consigamos obter dados válidos, confiáveis e pertinentes (BECKER,1993). Os dados foram coletados com todo cuidado e rigor necessário, e foram analisados através de uma base conceitual e bibliográfica que nos permitiu relacionar variáveis importantes, fazer comparações, interpretações e indagações sobre a pesquisa, buscando apreender informações relevantes e testar as hipóteses formuladas no início da investigação.

Após a coleta de dados com as entrevistadas, no afã de entender melhor os casos estudados, lançamos mão de outros documentos e informações secundárias, como os relatórios de atendimentos da DEAM, da Ronda Maria da Penha e do Poder Judiciário. Além de algumas atas das reuniões da Rede Feminista Grapiúna.

As técnicas escolhidas para a coleta das informações visam também analisar as histórias de vida e trajetórias dessas mulheres negras, buscando entender os caminhos percorridos até o momento da entrevista para que, à luz do referencial teórico, pudéssemos compreender e inferir se os atos violentos atingem outras mulheres em condições similares/iguais.

Para a realização do estudo principal, proposto aqui, trabalhamos com quatro entrevistas, as quais nos permitiram um nível de compreensão do fenômeno estudado. Nesse sentido, esses dados, mesmo não admitindo generalizações a partir das conclusões, nos permitiram a construção de hipóteses que poderão ser testadas futuramente por outros pesquisadores.

Todos os contatos iniciais com as vítimas foram realizados por chamadas telefônicas, a partir das ligações e contatos por *Whatsapp*<sup>18</sup>. A partir desse ponto pudemos combinar melhor o dia, local e horário para as entrevistas. Além disso, conversamos com uma das entrevistadas via telefone fixo residencial.

Durante todo o mês de agosto, nos dividimos entre a realização das entrevistas e as visitas às instituições que fazem parte da rede de enfrentamento a violência, que se estendeu até o mês de novembro. Nesse processo, tivemos inúmeras dificuldades de acessar algumas responsáveis pelas instituições, foram necessárias diversas idas e vindas, inúmeras ligações e mensagem de celular, e em alguns casos, uma intensa insistência para conseguir algum dado, uma conversa ou uma declaração.

Essas dificuldades se configuraram no atraso da análise dos dados coletados. Assim, iniciamos as análises sem a entrevista da DEAM, que só foi realizada ao final do mês de novembro. Tivemos inúmeros problemas de acesso físico às instituições da rede, pois grande parte delas se localizam em ruas desertas, muitas vezes distante de pontos de ônibus e todas com grandes riscos de assaltos para pedestres. A saber: DEAM, Defensoria Pública, Fórum do Município, Secretaria de Assistência Social (setor de alta complexidade), CRAM e a Ronda Maria da Penha. Houve dias que desistimos da visita devido a sensação de insegurança, sendo necessário retornar outra vez de táxi. Em Porto Seguro o CRAM e a DEAM localizam-se mais ao centro da cidade, em ruas de fácil acesso e grande movimentação de carros e pedestres.

---

<sup>18</sup> WhatsApp é um aplicativo de conversas/mensagens utilizado geralmente em telefones celulares. A partir do acesso à internet as conversas podem acontecer em tempo real

Devido a não sistematização dos dados de violência doméstica pela DEAM, não conseguimos os números de atendimentos realizados referentes à Lei Maria da Penha. Dessa forma, nos foi disponibilizado apenas a quantidade de atendimentos realizados pela delegacia, que não recepciona somente casos de violência doméstica, mas toda e qualquer situação de violência contra a mulher. Os dados também não possuem nenhum recorte, seja racial, espacial ou de faixa etária, isso dificultou uma melhor análise.

Em relação às entrevistas realizadas com as vítimas de violências, tivemos dificuldades em analisá-las após os seus encerramentos. Ouvir as histórias de vida dessas mulheres também nos fez rememorar momentos tristes de pessoas queridas e amadas que foram vitimadas, em alguns casos até mortalmente. Percebemos a nós mesmas, desse modo, ao longo da nossa curta trajetória, como vítimas prioritárias de uma sociedade misógina e racista.

Para as entrevistas, elaboramos um roteiro que incluía perguntas sobre a origem familiar, a infância, a vida escolar, as relações afetivas e a trajetória profissional<sup>19</sup>. Porém, focamos a maioria das perguntas nas questões relativas à vida afetiva e familiar das mulheres negras com os parceiros agressores, na busca de apreendermos o significado, a intensidade e as representações da violência doméstica.

---

<sup>19</sup> Devido à similaridade das pesquisas, para analisar a história de vida das entrevistadas seguimos a proposta metodológica utilizada na tese de Ana Claudia Lemos Pacheco, uma das principais referências deste trabalho dissertativo.

## CAPÍTULO 1

### 1. AS DEMANDAS DO MOVIMENTO FEMINISTA E DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO

No Brasil o movimento de mulheres remonta os tempos da Colônia e do Império, desde as lutas pelo direito a educação, ao divórcio ou mesmo o acesso ao mercado de trabalho. No decorrer do tempo, as mulheres brasileiras foram se organizando para conseguir avançar e alcançar mudanças necessárias à sua emancipação política e econômica. Para Nubia Regina Moreira (2007), as ideias feministas no Brasil são reportadas ao início do século XX, momento de estruturação modernizante da sociedade brasileira. Na década de 1920, as mulheres pautavam a luta na busca pelos direitos políticos, situação essa que deixaria as mulheres brancas e de classe social mais abastada mais próximas dos direitos usufruídos pelos homens (MOREIRA, 2007).

Para diferenciar o movimento de mulheres do movimento feminista, Moreira se apoia em Maria Amélia Teles para afirmar que:

a expressão “movimento de mulheres” significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao “movimento feminista” refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história (TELLES, 1999, *apud* MOREIRA, 2007, p. 52).

Ao final da década de 1960 e início dos anos 1970, o Brasil assiste ao debate intelectual sobre a emancipação feminina e o movimento de mulheres no país, debate que se prolongou pelas décadas seguintes. Nesse sentido, Vilma Reis (2005) afirma que assim como na luta clássica das feministas brancas, de classe média, foram essas mulheres que primeiro ocuparam os espaços dentro e fora das universidades, que se colocaram como as porta-vozes da luta das mulheres, conquistando legitimidade para firmarem pensamentos contra as narrativas patriarcais e machistas, como também as representações masculinas sobre as mulheres no mundo acadêmico. Elas foram reconhecidas como as primeiras feministas, tratavam o gênero de forma essencialista, dentro do binarismo homem x mulher, e por isso, segundo a autora, posteriormente, foram criticadas por não considerar o conjunto de identidades que operam dentro do mundo diversificado das mulheres, ou seja, questões raciais, classistas, de orientação sexual e outras dimensões identitárias ausentes nas primeiras teses dessas feministas.

Contudo, foi através do movimento feminista, que as mulheres conseguiram se organizar de maneira mais objetiva e alcançaram a cidadania feminina, incluindo assim, o direito ao voto, a lei do divórcio, os métodos contraceptivos, avançar nas discussões sobre a violência doméstica e sobre a igualdade entre homens e mulheres, além de outros temas fundamentais como, por exemplo, a representação política.

Sobre o início da organização do movimento feminista, Leila Brasted diz que:

no início, o movimento feminista organizou-se em grupos de reflexão, centros de estudos e debates, departamentos femininos em sindicatos, sem preocupação em criar estruturas. Buscava-se resgatar a História feminina, construir uma identidade específica, discutir as experiências de outros países, firmar demandas próprias, denunciar a opressão da mulher (BRASTED, 1994, p. 40).

De acordo com Brasted (1994), na década de 1970, surgiram muitos grupos de mulheres oriundas da classe média, geralmente com nível superior e que inspiradas no feminismo europeu e norte americano, pautaram as discussões sobre a condição da mulher e tiveram que enfrentar críticas dos setores conservadores e também dos setores progressistas, pois esses últimos achavam que diante da resistência ao autoritarismo a situação da mulher era irrelevante. Porém,

as mulheres participaram ativamente da construção do processo de democratização inserindo-se, inicialmente, em movimentos que protestavam o fechamento dos espaços políticos tradicionais, durante o regime autoritário, assim como em movimentos contra o alto custo de vida (MOREIRA, 2007, p. 51).

Durante a ditadura militar o movimento feminista foi um espaço de resistência e sobrevivência política, e ainda se transformou num ambiente de luta e esteve à frente de pautas importantes. Esse espaço colaborou para a inserção da mulher na sociedade, que normalmente a restringia apenas ao ambiente familiar.

Durante o processo de democratização do Estado, os debates sobre cidadania abrangiam muito mais que o acesso a direitos, enfatizavam a capacidade dos indivíduos participarem ativamente da organização do Estado e da sociedade. O movimento feminista ganha destaque nesse processo, principalmente no que tange às políticas públicas, pois angariou discussões, inovações e demandas, dando ênfase a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM.

Foi também em 1970 que o movimento feminista se deparou com os assassinatos de mulheres como Ângela Diniz, Maria Regina Rocha, Eloísa Balesteros, Eliane Gramont, dentre tantos outros que já vinham ocorrendo em todo país. Esses assassinatos tiveram grande repercussão na sociedade e demonstraram que o silêncio protegia os assassinos. Então, nesse

processo foi rompida a visão de que a violência doméstica é apenas de âmbito privado, trazendo essa discussão para a esfera pública.

Jackeline Romio (2013) diz que nessa época as feministas mineiras lançaram o *slogan* ‘*Quem ama não mata*’, uma consigna que repercutiu nacionalmente e que levou, no início dos anos 80, uma grande emissora de televisão a produzir uma minissérie homônima que tomou conta do país. A partir de então houve recomendações de criação de centros de autodefesa e o *SOS Mulher*<sup>20</sup>, o que estimulou as feministas a exigir do Estado políticas públicas específicas para combater a violência doméstica, culminando assim em 1985 com a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) e outras políticas de proteção às mulheres em situação de violência. A criação das DEAMs representou uma inovação na área da segurança pública e uma vitória política do movimento feminista, visto que exigia uma responsabilidade do Estado através do poder judiciário.

Para Heleieth Saffioti (2015) a criação das DEAMs apresentou originalidade e intenção de proporcionar às vítimas um atendimento diferenciado, e, por isso, estabelecia que as policiais tivessem conhecimento da área das relações de gênero. Entretanto, o poder público não implementou a ideia original, pois em São Paulo só houve um curso sobre violência de gênero em 1998, após 13 anos da criação da primeira delegacia especializada. A autora ressalta que é necessário que haja uma qualificação permanente em relações de gênero e violência doméstica dos profissionais que atuam nessas delegacias. Essa qualificação evitaria que a vítima sofresse mais um tipo de violência ao apresentar uma queixa: a violência institucional<sup>21</sup>.

O debate sobre a autonomia do corpo feminino também ganhou voz na luta sobre os direitos sexuais e reprodutivos. Pacheco (2013) lembra que nesse período o movimento de mulheres negras denunciava o processo de esterilização contra as mulheres negras e pobres, entendia a necessidade do planejamento familiar e a liberdade para decidir sobre a maternidade.

Essa situação também foi denunciada nos Estados Unidos por Ângela Davis em seu livro *Mulheres Cultura e Política*<sup>22</sup> no qual ela afirma que “às vezes a esterilização forçada é descarada, mas normalmente ela acontece de maneira sutil, e suas vítimas com frequência são

---

20 Um grupo de mulheres criado em 1980 que tinha por objetivo combater a violência contra mulher.

21 A violência institucional revela-se essencialmente por fatores como a atuação desqualificada e incompetente dos profissionais, pelos problemas e má gestão dos programas e recursos das instituições, pela falta de informações dadas aos usuários, pela organização e dificuldades de acesso dos cidadãos aos sistemas educativos, sociais, de saúde, justiça, etc. (VIEIRA, Regina Ferreira. *Violência institucional e responsabilidade profissional na resposta ao abuso sexual de criança*, 2013)

22 Esse livro teve a sua primeira publicação em 1989, porém só foi traduzido para o português recentemente e lançado no Brasil em 2017 pela Editora Boitempo, sendo essa a 1ª edição no Brasil.



mulheres porto-riquenhas, chicanas, indígenas, negras ou brancas pobres” (DAVIS, 2017, p.38).

Uma outra pauta do movimento feminista brasileiro relacionava-se a ocupação do espaço político. As mulheres brasileiras também lutavam pelo acesso ao poder, o que culminou com a lei de cotas para candidatas mulheres nos partidos políticos e não deixou de questionar e lutar por mais igualdade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho, desigualdade que se mantém até os dias de hoje.

De acordo com Sueli Carneiro (2003b), o movimento de mulheres brasileiro é um dos mais respeitados do mundo e referência internacional em algumas pautas feministas, além de ser um dos movimentos de maior atuação e desempenho nos movimentos sociais do país. Sobre a força do movimento feminista em termos mundiais Davis afirma que:

No momento em que chega o fim da Década da Mulher (1976 – 1985), da Organização das Nações Unidas, torna-se cada vez mais evidente que as mulheres de todo o mundo constituam uma potência política capaz de representar uma incontestável ameaça às forças globais do atraso e da opressão (DAVIS, 2017, p. 83).

E assim, Carneiro (2003b) afirma que a Constituição Federal de 1988 é reflexo da potência do movimento feminista, pois teve 80% de suas pautas contempladas na Carta Magna e ainda destituiu o pátrio poder. Apesar do reconhecimento internacional, o movimento feminista brasileiro esteve por muito tempo baseado no feminismo eurocêntrico, que universalizava as mulheres e não reconhecia as diferenças e desigualdades entre elas. Dentro desta visão generalista do universo feminino, o movimento feminista brasileiro não conseguia ultrapassar e reconhecer as necessidades de grupos específicos de mulheres, nesse sentido, Carneiro (2003b, p. 118) afirma que “as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão, além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade”.

A opressão, provocada pela invisibilidade e o silenciamento de mulheres oprimidas para além do sexismo, exigiu mudanças no movimento feminista, que era composto basicamente por mulheres brancas, de classe média alta e intelectuais. Apesar da resistência conservadora e universalista que afirmava que as mulheres estavam sendo divididas e que isso levaria ao enfraquecimento e à divisão do movimento, o emergente movimento feminista negro visibilizou as desigualdades que atingiam as mulheres negras e denunciou as situações específicas vivenciadas pelas mulheres não brancas. As mulheres negras ressaltavam a necessidade de se pensar as várias experiências e as diferenças históricas das mulheres e do

próprio feminismo, que mantinha a tese de uma experiência única e universal feminina. (PACHECO, 2013). Nessa perspectiva Moreira afirma que,

paradoxalmente, um movimento que se insurge contra a opressão e a invisibilidade de um segmento social, viria, ao longo de sua construção, não abordar especificidade no que diz respeito à mulher negra. A não-incorporação da questão racial nas práticas e nas formulações teóricas do movimento feminista foi, inicialmente, interpretada como uma prática racista fortemente existente em nossa sociedade (MOREIRA, 2007, p. 55).

Era necessário e importante se entender as especificidades e as diferenças entre as mulheres negras e brancas e um dos problemas do feminismo foi negar essas diferenças quando não as reconheceu nas agendas políticas dos Encontros Feministas de 1960 e 1970 (RIBEIRO, 1995, *apud* PACHECO, 2013).

Nubia Moreira (2007) revela que no Brasil o movimento de mulheres negras, no período de 1985 e 1995, foi fruto de experiências de lutas sociais conduzidas por organizações institucionalizadas e autônomas, ou seja, independentes de organizações partidárias, administrativas ou governamentais. De acordo com as militantes entrevistadas por Moreira, no final da década de 70, as mulheres negras começaram a se organizar e a montar grupos e entidades específicas com a preocupação de desenvolver essa luta. Contudo, muitas delas já traziam a experiência da militância do feminismo tradicional<sup>23</sup> e do movimento negro e algumas também já tinham atuado em partidos políticos. Nessa perspectiva, o movimento de mulheres negras tem uma de suas primeiras manifestações na década de 1970, conforme argumenta Moreira:

a apresentação do Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em junho de 1975 marcou o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro [...]. O manifesto chamou atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas (CALDWELL, 2000, *apud* MOREIRA, 2007, p. 60).

Já em 1985, ocorreu em Bertioga (SP) o III Encontro Feminista Latino Americano, e foi a partir de então que o movimento de mulheres negras estabeleceu relação com o movimento feminista, na busca de adquirir visibilidade nesse campo. Nesse momento, “[...] surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres negras.” (MOREIRA, 2007, p. 59).

---

<sup>23</sup> Moreira (2007, p.56) diz que “feminismo tradicional é caracterizado como um espaço de lutas por igualdade de direitos comandados por mulheres brancas, de classe média alta e intelectualizadas”.

Através dos estudos de Nubia Regina Moreira, compreendemos que foi a partir de Bertioga que o movimento de mulheres negras começou a se identificar com o feminismo, porque nas décadas anteriores as mulheres negras recusavam o feminismo, pois para elas o feminismo era apenas a luta das mulheres lésbicas e a queima de *soutiens*, e não ia além disso. Sendo assim, essas demandas não eram prioritárias para as mulheres negras, pois elas lutavam por creche, direito à moradia, empregos mais qualificados e pela autoimagem, pautas que o movimento feminista - branco e de classe média alta - não necessitava. As pautas das mulheres negras não estavam entre as bandeiras de luta do feminismo tradicional, afinal as mulheres brancas tinham casa, tinham babá, boas vagas de emprego e sua imagem era o padrão de beleza escolhido pela sociedade.

A não aceitação do feminismo por parte das mulheres negras se pautava também no sentimento de rejeição e de não pertencimento, além da “banalização por parte do movimento feminista acerca das bandeiras levantadas pelas demandas cotidianas das mulheres negras.” (LEMOS, 1997, *apud* MOREIRA, 2007, p. 61/62).

Foi a partir do III Encontro Feminista Latino Americano em Bertioga, que parte das mulheres negras se aproximaram do movimento feminista, e ao conhecerem questões teóricas, perceberam que enquanto algumas correntes do feminismo criticavam o casamento formal, a constituição da família, as mulheres negras falavam de “solidão” e da ausência de parceiros fixos, denunciando assim o racismo e o sexismo (PACHECO, 2013). Na década de 1980,

o *black feminism* e as intelectuais negras começaram a formular teorias para analisarem as especificidades das mulheres negras, atentando para as suas diversas formas de experiência de classe, de região, de etnia, nacionalidade e orientação sexual. Tais teorias, denominadas de *Standpoint Theory*, deram contribuição importante para a introdução das categorias de gênero, raça e classe nos escritos feministas. (HOOKS, 1989, *apud* PACHECO, 2013, p. 29)

Os anos 1980 foi um período de avanço na luta das mulheres negras. Durante o centenário da abolição da escravatura, muitos protestos aconteceram no país para denunciar o racismo, as desigualdades sociais e também a farsa do mito da democracia racial e da cordialidade, e foi nesse cenário efervescente que I Encontro Nacional de Mulheres Negras foi realizado. Elas se reuniram no Rio de Janeiro, na cidade de Valença, com 450 participantes de 17 estados e vedaram a participação de homens. Desse encontro saíram alguns objetivos principais para fortalecer e organizar o movimento. Nesse momento, o movimento de mulheres negras ganhou visibilidade perante a sociedade.

O II Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorreu em 1991 na cidade de Salvador, contando com 430 mulheres de 17 estados da federação. Seu objetivo principal foi o de definir um Projeto Político Nacional que atendesse a situação da mulher negra, considerando sua diversidade e suas especificidades, mas também o contexto da sociedade brasileira. Já em 1993 aconteceu o I Seminário Nacional de Mulheres Negras, fruto das deliberações do encontro de Salvador. Esse Seminário foi pensado para ser a construção de um espaço coletivo para avaliação e reflexão sobre a visibilidade da luta da mulher negra, e para formar uma Comissão Nacional de Mulheres Negras.

Claudia Pons (2012) inferiu que o feminismo ao não se aproximar da questão racial fortaleceu a hegemonia branca, pois representou apenas uma parte das mulheres – brancas, intelectuais e de classe média/alta, deixando a margem as mulheres negras e indígenas. Isso nos levou a crer que as ideias feministas foram consideradas como universais e excludentes das demandas das mulheres negras, que passaram a fazer parte do movimento de mulheres negras.

Nesse sentido, Pons (2012) afirma que apesar da separação do feminismo e do movimento de mulheres ser antiga e complexa, a maioria trata de teoria e prática. A autora diz que Tatau Godinho afirma em seu livro - *Feminismo, prática política e luta social*, que essa divisão é prejudicial, pois o feminismo é teoria e prática para libertação das mulheres e não pode ser entendido como um campo distinto do movimento de mulheres, pois a ideologia e a prática orientam e constroem o movimento de mulheres. Pons concorda que mesmo a autora querendo dirimir essa cisão, a dicotomia permanecerá, pois, para ela, o feminismo é ideologia e teoria e o movimento de mulheres é prática e ação.

Os dados documentais dos encontros e dos fóruns realizados pelo movimento de mulheres negras informam que a partir da década de 1990 é que as mulheres negras passaram a se identificar como feministas, pois até então consideravam que o movimento feminista não as representava, pois não defendiam suas pautas. Vale lembrar que o movimento de mulheres negras sempre foi formado por uma diversidade de identidades, seja de ordem religiosa, política, geracional, de orientação sexual, da diversidade do mundo do trabalho, do campo e da cidade, entre outras. Sendo assim, não existe um único movimento de mulheres negras, mas uma variedade de identidades que levam a diversos caminhos e frentes de luta, não deixando de ter a mulher negra como sujeito principal, pois o combate ao racismo é a agenda prioritária entre todas elas.

De acordo com Pons (2012), para as feministas negras, incorporar a perspectiva racial era fundamental, na medida em que *raça* reconfigurou a conformação de como as mulheres negras vivenciam a questão de *gênero* nas mais variadas sociedades. Foi entre o final dos anos

1980 e início de 1990 que a categoria gênero foi introduzida no mundo acadêmico. A partir de então a categoria feminino e masculino passou a ser contestável. Lia Zanotta Machado diz que

[...] saberes disciplinares da sociologia, antropologia, história, literatura, filosofia e psicologia, ocorrida nos anos oitenta e noventa, trouxe consigo o compartilhamento da radicalização da ideia da desnaturalização biológica das categorias de homem e mulher e da radicalização da construção simbólica (entendendo-se aqui a natureza da dimensão social e cultural) das noções de feminino e masculino (MACHADO, 1998, p. 107).

Reis (2005) assevera que a categoria gênero, vai além do campo binário das relações homem-mulher, sendo essa uma lógica hegemônica que costuma permear os debates em torno de gênero, levando a sua explicação única e exclusivamente para o campo biológico, não considerando assim que o gênero é construído nos territórios da vida social, política e cultural. Reis ainda lembra Stuart Hall, quando ele narra sua experiência no Centro de Estudos Culturais na Inglaterra, revelando seus primeiros embates com as feministas, que, na década de 1970, lá chegaram com as narrativas trazidas das lutas concretas, das ruas, do mundo do trabalho e dos próprios embates que emergiam na academia. De acordo com a autora, nesse contexto político apresentado por Hall, o gênero adota o lugar de uma categoria construída a partir da cultura, da política e da história, refutando assim, a naturalização biológica.

Para Lia Machado (1998) o uso do conceito de gênero tornou-se muito comum no campo intelectual e, apesar de ainda ser, parcialmente, usado como sinônimo dos estudos de mulheres, instaurou uma nova metodologia de análise no campo intelectual brasileiro. Maria Lygia Quartim de Moraes assevera que:

o que chamamos de homem e mulher não é o produto da sexualidade biológica, mas sim de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder. O uso da categoria gênero, nesse sentido, alertaria para os riscos de se tomar como produto da natureza relações inscritas na ordem social (MORAES, 1998, p. 100).

É importante lembrar, que o uso da categoria gênero é, indiscutivelmente, um uso politicamente correto e durante muitos anos foi mais utilizado no contexto acadêmico do que no ativismo do dia a dia. No início, não foi um termo recorrente no movimento de mulheres negras, nem no movimento feminista ou mesmo na sociedade, porém atualmente esse termo se desloca do politicamente correto para um conceito construído e difundido socialmente e presente nos espaços diários de luta por igualdade de gênero.

Sobre o movimento feminista negro, Sueli Carneiro (2003b) lembra que a consequência da crescente participação e protagonismo das mulheres negras no movimento

feminista brasileiro pode ser percebido na significativa mudança de perspectiva da nova Plataforma Política Feminista, reposicionando essa luta no novo milênio, sendo protagonizada por toda diversidade de mulheres, sejam por suas características regionais, etárias, de orientação sexual, de raça, de religião, de opção política, dentre outras, que se detiveram criticamente nos obstáculos contemporâneos persistentes para a realização da igualdade de gênero e os desafios e mecanismos para sua superação.

Carneiro (2003a) utiliza a expressão ‘enegrecer o feminismo’ para dizer que o movimento de mulheres negras promove a síntese de bandeiras levantadas historicamente pelo movimento negro e pelo movimento de mulheres do país, enegrecendo assim as reivindicações das mulheres em conjunto com a feminização das propostas do movimento negro, além de demarcar e instituir o peso da questão racial na agenda feminista.

É imprescindível entender que a situação da mulher negra na sociedade perpassa por relações de opressão e poder, baseadas principalmente na questão racial e que, em decorrência disso, a luta das mulheres negras é comprometida com o resgate de suas histórias, recriando em suas potencialidades a tentativa de buscar mudanças que permitam novas experiências relacionais de poder na sociedade (MOREIRA, 2007, p. 75).

A questão racial é uma discussão que tem avançado em toda a sociedade brasileira a partir de ações do povo negro, que tem lutado arduamente para conquistar direitos e espaços que lhe foram historicamente negados e de onde sempre foram excluídos. Para Claudia Pons (2012, p. 52) raça é um construto discursivo, mas com poder efetivo de ditar o destino social das mulheres e homens negros na sociedade, através dos limites impostos pela prática do racismo, corporificando, assim, uma realidade social. Ela ainda diz que:

Raça é um dos eixos prioritários sobre os quais as ativistas negras brasileiras se debruçam para elaborar um ponto de vista feminista, colocando, entretanto, como mote de investigação, as experiências das mulheres negras com o racismo (PONS, 2012, p. 54).

Nesse sentido, Sueli Carneiro (2003a) expõe que as relações de gênero, baseadas na cor ou na raça, que foram instituídas desde a época da escravidão, permanece e se mantém intactas, assim, as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada, sendo que o discurso contra a opressão sexista não consegue abarcar com diferença qualitativa o efeito que a opressão racial teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

Para percebermos como os diversos tipos de opressão se conformam gerando desigualdades, preconceitos e discriminações em alguns grupos de mulheres, precisamos

entender o conceito de interseccionalidade, pois nos traz a compreensão da complexidade da realidade que essas mulheres enfrentam. Pons afirma que “este conceito foi forjado, nos anos 1980, por feministas negras norte-americanas preocupadas em entender os sistemas de dominação formados a partir do modo como raça, classe, sexualidade e gênero se interligam” (PONS, 2012, p. 55).

Kimberlé Crenshaw é uma intelectual feminista afro-estadunidense, responsável por criar o termo *interseccionalidade*<sup>24</sup> e definir como as opressões se cruzam e se aderem, potencializando os efeitos das discriminações. Para ela, os múltiplos sistemas que subordinam as mulheres, tem sido definidos de diversas formas, assim, a interseccionalidade é um conceito pensado para capturar a interação entre dois ou mais eixos de subordinação, principalmente como o racismo, o patriarcalismo e o classismo criam e estruturam desigualdades, ou seja, a interseccionalidade aborda como ações e políticas específicas provocam opressões que correm ao longo de tais eixos, estabelecendo aspectos dinâmicos ou ativos do “desempoderamento” (CRENSHAW, 2002).

Assim, os diversos eixos de poder, como raça, etnia, gênero e classe, constituem as estruturas sociais, econômicas e políticas, e é através delas que as dinâmicas de desempoderamento se movem. Esses eixos de poder e essas estruturas frequentemente se cruzam e se sobrepõem, criando complexas intersecções nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (CRENSHAW, 2002). A autora ainda afirma que a interseccionalidade alerta para as invisibilidades que há no feminismo, na luta antirracista ou nas políticas de classe, e que somos constantemente desafiados a estar atentos às características do poder que não fazem parte de nossas experiências pessoais de vida.

Pons (2012) afirma que a interseccionalidade é a base conceitual da teoria feminista negra e confirma que é impossível entendermos os processos de dominação, desigualdades sociais e resistência, sem avaliarmos como gênero, classe e raça se interligam no sistema de dominação, assegurando que essa análise interseccional vai nos mostrar como as desigualdades se apoiam para sustentar o *status quo*. Nesse sentido, Davis afirma que

As mulheres da classe trabalhadora, em particular as de minorias étnicas, enfrentam a opressão sexista de um modo que reflete a realidade e a complexidade das interconexões propositais entre opressão econômica, racial e sexual. Enquanto a experiência das mulheres brancas de classe média com o sexismo incorpora uma forma relativamente isolada dessa opressão, a experiência das mulheres da classe trabalhadora obrigatoriamente situa o sexismo no contexto da exploração de classe – e as experiências das mulheres negras, por sua vez, contextualizam a opressão de gênero nas conjunturas do racismo (DAVIS, 2017, p. 37).

---

<sup>24</sup> Vale frisar que o termo foi usado para verificar a aplicabilidade do feminismo negro em leis antidiscriminação.

Já sabemos que no Brasil o racismo e as desigualdades advindas dele, operam diretamente nos diversos setores da sociedade, e isso inclui a classe trabalhadora e o mercado de trabalho, separando entre homens e mulheres, brancos e negros, salários mais altos e mais baixos, empregados e desempregados. Em 1999 o mercado de trabalho tinha, entre os homens brancos, uma taxa de participação de 73,6%, enquanto na população masculina negra essa taxa era de 74%; entre as mulheres brancas, o percentual da população ocupada era 49%, um pouco maior que entre as mulheres negras, que somavam 48,9%. Os homens brancos desempregados eram 7,1% e os negros 8,8%, enquanto entre as mulheres, as brancas eram 11,2% enquanto as negras amargavam 13,3% (HENRIQUES, 2001).

Dessa forma, a interseccionalidade colabora para a compreensão de que não há como escolher qual discriminação combater pois as opressões interagem entre si, assim, o sexismo e o racismo andam juntos e são inseparáveis, e isso está visível nos dados supracitados, quando se observa um abismo entre homens e mulheres – independentes da raça, nas taxas de população ocupada, ou seja, os homens possuem mais empregos no mercado de trabalho em relação às mulheres e sabemos que isso se refere aos papéis sociais de gênero amplamente difundidos na sociedade. Assim, a discriminação de gênero se apresenta com toda sua magnitude. Entre as mulheres, as taxas de desemprego demonstram a face do racismo, pois as mulheres negras estão mais desempregadas que as brancas, e assim, as primeiras têm mais dificuldade de ocupar postos de trabalhos, pois estão abaixo dos homens e das mulheres brancas, ou seja, isoladas na base da pirâmide social.

Não podemos perder de vista que a naturalização do racismo e do sexismo são indispensáveis para perpetuar as desigualdades, uma vez que esses sistemas de opressão são cotidianamente atualizados, reconfigurados e reestruturados a fim de manter e eternizar preconceitos e discriminações. Quando acreditamos já ter superado determinadas manifestações racistas/sexistas, outras florescem, muitas vezes de maneira mais sutil e velada para que sejam disseminadas mais facilmente. Nesse sentido, Crenshaw (2002) afirma que a discriminação interseccional é mais difícil de ser reconhecida em contextos onde as forças econômicas, culturais e sociais adaptam o pano de fundo, de maneira que colocam as mulheres em um lugar em que elas acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Sendo assim, a opressão torna-se tão comum, a ponto de parecer que é algo da vida, que é natural ou imutável e esse pano de fundo, que é estrutural, na maioria das vezes, é invisível.

Nessa perspectiva, Ricardo Henriques (2001) afirma que no Brasil o que determina a pobreza é a desigualdade na distribuição de recursos, e é por isso que os negros estão



concentrados no segmento de menor renda *per capita* do país. Em relação às mulheres, foi possível observar em sua pesquisa, onde estão concentradas as mulheres pobres e indigentes.

Assim, no percentual de cada população temos: entre as mulheres brancas de 7 a 14 anos de idade – 33,5% de pobres e 13,2% são indigentes, no conjunto das pardas, as pobres são 61% e as indigentes 30,7%, entre as negras 60,2% são pobres e 29,4% são indigentes; na faixa etária de 15 a 24 anos as brancas pobres são 22,2% e as indigentes 7,5%, as pardas 48,3% de pobre e 20,5% de indigentes, as pretas somam 46,9% na pobreza e 18% na indigência; de 25 a 40 anos temos 21,4% de pobres na população branca e 7,6% na indigente, entre as pardas 44,7% e 20,1% de pobres e indigentes, respectivamente, e 41,3% nas mulheres pretas pobres e 17,5% de indigentes; de 41 a 59 anos são 14,5% de brancas pobres e 4,5% de indigentes, 38,3% de pardas pobres e 15,6% de indigentes, 33,9% das pretas são pobres e 13,2% são indigentes; a população idosa é menos pobres entre as brancas, apenas no 8,4%, e 21,9% pardas e 21,5% pretas e as indigentes são 1,2%, 4,7% e 4,2% respectivamente. (HENRIQUES, 2001).

Observamos que entre os homens, nas mesmas faixas etárias, os números de pobreza e indigência se assemelham bastante às taxas femininas. Através desses dados, o autor afirma que a pobreza incide em 47,8% sobre a população negra em 22,5% da população branca. Esses números iluminam a encruzilhada de classe, raça e gênero da interseccionalidade. Segundo o autor, “o “Brasil branco” é cerca de 2,5 vezes mais rico que o “Brasil negro” (HENRIQUES, 2001, p. 20).

Entender a interseccionalidade é saber como as dominações e discriminações se conformam e assim traçar estratégias de enfrentamento mais eficientes, portanto, pode-se colaborar melhor na definição de políticas públicas que atendam as demandas reais das mulheres. É importante ressaltar que o peso do sexismo abarca todas as mulheres, porém marcadores sociais como raça, classe, região, geração, religião e orientação sexual criam subgrupos de mulheres. Dessa forma, esses marcadores levam às mulheres a vivenciarem o preconceito de maneiras diferentes e de múltiplas formas, dependendo apenas das circunstâncias em que se encontra. De acordo com Crenshaw “os exemplos mais conhecidos da opressão interseccional, são geralmente os mais trágicos: a violência contra as mulheres baseada na raça ou na etnia” (CRENSHAW, 2002, p. 178). Ela ainda afirma que,

Os esforços no sentido de melhor compreender os problemas ligados a interseccionalidade passam por um ponto de inflexão que vai desde a sua presente invisibilidade até a conscientização dos membros de órgãos revisores dos tratados internacionais, dos formuladores de políticas públicas, de ativistas de ONG e de tantos outros atores (CRENSHAW, 2002, p. 182).

É importante destacar que os marcadores sociais são resultantes de processos de dominação, subordinação e opressão, mas também são construtores de identidades. Os marcadores sociais não são meras categorias descritivas das identidades dos indivíduos. Eles são dispositivos que geram a desigualdade entre os grupos sociais, mas, também, podem ser acionados pelas mulheres em situações de agenciamento e empoderamento para o questionamento das estruturas de opressão. A importância do conceito está em sua capacidade de distinguir as opressões, devendo evitar o entendimento de que a interseccionalidade entre as opressões é um bloco totalmente homogêneo que cai sobre a vida das mulheres, frustrando qualquer possibilidade de mudança (PONS, 2012). A autora ainda afirma que a abordagem interseccional abre espaços para reconstruirmos as experiências vividas e a construção social das mulheres negras, através de pesquisas de áreas nunca exploradas da vivência feminina negra, dando assim, a oportunidade de mostrar as diferenças entre as mulheres negras e evitar generalizações. Crenshaw ainda afirma que:

O problema interseccional não está simplesmente no fato de não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas no fato de que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados (CRENSHAW, 2002, p. 178).

Vivemos num país onde socialmente as pessoas são classificadas e, conseqüentemente, discriminadas pela cor da pele, numa sociedade que tem uma estrutura cognitiva enraizada com o racismo, na qual as mulheres negras representadas no imaginário social de hiperssexualização, destinada ao trabalho pesado e desqualificado. Dentro dessa estrutura, desconstruir o sistema racista é uma tarefa complexa, mas que não é um caminho desconhecido, não acontece apenas pela construção da identidade negra, pela luta por direitos ou por melhores postos de emprego, perpassa principalmente pelo combate ao racismo institucional e estrutural em todas as esferas.

Claudia Pons (2012) em sua tese intitulada *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras* afirma que é possível perceber três momentos que constituem a história dos movimentos de mulheres negras na contemporaneidade. No primeiro momento, revela-se a reafirmação de uma identidade política e diversa, construída individualmente, mas também coletivamente. Assim, a ação principal é denunciar o racismo, o sexismo e a falsa democracia racial, como também cuidar do corpo e realizar oficinas que abordem as especificidades das mulheres negras, no sentido de afirmar essa identidade. Segundo ela, o peso da discriminação interseccionalizada pauta a agenda de reivindicações atuais.

No segundo momento, ela identifica as intervenções políticas para visibilizar o racismo na nossa sociedade. Essas intervenções são aliadas à política de enfrentamento ao sexismo que vitima as mulheres negras através das campanhas de controle populacional e esterilização forçada. Na agenda política atual há diretrizes para consolidar os direitos das mulheres negras, ampliando a produção de dados e divulgando informações que ajudem a subsidiar políticas públicas; há também a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos e a garantia dos direitos de forma mais ampla e cidadã, a questão do gênero e raça como determinantes no mercado de trabalho, as denúncias de discriminação racial na educação, entre outras agendas que são urgentes e necessárias para o acesso a cidadania das mulheres negras.

No terceiro momento, Pons evidencia que essa agenda política está consolidada e marcada pela ampliação das redes e encontros internacionais. Para ela, as mulheres negras são frutos de múltiplas experiências construídas a partir da intersecção de marcadores sociais como raça, gênero, religião, sexualidade etc. Essas múltiplas identidades levam à formação de diversas frentes de luta contra a exclusão e discriminação que esses marcadores sociais produzem. Esse momento é marcado ainda pela participação ativa e controle social por meio do monitoramento de política públicas em todas as esferas e na presença marcante nos diversos conselhos.

### **1.1 O movimento feminista e o movimento feminista negro na cidade de Itabuna**

No dia 08 de junho de 2018 a cidade de Itabuna viveu um dos seus piores dias. A comerciária Maria Aparecida Santos Reis foi esfaqueada e baleada pelo seu ex-namorado dentro de um ônibus coletivo, no centro da cidade, quando se dirigia para o seu trabalho. O seu assassino se suicidou no local. Maria Aparecida Reis, uma mulher negra de 33 anos, veio a óbito horas depois no hospital da cidade. Separados a um mês ele não se conformava com o rompimento da relação e durante esse período passou a perseguir a vítima e fazer-lhe ameaças. As imagens vinculadas na mídia local, escancaravam a brutalidade do crime. A cidade em choque, passou a discutir a violência doméstica contra a mulher com mais ênfase.

Foi nesse momento de revolta, dor e reflexão que as entidades da sociedade civil organizada e dos movimentos feministas presentes na cidade se juntaram na busca de promover ações de discussão, prevenção e combate à violência contra a mulher em especial a violência doméstica, e assim foi criada a Rede Feminista Grapiúna – localmente conhecida como “Rede”.

A Rede foi composta por representantes dos movimentos feministas organizados - incluindo o movimento feminista negro, movimentos sociais de juventude, representantes de

instituições estatais (que fazem parte da Rede de Enfrentamento a Violência contra a mulher no município), universidades públicas presente no território, representantes sindicais, docentes e estudantes. Não foi identificado até o momento, representação do movimento LGBTQI+<sup>25</sup> (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Pessoas Intersexuais) nas reuniões da Rede.

Dessa forma, a Rede iniciou seus trabalhos discutindo ações que chamaram atenção da população para o grande número de violências sofridas pelas mulheres, mas principalmente chamando atenção para o aumento nos casos de feminicídio, tanto no país quanto na região. As ações foram pensadas também com o objetivo de prestar uma homenagem a Maria Aparecida Reis, assim, após algumas reuniões uma marcha de mulheres e uma sessão especial da Câmara Municipal foram definidas como as primeiras atividades a serem realizadas.

Nas primeiras reuniões, discutiu-se as atividades a serem realizadas concomitantemente com as discussões da estrutura organizacional do grupo que começou a existir. Assim, além de decidir o nome da caminhada, as cores a serem utilizadas, horários, materiais de divulgação, acesso a mídia e carro de som, o grupo também tratou de outros assuntos que se referiam ao nome do grupo, a ações das instituições da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, questões conceituais do feminismo, dentre outras pautas.

Imediatamente, após as reuniões, iniciaram a organização da marcha, as discussões referentes a publicidade e estrutura e com isso as estratégias de mobilização e visibilidade da violência também. A Marcha foi marcada para o dia em que completava dois meses do caso de feminicídio envolvendo Maria Aparecida Reis e a sessão especial - para discutir a violência contra a mulher - na câmara de vereadores, foi marcada para a semana seguinte

No dia 08 de agosto a Marcha de Mulheres, cujo tema era *Nem Uma a Menos*, ganhou as ruas do centro da cidade de Itabuna, denunciando - através das falas das oradoras, faixas e cartazes - a situação degradante que as mulheres enfrentam a partir dos diversos tipos de violência e lembrando a morte de Maria Aparecida, que ainda estava muito viva na memória das pessoas.

No dia 30 de setembro do mesmo ano, foi realizada na Câmara de Vereadores a sessão especial, que levava o mesmo nome da Marcha - *Nem uma a menos*. O objetivo foi discutir as violências contra a mulher no contexto municipal, dialogando com as instituições que trabalham com a temática e com os movimentos sociais. Na sessão especial esteve presente na mesa de debates a DEAM, a Ronda Maria da Penha, o Projeto Respeita as Mina, o Coletivo SER Mulher

---

<sup>25</sup> O "+" é para falar que existe não só essas categorias.

da UESC<sup>26</sup>, a OAB e a Vereadora (Charliane Sousa), responsável pela organização da sessão na Câmara Municipal. Não houve convite para a representação das mulheres negras comporem a mesa da sessão, mesmo estando presentes na plateia da sessão.

Mesmo com toda luta e reivindicações das mulheres negras, o movimento feminista, por ser um movimento hegemônico, ainda invisibiliza as mulheres negras e suas especificidades, desconsiderando muitas vezes sua maior vulnerabilidade. No município de Itabuna, que hoje apresenta um movimento feminista fragmentado e um movimento feminista negro ainda incipiente, essa invisibilidade negra é facilmente percebida nas poucas atividades realizadas para discutir as questões de gênero, ou especificamente as questões da mulher. A ausência de representação negra, para pautar a violência doméstica e o feminicídio a partir de sua realidade, reforça a necessidade de fortalecimento do movimento feminista negro para promover ações que tratem das suas pautas.

Após a sessão, ao receber críticas em relação a falta de mulheres negras enquanto debatedoras, a organização do evento avaliou que realmente houve essa falha e que é necessário ter mais atenção em relação a representatividade das mulheres negras nas diversas atividades. Vale ressaltar que, a imagem veiculada para a publicidade da marcha representava apenas a mulher branca, e isso também foi motivo de questionamentos por parte das feministas negras. Esses questionamentos surgiram como reivindicações de espaços historicamente negados e baseado nos dados que afirmaram que as mulheres negras estão no topo das estatísticas dos diversos tipos de violência contra a mulher. É importante pontuarmos não só a falta de mulheres negras na referida sessão, mas também a falta de representação LGBTQI+ para discutir a violência contra as mulheres trans.

Essas atitudes só reforçam o que muitas feministas e intelectuais negras vem denunciando há décadas, criando um sentimento de estranhamento a partir de um feminismo que se identifica com uma agenda política e um legado histórico que pouco se refere às mulheres negras, pois suas experiências de vida e suas lutas contra com o machismo e opressões de violências têm sido, constantemente, ignoradas (PONS, 2012). Pons afirma ainda que:

A priorização de gênero em detrimento de outros marcadores sociais, desde os anos de 1970, nos Estados Unidos e outros países, vem recebendo críticas das feministas negras, latinas, mestiças, indígenas e lésbicas. [...] o manifesto do *Combahee River Collective*<sup>27</sup> (1988), de 1977, apresenta críticas à uniformização da forma de opressão para todas as mulheres e, embrionariamente, aborda as experiências simultâneas com o racismo, sexismo e classe na vida das mulheres negras (PONS, 2012, p. 82).

---

<sup>26</sup> Universidade Estadual de Santa Cruz

<sup>27</sup> *Combahee River Collective* foi um grupo formado, em 1974, por um grupo de mulheres negras estadunidenses, dentre as quais Barbara Smith, Cheryl Clarke e Audre Lorde (grifo da autora).

De acordo com Pons (2012), as críticas – que se transformaram em concepções teóricas pós-coloniais, realizadas por diversas autoras<sup>28</sup> - que são feitas ao movimento feminista hegemônico se faz necessária, porque a teoria feminista dominante não aborda as experiências das mulheres não brancas. Assim, a autora se apoia em Bell Hooks (1984) para afirmar que as feministas que gozam de privilégios como classe, raça e sexualidade são incapazes de dialogar com a diversidade dos subgrupos de mulheres, pois elas não conseguem entender a inter-relação entre os eixos de dominação e os vetores de exclusão. Dessa forma, as análises feministas, majoritariamente, se concentram apenas no gênero, mistificando a realidade de tantas outras mulheres, e assim a teoria de gênero é transformada em ideologia e ampara apenas o pensamento feminista hegemônico.

Sendo assim, percebemos que a não representatividade das mulheres negras e trans na sessão especial corrobora a ideologia do movimento feminista hegemônico, que discutiu a violência contra a mulher na base das generalizações e universalizações, não considerando as especificidades dos subgrupos de mulheres, principalmente, das mulheres negras que é a maioria da população feminina no município. Dessa forma, se faz necessário fortalecer o movimento feminista negro na cidade, para que as demandas dessas mulheres não sejam rotineiramente desprezadas ou sobrepostas com a agenda das mulheres não brancas.

Ao analisarmos o movimento feminista e o movimento feminista negro do município Itabuna, percebemos que eles se encontram em situações distintas. O movimento feminista se organiza principalmente na base de instituições maiores, como: sindicatos, partidos políticos, associações de classe, universidades e entidades religiosas. Enquanto o movimento feminista negro está quase totalmente na base do movimento negro.

Ao buscarmos maiores informações sobre o movimento feminista negro na cidade, conhecemos a militante Maria Domingas Mateus de Jesus<sup>29</sup>, que é uma das principais referências do movimento feminista negro na região. Domingas, nascida e criada em terras Gapiúnas, militante do MNU há 16 anos, nos explica que o movimento feminista negro se organiza a partir da base de outros movimentos, como o movimento negro, nesse caso o Movimento Negro Unificado (MNU), e o grupo cultural Negras Perfumadas<sup>30</sup> organizada dentro do Grupo EncantArte de Teatro. O grupo Negras Perfumadas, segundo ela, faz um

---

<sup>28</sup> Ver “Gloria Anzaldúa (2000; 2005), Bell Hooks (1984); Patricia Hill Collins (2000), Gayatri Spivak (2010), Maria Lugones (2008)” (PONS, 2012, p. 82).

<sup>29</sup> Mulher negra, militante, psicóloga, professora da rede municipal de ensino, mãe e estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER, da UFSB.

<sup>30</sup> Decidimos não realizarmos a pesquisa com esse grupo devido ao tempo escasso para pesquisa de campo

recorte de gênero e raça nas suas apresentações, porém tem um caráter mais cultural. Ela revela que no momento há uma discussão para formação de um movimento de mulheres negras, formado a partir de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER (UFSB). Este movimento não tem formato e objetivos definidos, está em fase de amadurecimento.

Sobre a atual pauta e as demandas do movimento feminista negro no município de Itabuna, Domingas afirma que a partir da realidade vivenciada pelas mulheres negras da cidade, as pautas giram em torno do acesso a saúde, da saúde da mulher negra e da violência obstétrica. Ela justifica essas pautas ao dizer que as maiores vítimas de violência, durante o parto, são as mulheres negras e que o atendimento dispensado às mulheres negras nos estabelecimentos de saúde - principalmente os referentes à saúde da mulher - é diferenciado, sendo insuficiente.

Ao questionarmos sobre as pautas das mulheres negras e a criação de políticas públicas, ela é realista ao assegurar que as políticas nacionais têm um impacto a nível municipal e que essas políticas surgem de pauta do movimento feminista, porém na maioria das vezes a efetividade dessas políticas nacionais, ocorrem de forma insatisfatória no município. As políticas do governo estadual não possuem nenhum tipo de recorte racial, e em relação ao governo municipal, ela não reconhece nenhum tipo de política pública, de iniciativa do poder executivo local, voltada para as mulheres.

Entre 2012 e 2014, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção a Igualdade Racial e a Secretária Estadual de Políticas para Mulheres (SPM), realizaram um curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, através da Universidade Aberta do Brasil – UAB, que abrangeu a cidade de Itabuna. De acordo com as informações de Maria Domingas Jesus, essa foi a única ação com recorte racial na região.

É necessário ressaltar que Domingas é uma mulher extremamente engajada e bem articulada nos movimentos sociais da cidade, e acompanha regularmente ações que são desenvolvidas na cidade e na região, principalmente com recorte de gênero e raça. Dessa forma, conforme indicado por diversas lideranças dos movimentos sociais na cidade, Domingas é uma das pessoas que concentra um maior nível de informações relacionados a esses temas.

Em relação as pautas nacionais do movimento feminista negro, ela pondera que são pautas diversas, abrangendo desde a assistência social até a educação, porém se sobressai a questão do feminicídio - trazendo as mulheres negras como principais vítimas da violência de gênero, e a solidão da mulher negra. A solidão da mulher negra tem sido uma pauta recorrente, porque segundo ela, esse é um problema que precisa ser resolvido entre o povo negro, pois as

mulheres negras, durante muito tempo, não evidenciaram sua solidão, buscando poupar os homens negros de mais um rótulo, e hoje o assunto precisa ser discutido.

Domingas acredita que a situação alarmante nos casos de feminicídio, uma das pautas principais do movimento feminista negro nacional que reverbera também no contexto municipal, uniu os movimentos de mulheres da cidade na criação da Rede Feminista Grapiúna, pois a Rede abarca uma grande diversidade de movimentos sociais.

Sobre as ações do movimento feminista negro e atividades de prevenção, enfrentamento e combate à violência doméstica contra a mulher negra, Domingas pontua que os movimentos feministas da região já se uniram para cobrar do poder público municipal ações de combate à violência doméstica, como uma ‘caravana’<sup>31</sup> nos bairros da cidade para levar informações às mulheres, para fomentar o debate entre a população, mas não obtiveram sucesso.

Sobre o debate da violência doméstica no interior do movimento feminista negro nos dias de hoje, ela afirma que estão em parceria com outras entidades que trabalham a temática, a partir do entendimento que é necessário agir de forma articulada, principalmente para se fortalecerem, e esse foi um dos motivos que levou a criação da Rede Feminista Grapiúna. Esse fortalecimento é necessário, principalmente na busca de políticas públicas municipais para combater e prevenir a violência doméstica, pois não há interesse do governo local em desenvolver essas políticas.

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM<sup>32</sup> (que é uma política do Governo do Estado e os municípios são parceiros), foi criado a partir da Divisão de Combate à Violência Contra a Mulher<sup>33</sup>, sendo a única política pública municipal, que ela conhece. Nesse sentido, conclui dizendo que a cidade precisa ter mais estrutura para cuidar melhor dessas mulheres, pois nas Conferências de Mulheres são elaboradas propostas belíssimas, e que mesmo com toda cobrança dos movimentos feministas, elas não saem do papel, pois não há interesse dos governantes locais em executá-las.

A partir das informações trazidas por Domingas, podemos perceber o quanto as mulheres Itabunenses – em especial as negras - estão vulneráveis com a total falta de compromisso e interesse do governo municipal em discutir, propor ou implementar políticas de prevenção à violência doméstica contra as mulheres, ficando assim toda a responsabilidade a cargo dos movimentos feministas e dos movimentos sociais – sindicais, religiosos, de bairros,

---

<sup>31</sup> Um termo nosso.

<sup>32</sup> Criado entre 2013/2014

<sup>33</sup> Inaugurado em 2012



etc. – que na maioria das vezes não possuem estrutura suficiente para chegar às mulheres e adolescentes.

## **1.2 O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itabuna – CONSEDAMI**

Os Conselhos Municipais, de forma geral, são conquistas das lutas dos movimentos sociais e das instituições da sociedade civil organizada. Em uma sociedade violenta como a nossa, onde as notícias de feminicídios povoam os meios de comunicação, é fundamental ter esses espaços para fomentar debates sobre a temática e articular ações de prevenção e proteção às mulheres.

Assim, os Conselhos Municipais são instrumentos democráticos de participação e controle social e, de acordo com Maria da Glória Gohn, eles “estão inscritos na Constituição de 1988 na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população” (GONH, 2000, p. 178). A autora pontua que

as novas estruturas inserem-se, portanto, na esfera pública e, por força de lei, integram-se com os órgãos públicos vinculados ao poder executivo, voltados para políticas públicas específicas; sendo responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das áreas onde atuam. Eles são compostos por representantes do poder público e da sociedade civil organizada e integram-se aos órgãos públicos vinculados ao Executivo (GOHN, 2000, p. 178).

Os Conselhos estabelecem um novo padrão de relações entre a sociedade e o Estado e se forem efetivamente representativos poderão imprimir um novo perfil às políticas sociais, pois estão ligados ao processo de concepção das políticas e à tomada de decisões (GOHN, 2000).

Dessa forma, entendemos que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itabuna (CONSEDAMI), é um espaço para que a sociedade e o poder público possam discutir, propor, fiscalizar e colaborar na adequação de políticas públicas. Nesse espaço, a sociedade civil organizada – a partir de instituições e entidades que representem os interesses das mulheres em todas as suas especificidades – pode discutir pautas e sugerir a adoção de políticas públicas que visem a melhoria das condições das mulheres na sociedade. É um espaço onde o poder público municipal e a sociedade civil estreitam relações na busca de soluções para os problemas sociais e para as pautas do movimento feminista.

Os conselhos municipais são organismos institucionais de controle social, tem sua constituição e organização previstos na Constituição de 1988 e para ser instaurados dependem

de leis municipais. Configuram-se como espaços democráticos de participação social e “na esfera municipal, devem ter caráter deliberativo” (GOHN, 2000, p. 179). Entretanto,

o fato das decisões dos conselhos terem caráter deliberativo não garante sua implementação pois não há estruturas jurídicas que deem amparo legal e obriguem o executivo a acatar as decisões dos conselhos (mormente nos casos em que essas decisões venham a contrariar interesses dominantes) (GOHN, 2000, p. 180).

Os conselhos, como regra geral, devem ser paritários, sendo igual o número de representantes do poder público e da sociedade civil, contudo esta não é somente uma questão de números, mas, segundo Gohn (2000) os conselheiros precisam ter uma certa igualdade no acesso à informação, a disponibilidade de tempo, estrutura para desenvolver seus papéis. Existe uma enorme disparidade entre os membros do poder público e da sociedade civil. Os primeiros são servidores remunerados do governo e possuem a máquina pública a sua disposição, tem facilidade no acesso a informações e já estão habituados a linguagem tecnocrática, os últimos não possuem recursos, estrutura, acesso qualificado a informações e fontes e muitos deles não entendem a linguagem burocrática do governo. Pela lei, os conselheiros que representam a sociedade civil não podem ser remunerados e não contam com estrutura administrativa própria.

Além das dificuldades supracitadas, a autora afirma que faltam cursos de capacitação para os conselheiros. Esses cursos seriam essenciais para que a participação fosse qualificada, como por exemplo, na área de elaboração e gestão das políticas públicas; no entendimento de como funciona o poder público e a política - fundamental para que se possa fiscalizar e propor ações, ou seja, é preciso uma qualificação ampla para que eles possam ter uma visão geral da política e da administração pública (GOHN, 2000).

Assim, o CONSEDAMI (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itabuna), foi instituído pela lei Municipal n.1.783 de 1º de março de 1999, é vinculado à Secretaria do Município e seu objetivo é elaborar e implementar, em todas as esferas da administração pública municipal, políticas públicas de gênero para assegurar à população feminina igualdade de oportunidades e direitos, além do pleno exercício da sua cidadania. Pelo seu Regimento Interno, doze itens fazem parte das competências e atribuições do conselho, porém, nenhum deles se refere diretamente a políticas de prevenção e combate à violência doméstica, ou mesmo a violência contra a mulher.

O Conselho é composto por vinte e quatro representantes, sendo doze do poder público e doze a sociedade civil organizada. Com mandato estipulado de dois anos, o regimento interno não permite reconduções e estrutura a sua organização em: Comissão Diretora, Comissões

Técnicas Temporárias e Permanentes e Plenária. As reuniões ordinárias mensais e as extraordinárias poderão ser convocadas sempre que houver necessidade de deliberar sobre pautas urgentes (REGIMENTO INTERNO DO CONSEDAMI, 2016).

Em março de 2017, através do Decreto n.º 12.467, foram nomeadas – para composição do Conselho, titulares e suplentes das seguintes entidades: a) setor público – 9 instituições, sendo: Secretaria de Governo, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Fundação Itabunense de Cultura de Cidadania – FICC, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Núcleo Territorial de Educação – NTE-05, Delegacia da Mulher de Itabuna / Departamento de Polícia do Interior, 15º Batalhão de Polícia Militar – Itabuna; b) entidades civis – 11 instituições, sendo: Ordem dos Advogados do Brasil / Subseção de Itabuna/Ba, Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia – AMURC, Associação dos Professores de Itabuna – API/APLB Sindicato, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Diocese de Itabuna, Lions Clube Itabuna Grapiúna, União Brasileira de Mulheres – UBM/Núcleo Itabuna, Liga Sul Baiana de Combate ao Câncer, Associação do Culto Afro Itabunense, Sindicato do Magistério Municipal Público de Itabuna-SIMPI, Fundação dos Deficientes do Sul da Bahia – FUNDESB, Diocese Pastoral da Criança.

O CONSEDAMI, reativado há dois anos, passa por todas as dificuldades que até aqui foram abordadas, essa certeza foi trazida a partir da nossa conversa com Aline Maron Setenta<sup>34</sup>, atual presidente do Conselho da Mulher do Município de Itabuna.

Aline Setenta é conselheira pelo poder público desde 2016, indicada pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ela afirma que em 2016 o conselho estava se renovando e se reativando, pois tinha em média um ano sem a realização de reuniões. Segundo ela, o Conselho foi reativado devido aos esforços de uma conselheira mais antiga, que buscou os órgãos e entidades que fazem parte do conselho e fomentou a sua reativação através dessa mobilização, o que resultou na publicação do Decreto de Nomeação das integrantes. Assim, após a nomeação, os esforços foram empenhados no sentido da criação e aprovação do regimento interno, para regulamentar o seu funcionamento.

Aline Setenta afirma que ‘as duras penas’ conseguiram realizar uma reunião para eleger uma diretoria, que a conduziu a presidência. Já atuando na presidência, ao buscar a reativação (de fato) do conselho, ela trouxe à tona as dificuldades que encontraram junto ao poder público municipal, e cita a falta de diálogo e de estrutura como principais empecilhos para lograr êxito

---

<sup>34</sup> Advogada, professora Dr<sup>a</sup> da UESC e Coordenadora do SER Mulher da UESC.

na empreitada. Sendo assim, somente após a indicação de uma servidora - da Secretaria de Assistência Social, é que foi estabelecido um contato, contudo, com muitos problemas. Aline acredita que os obstáculos foram maiores devido a servidora não ter nenhuma atuação direcionada para a política de mulheres, além de ser responsável por diversos outros conselhos assistenciais<sup>35</sup>.

Ela pontuou que a falta de estrutura administrativa, inclusive o fato do conselho não possuir recursos financeiros, é um fator de desinteresse e desmotivação, tanto por parte do poder público como da sociedade civil e que desde o início da sua participação, até o presente momento, conseguiram realizar apenas algumas reuniões. Porém, elas precisaram ser suspensas devido à baixa participação das conselheiras e ao pleito eleitoral.

Para a presidente, o poder público utiliza-se da ‘autonomia’ dos conselhos para negar-lhes estrutura de funcionamento, dessa forma, a palavra não é utilizada para consolidar o conselho enquanto espaço de poder, mas para se eximir das responsabilidades, e inviabilizar o espaço de controle social. Segundo Setenta, a falta de atividades que atinge atualmente o CONSEDAMI, se dá por não terem conseguido sequer se constituir, piorando a situação após o poder público municipal ser derrotado nas eleições para a presidência, deixando de comparecer às reuniões. Até o momento, as únicas ações realizadas foram a publicação do decreto de nomeação e a ata de eleição da mesa diretora.

Aline Setenta ressalta que apesar das reuniões do conselho estarem ‘suspensas’ temporariamente, as conselheiras se encontraram em outros espaços – como na Rede Feminista Grapiúna, na comissão legislativa e em alguns eventos realizados na cidade nesse período, nestes espaços discutiram pautas e demandas concernentes às mulheres, mesmo não sendo atividades realizadas pelo conselho. Ela faz questão de deixar claro que a competência do conselho e a sua função enquanto órgão de controle social está prejudicada devido a falta de reuniões.

Isso nos faz lembrar Gohn quando ela diz que os conselhos “por lei, devem ser também um espaço de decisão. Mas, a priori, são apenas espaços virtuais” (GONH, 2000, p. 181). Para que o conselho seja eficaz é necessário dar condições de atuação, como por exemplo: “aumento efetivo de recursos públicos nos orçamentos; [...]; os conselhos tem que ser paritários [...] também nas condições de acesso e de exercício da participação; deve-se criar algum tipo de pré-requisito mínimo para que um cidadão se torne um conselheiro” (GOHN, 2000, p. 181), principalmente os representantes do poder público, que muitas vezes tornam-se conselheiros

---

<sup>35</sup> O Conselho da Mulher não é ligado à Assistência Social, mas sim um espaço de afirmação e criação de políticas públicas, dessa forma não se assemelha ao conselhos assistenciais (Aline Setenta).

simplesmente por estarem em cargos de chefias de determinados órgãos e não possuem nenhum tipo de identificação – pessoal ou profissional, com as pautas do espaço que ocupa. Ou seja, precisamos que o poder público esteja comprometido em indicar representantes que de fato se interessem pela luta das mulheres e tenham como propósito colaborar com a construção e o desenvolvimento do CONSEDAMI.

Setenta pontua sua insatisfação e desânimo em relação ao conselho, devido ao sentimento de não conseguir ampliar e “falar para fora”, ou seja, para outras mulheres ou para a sociedade. Ela pontua que apesar de ser indicada pela UESC, a luta feminista faz parte de sua vida pessoal e ideológica e que em alguns momentos já pensou em desistir, pois não consegue enxergar formas de avançar. Nesse sentido, ela desabafa:

Tem uma questão muito importante [...], essa composição paritária não é tripartite, é bipartite – poder público e sociedade civil. E nessa divisão, dentro do poder público, você tem muitas instituições que são da própria administração direta, [...], então esse rateio de representações dentro das secretarias é horrível para o conselho, porque está sujeito a ingerência dos cargos comissionados. Então você tem ali metade do conselho ou grande parte do conselho sendo ocupada por secretarias representando o governo, e por sua vez, essas secretarias indicam um cargo comissionado. Uma regra que deveria valer para os conselhos é a indicação de funcionário efetivo, por exemplo. Porque o chefe, o secretário, ele não vai poder ter tanta ingerência nesse processo, então ele não vai poder por exemplo, dar uma ordem e pedir que as pessoas não vão para o conselho, porque isso pode acontecer, então assim, isso esvazia muito o conselho. Então a gente precisa na verdade agora - como a gente já sabe que isso é necessário e que se não a gente não caminha, é de mudar a lei (Aline Setenta – Presidente do CONSEDAMI).

Ela acredita que atualizar a lei do conselho; melhorar a forma de ingresso das conselheiras, resolver a mobilidade das instituições (para que algumas instituições não ocupem “eternamente” o espaço e outras possam participar), e eleger representações da sociedade civil através de chamada pública (via edital) poderia colaborar para uma maior participação das representantes no conselho. Gohn (2000) afirma que já há alguns estudos que tem apontado a fraca participação da sociedade civil e os absenteísmos do poder público nos conselhos em geral.

Em relação à mudança da lei ela afirma que há uma esperança de conseguirem modificar através da comissão legislativa permanente dos direitos e em defesa da mulher da câmara de vereadores, ou pelo menos para iniciar essa discussão e começar esse processo. Algumas das propostas que podem ser trabalhadas a partir dessa comissão legislativa, além da correção da lei do conselho é a criação de um órgão específico para tratar a questão da mulher

com pessoas concursadas e interessada na temática, além de melhorias para CRAM<sup>36</sup> como por exemplo, a obrigatoriedade do CRAM ter um advogado.

Ao questionarmos sobre a busca de apoio financeiro, parcerias e estrutura administrativas para realização de ações do conselho, ela assinala que possuem um bom diálogo a Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM, pois devido a dificuldades com o poder público municipal, a SPM faz uma grande diferença e a Universidade (UESC) sempre que pode, ajuda. Mas nunca buscaram a iniciativa privada ou os sindicatos, principalmente porque durante muito tempo a luta principal foi para conseguir eleger a diretoria. Inclusive uma das ações do CONSEDAMI era visitar e conhecer os órgãos da rede de enfrentamento a violência presentes no município, mas por conta do esvaziamento das conselheiras, essa ação não foi realizada.

Em relação às políticas públicas dentro do legislativo, ela assegura que não existia nada até a criação dessa comissão legislativa, que foi uma iniciativa da única vereadora da Câmara Municipal. Assim como Maria Domingas de Jesus, Aline Setenta afirma que não há políticas públicas voltadas para a questão da mulher no município de Itabuna, exceto a lei que cria o conselho da mulher.

Devido as boas relações com a vereadora, o CONSEDAMI tem sido procurado, informalmente, para opinar a respeito das propostas da vereadora sobre a pauta feminista, além de ter como promessa a participação nas discussões dos projetos que tramitam dentro da comissão legislativa da mulher.

Aline Setenta acredita que o silenciamento dos movimentos feministas interseccionais que acontece na cidade é devido à falta de representatividade desses movimentos dentro do conselho, considerando que essa ausência é um reflexo da desestruturação e indefinições desses movimentos na sociedade Itabunense, principalmente, devido à dificuldade de encontrar pessoas ligadas a esses movimentos. Assim, ela relata os contratemplos que enfrentou para encontrar as mulheres do movimento feminista [como um todo] quando chegou ao CONSEDAMI e afirma que esse silenciamento dos movimentos feministas interseccionais, não é intencional, colocando a responsabilidade nas dificuldades de encontrar essas representações - especialmente por sua origem não ser do movimento feminista, e que isso só diminuiu a partir da criação da Rede Feminista Gapiúna.

Em relação a organização do movimento feminista na cidade, Setenta entende que Itabuna passou por uma transformação, nas palavras dela: “saiu do zero para alguma coisa”.

---

<sup>36</sup> Centro de Referência de Atendimento à Mulher.

Isso é um passo importante, pois mesmo o conselho não funcionando, de fato, a articulação dentro das agendas feministas ganhou muito nesse processo.

Às mudanças ocorridas ela atribui aos avanços do movimento feminista no interior da UESC (com a criação do SER Mulher UESC), da Comissão de Mulheres da UESC, da Ocupação realizada pelo movimento estudantil da UESC – e por outras agendas como: movimentação para reativação do CONSEDAMI; a criação do PPGER da UFSB; a comoção social em torno dos feminicídios - com o assassinato de Marielle Franco<sup>37</sup> e Maria Aparecida dos Reis<sup>38</sup>; as mobilizações referentes ao processo eleitoral<sup>39</sup>; e a eleição de uma vereadora mulher - que está aberta e disponível a ouvir e dialogar com as feministas. Esses movimentos, segundo ela, aproximaram pessoas para dialogar e discutir as pautas do movimento feminista.

Em relação a rede de enfrentamento a violência contra a mulher na cidade, Aline Setenta comemora a presença da DEAM na sessão especial *Nem Uma a Menos*<sup>40</sup>, considerando um avanço pois geralmente as representantes da DEAM não comparecem quando são convidadas, e na referida sessão, as duas delegadas marcaram presença. Ela analisa que nas instituições que fazem parte da rede de enfrentamento há uma postura de autodefesa, de acusações mútuas, e que a cobrança para que os serviços sejam prestados de forma satisfatória, na maioria das vezes, não é recebida pelos órgãos públicos, principalmente do Estado. A relação conflituosa entre estado e município dificulta a melhoria das ações da rede de enfrentamento. Por exemplo: a DEAM não está disposta a ouvir reclamações do CONSEDAMI, porque ela é um órgão do estado - além do autoritarismo policial e natural da instituição. Dessa forma, Setenta percebe que a presença da SPM e das políticas afirmativas estaduais presente na cidade, minimizaram o autoritarismo da DEAM, pois como é sabido que há uma preocupação em relação a pauta feminista e principalmente quando se trata de violência contra a mulher, eles “pisam no freio”.

Outro ponto colocado como fundamental para o não desenvolvimento político do CONSEDAMI, é a falta de aderência da sociedade civil, pois é difícil defender interesses de uma sociedade que não reconhece suas demandas e direitos. Desse modo, o conselho se sente

---

<sup>37</sup> Mulher negra, vereadora do Rio de Janeiro, executada a tiros em março de 2018 por milicianos. Moradora da favela da Maré e defensora dos Direitos Humanos, seu assassinato até hoje ainda não foi resolvido. A sociedade clama por justiça e repetidamente questiona: Quem matou Marielle? Junto com Marielle, seu colaborador e motorista Anderson Gomes também foi assassinado.

<sup>38</sup> Comerciante, assassinada pelo seu ex-namorado com tiros e facadas dentro de um ônibus coletivo no centro da cidade de Itabuna em junho de 2018.

<sup>39</sup> O Pleito eleitoral de 2018 produziu uma série de mobilizações, dentre elas o movimento *#EleNão*, protagonizado por mulheres do país inteiro em oposição a um candidato militar racista, machista, homofóbico, misógino, com discurso de ódio e claramente incompetente para presidir o país. Esse movimento mobilizou as mulheres nas ruas e nas redes sociais.

<sup>40</sup> Realizada em setembro na câmara de vereadores, teve como objetivo para discutir a violência contra a mulher no município de Itabuna.

isolado. Ela pontua que o CONDEMAMI poderia se colocar como um canal de denúncias e reclamações da sociedade, entretanto não possuem estrutura para tal ação, pois falta o mínimo, como telefone e espaço físico.

Aline Setenta faz uma crítica à atuação da SPM no município. Assim, Setenta afirma que a SPM quando vem na cidade está sempre institucionalmente vinculada ao poder público municipal, e a prefeitura acaba sendo um obstáculo direto para o conselho, que necessita de um canal direto com a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, até para fazer reclamações e observações em relação aos serviços ruins prestados pela prefeitura.

Essa crítica, ao nosso ver, é contraditória, pois ela afirmou anteriormente que a SPM sempre atendia quando elas (mulheres do conselho) precisavam. Contudo, podemos também inferir que essa relação de proximidade referida anteriormente com a SPM, se deu devido a relações pessoais, enquanto sua amiga trabalhava na secretaria. Outro ponto que podemos colocar em relação a essa crítica, é que a SPM tem representação própria em Itabuna, através do Projeto Respeita as Mina, que possui sede no município. Assim acreditamos que há uma falta de diálogo entre as partes.

A ausência do diálogo se confirma na fala de Aline Setenta, quando ela ressalta que o conselho é muito distante da sociedade e das mulheres que mais precisam, além de estar ocupado por mulheres que ocupam espaços de privilégios. Aline concluiu dizendo que a barreira da representação hoje é uma barreira clara e que é necessário mudar a lei do conselho para tirar as instituições que estão apenas para ocupar cadeiras e não tem nenhuma atuação nesse sentido.

Ao analisarmos suas declarações, podemos observar que a questão interseccional é sempre colocada num ambiente de dificuldades, seja na dificuldade de encontrar referências do movimento feminista negro, ou nos empecilhos de ser iniciar os debates. Se “mal está se conseguindo falar sobre a mulher” por que não iniciar essas falas a partir da mulher negra? Ou a partir da mulher trans? Ou a partir da mulher lésbica? Por que é tão difícil para o movimento feminista hegemônico interseccionar os debates, se seus discursos são sempre de colaboração e apoio aos subgrupos de mulheres? Acreditamos que essa dificuldade está no fato de que romper com os preconceitos vai muito além de palavras.



## CAPITULO 2

*A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota.*

*(Jean-Paul Sartre)*

### **2. TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DE ITABUNA**

A região Sul da Bahia abriga uma população indígena, negra e mestiça. Ao buscarmos a historicidade da mulher negra no sul da Bahia, nos deparamos com a constituição de territórios quilombolas na região de Itacaré – situado a 100 km de Itabuna, único material teórico que encontramos para discutir a presença negra no território Litoral Sul.

Os quilombos brasileiros possuem uma importância fundamental quando estudamos a história e a constituição etno-demográfica no Brasil. Eles são determinantes para abordarmos a discussão socioeconômica da formação da nossa sociedade, especialmente na Bahia. De acordo com os dados do IBGE, a Bahia tem 76,3% da sua população composta por negros, possuindo assim, uma das maiores populações negras do mundo. Aliado a isso, os conflitos por terras no território baiano, é uma constante, tanto nas terras indígenas, como nas quilombolas.

A massiva presença de negros no Estado corrobora com o processo de dominação do sistema escravista implementado no estado e no território estudado, porém a história nos mostra que a formação dos quilombos é decorrente da resistência negra no período escravocrata, que gerou insurreições - como a revolta dos Malês, e a criação de quilombos - comunidades de abrigo para negros fugidos, que foi se configurando também como um espaço de luta pela liberdade.

No sul da Bahia, as terras quilombolas estão presentes no município de Itacaré, que em suas origens são terras indígenas e foram colonizada a partir da implantação da capitania hereditária de Ilhéus. Em suas terras rurais estão presentes as comunidades remanescente de quilombos reconhecidas pela população de toda a região, são elas: Fojo, Cuiúdos, João Rodrigues, Acaris, Serra da Água, Água Vermelha, Oitizeiro e Santo Amaro, e na zona urbana, Porto de Trás é a única comunidade quilombola da cidade, se configurando como um quilombo urbano. De acordo do Ladyane Ferreira, Elis Fiamengue e Carlos Pereira (2010), essas comunidades reúnem mais de 500 famílias, sendo que a maioria das delas estão inseridas nos

setores com piores índices educacionais. A maior parte da população dos quilombos rurais é analfabeta, devido às dificuldades de acesso às escolas. A maioria dos quilombos não possuem escolas próprias. Como quase todas as comunidades quilombolas estão na zona rural, o acesso à educação e a outros bens sociais – como saúde, transporte etc., ainda não chegam ou são extremamente precários.

Com uma presença feminina negra marcante nessa região, acreditamos que a população negra que não se aquilombou, acabou migrando ou permaneceu trabalhando na lavoura cacaueteira da região, que já despontava como grande riqueza desde o final do século XIX e início do século XX.

As comunidades denominadas quilombolas ou remanescente de quilombos tratam-se de comunidades negras - a grande maioria situa-se na zona rural, onde vivem os descendentes de escravos. Essas comunidades buscam preservar a cultura e os costumes dos seus antepassados, por isso também são conhecidas como comunidades tradicionais. Maria Ednalva Carmo afirma que

os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (SCHMITT, TURATTI e CARVALHO, 2002, *apud* CARMO, 2016, p. 8).

Carmo ao estudar o quilombo de Fojo ressalta que o papel que cabe às mulheres na comunidade “é na produção de alimentos, na criação dos filhos, no cuidado com a casa, e, ao que tudo indica, em sua maioria, não tem autonomia para tomar decisões em assuntos importantes da comunidade, visto que não são membros da associação” (CARMO, 2016, p. 121). Contudo, a autora chama atenção para as mulheres que buscam ocupar posições estratégicas na comunidade, participando mais ativamente das reuniões da associação de moradores e imprimindo suas opiniões a respeito da vida coletiva, assim, na busca por seus direitos, elas têm assumido a liderança dentro do quilombo.

Entre os povos tradicionais, em especial nas comunidades que são remanescentes de quilombos, as mulheres

exercem papéis de liderança e de destaque em seus grupos de pertencimento. São coordenadoras e presidentes de Associações de Moradores, comandam lutas pelo reconhecimento, e, também, assumem o papel de dirigentes destas comunidades. Dessa forma, é determinada a condição de agentes facilitadoras de um processo de

construção de uma comunidade sustentável (O'DWYER, 2002 *et al. apud* CARMO, 2016, p. 03).

No Litoral Sul da Bahia, três espaços concentravam a maioria dos negros no início do século XX – os quilombos, as fazendas de cacau e as periferias de cidades como Ilhéus e Itabuna. Com a crise da economia colonial, ao final do século XIX, o cacau surge como alternativa econômica para a região, incentivando um grande fluxo migratório. A produção cacauceira na região de Ilhéus-Itabuna - principalmente, teve seu domínio estabelecido a partir do poder patriarcal, sendo os grandes latifundiários e produtores de cacau, o grande ícone político-partidário e detentor de prestígio e domínio social.

Alguns pequenos vídeos/documentários<sup>41</sup> sobre os quilombos da região de Itacaré, trazem depoimentos de homens e mulheres sobre a manutenção da história, da tradição e da cultura afro brasileira, como também do resgate histórico da formação dos quilombos – como as danças, as músicas, os costumes, a religiosidade, ou seja, demonstram o seu reconhecimento identitário enquanto negros/as e quilombolas. A partir dessas falas, foi possível perceber que algumas pessoas não estiveram nessas comunidades durante toda sua vida, tendo saído em alguns momentos e retornado posteriormente. É possível também inferir, que diante do poderio dos fazendeiros e coronéis do cacau, muitos negros e negras perderam suas pequenas propriedades rurais, sendo vítimas da força e da violência praticadas por eles.

Mais ao sul do estado, Gean Paulo Santana, ao estudar *Vozes e versos quilombolas: uma poética identitária e de resistência em Helvécia* (2014) relata o ativismo das mulheres negras frente à manutenção das tradições e culturas do povo de Helvécia. Estas mulheres negras, estiveram atentas ao presente e, em diálogo com o passado, explicitaram narrativas e experiências ancestrais presentes na memória em prol do reconhecimento identitário quilombola (SANTANA, 2014).

Através da dança do bate-barriga e das canções-poemas protagonizadas pelas mulheres negras cantadoras de Helvécia, Santana aborda a luta pelo reconhecimento identitário afrodescendente e quilombola dentro de um processo de construção, reconstrução e manutenção das identidades culturais, através de experiências, ressignificações e resistência no território de Helvécia. Apesar do distrito de Helvécia não fazer parte do território estudado por esta pesquisa, faz-se importante a expressiva presença da população negra e a experiência da população negra na perspectiva de gênero nesta região.

---

<sup>41</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=IMxyfq1Zy8s> (acesso em 28 nov. 2018); <https://www.youtube.com/watch?v=tEaLWBAT4Bw> (acesso em 28 nov. 2018); <https://www.youtube.com/watch?v=n3H3NcOnoGY> (acesso em 28 nov. 2018)

Santana (2014) afirma que a luta pelo reconhecimento identitário não é uma sociabilidade superficial e, sim, um movimento tenso e conflituoso, pois aciona processos de reconstrução de solidariedade, de contextualização e recontextualização de identidades culturais de um povo, buscando manter suas histórias e valorizar as vivências e experiências de seus antepassados.

A luta de reconhecimento identitário em Helvécia ocorreu a partir do processo de (auto) descoberta e recriação identitária das pessoas, mas principalmente enquanto comunidade, mediante um conjunto de fenômenos objetivos e subjetivos, a partir de uma cultura diferenciada, implicados na adoção do rótulo étnico, seus condicionamentos e efeitos, a partir dos recursos/impactos semânticos e retóricos (SANTANA, 2014), características que também é possível ser observadas nas falas dos quilombolas de Itacaré. Assim, o reconhecimento identitário é uma das marcas das comunidades remanescentes de quilombos, pois nessas comunidades,

o ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo, passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada (LEITE, 2000 *apud* SANTANA, 2014, p. 36).

Nesse sentido, Santana (2014) assegura que as mulheres negras em Helvécia explicitam as lutas por cidadania quilombola, desencadeadas pelos afrodescendentes, porém ainda é um direito a ser efetivado pelo Estado Brasileiro. Pois é fato e notório que a luta por terras quilombolas e indígenas é uma situação permanente e secular no Brasil.

A população baiana foi formada a partir de uma miscigenação entre os povos, e esta miscigenação está traduzida no censo de 2010, que aponta o estado no segundo lugar com maior número de pessoas que se autodeclararam negras, sendo 17,1% autodeclaradas pretas e 59,2% pardas, totalizando 76,3% da população. O Estado do Pará está em primeiro lugar com 76,7% de negros, sendo 7,2% de pretos e 69,5% de pardos. Para José Sena, diretor de geociências do IBGE, o alto índice de pardos deve-se a miscigenação de índio com o branco na região amazônica<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Os dados foram extraído da reportagem do jornal A Tarde na sua versão on-line, pode ser encontrada no endereço eletrônico: <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1546867-bahia-apresenta-o-maior-numero-de-negros>. Acessado em 25 de abril de 2018.

Em relação às mulheres, o censo de 2010 revela que a Bahia tem 51% (7,1 milhões) de mulheres e 49% (6,8 milhões) de homens. (IBGE, 2010). Infelizmente não encontramos nos dados do censo, o percentual de mulheres negras, contudo, através dos dados que afirmam que a população negra da Bahia se aproxima dos 80%, podemos inferir que as mulheres negras estão presentes em maior número no Estado.

A violência contra as mulheres é um grave e importante problema de ordem social, econômico e político que atinge praticamente todos os países, bem como mulheres de todas as classes sociais, raça/cor, etnias, idades e religiões – enfim, a generalidade dos grupos sociais. O impacto causado por ela é bastante significativo: as consequências envolvem os sujeitos e as famílias, a esfera produtiva e as ações e os orçamentos públicos (PEREIRA, 2016, p. 24-25).

Analisando os dados do Mapa da Violência Contra as Mulheres de 2015, nos deparamos com números alarmantes. No ranking das 100 cidades<sup>43</sup> com maior número de homicídios de mulheres, há 16 cidades baianas, sendo que 02 delas estão distribuídas no território de identidade Litoral Sul – Itacaré e Ubaitaba. Assim, o município de Itacaré está em 10º lugar, Porto Seguro em 19º, Ubaitaba em 40º, Eunápolis em 57º e Santa Cruz Cabrália em 60º. Entre os outros 11 municípios, temos cinco cidades da Região Metropolitana de Salvador - RMS, três no extremo sul baiano, dois no Baixo Sul, e um no território de identidade Vitória da Conquista. Sendo que Itacaré e Porto Seguro estão à frente de municípios como Lauro de Freitas (53º) e Simões Filho (28º), cidades popularmente conhecidas pelos altos índices de violência registrados<sup>44</sup>.

De acordo com o Atlas de Violência 2017 do IPEA (2017) em 2005 a Bahia registrou 211 homicídios de mulheres, seguindo com números crescentes até 2013 quando 423 mulheres foram assassinadas; em 2015 caiu para 382 vítimas. Ao fazer o recorte de raça, as taxas de homicídio<sup>45</sup> de mulheres negras ficam em 2005 – 2,9% e 2013 – 6%, já a taxa de mulheres não negras foram: em 2005 – 1,4% e 2013 – 2,5%. Esses dados também são confirmados através do Mapa de Violência Contra as Mulheres de 2015, onde Júlio Waiselfisz afirma que:

o número de homicídios de brancas cai de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período. Já os homicídios de negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas (WASELFISZ, 2015, p.30).

<sup>43</sup> Municípios com mais de 10.000 habitantes do sexo feminino, com as maiores taxas médias de homicídio de mulheres (por 100 mil). Dados de 2009-2013. (WASELFISZ, 2015)

<sup>44</sup> Em 2015 o IPEA lançou o resultando de uma pesquisa com os 30 municípios mais violentos do país, colocando Lauro de Freitas em 2º lugar e Simões Filho em 5º. Informações sobre a pesquisa: disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/as-30-cidades-mais-violentas-do-brasil-segundo-o-ipea/> . Acesso em 23 de março de 2017.

<sup>45</sup> Taxa de homicídio por 100 mil mulheres.

Waiselfisz (2015) nos diz que em 10 anos, os homicídios de mulheres negras aumentaram 54% e em um ano morreram assassinadas 66,7% mais mulheres negras do que brancas. Esta é a relação cruel entre o racismo e o sexismo. Paralelo a isso, observamos que 27,1% dos homicídios de mulheres acontecem em casa. Já para os atendimentos às vítimas de violência em estabelecimentos de saúde na Bahia, 60% é de mulheres, e seus agressores são majoritariamente familiares, sobressaindo os atuais e ex-companheiros com 36,9%, e no caso das mulheres idosas, a agressão provocada pelos filhos, que somam 34,9%. Nas mulheres jovens e adultas o cônjuge é responsável por até 34% dos casos de agressão. Ainda na mesma pesquisa, a residência figura como o local privilegiado de ocorrência da violência não letal, expressivamente alto para o sexo feminino (71,9%) (WAISELFISZ, 2015). A pesquisa de Waiselfisz demonstra a forte relação da violência doméstica com o espaço privado, mas também como reflexo de relações desiguais entre homens e mulheres, desigualdade que faz parte da nossa estrutura social.

É necessário e urgente se investigar o motivo de tantas mulheres estarem sendo assassinadas, para que seja possível garantir políticas públicas capazes de proteger a vida e os direitos das mulheres, principalmente das mulheres negras, que são as maiores vítimas da violência de gênero, seja urbana ou doméstica.

É importante reforçar que a violência doméstica é derivada da organização social de gênero da nossa sociedade, uma estrutura que não privilegia o feminino e que concede um poder estrondosamente superior aos homens. Para melhor entender esse fenômeno, Heleieth Saffioti (2015) afirma que a violência doméstica possui características próprias como a rotinização, o que colabora para a codependência<sup>46</sup> e o estabelecimento de uma relação fixada<sup>47</sup>. Outra característica da violência doméstica está na forma de relação afetiva entre os parceiros, baseada nas múltiplas dependências recíprocas. A autora explica que a violência doméstica incide sobre as mesmas pessoas, o que a torna o ato da violência habitual.

Sobre a violência doméstica, Jackeline Romio (2009) destaca que a subnotificação é um grande entrave para os estudos que pretendem analisar a dimensão do problema, pois quando a violência ocorre no ambiente doméstico e familiar a prática social naturaliza a violência, e dessa forma as mulheres não denunciam seu agressor. Nesse sentido, percebemos uma complacência

---

<sup>46</sup> A autora explica que um relacionamento codependente é aquele que a pessoa está ligada psicologicamente a um parceiro;

<sup>47</sup> Relacionamento fixado é aquele “em que o próprio relacionamento é objeto de vício” (GIDDENS, 1992 *apud* SAFFIOTI, 2015, p. 89).

da sociedade para com a violência doméstica. Vale lembrarmos o sentido da frase popular: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Romio lembra que a pesquisa coordenada por Maria Coleta Oliveira (2007) - *Mediação familiar transdisciplinar: uma metodologia de trabalho em situações de conflito de gênero*, mostra que a violência verbal, moral e psicológica é vista como menos grave do que a violência física, afirmação que nos faz refletir sobre a naturalização da violência doméstica.

Os estudos referentes a violência sexual nos direcionam para as conexões entre as várias formas de violência. Em outras palavras, a análise sugere ainda que os feminicídios não se restringem aos praticados por companheiros e ex-companheiros, ao considerarmos o feminicídio homofóbico e lesbofóbico, o feminicídio marital, o feminicídio racista, os feminicídios cometidos fora do espaço de domicílio, os seriais e em massa. O tema inclui a discussão dos assassinatos de mulheres, legalizados pelo Estado, e motivados por políticas e práticas sociais, bem como os assassinatos de meninas em países que adotaram políticas de restrição do número de filhos e as mortes femininas produzidas pelos processos de esterilização e clitorectomias.

Jackeline Romio (2017) afirma que apesar dos feminicídios terem se tornado conhecidos através dos estudos de uma estadunidense chamada Diana Russel, ele surgiu na América Latina – AL, a partir das mortes violentas de mulheres na fronteira do México com os Estados Unidos da América. O conceito se difundiu na AL e hoje 17 países usam a terminologia em seus códigos criminais.

O feminicídio é o assassinato de mulheres causados exclusivamente pela condição de gênero, revelando o sexismo, a misoginia e o desprezo pela mulher. O feminicídio colabora com a manutenção da dominação feminina e é fundamental para a sustentar o *status quo* do patriarcado. Ou seja,

o feminicídio é o genocídio contra as mulheres e acontece quando as condições históricas geram práticas sociais que permitem atentados violentos contra a integridade, a saúde, a liberdade e a vida de meninas e mulheres (LAGARDE, 2008 *apud* ROMIO, 2017, p.47).

Atualmente, uma das maiores preocupações do movimento feminista é o crescimento assustador no número de assassinatos de mulheres. Assim, o feminicídio necessita ser reconhecido em suas dimensões epidemiológicas, visto que hoje já é considerado uma das principais causas de mortes de mulheres jovens na América Latina (ROMIO, 2017).

A violência está intimamente ligada com o feminicídio, pois esse é uma das formas extremas de violência de gênero, caracterizado como um crime de Estado, pois

[...] o feminicídio se consuma porque as autoridades omissas, negligentes ou em conluio com agressores, exercem sobre as mulheres violência institucional ao obstaculizar seu acesso à justiça e com ele contribuem para a impunidade. O feminicídio acarreta a ruptura parcial do Estado de direito, já que o Estado é incapaz de garantir a vida das mulheres, de respeitar seus direitos humanos, de atuar com legalidade e fazer respeitar, de procurar e administrar a justiça, e prevenir e erradicar a violência que o ocasiona. O feminicídio é um crime de Estado (LAGARDE, 2008 *apud* ROMIO, 2017, p. 49).

Sueli Almeida (1998) explica que a expressão “feminicídio íntimo” foi introduzida em 1976, no Tribunal Internacional de Crimes contra a Mulher e o termo voltou a ser utilizado apenas nos anos 1990, para evidenciar a “não-acidentalidade” da morte violenta de mulheres. Estas mortes violentas envolveriam estupros seguidos de assassinato, casos de assassinato de prostitutas por seus clientes e assassinatos conjugais. Para Almeida *Femicídio* explícita o caráter sexista dos crimes conjugais, desmascarando a aparente neutralidade dos termos homicídio e assassinio. A autora se refere ao feminicídio como sendo tão antigo quanto o patriarcado e evidencia que uma ‘outra face do feminicídio’ é o homicídio de homens como consequência da estratégia de sobrevivência de mulheres, forjada no conflito, numa tentativa de autodefesa (ALMEIDA, 1998).

O feminicídio pode ser caracterizado através do tipo de ligação da vítima com o agressor, assim, são caracterizados em feminicídio íntimo, não íntimo e por conexão. O feminicídio íntimo são os assassinatos cometidos por homens que mantinham relações íntimas, afetivas, familiares, por convivência ou por afinidade, ou seja, era alguém da relação pessoal da vítima. O feminicídio não íntimo são os cometidos por homens que não possuíam nenhum tipo de relação próxima com a mulher, geralmente desconhecidos ou conhecidos sem aproximação pessoal. Os por conexão são aqueles em que a mulher é assassinada “na linha de fogo” de um homem, quando ele tenta matar outra mulher, geralmente esses feminicídios acontecem mais no âmbito familiar e pessoal, se dá quando a mulher interfere para defender outra – mãe, irmã, crianças, amigas, etc. (ROMIO, 2017).

O termo homicídio foi colocado em questão pela pesquisadora Maria da Penha ao discutir o sequestro e morte de uma adolescente de 15 anos (Eloá) por seu ex-namorado, após a recusa dele em aceitar o fim do relacionamento. O caso aconteceu na região do ABC da grande São Paulo. Segundo a autora:



Tudo o que o Brasil acompanhou com pesar no drama de Eloá, em suas cem horas de suplício em cadeia nacional, não pode ser visto apenas como resultado de um ato desesperado de um rapaz desequilibrado por causa de uma intensa ou incontrolada paixão. É uma expressão perversa de um tipo de dominação masculina ainda fortemente cravada na cultura brasileira [...] O assassino, durante 100 horas manteve Eloá e uma amiga em cárcere privado, bateu na vítima, acusou, expôs, coagiu e por fim martirizou o seu corpo com um tiro na virilha, local de representação da identidade sexual, e na cabeça, local de representação da identidade individual [...] Um crime onde não apenas a vida de um corpo foi assassinada, mas o significado que carrega - o feminino. Um crime do patriarcado que se sustenta no controle do corpo, da vontade e da capacidade punitiva sobre as mulheres pelos homens. O feminicídio é um crime de ódio, realizado sempre com crueldade, como o "extremo de um *continuum* de terror anti-feminino", incluindo várias formas de violência como sofreu Eloá, xingamentos, desconfiança, acusações, agressões físicas, até alcançar o nível da morte pública (MOTA; FERNANDES, 2008, s/p.).

Apesar de nossa pesquisa priorizar a violência doméstica, devemos também considerar o fenômeno da violência urbana no que tange as mulheres, pois como já dissemos, o espaço urbano se correlaciona com inúmeros fatores de desigualdades e vulnerabilidades para as mulheres, especialmente as mulheres negras, que são constantemente vítimas dos diversos tipos de violência urbana.

A violência doméstica tem relação direta com as estruturas de poder que existe na nossa sociedade, não sendo uma relação simples e mecânica, mas que abrange construções complexas que refletem a interligação da opressão de gênero, raça e classe. Se não tivermos a capacidade de compreender que a violência é mediada pelo poder racial, classista e governamental, não poderemos nutrir esperanças de desenvolvermos estratégias que nos permita um dia expurgar da nossa sociedade a violência racista, opressiva e misógina (DAVIS, 2017).

Em 1995, dez anos após a criação da primeira DEAM, a Lei 9.099/1995 criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais – JECrim's, que são órgãos do poder judiciário para promover a conciliação, o julgamento e a execução de infrações penais. Com o objetivo de dar celeridade aos casos de menor potencial ofensivo, os JECrim's não contavam com atendimento especial às mulheres e como a legislação previa a aplicação de penas alternativas ou o pagamento de multas ou cestas básicas, o procedimento contribuía para a banalização da violência de gênero (BANDEIRA, 2009 apud PEREIRA, 2016, p. 26). Nesse sentido, Romio (2009) afirma que há mais de 20 anos se estuda o tratamento judicial sexista dado aos casos de homicídio e estupro de mulheres, pois a justiça tratava os crimes como justificáveis, tudo isso devido aos vínculos emocionais entre as mulheres e seus agressores e, por isso, despenalizavam o agressor baseado em jurisprudências de “forte emoção”, “legítima defesa da honra”, entre outros argumentos que em muitos casos culpabilizavam as mulheres ou mesmo as diminuíam.

Por esses motivos, muitas mulheres evitavam a denúncia, pois acabavam se expondo ainda mais à violência do agressor, que não era punido. Mesmo o movimento feminista lutando contra a impunidade e o descaso do sistema de justiça brasileiro diante dos crimes contra as mulheres, principalmente os homicídios resultantes da violência doméstica, o país continuou assistindo inúmeros assassinatos evitáveis.

Romio (2013) argumenta que a literatura que estuda o impacto da violência e sua relação com gênero afirma que os homens são maiores vítimas da violência na cidade e as mulheres as maiores vítimas em casa. Para a autora, apenas o entendimento multifacetário do fenômeno da violência contra a mulher pode responder porque tantas mulheres dizem sentir-se seguras no lar. Fazendo um recorte racial, 78,7% de mulheres brancas se sentem seguras no domicílio, enquanto as mulheres negras somam 75,7%.

A autora ainda afirma que entre 2000 e 2005 quase 4.000 mulheres foram assassinadas anualmente no país e que esses dados indicam que há uma necessidade maior de estudarmos as causas externas que vitimam tantas mulheres, pois são mortes evitáveis que demonstram a deficiência na saúde e segurança de vida das mulheres (ROMIO, 2009).

O mapa da violência contra a mulher de 2015 afirma que de 1980 a 2013 a taxa de homicídios contra as mulheres saiu de 2,3 para 4,8, isso significa em números absolutos que em 1980 foram assassinadas 1.353 mulheres e em 2013 esse número chegou a 4.762 mulheres vítimas de homicídios. Na Bahia tivemos 152 homicídios e uma taxa de 2,2 em 2003 e 421 com taxa de 5,8 em 2013 (WAISELFISZ, 2015).

Ao analisar o local de ocorrência das agressões físicas sofridas pelas mulheres a residência das mulheres negras tem o percentual de 44% e das mulheres brancas 42%. Quando a agressão é em local público as brancas são as maiores vítimas com 52% e as negras 47% (ROMIO, 2013). Por estar diretamente ligada com o domicílio, a violência doméstica se faz mais presente na casa das mulheres negras, estando essas mais expostas a esse tipo de violência do que as mulheres brancas.

Romio (2009) afirma que os maiores índices de mortes por causas externas entre as mulheres estão entre as mulheres com menos de 35 anos, do mesmo modo que Waiselfisz (2015) demonstra que o grupo mais vitimado por homicídios são as mulheres de 15 a 36 anos. Isso nos faz inferir que a mulher é assassinada majoritariamente em sua fase sexual e reprodutiva e que a violência doméstica opera de forma significativa para a composição dos dados apresentados pelos autores supracitados.

As violências física, patrimonial, moral, psicológica e sexual fazem parte da violência doméstica contra a mulher e colaboram diretamente para o aumento das taxas de violência.

Paula Fonseca e Taiane Lucas (2006) em seus estudos sobre *Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas*, descrevem os tipos de violência, sendo essas: a violência patrimonial - aquela que resulta em perdas, danos, subtração ou retenção de bens, documentos e objetos com valores econômicos ou sentimentais. A violência sexual se estabelece como qualquer prática sexual sem consentimento, baseado na força, ameaças, ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. A violência simbólica ou moral acontece pelo prejuízo da competência emocional, psicológica ou moral da mulher, expresso através do controle de suas ações, humilhação, rejeição e agressão verbal. A psicológica são atos que causem danos à saúde psicológica, a autoestima e ao seu desenvolvimento pessoal. A violência física é a mais perceptível de todas, pois provocam lesões corporais facilmente identificáveis, provocados por espancamentos e outras ações que ferem, machucam ou que coloca em risco a vida.

Inicialmente, o conceito de violência contra a mulher seguiu a Convenção do Pará que, em 1994, definiu a violência contra a mulher de uma forma que conseguisse capturar a participação da violência urbana e doméstica. Naquele momento a violência contra a mulher foi compreendida como sendo qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. Os debates na Convenção do Pará concluíram que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica: a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (CONVENÇÃO DO PARÁ, ARTIGO 1 e 2, 2004).

A violência doméstica está pulverizada na sociedade como algo do cotidiano e está largamente entranhada nas relações afetivas, sendo usada diariamente como estratégia normativa de domínio do poder masculino, necessitando que o Estado, a sociedade e as instituições tomem providências mais eficazes no seu combate. Diante desse cenário violento, Romio mostrou que:

63% das vítimas de violência no espaço doméstico eram mulheres e em mais de 70% dos casos, o agressor era seu próprio marido ou companheiro. A veiculação desses dados foi fundamental, naquele momento, para revelar uma outra dimensão da

violência e desmistificar a imagem da família, como nicho de paz e harmonia (ROMIO, 2013, p. 134).

Para sua pesquisa, a autora indicou que os distritos de Capão Redondo, Jardim Ângela, Grajaú e Sapopemba foram os distritos paulistas que mais registraram óbitos femininos por homicídio. Não por acaso, esses distritos são aqueles que possuem os limites do município, e estão bem afastados do centro. Seguindo desses distritos, outros também ganharam destaque no índice de violência contra a mulher: Pedreira, Cidade Tiradentes e Cachoeirinha, registraram entre 60 a 90 óbitos no período analisado. Notemos que estas áreas também são as com maiores concentrações de favelas. A pesquisadora notou ainda que o quesito raça/cor da vítima faz diferença no tipo de conflito motivador das mortes. Enquanto as mulheres brancas foram mais atingidas por sequestros e roubos, seguido das agressões amorosas, as mulheres negras foram o principal alvo das mortes por encomenda, seguida também pelas mortes ocasionadas por motivo amoroso. As mortes ocasionadas por brigas de diversos tipos são também motivos de morte para as mulheres negras.

Quanto à escolaridade das vítimas, a pesquisa de Romio informa que o maior número de vítimas da região sudeste possuía apenas o nível fundamental de ensino, denominado 1º Grau (categoria nativa dos B.O's). Vítimas com esse nível de escolaridade representam 43,9 % das vítimas fatais e 40,6% das vítimas totais. A violência não atingiu apenas as mulheres com baixa escolaridade, dado que esta pesquisa averiguou que 5,4% das vítimas fatais tinha alcançado o nível superior de ensino, o mesmo ocorrendo com 6,4% do total das vítimas. Logo, a violência não foi exclusividade das camadas populares, de baixo nível educacional e, sim, um problema para o total da sociedade. Outro dado relevante desta pesquisa desmistifica a afirmativa que sugere que os homicídios contra as mulheres são no geral de caráter afetivo/amoroso. Esta motivação é causa de 11% dos casos, contra 33,2% de outros casos que, em sua maioria, são de caráter urbano, decorrente da violência nas grandes cidades.

Reconhecendo a necessidade de combater a violência doméstica o governo sancionou em 2006 a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP). Essa lei representou para o movimento de mulheres um marco institucional importante no combate à violência doméstica, pois não se buscou apenas aumentar a pena do ofensor, mas, construir uma rede de apoio que deverá servir como instrumento na proteção e para o acolhimento às vítimas, trazendo também a ressocialização do agressor – nos casos de agressões, ameaças e similares, na busca de reeducá-lo e assim tentar diminuir a violência.

## 2.1. A Rede de Enfrentamento à Violência contra à Mulher

Até 2003 as Casas-Abrigo e as DEAMs eram as principais políticas públicas implementadas que atendiam à temática da violência contra a mulher. A partir da criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres – SNPM<sup>48</sup>, em 2003, vinculada à Presidência da República, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres passaram a ser ampliadas e a incluir ações de prevenção, de garantia de direitos e de penalização dos agressores com a promulgação da Lei Maria da Penha. Em relação à assistência, a rede de atendimento foi redimensionada, incluindo outros serviços que não somente os abrigos e as DEAMs, tais como: CRAM; Defensorias da Mulher; Promotorias da Mulher ou Núcleos de gênero nos Ministérios Públicos; Juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher; dentre outros (BRASIL, 2011).

A rede de enfrentamento à violência contra a mulher é entendida como à atuação articulada entre as instituições governamentais, não-governamentais e a sociedade, visando desenvolver estratégias eficazes de prevenção à violência doméstica e de políticas que promovam o empoderamento das mulheres e a proteção dos seus direitos, além da responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Já a rede de atendimento, se refere aos serviços públicos que buscam ampliar a qualidade do atendimento às mulheres vítimas de violência. A rede de atendimento inclui especialmente os serviços de assistência social, segurança pública, saúde e o judiciário (BRASIL, 2011).

A partir das reivindicações do movimento feminista, o governo Lula criou, em 2003, a SPMN. A criação desta secretaria teve uma relevância muito grande para o movimento feminista, pois a questão da mulher passou a ter um espaço governamental para pensar, planejar e desenvolver políticas públicas voltadas para a mulheres.

Com a disponibilização de recursos e autonomia, a Secretaria passou a desenvolver uma política de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher. Nesse sentido, a mobilização dos movimentos feministas e de mulheres foram fundamentais nas conferências realizadas, e essas, por sua vez, foram importantes para a discussão das demandas, que colaboraram significativamente para a construção dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres – PNPM.

---

<sup>48</sup> A sigla oficial é SPM, porém iremos trabalhar com a sigla SNPM para distinguir da SPM Estadual.

Em 2006 foi promulgada a Lei Maria da Penha, que prevê um atendimento articulado às vítimas, assim, em 2007 lançaram o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, consolidando a urgência de se implementar uma rede estruturada e conectada para atender essas mulheres. Dessa forma, as diretrizes para a atuação conjunta das três esferas de poder – municipal, estadual e federal, foi fundamental para a formação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, atendendo o artigo 9º da lei Maria da Penha, que diz:

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso (BRASIL, 2006, s/p.).

Além disso, a Lei também estabelece a criação de serviços especializados no atendimento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, tais como:

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar; II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar; III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar; IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar; V - centros de educação e de reabilitação para os agressores (BRASIL, 2006, s/p.).

Por se tratar de uma norma jurídica, a previsão de criação de serviços especializados reforça a responsabilidade dos governos estaduais e municipais implantarem políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e normatiza a implementação de uma rede articulada e intersetorial de atendimento (BRASIL, 2011). A partir daí, alguns avanços foram alcançados com a implementação de algumas políticas públicas e um melhor direcionamento nos atendimentos pela rede socioassistencial.

Em 2010 a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres reconfigurou a rede, passando a chamá-la de Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, ampliando o conceito e englobando outras parcerias institucionais, como: “organismos de políticas para as mulheres, serviços de responsabilização e educação do agressor, coordenadorias das DEAMs, núcleos de gênero nos Ministérios Públicos, Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, etc.” (BRASIL, 2011, p.12).

Esses órgãos e serviços, mesmo não estando diretamente envolvidos na assistência às mulheres, desempenham um importante papel no que tange ao combate e à prevenção da violência e à garantia de direitos das mulheres, assim, a Rede de Enfrentamento é composta não somente pelos serviços responsáveis pelo atendimento, mas também de agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos como habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura; movimentos e ONGs feministas; movimentos de mulheres; conselhos dos direitos das mulheres; outros conselhos de controle social; universidades, etc., que tem o objetivo de “efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - combate, prevenção, assistência e garantia de direitos - e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres” (BRASIL, 2011, p. 13).

Já a rede de atendimento à mulher em situação de violência, possui um caráter mais assistencial, e atua em quatro áreas principais, a saber: saúde, justiça, segurança pública e assistência social. É composta por duas principais categorias de serviços: a) os serviços não-especializados de atendimento à mulher – que geralmente são a porta de entrada da mulher na rede: hospitais, postos de saúde, programa saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, Ministério Público, Defensorias Públicas; b) os serviços especializados de atendimento à mulher - aqueles que atendem exclusivamente a mulheres e que são capacitados e preparados para atender as mulheres em situação de violência: CRAM, DEAM, Casa Abrigo, Ronda Maria da Penha (na Bahia), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher – “Ligue 180”, Ouvidoria da Mulher, etc.

Percebemos assim que a rede de enfrentamento à violência contra a mulher é composta por uma multiplicidade de instituições e serviços assistenciais. De acordo com a SNPM, esses atores institucionais devem trabalhar em um processo de construção que aponte para a multidimensionalidade e a complexidade da violência contra a mulher. Para que isso ocorra, é importante que atuem de forma articulada e integrada. No âmbito da assistência, o desafio é que os serviços trabalhem a partir de uma perspectiva intersetorial e que deliberem fluxos de atendimento compatíveis com as realidades locais para que assim possam abarcar as demandas das mulheres em suas diversidades (BRASIL, 2011).

A Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher ainda está em fase de expansão e consolidação. De fato, temos apenas 15 anos da criação da Secretaria de Políticas para as

Mulheres, que é um tempo relativamente pequeno para conseguir implementar políticas com uma robustez proporcional ao fenômeno epidemiológico que se tornou a violência contra a mulher. Apesar dos avanços, nenhum governo nos últimos 15 anos, teve como prioridade essa temática, isso se verifica através dos números crescentes de assassinatos de mulheres<sup>49</sup> ao longo de uma década.

Além disso, muitos governos municipais e estaduais também não têm essa pauta como prioridade, isso é observável a partir da criação de Secretarias de Políticas para as Mulheres nessas esferas. Até 2013 apenas Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe, Paraíba e Pernambuco tinham uma secretaria exclusiva de políticas para as mulheres. Representando 40,7% das 27 unidades federativas. No âmbito municipal, é imprescindível a criação de Organismos de Políticas para as Mulheres – OPMs<sup>50</sup> conforme orienta<sup>51</sup> a SNPM, mas em 2013 existiam apenas 583 OPMs – somando os estados e municípios (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015). Com 5.570 municípios, a quantidade de OPMs ainda é irrisória, principalmente quando pensamos que é na esfera municipal que acontecem as ações e a assistência às mulheres, em todas as suas necessidades.

A Rede de Enfrentamento a violência contra a mulher deve promover ações de prevenção e de enfrentamento/combate à violência. Conhecer a dinâmica, os tipos de violência aos quais as mulheres estão sujeitas e os impactos que essas violências causam na vida delas e em todo o meio social é fundamental para conseguirmos desestruturar os preconceitos que geram a violência contra a mulher. Nesse sentido, podemos incluir como atividades de prevenção e combate, a sensibilização e informação sobre os tipos de violências, como elas se manifestam, como identificá-las e onde buscar ajuda. Essas informações podem ser socializadas através de palestras, oficinas, seminários, rodas de conversas e outras atividades que reúnam, principalmente, as mulheres, para instruí-las e apoiá-las. Acreditamos que a prevenção da violência doméstica também acontece através dos homens, ao buscar desconstruir o machismo, o sexismo e o patriarcalismo impregnados em suas vivências, fazendo-os entender que as mulheres são detentoras de direitos e que a violência é destrutiva para qualquer ser humano, além de conscientizá-lo sobre as punições cabíveis em lei.

Para o enfrentamento a violência, temos os mecanismos legais e as instituições que compõe a Rede. Entendemos que a lei Maria da Penha é o principal instrumento e a DEAM a

---

<sup>49</sup> Ver Julio Waiselfisz – Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres.

<sup>50</sup> Servem como ferramenta de formulação e monitoramento e coordenação das políticas que promovem a defesa dos direitos da mulher.

<sup>51</sup> Como a estrutura municipal é menor, os municípios têm mais dificuldades para implementar uma secretaria, mas devem ter um espaço institucional para cuidar da política para as mulheres.



principal instituição para o enfrentamento à violência doméstica, tendo nas outras instituições como o CRAM, as Casas-Abrigo e o Ministério Público apoio fundamental para a proteção da vítima e a responsabilização do agressor.

Todas as instituições que fazem parte da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher devem atuar para que a mulher consiga romper o ciclo de violência em que vive, pois enquanto ela permanece no ciclo, a sua integridade física, moral e psicológica sofrerá inúmeros danos e a sua vida estará sempre em perigo.

Para essa pesquisa, pensamos que o movimento mais enriquecedor seria acompanhar uma análise de como essas instituições da rede de enfrentamento a violência agiram ao receber os casos de violência, porém, não tivemos essa oportunidade.

### **2.1.1 A Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher no município de Itabuna**

Em Itabuna, identificamos algumas instituições que atendem e trabalham para a prevenção e o combate à violência contra a Mulher, especialmente a Violência Doméstica, que se mostra crescente na cidade. Assim, buscamos as gestoras dessas instituições para entender e conhecer o seu funcionamento e como impactam na vida das mulheres vítimas de violência doméstica. Dessa forma, realizamos entrevistas semiestruturadas, com perguntas sendo formuladas e reformuladas a medida de novas informações disponibilizadas pelas entrevistadas.

Dentre todas as instituições que visitamos, apenas duas tinham homens como gestor/coordenador – a Justiça Restaurativa e o Setor de Alta Complexidade da Secretaria de Assistência Social (responsável pela Casa Abrigo em âmbito municipal). Em todas as outras, as mulheres eram as principais gestoras. Em algumas instituições tivemos a oportunidade de conversar com alguns servidores, onde obtivemos algumas informações, que serão disponibilizadas sem a identificação dos sujeitos, para evitarmos que eles sofram retaliações. É necessário falar que houve situações em que não foi possível gravar a entrevista, pois o local não tinha condições apropriadas.

De tal modo, essa seção está estruturada a partir das instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade de Itabuna, onde faremos uma breve introdução sobre a instituição e a importância da mesma e, em seguida, uma análise das ações desenvolvidas por elas no município.

- **Casa-Abrigo**

As Casas-Abrigo são locais seguros e que oferecem moradia protegida e atendimento integral as mulheres – e seus filhos/dependentes, em risco de vida iminente ou ameaças no âmbito da violência doméstica e familiar. As casas têm como principal característica o sigilo das usuárias, para que as vítimas não possam ser encontradas pelos seus agressores. Elas permanecerão nessa casa temporariamente, até que haja condições necessárias para retomarem suas vidas.

As casas-abrigo, em articulação com os serviços socioassistenciais, das diversas políticas públicas e do Sistema de Justiça, deverão ofertar atendimento jurídico e psicológico para as vítimas e seus dependentes, enquanto estiveram sob sua responsabilidade. Essas casas fazem parte dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Conselho Nacional de Serviço Social. Sendo assim, a organização do serviço prestado é de competência do referido Conselho, que determina que as casas-abrigo sejam residências com limite máximo de 50 pessoas e de 4 pessoas por quarto. Esse acolhimento imediato e emergencial, deve contar com uma equipe qualificada de profissionais multidisciplinares, preparados para receber usuárias a qualquer hora do dia ou da noite, enquanto se realiza um diagnóstico profundo e detalhado de cada situação, para que possam depois dar os encaminhamentos necessários (BRASIL, 2009).

Para atender à crescente demanda por casas-abrigo nos municípios baianos, o Governo do Estado implantou 03 casas regionais, nos municípios de Itabuna, Feira de Santana e Juazeiro. Itabuna até então, não possuía casa-abrigo; a de Feira de Santana era municipal e com a parceria do Governo Estadual e Federal ampliaram as vagas e tornou-se uma casa regional; Juazeiro, assim como Itabuna, não possuía e a partir de então, passou a contar com essa estrutura. Todas elas entraram em funcionamento, nesse modelo regionalizado, dia 01 de dezembro de 2018. Ainda no primeiro semestre de 2019, uma casa-abrigo na Região Metropolitana de Salvador – RMS, também entrará em funcionamento, na cidade de Camaçari. Vale lembrar, que a capital baiana possui a sua própria casa-abrigo, disponibilizada para mulheres residentes em Salvador.

De acordo com Dulce Carolina Fonseca Marinho – Assistente Social da Alta Complexidade da Secretaria de Assistência Social da cidade de Itabuna, a casa tem o formato “municipal regionalizado”, ou seja, é uma casa-abrigo regional de responsabilidade estadual, porém com a parceria da Prefeitura Municipal de Itabuna. Nesse modelo de casa regionalizada, o acesso das usuárias é a partir de uma central de regulação que funciona na capital do Estado – Salvador. Nessa casa não há uma política de prioridade para mulheres do município ou da

região sul da Bahia, dessa forma, atenderá todo o Estado, podendo ter usuárias de diversas cidades e regiões.

A casa tem capacidade para apenas 20 pessoas – mulheres e dependentes, e a política de organização é a mesma que já é praticada em outras casas, como as de Salvador e de Feira de Santana. Assim, o tempo de permanência é o mesmo em todas as casas-abrigo regionais, mas, segundo Dulce – à época da nossa conversa (06 nov. 2018), o regimento interno ainda estava em construção. Contudo, encontramos informações em algumas reportagens<sup>52</sup>, confirmando que a casa de Juazeiro a permanência máxima é de até 180 dias.

De acordo com Dulce, as mulheres ao chegar à casa-abrigo são acolhidas por uma equipe técnica socioassistencial. A equipe da unidade é composta pelos seguintes profissionais: assistente social; psicóloga; advogada; pedagoga; enfermeira; técnica de enfermagem; nutricionista; motorista; vigilante; cozinheira; auxiliar de serviços gerais e a coordenadora. Todos os profissionais que atuam na unidade são servidores públicos municipais concursados, pois dessa forma, evita-se constantes trocas de profissionais. Sendo assim, busca-se preservar o sigilo que é fundamental nessa situação. O sigilo não se refere apenas às usuárias, mas também à localização do abrigo, por isso, somente os profissionais da Secretaria de Assistência Social, que lidam diretamente com a unidade, sabem a sua localização. Dulce ressalta que todos os profissionais que atuam na unidade, passaram por capacitação.

A Norma Operacional de Recursos Humanos – NOB/RH do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, determina que as casas-abrigo devem ter 1 (um) profissional - cuidador e 1 (um) auxiliar cuidador, para cada 10 (dez) usuários em situações normais, se houver usuários em situações especiais, o número de usuários por cuidador diminui e será preciso contratar mais profissionais. A cada 20 pessoas assistidas na unidade, deve-se ter no mínimo 1 (uma) psicóloga, 1 (uma) assistente social e 1 (uma) coordenadora (FERREIRA, 2011). Portanto, a equipe multidisciplinar que atende a casa-abrigo de Itabuna, é suficiente para atender a demanda que a casa oferece.

Para as mulheres Itabunenses vítimas de violência doméstica acessarem essa política, devem procurar a DEAM e realizar um boletim de ocorrência, também podem procurar a rede assistencial como o CRAM, o CRAS e o CREAS. Nessas instituições, elas serão encaminhadas à DEAM para prestar a queixa - pois só pode entrar no sistema de regulação mulheres que tenham prestado queixa na delegacia. Dulce ressalta, que essas portas de entrada são variáveis, pois depende das instituições assistenciais do município, ou seja, tem cidades na região que não

---

<sup>52</sup> Ver: <https://www.waldineypassos.com.br/toda-sexta-tem-obra-implanta-casa-abrigo-para-mulheres-vitimas-de-violencia-em-juazeiro/>. Acesso em 02 dez. 2018

possuem DEAM, CRAM, CREAS etc. Assim, a mulher deve buscar alguma instituição que faça parte da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, como delegacias comuns e CRAS (geralmente existe CRAS nas cidades menores).

Essas mulheres violentadas são cadastradas em um sistema próprio de regulação e podem ser encaminhadas para qualquer uma das três casas, ou seja, em nenhuma das três casas regionalizadas há prioridade para residentes da região. Assim, a Central de Acolhimento, que atua em âmbito estadual, é responsável pela regulação e acesso das usuárias e precisam responder às demandas de forma rápida, integrada e qualificada, analisando o perfil da usuária e a disponibilidade de vagas.

Durante nossas visitas às instituições que fazem parte da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – de julho a novembro de 2018, a maioria das instituições não sabia da existência da casa. Isso demonstra uma total falta de diálogo e desarticulação entre as instituições, principalmente das instituições que não possuem vínculo direto com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

- **DEAM – Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher**

As DEAM's são delegacias especializadas de atendimento às mulheres vítimas de violência. Todos os tipos de violências perpetradas contra as mulheres cabem queixa nas DEAMs espalhadas pelo território baiano. Como a violência doméstica é o tipo de violência mais conhecido que afeta às mulheres, a DEAM geralmente é conhecida como uma delegacia de violência doméstica. Na Bahia, a primeira DEAM foi instalada há 32 anos, na cidade Salvador, e como já falamos no capítulo anterior, as DEAMs são frutos da luta feminista contra a violência e o assassinato de mulheres, principalmente por seus parceiros afetivos.

Para conhecermos um pouco mais sobre a DEAM de Itabuna, entrevistamos a delegada auxiliar Sione Maria Porto de Oliveira. A delegada Sione Oliveira nos contou que a DEAM de Itabuna foi inaugurada em 01/12/89, através da Lei 3.272/89 publicada no Diário Oficial, sendo Ana Amélia de Sá Falcão a primeira delegada. A DEAM de Itabuna faz parte da política pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado – SSP. A SSP inaugurou na Bahia a primeira Delegacia Especial de Atendimento à Mulher na região de Brotas em Salvador em 1986, e partir daí outras delegacias especiais foram criadas, inicialmente na capital e depois expandindo para o interior. No interior do Estado, a primeira DEAM foi em Vitória da Conquista. Atualmente, temos DEAMs nos municípios de Feira de Santana, Ilhéus, Camaçari, Porto Seguro, Itabuna, Teixeira de Freitas, Candeias, Alagoinhas, Paulo Afonso, Jequié, Juazeiro e Barreiras.

Em relação à estrutura e o funcionamento da delegacia, ela nos afirma que a DEAM faz parte da estrutura da Secretaria de Segurança Pública, sendo a ela subordinada, e possui delegadas (os) de carreira, escritãs, assistentes administrativos e investigadores de polícia concursados, sendo servidores do Estado. Além desses servidores a delegada afirma que a DEAM deveria trabalhar com profissionais multidisciplinares, como assistentes sociais e psicólogos, principalmente, porém, o último assistente social que a DEAM de Itabuna teve, se aposentou há algum tempo, deixando essa lacuna, pois atualmente nenhum profissional multidisciplinar atua na referida delegacia. Sione Oliveira se queixa dizendo que as DEAMs como um todo, mas especialmente a de Itabuna, necessita de infraestrutura para trabalhar, pois ainda faltam diversos recursos para que se consiga realizar um trabalho mais qualificado na unidade Itabunense. Em relação aos profissionais multidisciplinares, ela afirma que se apoiam no CRAM, CRAS, CREAS, Conselho do Idoso e Conselho Tutelar, para garantir algum atendimento psicossocial às vítimas, já que a DEAM não consegue, pelo menos, fazer esse acolhimento psicossocial inicial. Assim, ela pontua que “o poder público criou as DEAMs, mas nós temos muito ainda a promover, porque nos falta muitos recursos para que a gente possa de fato dar essa proteção e garantir os direitos humanos das mulheres” (Sione Oliveira, delegada auxiliar da DEAM de Itabuna).

De acordo com Sione Oliveira, a DEAM é regida pelo artigo 226 da Constituição Federal<sup>53</sup>- CF, e não atua apenas baseada na lei Maria da Penha, mas também no Código de Processo Penal, e quando as vítimas são menores, articulam com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Os casos de estupros, que geralmente são denunciados na DEAM, têm um público relativamente grande de vítimas, menores de idade, violentadas por familiares e conhecidos. Esses casos geralmente são tratados através do Código de Processo Penal, pois possui uma legislação mais rígida para o agressor e o ECA ou a Lei Maria da Penha são trabalhados na proteção a essa criança ou adolescente. Para ela “a parte mais importante é a proteção à pessoa humana e a identidade de gênero, que nesse caso é o gênero feminino, que é a mulher.” (Sione Oliveira, delegada auxiliar da DEAM de Itabuna).

Oliveira acredita que mesmo a DEAM sendo cuidadosa, cautelosa e sigilosa, a família, a sociedade e o poder público devem criar condições para o efetivo exercício dos direitos assegurados na Constituição Federal – CF, no Código de Processo Penal e na Lei Maria da Penha.

---

<sup>53</sup>Art. 226 - § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (Constituição Federal, 1988).

Quando questionamos quais as maiores dificuldades e limitações na atuação da DEAM de Itabuna, a delegada afirmou estar proibida de falar sobre esse assunto, porém fez questão de frisar a necessidade de possuir em seu quadro funcional uma equipe de profissionais multidisciplinares – reforçando sua posição anterior. Ela faz questão de reafirmar essa dificuldade, pois entende o quanto é importante dar suporte aos atendimentos realizados na delegacia, principalmente nos casos mais graves.

Sabemos que mesmo a delegacia recorrendo aos centros assistenciais, a equipe multidisciplinar a qual a delegada se refere, é de extrema importância para a instituição, para que se possa realizar o acolhimento das vítimas de forma adequada e mais humanizada, levando em consideração que não há uma política de capacitação regular para os servidores que atuam nessas instituições. Dessa forma, uma equipe multidisciplinar colaboraria no sentido de evitar que essas mulheres sofressem algum tipo de violência institucional – muito comum nessas instituições - ao prestar suas queixas.

Além da falta de uma equipe multidisciplinar, pudemos observar, durante os 8 meses que frequentamos a delegacia, que a situação estrutural da casa onde ela funciona, é precária. Há fios soltos por todas as salas, em alguns lugares os fios foram pregados com fitas adesivas ao chão, propiciando pequenos acidentes como quedas e tropeços; há caixas com aparelhos de ar condicionado novos se deteriorando no tempo (os aparelhos foram comprados há dois anos), pois não podem ser instalados porque a casa não tem capacidade energética para suportar. Em uma cidade de clima quente e úmido, o desconforto causado pelo calor – principalmente na recepção onde as vítimas são atendidas - é insuportável.

Além disso, os BO's são registrados na recepção da delegacia (esse é um problema que atinge outras unidades da DEAM), um ambiente sem climatização e sem privacidade, pois quem está relatando o crime sofrido fica exposta a todos os presentes que aguardam atendimento. Só existindo privacidade para casos de estupros, como afirma a delegada ao falar sobre os B.O's:

[...]pode ser feito pela vítima mulher, ela mesmo sendo maior, ela comparece e faz o registro de sua queixa. Se ela for menor, ela vem com o responsável legal. [...] aqui chegando nós temos o atendimento geral que é ali na recepção, que a parte vem e diz que sofreu uma violência sexual, por exemplo, ela sai dali, tem uma sala reservada e vai fazer o seu procedimento individual com o atendente, sem acesso ao público, com todo o sigilo. Esses são os casos que demandem violência sexual, os demais casos, de briga e outros conflitos que não exijam o sigilo à privacidade, são feitos lá na recepção. Os casos de agressão do marido, a violência doméstica, [...] a ação é pública e incondicionada aí ela é feita no local normal, nós só damos a privacidade naqueles casos que exijam mesmo, ou seja, de violência sexual (Sione Oliveira, delegada auxiliar da DEAM de Itabuna).

Temos consciência que uma das dificuldades das mulheres ao decidir prestar uma queixa de violência doméstica, principalmente se ela for perpetrada pelo seu cônjuge ou companheiro, é a vergonha e a censura social, pois historicamente a culpa pela violência sofrida a sociedade machista imputa a elas, causando assim, um verdadeiro constrangimento falar sobre violência doméstica perante terceiros. É justamente por isso que o sigilo das denúncias e nos atendimentos na rede socioassistencial é tão importante. Contudo, essas mulheres ficam expostas na recepção da delegacia ao relatar suas ocorrências.

A localização da DEAM é outra dificuldade que encontramos em relação a unidade de Itabuna. Há uma crítica geral da população Itabunense, principalmente das instituições que compõe a rede de enfrentamento à violência contra mulher. Em todas as entidades que visitamos e entrevistamos, a crítica foi unânime. Sobre essa situação, Sione Oliveira pondera que:

a mudança da DEAM, que saiu da Praça da Bandeira, que era lá no centro, se mudando para a Rua Almada, 196, que é aqui no Góes Calmon, as pessoas se queixaram por que ela estava no centro, num local mais acessível realmente para as pessoas poderem prestar as suas queixas e todos os problemas serem mais fácil solucionáveis, pela estrutura de estar no centro da cidade. Entretanto, o prédio não era próprio, era alugado e ele foi pedido para construção - uma nova edificação. Então não tinha como ficar naquele local. No centro também não havia nenhum imóvel para atender as condições para a DEAM atuar, com salas de delegados, para o serviço de investigação, para serviço de atendimento, e o local a época mais apropriado foi esse aqui no Góes Calmon. Como as pessoas estão acostumadas a saltar pertinho e ter todas as suas demandas solucionadas, achou que aqui estaria mais afastado, realmente não é um local tão perto, mas também não um local tão longe. Está próximo ao shopping, nós ficamos no fundo do shopping, nós temos ponto de ônibus perto a 200 metros, é uma rua movimentada, com casas residenciais e alguns pontos de comércio, ela realmente não ficou naquela situação que era antes, uma situação de maior comodidade. Mas devido a instalação, nenhum outro imóvel no centro atendia as condições que esse imóvel aqui, onde ela foi instalada (Sione Oliveira – delegada auxiliar da DEAM Itabuna).

O acesso é uma problemática, e ao contrário do que a delegada afirmou, constatamos pessoalmente os riscos no caminho até a delegacia, pois a mesma está situada em um bairro residencial de classe média alta, sem comércios e sem movimento de pedestres, situação que ocasiona diversos roubos às vítimas que se deslocam a pé, pois o transporte público ofertado fica a uma distância de 450 metros da delegacia. Vale ressaltar, que a DEAM está instalada nesse espaço desde 2014.

Quando solicitamos os dados sobre a violência doméstica no município, o problema da equipe reduzida veio à tona, se colocando como um fator limitador da instituição. A nossa solicitação foi negada com a justificativa de que o sistema – SIGIP<sup>54</sup>, onde os B.O's, são

---

<sup>54</sup> SIGIP – Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial.

registrados, não filtra apenas os crimes cometidos no âmbito da Lei Maria da Penha, dessa forma, seria necessário ter um servidor disponível para analisar os B.O's e produzir uma estatística. Ficou evidente que não há pessoal suficiente para atender satisfatoriamente todas as demandas da delegacia, visto que a própria deveria possuir esses dados estatísticos atualizados mensalmente.

Segundo Sione Oliveira, a equipe da DEAM atualmente é composta por 3 delegadas, 4 escrivães e 9 investigadores de polícia. Mas se levarmos em consideração as férias, as licenças saúde e licenças prêmios, percebemos que muitas vezes essa equipe se reduz ainda mais.

A confirmação da limitação da equipe aparece quando Sione relata a dinâmica de trabalho da delegacia. Segundo ela, todas as mulheres que prestam queixas, são ouvidas pelas delegadas, assim, quando elas registram o B.O, elas recebem um comprovante de atendimento onde há a data da sua audiência com a delegada, e onde se informa o que é necessário para a audiência. Se for o caso de vítimas de violência sexual e casos de lesões corporais, ela recebe uma guia e se desloca para fazer o exame de corpo de delito no Departamento de Polícia Técnica, localizado no Complexo Penal. Para ouvir as vítimas e autores, a delegacia possui pautas mensais, ou seja, todos os dias da semana há audiências das delegadas com as partes. Segundo ela “temos nossas audiências marcadas mês a mês e já estamos agora com audiências marcadas para maio de 2019, devido a demanda”. (Sione Oliveira – delegada auxiliar da DEAM de Itabuna).

Dessa forma, destacamos as dificuldades vivenciadas pela DEAM de Itabuna, pois com um número de servidores exíguo, o acúmulo de trabalho prejudica exclusivamente as vítimas, que precisam esperar em média 6 meses<sup>55</sup> por uma audiência. Nesse longo período, a vítima pode sentir-se insegura e desistir de dar prosseguimento (quando é possível) e não comparecer à audiência com a delegada, pois o caminho até a denúncia não é fácil.

Outra limitação que encontramos em relação ao atendimento na DEAM, se refere às mulheres transexuais. Isso se configura quando a perguntamos sobre o atendimento às mulheres trans.:

Olha... [pausa na fala] o atendimento das mulheres trans, nós não fazemos, porque a Delegacia da Mulher, ela foi criada para identidade de gênero, um trans não é uma mulher. Então os trans estão geralmente sendo feitos pelas delegacias gerais, nós temos algumas decisões de alguns estados que já decidem querendo até aplicar a Lei Maria da Penha, mas isso ainda não está pacífico na legislação (Sione Oliveira – delegada auxiliar da DEAM de Itabuna).

---

<sup>55</sup> Realizamos a entrevista em 29/11/2018, até maio de 2019 são 6 meses de espera.



Sobre essa imposição do binarismo homem-mulher e da heteronormatividade imposta pela sociedade, lembramos Judith Butler quando ela afirma que “não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria - quer se entenda essa como o "corpo", quer como um suposto sexo” (BUTLER, 2000, p. 152). Para a autora, o “sexo” não é apenas aquilo que alguém tem ou aquilo que alguém é, ele se configura como uma das normas pelas quais qualifica um corpo para a vida. É preciso repensarmos nossas concepções de gênero, de corpo, de sexo e de sexualidade para que possamos compreendermos e incluirmos o outro, principalmente aqueles que são diferentes de nós.

Sendo assim, entendemos que há uma limitação da DEAM em lidar com a mulher transexual e observamos que há uma necessidade urgente de capacitação na área de gênero para todos os servidores que operam as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Infelizmente esse é um preconceito que vitimiza ainda mais as mulheres transexuais, pois sabemos que nas delegacias comuns, elas sofrem a violência institucional por parte dos agentes policiais.

Sobre a discriminação da população transexual e travesti, o Ministério da Saúde em parceria com a SNPM e a Secretaria de Direitos Humanos lançaram em 2017 uma campanha de conscientização e combate à discriminação da população LGBTQI+ pelos profissionais de saúde que atendem pelo SUS – Sistema Único de Saúde. Dessa forma, essas instituições reconhecem que o preconceito prejudica a saúde física e mental desses indivíduos, que naturalmente já vivem em situação de vulnerabilidade social. E o não atendimento pela DEAM, CRAM e outras instituições da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher, fortalece e aumenta essa vulnerabilidade.

A declaração da delegada demonstra o preconceito que a comunidade LGBTQI+ sofre constantemente nas instituições públicas e privadas, pois a ausência de legislação que lhe confira direitos tem como consequências o desrespeito, a discriminação e a violência. Falamos em ausência de legislação, pois o Estado brasileiro só reconhece como mulher, a transexual que conquistou seus direitos através do judiciário, e sabemos que essas são em quantidade ínfima.

A partir de um padrão sexual binário – homem-mulher, masculino-feminino – qualquer pessoa que esteja fora dessa determinação, sofre a punições sociais. Nesse sentido, Adriana Abílio afirma que

a heteronormatividade perpetua uma lógica binária de gênero e sexualidade [...] lhes impõe aquilo que foi sedimentado culturalmente, como “natural”, segundo o único padrão aceito para a sexualidade, qual seja, a heterossexualidade compulsória.

Considera-se que sexo biológico, identidade de gênero e papel social de gênero deveria enquadrar as pessoas dentro de normas integralmente femininas ou masculinas, não se admitindo outras manifestações da sexualidade alheias a esta visão heteronormativa (ABÍLIO, 2016, p. 127).

Ao assumir sua identidade de gênero, fora dos padrões dominantes na sociedade, as mulheres transexuais desafiam a institucionalização do binarismo homem/mulher, buscam seus direitos para serem reconhecidas enquanto tal para poderem acessar políticas específicas. Assim, mulheres transexuais são pessoas cuja identidade de gênero não corresponde com o seu sexo biológico, e ao longo de sua vida se constrói e se identifica com o sexo oposto.

Dessa forma, percebemos que a delegada afirma que a DEAM “foi criada para identidade de gênero”, que por sua vez, significa “um sentimento íntimo, próprio da pessoa em relação a sua identificação como homem ou como mulher, e que vai estruturando todo o seu comportamento e sua vivência social” (SANCHES, 2011 *apud* ABÍLIO, 2016, p.129). Portanto, ela demonstra desconhecimento das discussões relacionadas ao gênero, utilizando a palavra “gênero” como sinônimo exclusivamente de mulher/feminino. Ao questionarmos sobre a cor/raça das mulheres atendidas na DEAM, ela confirma que,

[...] a maioria são pardas, é uma mistura muito grande; a gente não vê loiras de olhos azuis chegando aqui; todo mundo que vem é pardo, é miscigenado, os cabelos é que são pintados. Então a nossa origem é afrodescendente, então a gente não pode negar e nem criar. Até mesmo as próprias pessoas criam e querem essa separação, mas a gente não vê e não são diferenciadas no tratamento. Todos aqui são tratados igualmente perante a lei, com toda a humanidade, pelo menos aqui na DEAM nós tratamos muito bem (Sione Oliveira – delegada auxiliar da DEAM de Itabuna).

Essa afirmação nos permite levantar questionamentos, pois sabemos que a maior parte da população Itabunense é negra e que a violência tem vitimado muito essas mulheres. Porém, acreditamos que enquanto as instituições não conseguirem enxergar que as mulheres negras são as mais vitimadas e continuarem negando a questão racial baseadas no discurso da miscigenação, não conseguiremos implementar políticas públicas voltadas para as mulheres e suas especificidades. Entendemos que a Delegada buscou demonstrar que a questão racial, no atendimento institucional da DEAM, não tem relevância, pois o tratamento é igualitário, demonstrando que não há discriminações no atendimento. Contudo, sabemos que o racismo institucional<sup>56</sup> existe e que está permeado em nossas estruturas institucionais e ao reconhecermos sua existência, colaboramos no seu combate.

---

<sup>56</sup> Pode ser definido como é um sistema de desigualdade, baseado na cor/raça que traga prejuízos para o cidadão, ele pode ocorrer em instituições públicas e privadas.

Na visão da delegada, as mulheres passaram a denunciar mais seus agressores, porque não querem mais viver subjugadas a um homem, principalmente as mulheres de classe social mais abastada, mas, para ela, as mulheres pobres sofrem mais, pois dependem financeiramente do homem para sustentar os filhos, além da dependência afetiva, causada pela baixa autoestima, destruída pela violência moral e psicológica que é comum nesses casos. Em relação aos feminicídios consumados ou tentados, ela informou que a DEAM não trata desses casos, que eles são de responsabilidade da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP, que tem na cidade.

Discordamos da delegada, pois consideramos que muitas mulheres de baixa renda são chefes de famílias e responsáveis pelo sustento da casa e, assim, não são dependentes economicamente dos seus companheiros. Podemos considerar, por outro lado, que essas mulheres não conseguem separar-se do agressor devido às ameaças que sofrem, ou seja, mesmo não sendo financeiramente dependentes, estão sujeitas ao ciclo de violência e sentem-se fragilizadas com as ameaças. O contexto de dependência financeira total das mulheres negras em relação aos homens não é real. As mulheres negras em Itabuna, para sobreviver, trabalham em vários setores de empregos, além do trabalho doméstico.

As mulheres negras em relacionamentos violentos, também são excluídas do mercado de trabalho pelos seus parceiros, pois eles não permitem que elas mantenham uma vida pessoal e laboral, excluindo-as da vida trabalhista sob ameaças e contrariando a vontade delas. Algumas mulheres são dependentes do homem de forma compulsória. Nesse sentido, no contato com a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher percebemos que há falhas nas solicitações de medidas protetivas, que muitas vezes não solicita pensão para essas mulheres, o que as tornam mais vulneráveis à violência do parceiro.

A DEAM, enquanto uma das principais portas de entrada especializada das vítimas de violência doméstica em Itabuna, necessita com urgência de um programa de capacitação sobre gênero, raça, violência doméstica etc., para que possam atender as usuárias e observar suas especificidades, colaborando assim para o aperfeiçoamento da política pública. Enquanto permanecerem negando a diversidade de gênero e o racismo, os problemas dessas populações permanecerão estagnados.

- **DEAM – dados de violência em Itabuna**

Em relação a violência no município estudado, em 2016 a DEAM de Itabuna registrou 1.436 Boletins de Ocorrência relacionados à violência contra a mulher. Em 2017 esse número

caiu para 1.424, representando uma queda de 0,8% no número de B.O's. De janeiro a outubro de 2018, já foram registradas 1.070 queixas. Se compararmos o mesmo período - nos três anos aqui abordados, verificaremos que em 2018 houve uma queda de 8,93% no número de B.O's – em 2016 e 2017 a DEAM registrou exatamente 1.175 casos de janeiro a outubro, ou seja, a violência se manteve nos anos anteriores e teve uma leve queda em 2018.

Os dados fornecidos pela DEAM, se referem a todas as situações de violência contra mulher e não apenas os casos aplicados à Lei Maria da Penha. A delegacia informou que não possui os dados de violência doméstica tabulados separadamente, porém se analisarmos o número de inquéritos instaurados e de medidas protetivas solicitadas pela instituição, teremos uma noção da expressão da violência doméstica na cidade. Vale ressaltar que nem todos os casos de violência doméstica cabem a medida protetiva, apenas os casos de lesão corporal, ameaça e estupro (quando o agressor é familiar ou alguém do convívio da vítima). E mesmo quando a medida é solicitada pela vítima, a decisão de encaminhar ao judiciário o pedido da medida é de responsabilidade da autoridade policial. E são por esses motivos que os dados que se referem a essas medidas não refletem a realidade da violência doméstica no município.

Das tipificações e quantidades dos Boletins de Ocorrência registrados em 2016, 2017 e 2018 temos:

**Tabela: 1 – Boletins de Ocorrência 2016**

2016	B.O	Lesão Corp.	Ameaça	Estupro	Injúria	Difamação	Calúnia	Med. Prot.
Jan.	108	32	35	03	17	06	02	16
Fev.	88	27	26	04	17	01	04	10
Mar.	116	42	48	00	13	07	01	15
Abr.	125	32	54	01	22	04	03	16
Mai.	115	30	56	01	61	08	03	09
Jun.	131	38	59	01	58	10	01	21
Jul.	127	49	52	01	67	17	03	25
Ago.	114	40	58	00	65	10	03	13
Set.	126	27	60	01	53	10	00	23
Out.	125	40	65	02	61	12	02	18
Nov.	145	51	74	04	6	24	01	11
Dez.	116	45	42	02	47	11	03	19
<b>Total</b>	<b>1436</b>	<b>453</b>	<b>629</b>	<b>20</b>	<b>487</b>	<b>120</b>	<b>26</b>	<b>196</b>

Fonte: DEAM Itabuna

**Tabela 2: Boletins de Ocorrência 2017**

2017	B.O	Lesão Corp.	Ameaça	Estupro	Injúria	Difamação	Calúnia	Med. Prot.
Jan.	199	54	74	04	73	14	03	17
Fev.	94	34	52	01	56	17	00	13
Mar.	112	40	66	01	62	04	00	22
Abr.	104	47	44	00	53	09	00	21
Mai.	108	36	66	01	67	15	00	28
Jun.	111	29	71	03	69	09	03	33
Jul.	113	40	58	03	51	05	01	32
Ago.	108	34	51	03	55	08	02	16
Set.	105	37	54	02	46	09	01	20
Out.	121	38	56	01	70	10	00	15
Nov.	106	22	49	04	52	11	02	22
Dez.	143	61	76	03	75	06	01	18
<b>Total</b>	<b>1424</b>	<b>472</b>	<b>717</b>	<b>26</b>	<b>729</b>	<b>117</b>	<b>13</b>	<b>257</b>

Fonte: DEAM Itabuna

**Tabela 3: Boletins de Ocorrência 2018\***

2018	B.O	Lesão Corp.	Ameaça	Estupro	Injúria	Difamação	Calúnia	Med. Prot.
Jan.	123	44	53	04	58	15	04	23
Fev.	116	36	49	03	36	09	00	16
Mar.	106	29	47	01	56	04	03	21
Abr.	117	34	71	01	53	11	00	16
Mai.	118	37	62	06	54	11	02	14
Jun.	71	19	33	03	24	02	01	21
Jul.	95	34	53	03	34	06	01	23
Ago.	107	23	57	01	64	10	04	19
Set.	95	27	45	01	44	05	00	13
Out.	122	37	60	01	62	02	03	26
Nov.	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez.	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1070</b>	<b>320</b>	<b>530</b>	<b>24</b>	<b>485</b>	<b>75</b>	<b>18</b>	<b>192</b>

Fonte: DEAM \* Dados fornecidos em 26/11/2018, ainda não tinha fechado a estatística de nov.

A partir do número de B.O's registrados na DEAM – expostos nas tabelas acima, buscaremos fazer uma análise do cenário de violência que aflige as mulheres Itabunenses. O B.O é um documento utilizado pela Polícia Civil para registrar um crime, e nele serão descritas informações sobre o delito registrando todas as providências iniciais adotadas. É um documento fundamental para o prosseguimento ou não do inquérito policial e para o estudo da violência contra a mulher (ROMIO, 2017).

Assim, de acordo com a tabela 1, podemos observar que em 2016 o crime de ameaça foi o mais frequente (629), seguido por injúria (487), lesão corporal (453), difamação (120), calúnia (26) e estupro (20). Já em 2017 (tabela 2) o crime de injúria foi o mais relatado, com 729 casos, crescendo estrondosamente 49,7% em relação ao ano anterior, e em 2018 (tabela 3) aparece em queda, com 485 casos denunciados de janeiro a outubro; em segundo lugar as ameaças, que chegaram a 717, demonstrando um aumento de 14% comparado a 2016 e com possibilidade<sup>57</sup> de em 2018 se manter na média dos anos anteriores, pois contabiliza – de janeiro a outubro de 2018, 530 casos; as lesões corporais permanecem como a terceira forma de violência mais praticada, com 472 casos e um aumento de 4,2%; a difamação, que integra o rol da violência moral, também se manteve no mesmo patamar, com 117 infrações, porém com uma insignificante queda de 2,5% em 2018, dando possibilidades de fechar 2018 com uma leve queda; o estupro, que na maioria dos casos denunciados atinge crianças e adolescentes – e nesses casos é comumente praticado por familiares e/ou conhecidos, teve um aumento preocupante, foram notificados 26 casos (2017), resultando em um aumento de 30%, quando comparado a 2016, e com possibilidade de ultrapassar esses números<sup>58</sup> em 2018, pois em 10 meses já soma 24 casos; por fim, a calúnia aparece em menor número, com 13 casos e uma queda acentuada de 50% em 2017, e 2018 volta a crescer. De acordo com o Mapa da Violência, Waiselfisz (2015) afirma que os tipos de violência em mulheres jovens e adultas revelam que a violência física e psicológica são as mais praticadas, perfazendo um total de 58% e 25,5% respectivamente.

Das tipificações descritas nos dados da DEAM, podemos classificar a violência física como lesão corporal, a psicológica envolve a ameaça e a injúria, a violência sexual são os estupro e a violência moral abarca a difamação, a calúnia e também as injúrias proferidas. Não foi identificado nos documentos disponibilizados, informações acerca da violência patrimonial.

---

<sup>57</sup> A previsão é realizada a partir da média dos números de casos dos meses de novembro e dezembro, somados aos 10 meses anteriores.

<sup>58</sup> Os meses de novembro a fevereiro dos anos anteriores demonstrou que são os meses que mais possuem notificações de estupro.

Em 2018 os casos de ameaça já se colocam como os mais praticados, 530 casos em 10 meses, tendo resultado em 03 casos de feminicídio<sup>59</sup>.

Devemos observar que a diminuição de 0,83% no registro de boletins de ocorrências entre os anos de 2016 e 2017, não significa a redução da violência, pois é nítido que houve um aumento significativo na quantidade de infrações – 2016 foram 1.735 e em 2017 as infrações somaram 2.074, o que representa um aumento de 19,5% na quantidade de atos violentos deferidos contra as mulheres; houve também um aumento na gravidade dos atos violentos, pois aumentou o número de ameaças, de lesão corporal, estupros e injúrias. Dessa forma, a redução do número de BO's não significa, relativamente, a redução da violência.

Os meses de junho, julho e outubro de 2016 e 2017 estão entre os 6 meses que mais tiveram registros de B.O's em cada ano. Nos chama atenção o mês de janeiro de 2017, que apresentou um número de ocorrências extremamente superior para a média do mês, foram 199 B.O's, contra 108 - em 2016, e 123 em 2018; enquanto que o mês de fevereiro de 2017 registrou 94 boletins, mesmo com realização do carnaval<sup>60</sup> na cidade, houve um aumento de apenas 6 registros.

Diante de números tão expressivos, é imprescindível ressaltar a necessidade de mais ações preventivas, pois “a violência permeia e limita as liberdades e possibilidades sexuais e reprodutivas das mulheres, já que estas vivem e são expostas às diversas formas de exploração ou constrangimentos em todos os aspectos e atividades da vida humana [...] (ROMIO, 2017, p. 36).

Em 2016, 1.436 boletins de ocorrência e 1.735 infrações de violência foram cometidas, isso nos mostra que muitas dessas mulheres foram vítimas de mais de um tipo de violência. A tipificação da violência é de suma importância para os estudos sobre o tema, pois permite que tenhamos um diagnóstico do problema, assim teremos condições para pensarmos estratégias de prevenção e combate à violência, buscando reduzir os casos e conseqüentemente as mortes das mulheres. Em 2017 foram 1424 B.O's e 2.074 infrações demonstrando que as mulheres sofrem, geralmente, mais de um tipo de violência.

Das 1.479 ocorrências registradas na DEAM em 2017<sup>61</sup>, resultou 61 flagrantes dos quais todos foram remetidos ao Ministério Público - MP; foram instaurados 502 inquéritos<sup>62</sup>, dos

---

<sup>59</sup> Informação disponibilizada pela DHPP de Itabuna.

<sup>60</sup> O carnaval por ser uma festa de rua, há uma probabilidade maior de acontecer violências durante os festejos.

<sup>61</sup> Não foram disponibilizados os dados referentes a 2016.

<sup>62</sup> Um inquérito policial é um procedimento realizado administrativamente - no âmbito das delegacias de polícia federal e civil, de caráter persecutório, informativo, prévio e preparatório para ação penal. O Objetivo de um inquérito, quando ele é instaurado, é reunir provas suficientes para alcançar a materialidade e indícios de autoria

quais 210 inquéritos foram concluídos e enviados ao Ministério Público. De janeiro a outubro de 2018, foram 1.070 boletins de ocorrência, 67 flagrantes instaurados e remetidos; 458 inquéritos instaurados e 121 remetidos ao MP, nos mesmos moldes delineados acima. Os inquéritos são remetidos para que o Ministério Público ofereça denúncia ao judiciário e se instaure o processo criminal.

O que podemos observar é que há um número muito baixo de inquéritos instaurados e remetidos, quando comparamos à quantidade de B.O's. Essa diferença acontece por inúmeros motivos, dentre eles, a existência dos termos circunstanciados e os boletins de ocorrência circunstanciados. Os termos circunstanciados – TC são os registros dos delitos de menor potencial ofensivo e são amparados pela Lei 9.099/95, o TC serve como um “inquérito simplificado,” ou seja, esses termos não se transformam em inquéritos policiais, pois são resolvidos nos juizados especiais, conhecidos como JECRIM (Juizado Especial Cível e Criminal). Os boletins de ocorrência circunstanciados são realizados quando envolvem menores de idades como autores infracionais, eles não se transformam em inquéritos e seguem outros processos administrativos. A partir da instauração dos inquéritos, os procedimentos administrativos são tomados para sua conclusão e encaminhamento ao Ministério Público, porém, entraves estruturais da delegacia (podemos citar a falta de pessoal, principalmente) e problemas encontrados com “as partes” (muitas mulheres não comparecem para os demais atos que seriam necessários para a continuidade do inquérito; muitas vezes o autor do delito mudou de cidade; a vítima muda de endereço e não comunica, dentre outras situações) atrasam a conclusão dos inquéritos, dessa forma, muitos permanecem inconclusos e em andamento. Como o inquérito é instaurado para investigar as infrações penais, ele serve para coletar dados e elementos necessários para a formulação de provas de autoria e materialidade de um crime. Em um resumo simplificado, podemos dizer que é a partir das provas disponibilizadas no inquérito, que o Ministério Público se baseará para oferecer - ou mesmo aprofundar a investigação - a denúncia criminal ou não.

Antes da Lei Maria da Penha, se discutia socialmente, que muitas vítimas de violência doméstica retiravam as queixas e, assim, desistiam do processo. Após a promulgação da lei, ainda há algumas situações que possibilitam a desistência da vítima, dessa forma, temos no âmbito da lei Maria da Penha as ações penais públicas condicionadas e incondicionadas. As condicionadas preconizam que,

---

de um crime. (TANCREDI, CHITERO. Inquérito Policial do Brasil. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/56705/inquerito-policial-no-brasil>> Acesso em: 01 dez. 2018)



Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público (BRASIL, 2006, s/p).

Ou seja, esse tipo de ação só tem continuidade se a vítima desejar e comparecer aos atos e audiências necessários para a persecução processual. Porém os casos de lesão corporal, vinculados a Lei Maria da Penha, o STF<sup>63</sup> firmou a orientação de que a natureza da ação do crime de lesões corporais, praticadas no âmbito doméstico, é sempre pública incondicionada, sem possibilidade de desistência da vítima, não importando em que extensão tenha ocorrido (leve, grave ou gravíssima, dolosa ou culposa). Com isso, o Superior Tribunal de Justiça publicou a Súmula 542, onde afirma que “a ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada” (STJ, 2015).

O artigo 41 da Lei Maria da Penha - que veda a aplicação da Lei n. 9.099/95 às hipóteses de violência doméstica contra a mulher - alcança toda e qualquer prática delituosa contra a mulher, até mesmo quando se consolida um crime de menor potencial ofensivo. Vale lembrar que na legislação brasileira atual existem infrações penais de menor potencial ofensivo, isto é, aos quais a lei atribui pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa. Nesses casos que são regulados pela Lei nº 9.099/95, é permitido o acordo e o agressor poderá pagar multa ou cumprir pena alternativa – como acontecia antes da lei Maria da Penha. No entanto, a justiça estabeleceu que nos delitos que envolvem a Lei Maria da Penha não é possível aplicar a suspensão condicional<sup>64</sup> do processo e nem a realização de acordos, ainda que se trate de crimes de menor potencial ofensivo. Isto porque a Lei Maria da Penha não se submete a Lei nº 9.099/95.

Nos casos de ameaça ou de lesão corporal, em que a vítima se encontra em risco iminente, a delegada poderá solicitar ao juiz uma medida protetiva de urgência para salvaguardar a vítima, dessa forma, a DEAM de Itabuna emitiu 196 solicitações de medidas protetivas durante o ano de 2016. Em 2017 esse número subiu para 257, o que corresponde a um aumento de 31,1%. E nos 10 (dez) primeiros meses de 2018 já foram solicitadas 192.

---

<sup>63</sup> Por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4424 DF Ação Penal – violência doméstica contra a mulher – lesão corporal – natureza. a ação penal relativa a lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada – considerações. (adi 4424, relator(a): Min. Marco Aurélio, tribunal pleno, julgado em 09/02/2012, processo eletrônico dje-148 divulg 31-07-2014 public 01-08-2014)

<sup>64</sup> Suspensão condicional do processo é um benefício que pode ser aplicado ao réu, a depender de alguns requisitos, como por exemplo, a pena máxima cominada para o crime que ele cometeu, ou seja, a pena é suspensa e substituída por outra mais leve, desde que cumpridos os requisitos (Lei 9.099/95, 1995).

As medidas protetivas são ferramentas de urgência, previstas em lei, com o objetivo de proteger a integridade física, psicológica e patrimonial da mulher que é vítima de violência doméstica. As medidas protetivas de urgência são previstas no art. 22 da lei Maria da Penha e se aplicam quando:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, [...]; II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III - proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios (BRASIL, 2006, s/p.).

Essas medidas, as quais a lei se refere, não impede que outras - que estejam em na legislação em vigor, sejam adotadas para proteger e salvaguardar essas mulheres. Segundo a lei, todas as medidas protetivas tomadas, devem ser comunicadas ao Ministério Público.

- **Ronda Maria da Penha - RMP**

Pensando no combate a violência contra a mulher, em março de 2015 o Governo do Estado da Bahia criou a Ronda Maria da Penha. Essa política pública de combate à violência doméstica tem o objetivo de acompanhar, através de visitas regulares, as vítimas de violência doméstica que estão em situação de medida protetiva de urgência. O acompanhamento é para garantir a sua segurança e o encaminhamento das vítimas às instituições que acompanham o desdobramento do seu caso na justiça. A partir dessas visitas, são produzidos relatórios de acompanhamento das vítimas, e baseado nos seus relatos essa mulher deverá receber um acompanhamento mais intenso (ou não) para evitar que o agressor se aproxime dela. Caso seja necessário, ela poderá ser conduzida a delegacia – para prestar queixa - ou a instituições que prestam apoio psicológico, social e jurídico.

Esse foi o primeiro projeto do Governo do Estado para prevenir e combater o feminicídio. Essas iniciativas são frutos da pressão dos movimentos feministas e da sociedade. Nesse sentido, Wânia Pasinato (2015) afirma que devido a uma maior visibilidade da lei Maria da Penha houve uma crescente demanda por informações, o que refletiu na procura dos serviços disponibilizados pelo Estado, levando a uma permanente pressão sobre os governos estaduais

e municipais para a criação de novos serviços e de capacitação de pessoal para atendimento especializado às mulheres.

Desde que a Ronda foi implantada, as mulheres em situações mais críticas recebem visitas da Polícia Militar da Bahia (PM/Ba) enquanto aguardam o julgamento do caso. Nessas visitas inesperadas o agressor pode ser pego em flagrante, ao ultrapassar a distância que o juiz determina para se manterem afastados da vítima, e se for pego, será preso.

A Ronda realiza as visitas no local indicado pela vítima, pode ser a casa dela, o trabalho, a escola do filho etc., ela vai indicar os locais que ela costuma estar com mais frequência. Até março de 2017, 40 agressores, em média, já tinham sido presos pela Ronda Maria da Penha em Salvador, de um quantitativo de 400 mulheres protegidas na cidade. Atualmente a Ronda Maria da Penha está presente em Salvador, Feira de Santana, Juazeiro, Paulo Afonso, Vitória da Conquista, Senhor do Bonfim, Itabuna e Jacobina. A última foi inaugurada no último 11 de maio e deverá chegar a Barreiras, Porto Seguro e Ilhéus.

Em Itabuna a Ronda Maria da Penha - RMP começou a funcionar em 30 de junho de 2017. Para conhecer um pouco mais sobre a história da Ronda no município, entrevistamos a Tenente Laís Sena Mimoso, que é a comandante da Ronda Maria da Penha na cidade. Segundo ela, a Ronda surgiu em Salvador no dia 8 de março de 2015, idealizado pela Major Denice Santiago, que a época era capitã da Polícia Militar da Bahia. A luta da major Denice começou com a fundação do Centro Maria Felipa. O Centro Maria Felipa foi fundado para atender as mulheres da corporação que sofriam violência doméstica e as esposas dos policiais militares. A partir de uma experiência implementada no Rio Grande do Sul – a Patrulha Maria da Penha, a major se inspirou para criar a Ronda Maria da Penha.

A tenente afirma que a RMP não é só a Polícia Militar, mas um conjunto de órgãos - Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Segurança Pública (Departamento de Polícia Técnica - DPT, Polícia Civil), Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública - trabalhando em conjunto na proteção a essas mulheres. Além desses órgãos, ela afirma que a rede de assistência à mulher vítima de violência – CRAM, CRAS, CREAS etc., - também participam dessa rede de apoio.

Na criação da RMP foi assinado um termo de cooperação técnica com alguns órgãos, inclusive com o poder judiciário, e é devido a esse acordo que as vítimas chegam até a Ronda. O juiz, ao emitir uma medida protetiva a uma mulher vítima de violência doméstica, fará uma “triagem”, verificando em quais casos a mulher está mais vulnerável e precisa de um acompanhamento, esses casos são enviados à Ronda. A partir daí os agentes da Ronda fazem o contato e procuram realizar o acolhimento da agredida, podendo já marcarem uma visita para

conhecer melhor a realidade dela. Segundo Laís Mimoso, o acompanhamento da RMP só acontece com a aceitação da vítima, a adesão não é imposta e sim voluntária.

Sobre os motivos que levam as mulheres a não aceitar a RMP, a Tenente afirma que são diversos, entre eles está a vergonha dos vizinhos saberem; a exposição pública – da polícia estar frequentemente em sua casa; a vulnerabilidade do bairro - devido ao poder paralelo do tráfico de drogas, a presença constante da polícia passar a ser um risco<sup>65</sup>; dentre outras motivações.

Antes da existência da RMP, a medida protetiva era deferida pelo juiz e o agressor era comunicado, esperava-se que ele voluntariamente a cumprisse, entretanto, nada o impedia de descumprir tal medida, pois não havia nenhum tipo de fiscalização. Assim, elas recebiam a medida protetiva e aguardavam, totalmente desprotegidas, o andamento do processo, porém continuavam a sofrer agressões. Muitas vezes as medidas concedidas pelo juiz não foram capazes de conter o agressor e mantê-lo longe da vítima, vide os inúmeros casos relatados na imprensa brasileira de mulheres assassinadas mesmo estando com medidas protetivas de urgência.

Nesse contexto, a RMP se apresenta como uma política de fiscalização dessa medida protetiva, para se certificar que ela esteja sendo cumprida. Assim, a Tenente ressalta que o objetivo da Ronda é ser preventiva e não simplesmente repressiva, é trabalhar com a desconstrução ao machismo e com o empoderamento das mulheres agredidas, ou seja, com uma mudança de cultura. A RMP possui uma visão ampla em relação à proteção à vítima, não se limitando apenas às visitas habituais ou à proteção em relação ao agressor. A Ronda busca perceber as necessidades e a realidade dessas mulheres. Dessa forma, o trabalho em rede colabora no sentido de minorar a vulnerabilidade, buscando atendimento psicológico para as assistidas e também para os seus filhos.

Nesse sentido, entendemos as ações praticadas pela RMP em encaminhar essas mulheres e seus filhos a um atendimento psicológico, buscando reduzir os danos causados pela violência. Percebemos que no município não há uma instituição com capacidade para acolher essas demandas de forma satisfatória e eficiente, ou seja, não há psicólogos suficientes na rede de atendimento para dar vazão à demanda, para reduzir ou minorar os danos causados pela violência doméstica às mulheres e aos seus filhos. Assim, todas as instituições que proporcionam um atendimento com profissionais da psicologia, são atendimentos psicossociais, voltados inicialmente para acolher e fortalecer psicologicamente essa mulher, com atendimento continuado por um curto período de tempo.

---

<sup>65</sup> Ela cita um caso ocorrido em Salvador, em que o traficante foi à casa da vítima, disse a ela que o agressor não iria mais incomodá-la e a mandou ela dispensar o acompanhamento policial.

Além do acompanhamento das vítimas, a Ronda desenvolve dois projetos, um com as mulheres e outro com os homens. Com as mulheres é realizado o *jogo do espelho*, que consiste em uma dinâmica com uso de espelhos para que elas consigam se enxergar nas situações de violência e pensar em soluções. O objetivo é promover o conhecimento e o reconhecimento dos diversos tipos de violência doméstica; trocar experiências umas com as outras e apresentar a rede de enfrentamento à violência, para que ela saiba onde procurar ajuda. O projeto é desenvolvido como uma ação preventiva e tem como público alvo as mulheres em geral.

Com os homens é realizado a ronda *para homens*. É um encontro realizado por um policial militar para dialogar com os agressores, são encontros onde só homens tem acesso. A Tenente justifica essa prerrogativa, afirmando que não é por uma questão de apropriação de discurso, mas, uma forma de quebrar o preconceito inicial dos agressores. Mimoso acredita que quando eles escutam um outro homem falando sobre a violência contra mulher tendem a se abrir mais, escutar mais e até se sentem à vontade para discutir certas condutas. Para ela, é possível, a partir desse diálogo, desconstruir esses comportamentos e fazer eles enxergarem a violação dos direitos das mulheres. Ela ressalta que o *ronda para homens* não é realizado apenas com agressores, mas sim com todo público masculino que deseja participar, para que consigam se perceber enquanto potenciais agressores e possam repensar suas atitudes. Para a realização dessas ações, as instituições devem solicitar oficialmente à Ronda, ou seja, a entidade solicita, mobiliza o público e Ronda realiza as atividades nos dias e horários previamente combinados.

Até o dia 02 de agosto de 2018, quando essa entrevista foi realizada, a Ronda contabilizava 187 medidas protetivas recebidas e 147 mulheres sendo efetivamente assistidas. Algumas mulheres rejeitaram o acompanhamento e alguns casos já foram encerrados, por motivos diversos, como: a medida protetiva finalizou o prazo; não existia mais a necessidade do acompanhamento da Ronda ou a medida protetiva foi suspensa. Também há casos de dificuldades diversas, como situações em que o endereço da mulher não foi encontrado. Paralelo a isso, também já houve casos de acolherem a mulher antes da medida protetiva ser julgada, nesses casos a Ronda foi procurada diretamente pela vítima. Segundo Mimoso, quando a Ronda foi implantada em Itabuna, as duas Varas Criminais do município tinham mais de 900 medidas protetivas expedidas e em vigência.

Sobre a frequência das visitas da Ronda a Tenente pontua que a intensidade do acompanhamento vai depender da maior ou menor gravidade de cada caso. Em casos mais graves, a visita da Ronda é realizada várias vezes durante a semana, e se em uma dessas visitas o agressor estiver tentando se aproximar da vítima ele é preso em flagrante, pois na legislação atual o descumprimento de medida protetiva é crime.

Apesar da RMP ser uma política pública voltada para o município de Itabuna, a Tenente afirma que a maior parte dos casos são da cidade, contudo há duas exceções: cinco assistidas em Barro Preto e uma em Itapé. As limitações em atender outros municípios da região são diversas, como problemas estruturais: falta de combustível; equipe pequena; apenas uma viatura; falta de recursos para investir em novos projetos de prevenção e etc; e outros como: dificuldades de acesso físico às vítimas – por ser uma cidade grande, os acessos são complexos; os endereços das vítimas chegam incompletos – isso complica a localização da mesma; dificuldades de encontrar as mulheres em casa. A Ronda opera em horário comercial e é provável que ela esteja no trabalho - e também a dificuldade para atuar em rede, ou seja, em conjunto com as outras instituições que executam políticas relacionadas à temática. É em decorrência do contexto citado que não há capacidade de atender as mulheres de outras cidades da região. Assim, Laís Mimoso ressalta que atender Barro Preto foi uma exceção, a partir de um caso grave encaminhado, e como teriam que realizar as visitas, aproveitaram e acolheram mais vítimas.

Atualmente a equipe da Ronda Maria da Penha, que atua na cidade de Itabuna, possui 10 agentes da Polícia Militar, incluindo a Tenente Laís Mimoso. Desses dez, cinco são homens e cinco são mulheres. Todos eles foram voluntários e passaram por um processo seletivo, incluindo entrevistas - para averiguar o real interesse e aptidão com a temática. Além disso há capacitações frequentes para toda a equipe. Laís Mimoso ressalta que sempre que são convidadas para atividades relacionadas com a temática de gênero, faz questão que as mulheres da equipe participem, porque é um aprendizado continuado. Uma de suas maiores preocupações é a possibilidade de frustração dos agentes, em relação às mulheres assistidas, que reatam com seus agressores e não conseguem quebrar o ciclo de violência. Assim, ela busca orientá-los para que isso não influencie negativamente suas ações e motivações, reafirmando que essas situações não se relacionam diretamente com o trabalho realizado pelos agentes da RMP, mas por diversos motivos que eles não controlam. E é nesse sentido que a Tenente reforça a importância da equipe se fazer presente nas atividades que abordam a violência doméstica, principalmente.

Entre os agressores, Laís Mimoso informa que a maioria esmagadora é de homens, sendo 58% dos agressores formados por cônjuge, ex-cônjuge, namorados ou ex-namorados. Entre as mulheres agressoras estão cunhadas e sogras. Os outros agressores referem-se a outras relações de parentesco ou mesmo desconhecidos.

Em relação a cor das mulheres encaminhadas para a Ronda, temos: 84% negras – pretas e pardas; 13% são brancas; 1,4% indígenas; 0,7% amarelas, 0,9% não declarou raça. Através

desse dados reforçamos a importância dos estudos com recorte racial, vide os aumentos dos índices de vitimização das mulheres negras em relação a violência doméstica. Os casos de violência doméstica contra mulheres negras têm íntima ligação com a forma como são estabelecidas as relações afetivas e familiares nos lares. Sendo assim, o racismo é uma violência que pode ser considerada como psicológica e moral, pois acarreta sofrimento psicológico, baixa autoestima e compromete o desenvolvimento social das mulheres negras. Para Sueli Carneiro, o racismo é um tipo de violência que “atinge a subjetividade das mulheres negras, restringindo suas possibilidades de autorrepresentação positiva, de encontro no mercado afetivo e de pleno exercício da sua sexualidade” (CARNEIRO, 2003b *apud* PEREIRA, 2016, p.114).

De acordo com a Tenente, a RMP produz relatórios que são disponibilizados ao poder judiciário para que possam colaborar na avaliação da manutenção, ou não, das medidas protetivas, quando elas estão para expirar.

Laís Mimoso conclui afirmando que o risco de acontecer algo mais grave com as mulheres diminuiu bastante após a implantação da Ronda, pois até então as medidas protetivas eram apenas papéis. Ela acredita que a sensação de segurança, devido à presença constante dos policiais, trouxe a muitas mulheres uma maior tranquilidade em se locomover na cidade, pois elas tinham medo de sair de casa, assim, sentem-se mais seguras em seus trabalhos, já que sabem que o agressor vai importunar menos - porque receia ser pego pela polícia. Em relação a segurança da vítima a Ronda Maria da Penha tem cumprido bem o seu papel e a cada dia mais mulheres conseguem retomar suas vidas com menos medo, conclui ela.

Acreditamos que a RMP é uma avanço em relação às medidas protetivas que afastam os agressores das vítimas, porém, temos consciência que essas mulheres ainda estão muito vulneráveis, primeiro porque após as 18h00min a RMP não funciona, e não apenas por isso, mas porque essas mulheres estão naturalmente expostas em sua rotina diária e quando os agressores estão dispostos a agredi-las, dificilmente são impedidos, pois na maioria das vezes em que são agredidas, os agressores são rápidos e eficazes.

- **Varas criminais**

Após algumas visitas às instituições que compõem a rede de enfrentamento a violência contra a mulher, decidimos procurar a 1ª e a 2ª Vara Criminal – do Poder Judiciário de Itabuna, pois são responsáveis pelo julgamento das ações de violência doméstica contra a mulher.

Como essa pesquisa não se concentra na área jurídica decidimos não abranger os processos criminais, nos concentrando assim nas expedições de medidas protetivas, tendo como

recorte o período de 12 meses, iniciando a análise partir da data de implantação da Ronda Maria da Penha (30/06/2017). Dessa forma, encontramos os seguintes dados:

- 1ª Vara Crime - em um ano foram recebidas 130 solicitações de medidas protetivas de urgência. Destas, 03 (três) foram indeferidas – geralmente por não ser cabível a aplicação da medida - e 127 (cento e vinte e sete) foram deferidas e encaminhadas para a Ronda Maria da Penha. Assim, percebemos que o juiz responsável não faz nenhum tipo de análise de gravidade dos casos, encaminhando indistintamente, todas as medidas para a RMP. Segundo os servidores que atuam na referida vara todas as medidas preventivas solicitadas são deferidas inicialmente por um prazo de 6 (seis) meses.
- 2ª Vara Crime – Nesta vara, foram recebidas em um ano 131 solicitações de medidas protetivas de urgência, destas, 52 foram deferidas e encaminhadas para a RMP, e 79 foram indeferidas – ou não eram casos cabíveis de medida protetiva ou foram encaminhadas para tratar com a Justiça Restaurativa. Observamos que, nesta vara, o juiz realiza uma seleção dos casos que ele considera graves e encaminha para a RMP. Os casos considerados menos graves são encaminhados para a Justiça Restaurativa. Nesse caso, o juiz Eros Cavalcanti pontuou que o combate a violência doméstica precisa ser tratado a partir das causas e não apenas das consequências, e é por esse motivo que ele encaminha muitos casos à Justiça Restaurativa, para que se busque resolver o motivo que causou o conflito.

Observamos assim duas ações administrativas completamente diferentes em relação às medidas protetivas de urgência. Em um dos casos o juiz defere todas as solicitações e as encaminha para acompanhamento; no segundo caso há uma análise preliminar realizada pelo juiz, onde ele encaminha para a RMP acompanhar apenas os casos considerados mais graves, indeferindo as outras solicitações. Diante do quadro de violência contra a mulher que se agrava a cada dia em Itabuna quais as consequências dessas decisões?

Ao nosso ver, a 1ª vara, ao não distinguir os casos mais graves, aumenta a demanda da RMP com assistência a situações de menor gravidade, e dessa forma, a RMP não consegue ampliar o atendimento para outras mulheres em situações mais delicadas.

A 2ª vara, ao selecionar os casos, colabora com a ampliação dos atendimentos realizados pela RMP, contudo, ao indeferir aproximadamente 60% das medidas solicitadas, há a possibilidade de colocar a vida de muitas mulheres em risco, pois a realidade nem sempre consegue ser fielmente descrita nas solicitações das medidas.

Acreditamos que nessas situações não há erros ou acertos, há na verdade uma política pública (a RMP) que não tem robustez para suprir a demanda da cidade e da região no combate a violência doméstica, assim como tantas outras, pelo poder público.



Vale lembrar que as medidas protetivas podem ser solicitadas a pedido das vítimas - através das delegacias de polícia civil e dos advogados delas - e do Ministério Público. Os juízes criminais têm 48 horas para julgar as solicitações, porém sabemos que há casos que ultrapassam esse tempo. Sobre a urgência na análise das medidas protetivas, a lei Maria da Penha determina:

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas: I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência; II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso; III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis. Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida (BRASIL, 2006, s/p).

Todas as medidas protetivas de urgência têm um prazo definido pelo juiz para vigorar, pois é um mecanismo utilizado em situações de urgência para salvaguardar a vítima por um determinado tempo. Se existir a ação penal a medida protetiva se manterá até o final do processo, se não houver ação penal, a vítima e o Ministério Público serão acionados pelo juiz para se manifestarem sobre a necessidade de manutenção da medida.

Cruzando os dados das varas criminais com os fornecidos pela RMP, temos o seguinte: em um ano as duas varas criminais da cidade encaminharam para a Ronda Maria da Penha 179 casos de medidas protetivas de urgência. Segundo Laís Mimoso, em 1 ano e 1 mês de existência, período em que realizamos nossa visita à corporação, a RMP recebeu 187 solicitações de assistência às vítimas. No período de 1 ano da RMP, a DEAM foi responsável pela solicitação de 234 medidas protetivas de urgência, refletindo em 89,3% de todas as medidas recebidas pelas Varas Criminais, sendo 28 - 10,7% - delas solicitadas por outros meios/instituições. Podemos concluir que a DEAM ainda é a maior porta de solicitação de proteção.

A DEAM é solicitada com frequência por sua popularidade na sociedade. Entre as questões que envolvem a DEAM destacamos: as vítimas geralmente de menor poder aquisitivo têm maiores dificuldades de ter acesso à justiça, e dificilmente buscam diretamente o Ministério Público, a Defensoria Pública ou advogados. Muitas pessoas não conhecem nem a existência dessas instituições e também não possuem recursos financeiros para custear advogados particulares. Sobre isso, Wânia Passinato (2015) afirma que as pesquisas têm mostrado que uma parte dos problemas que as mulheres vítimas de violência doméstica enfrentam, para ter acesso à justiça, é a falta de conhecimento e informações claras e suficientes sobre os mecanismos de proteção e a assistência prevista na LMP.

Os dados demonstram claramente como as mulheres Itabunenses estão vulneráveis à violência. Nesse sentido, em 2017, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto Datafolha realizaram uma pesquisa nacional sobre a vitimização das mulheres no Brasil. Essa pesquisa revelou que 79% das mulheres entrevistadas declararam terem sido vítimas de algum tipo de violência nos últimos 12 meses. Na mesma pesquisa, evidencia-se também a percepção da população brasileira frente ao aumento da violência contra a mulher nos últimos 10 anos - referindo-se claramente à Lei Maria da Penha, que em agosto de 2018 completou 12 anos.

Acreditamos que a violência doméstica se tornou mais visível após a promulgação da Lei Maria da Penha, que agregou diversas situações novas aos casos de violência, como por exemplo, a possibilidade que terceiros façam a denúncia, e também trouxe toda discussão, divulgação e o reforço das diferentes percepções da violência doméstica.

Em um país com um número vultoso de casos de violência contra a mulher, as investigações, relatando como esses fatores de opressão atuam e interagem, ainda são estudadas de maneira irrisória. Nesse sentido, Romio fala das dificuldades de se encontrar fontes de informações sistematizadas e nacionais sobre as ocorrências, sobretudo, que sejam passíveis de desagregação por raça/cor (ROMIO, 2013). Superar a violência doméstica contra mulher é um fator essencial para a construção de uma cidadania efetiva para as mulheres, afinal, ter direito a uma vida sem violência é condição básica para qualquer ser humano viver e se desenvolver enquanto cidadão.

- **Justiça Restaurativa - JR**

Em quase todas as instituições que passamos, ouvimos falar do núcleo de Justiça Restaurativa do poder judiciário, que atua na cidade de Itabuna. Assim, procuramos o coordenador do referido núcleo para conhecermos como funciona a política no âmbito da resolução de conflitos.

A Justiça Restaurativa foi criada pelo Conselho Nacional de Justiça, para dar respostas à sociedade em relação às questões de conflitos e violências, com o objetivo de resolvê-los e estabelecer a paz social. De acordo com a Resolução N° 225 de 31/05/2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa, ela se constitui como:

um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram

dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado (BRASIL, 2016, s/p.).

As atividades realizadas por esse núcleo têm como objetivo satisfazer a necessidade dos envolvidos na questão, responsabilizar aqueles que contribuíram para o dano e empoderar a comunidade, explicando a necessidade de reparar os danos causados e recompor as relações sociais (BRASIL, 2016).

Para Ricardo Santana, Coordenador do Núcleo de Justiça Restaurativa de Itabuna, a justiça restaurativa é a humanização da justiça, ou a popularização da justiça, é o abrir as portas do judiciário para o povo, principalmente aquele povo que se sente afastado da justiça. Então, a justiça restaurativa surge como uma nova modalidade de fazer justiça, uma nova forma de atender, de receber e na verdade de acolher esse cidadão.

De acordo com Ricardo Santana, a justiça restaurativa da cidade pode ser acessada de diversas maneiras, o cidadão pode chegar através da demanda espontânea - diante de sua necessidade de resolver conflitos - e procurar esse amparo, ou pode ser direcionado pelas delegacias, pelo ministério público, pela própria defensoria pública, e principalmente, no caso de Itabuna, através dos magistrados. Assim, quando os juízes consideram que determinados conflitos não necessitam de um trâmite processual, eles acreditam que podem ser resolvidos no âmbito da JR.

Em Itabuna, a justiça restaurativa começou a atuar no final de 2014. Inicialmente pensada para dar apoio à vara da infância e da juventude, mas a partir da qualificação dos facilitadores e o conhecimento do povo na oferta do serviço, o núcleo passou a atender a população e também a todas as varas da justiça. Dessa forma, a JR atua para resolver desde briga de vizinho até mesmo em casos de violência doméstica.

De acordo com Ricardo, as demandas decorrentes de violência doméstica são quase que exclusivamente encaminhadas pelos magistrados da 1ª e 2ª Vara Crime. São situações processuais, onde os juízes enxergam uma possibilidade de resolver o conflito “amigavelmente” sem a necessidade de dar continuidade ao processo. Dessa forma, ao chegar na JR a vítima já teve uma longa caminhada, que se iniciou na DEAM e chegou até judiciário.

O núcleo de Justiça Restaurativa trabalha com uma equipe multidisciplinar (dois assistentes sociais, uma psicóloga, uma pedagoga e um bacharel em direito). Santana procura inicialmente acolher a vítima e conhecer um pouco mais sobre a sua realidade e os motivos que a levaram até ali. Ao acolhê-la, eles buscam também informá-la sobre seus direitos, sobre as instituições que podem colaborar no combate a violência doméstica, no esclarecimento das formas de violências doméstica etc. De acordo com Ricardo, há mulheres de todas as classes

sociais sendo atendidas pela JR. Ricardo frisa que nos casos de violência doméstica, a justiça restaurativa não tem o objetivo de restaurar as relações entre a vítima e o agressor, ele afirma que:

[...] quando a gente fala em restaurar com a questão da violência doméstica a justiça restaurativa vai trabalhar a restauração, a ressignificação daquela mulher que já vem violentada em todos os sentidos e daí vai uma crítica minha até para os nossos instrumentos aqui em Itabuna, você na sua pesquisa, você deve ter visitado alguns deles, inclusive a DEAM; pela localização da nossa DEAM, então a mulher é violentada né? Em casa, ela é vítima de violência seja lá qualquer tipo de violência, para ela conseguir chegar na DEAM é uma outra violência. É se expor a uma violência (Ricardo Santana – Coordenador do Núcleo de Justiça Restaurativa).

Ricardo complementa dizendo que “todos os instrumentos que podem ser tidos como de amparo e proteção não têm uma boa localização. Então, isso dificulta muito para elas”. Assim, nós verificamos que além da DEAM, o CRAM, a Defensoria Pública, o CRAS e inclusive o Fórum Ruy Barbosa – onde fica localizada a Justiça Restaurativa, não são bem localizados - geralmente são ruas com pouco movimento de pedestres e com dificuldades de transporte coletivo, como é o caso da DEAM e do Fórum. Vale ressaltar, que o Fórum era localizado no centro da cidade, e recentemente mudou-se para uma construção nova, de difícil acesso e com escassez de transporte público, dificultando a chegada e a saída, expondo a população que necessita da justiça aos assaltos e outros tipos de violências.

De acordo com o juiz Eros Cavalcanti a justiça restaurativa busca resolver a causa geradora do conflito, para assim, tentar saná-lo. E Ricardo reforça que todo apoio é disponibilizado para essas mulheres, desde a assistência jurídica até escolta policial, se for necessário, e que o mais importante é mantê-la segura.

O agressor é orientado pela equipe da justiça restaurativa, principalmente, em relação a questão psicossocial, porque ele precisa entender que não deve agredir as mulheres. Assim, a JR tem uma ação denominada de círculo para homens, que acontece em duas etapas: o pré-círculo, quando é realizada uma conversa inicial com os homens, e depois o círculo - que é uma atividade com todo o grupo de homens. Essa ação é realizada com no máximo dez homens que estejam praticamente na mesma situação, para que eles possam entender que eles não são os únicos enfrentando aquele tipo de problema, e também para que saibam as punições a que estão expostos, sendo que alguns deles podem já ter sido punidos - com prisão, condução a delegacia, com medida protetiva de urgência, com afastamento do lar, etc.

De acordo com Ricardo Santana, os magistrados hoje já entendem que o simples papel do juiz receber e expedir uma medida protetiva de urgência - e do oficial de justiça ir até o

agressor e notificar que passou a existir aquela medida protetiva - não resolve. É um entendimento que precisa de algo mais, que é essa conversa dirigida, direcionada, buscando esse entendimento, que é o trabalho da JR.

A Justiça Restaurativa trabalha com os dois lados envolvidos no conflito, no caso da violência doméstica, a vítima e o agressor são chamados a comparecer, porém, são ouvidos em momentos distintos, nunca juntos. É o que orienta a resolução 225/2016:

Art. 1º, I - é necessária a participação do ofensor, e, quando houver, da vítima, bem como, das suas famílias e dos demais envolvidos no fato danoso, com a presença dos representantes da comunidade direta ou indiretamente atingida pelo fato e de um ou mais facilitadores restaurativos; (BRASIL, 2016, s/p.).

Ricardo Santana salienta que todas as ações no âmbito da violência doméstica realizadas pela Justiça Restaurativa são de forma célere e responsável, buscando o acolhimento dos envolvidos e a proteção da vítima, resguardando os filhos, que porventura existam, e fazendo valer os direitos de ambas as partes.

A proposta da Justiça Restaurativa é interessante, principalmente quando levamos em consideração que o judiciário brasileiro possui um enorme número de processos que estão parados. No caso da violência doméstica, acreditamos que pode ser benéfica, principalmente nas ações que discutem os direitos das mulheres e a desconstrução do poder masculino sobre as mulheres. Contudo, é um tipo de política que precisa estar em constante fiscalização e monitoramento em todos os lugares onde é implementada, para que não haja desvios nos objetivos ou violências institucionais praticadas contra as mulheres.

- **Projeto Respeita as Mina**

O projeto “Respeita As Mina” é uma ação permanente de enfrentamento à violência contra as mulheres, promovida pelo Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado (SPM-BA). Inicialmente, a ação nasceu como uma campanha lançada durante o Carnaval da Bahia em 2017, e atualmente, a Ação Respeita as Mina abarca diversos projetos da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia, que tem em sua temática o enfrentamento à violência contra as mulheres em todo o estado. A partir daí, surgiu a Caravana “Respeita As Mina”, que tem como objetivo sensibilizar a população em relação à temática do enfrentamento à violência contra as mulheres. Cerca de 30 municípios baianos já foram beneficiados, inicialmente, com o projeto. Maria de Lourdes Scheffler e Julieta Palmeira, definem o Respeita as Mina como sendo

uma ideia-guia orientadora de uma multiplicidade de programas, projetos e ações, executadas e/ou coordenadas pela SPM-BA, com o objetivo de contribuir para a equidade social, autonomia, empoderamento e enfrentamento à violência contra as mulheres, além de promover condições que impeçam a reprodução do ciclo de violências contra as mulheres no estado. “Respeita as Mina”, foi concebido como uma plataforma de ação pedagógica que abriga projetos e ações interdisciplinares, intersetoriais, interinstitucionais, interseccionais e intergeracionais de natureza transversal ou executados diretamente pela SPM-Ba, recobrando diferentes dimensões sociais da vida das mulheres nos diversos territórios de identidade do estado da Bahia (SCHEFLER, PALMEIRA, 2018, p. 11, no prelo).

Em Itabuna, há um núcleo permanente do Respeita as Mina que abarca todo o território de identidade Litoral Sul, desenvolvendo ações de prevenção à violência doméstica e a violência contra a mulher nas instituições, nas escolas e nos eventos que acontecem na região.

Para conhecermos melhor o projeto “Respeita as Mina”, conversamos com Rosemare Vilas Boas Passos (Rose) que é uma das assistentes sociais do projeto. De acordo com Rose, o projeto “Respeita as Mina” surgiu a partir de uma emenda parlamentar em meados de 2016 e a partir disso, o projeto foi montado, inicialmente, como uma ação para o carnaval 2017 de Salvador. Como é sabido por todos, o carnaval é uma festa de rua e o assédio sexual contra as mulheres é muito comum, abrangendo também outros tipos de violência, como puxões de cabelo, puxões pelo abraço, beijos forçados, mas também agressões mais graves como estupros e lesões corporais.

Devido ao grande sucesso durante a festa a campanha foi abraçada por diversos artistas que constantemente lembravam aos foliões a necessidade de “respeitar as minas”. A Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres buscou expandir a ação a outras festas de rua e também para os municípios. Em julho de 2017 os trabalhos do projeto começaram em Itabuna. Inicialmente foi necessário selecionar os profissionais para montar a equipe, que é multidisciplinar, e hoje o projeto conta com: 1 (uma) coordenadora (pedagoga), 2 (duas) advogadas, 1 (uma) psicóloga, 1 (um) jornalista e 01 (uma) assistente social.

Para atuar nos municípios, Rose Passos afirma que é necessário assinar um “pacto” ou um “acordo de cooperação” entre a Prefeitura do Município e a SPM. A partir daí, baseado nos números de casos de violência, a equipe se desloca para realizar as ações. Entretanto, segundo ela, mesmo cidades com altos índices de violência, os prefeitos decidem não assinar. A partir da assinatura do documento pela Prefeitura e pela SPM, o “Respeita as Mina” tem mais respaldo e autonomia para atuar no município, conhecendo a realidade da violência que aflige as mulheres e atuando de maneira preventiva.

De acordo com Rose Passos a primeira cidade a receber ações do “Respeita as Mina” na região, foi Ubaitaba, e até o dia dessa entrevista (agosto 2018), 14 municípios da região já tinham sido beneficiados com as ações do projeto.

O “Respeita as Mina” atua com 3 oficinas voltadas para a população em geral, mas também para a rede de enfrentamento a violência contra mulher nos municípios. As oficinas são: sociedade civil e entidade filantrópicas; Rede de Enfrentamento e oficina da Juventude.

Na oficina de Sociedade Civil e Entidades Filantrópicas, sempre são acolhidas todas as entidades e movimentos sociais para discutir ações de prevenção e combate à violência doméstica, principalmente. Geralmente fazem parte as pessoas da igreja, do comércio, da zona rural etc. Nessa oficina, além de caracterizar os tipos de violências as quais as mulheres estão expostas, busca-se instruí-las sobre a rede de atendimento disponível para mulheres em situação de violência.

A oficina da Rede de Enfrentamento à Violência contra a mulher é ministrada por uma advogada e o público alvo são os profissionais que trabalham nas instituições: CREAS, CRAS, CRAM, DEAM, Delegacias comuns, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, enfim, todas as Secretarias acolhem as denúncias. Para ela, as secretarias de saúde, assistência social e educação precisam estar articuladas para orientar e apoiar as mulheres vítimas de violência.

A oficina de Juventude tem como público alvo os jovens a partir de 16 anos para discutir as formas de violência contra a mulher, como identificar um relacionamento abusivo, onde encontrar apoio para denunciar, e também trocar experiências. São aceitos jovens independentemente do gênero e segundo Rose, quase sempre a oficina que agrega um maior número de pessoas.

Rose Santana afirma que o conhecimento amplo da existência da lei Maria da Penha pelas mulheres, e a necessidade de denunciar o agressor, inclusive entre a população rural e indígena, é um momento gratificante. Para ela, o empoderamento dessas mulheres está crescendo cada vez mais.

Em Itabuna o trabalho é diferenciado para os municípios que o projeto atende. No município é feita uma visita inicial para apresentar a ação às Prefeituras e posteriormente às entidades. Dessa forma, a Prefeitura Municipal marca a data, organiza o local e a estrutura, e a equipe do “Respeita as Mina” se desloca para realizar as atividades. Já em Itabuna o trabalho é realizado com diversos públicos, como agentes comunitários de saúde, em escolas - com os estudantes da rede pública, e com outras entidades parceiras.

Rose Santana acredita que os agentes públicos dos municípios precisam se comprometer mais, principalmente na mobilização da comunidade, pois geralmente a mobilização é insuficiente. Para as ações de prevenção é necessário que haja um alcance social maior, para que essas mulheres possam estar informadas o suficiente para buscar ajuda e evitar agressões mais graves. É preciso que as instituições, o poder público e a sociedade civil se unam, para prevenir e combater a violência contra a mulher, porque a cada dia que passa, o número de vítimas só aumenta.

Rose Santana afirma que utilizam dinâmicas para deixar as oficinas mais atraentes, principalmente para os jovens e para a sociedade civil. Em média, o público atingido nessas ações é de 200 pessoas, sendo que a juventude quase sempre é a maior plateia. As mulheres também são unanimidade nessas ações, a assistente social afirma que em apenas uma cidade, houve a participação de homens (dois, apenas), se referindo à oficina ministrada por ela.

A caravana que o “Respeita a Mina” Litoral Sul tem realizado, atende municípios de toda região baixo sul e extremo sul. Como Rose faz questão de frisar, os índices de violência direcionam a ação do Respeita as Mina aqui no território.

O Respeita as Mina foi o único projeto que encontramos na cidade que investiu exclusivamente em prevenção, concomitantemente com a capacitação da Rede de Enfrentamento à Violência. Entendemos que a prevenção ainda é a melhor saída para evitar que as mulheres sejam violentadas; instruir a juventude sobre a violência e os relacionamentos abusivos permitirá que muitas meninas não permitam a supremacia masculina sobre as suas vidas. Essa são ações que devem ser fortalecidas permanentemente.

- **Vigilância Epidemiológica - Núcleo de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde (NPVPS)**

A lei 8.080/1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços de saúde, incluindo no artigo 6º a execução de ações de vigilância epidemiológica. A vigilância epidemiológica pode ser caracterizada como ações que proporcionam a prevenção, a detecção e o conhecimento de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, e seu objetivo principal é recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças (BRASIL, 1990). Jackeline Romio (2017) afirma que a segurança pública e a saúde são as esferas governamentais que mais produzem dados sobre a violência de gênero e a violência contra a mulher.



Por ser parte de ações de saúde, a Vigilância Epidemiológica é vinculada à Secretaria de Saúde do município, e vinculada à vigilância epidemiológica está o Núcleo de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde, onde conversamos com Terezinha Almeida, assistente social do setor. A equipe do núcleo é formada por dois assistentes sociais, um psicólogo e um enfermeiro, e tem como foco principal a notificação e a articulação entre as instituições para o fortalecimento da rede de atenção às pessoas em situação de violência, incluindo todos os tipos de violência e toda a população.

Segundo Terezinha Almeida, o núcleo trabalha com todos os públicos: criança, adolescente, mulher, idoso, pessoa com deficiência, pois tem acesso às notificações prioritariamente dos serviços de saúde, como hospitais e unidades básicas e agora estão tentando cadastrar o CRAM, o CREAS e o Conselho Tutelar - que são serviços previstos no âmbito da vigilância à saúde. As escolas também podem notificar, porém, as escolas ainda não foram capacitadas para atuarem nessa área.

O trabalho do núcleo acontece na forma de sensibilização e capacitação dos profissionais que trabalham no atendimento às pessoas em situação de violência, além da articulação e fortalecimento da rede, construção dos documentos que vão subsidiar esses profissionais - documentos sobre fluxos, guias de encaminhamento, guias de atendimento etc. O setor trabalha com os boletins epidemiológicos e há uma previsão de que se trabalhe também com pesquisa. Em 2018 o enfoque maior foi nas violências autoprovocadas – suicídios e tentativas de suicídio, devido ao número expressivo desse tipo de violência em 2017. Segundo Terezinha Almeida, as mulheres são maioria dos casos de tentativa de suicídio e os homens são o maior número em suicídios consumados. Segundo ela, as mulheres usam métodos que são mais lentos, como o uso de remédios, venenos (especialmente o chumbinho) e corte de pulsos, por exemplo, o que na maioria das vezes dá condições de socorrer; enquanto os homens cometem suicídio através do enforcamento ou utilizam armas de fogo, que são formas mais letais e quase sempre sem possibilidade de socorro.

O núcleo realiza treinamentos com os profissionais em todos os estabelecimentos de saúde, realizam treinamento para preenchimento da ficha de notificações e sensibilizam para a necessidade e a importância de preenchê-la. A ideia, é instrumentalizar os profissionais de saúde para que eles também possam encaminhar as vítimas às instituições que trabalham com o apoio e o combate à violência. Algumas ações planejadas de prevenção à violência doméstica - como rodas de conversas com mulheres nas unidades de saúde básica, por exemplo - não tem sido implementadas, devido à falta de estrutura do setor, que na maioria das vezes, não tem nem acesso a transporte da prefeitura para se deslocar para as ações.

Terezinha Almeida afirma que quando recebe as notificações que se enquadram em violência doméstica, o CRAM é imediatamente acionado, dessa forma, são encaminhados os dados para que o CRAM possa contatar a mulher e oferecer-lhe ajuda, pois o núcleo não tem a função de atender diretamente o público

O problema da subnotificação dos casos de violência é uma realidade enfrentada pelo NPVPS, ou seja, muitos profissionais de saúde não preenchem a ficha, ou preenchem de forma incompleta, o que não colabora para um diagnóstico real dos problemas e dos casos de violência. Terezinha Almeida pontua que em 2016, a partir dos treinamentos realizados com os profissionais das unidades de saúde, a equipe identificou que o maior impedimento no preenchimento das fichas se dá por medo, ou seja, alguns profissionais temem retaliação do agressor. Esses profissionais já vivenciaram algumas situações de ameaças, mas nunca foram agredidos fisicamente. Segundo ela, em relação a violência doméstica é ainda pior, pois muitos profissionais ainda consideram que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Então ainda há a necessidade de desconstruir esse pensamento entre os profissionais de rede de saúde do município.

Nesse sentido, Romio (2017) afirma que não é possível chegar aos dados precisos quanto aos feminicídios e as agressões contra as mulheres, pois a subnotificação é um dos motivos que leva a precariedade dos dados, além da naturalização das mortes por questão de gênero; a forma com que os dados são coletados; e a banalização da violência, principalmente a doméstica.

Terezinha Almeida pontua que o núcleo está começando a dialogar com os agentes comunitários de saúde, pois eles estão presentes nas residências quase diariamente, e por isso eles presenciam as situações, contudo, eles têm medo, então é necessário sensibilizá-los para que possam notificar as situações de violências domésticas identificadas. Para Almeida, o maior problema da notificação é o receio do profissional, ele não quer se expor, mas já foi esclarecido a eles que a ficha é um instrumento que serve para alimentar o sistema e que é diferente de uma denúncia. Entretanto, o ideal, e o que a legislação preconiza, é que no momento que se identifica a situação de violência, o profissional tem como obrigação notificar e fazer o encaminhamento para que a vítima tenha uma assistência.

De acordo com Romio (2017) há muitos estudos que se apoiam nos dados epidemiológicos da rede de saúde, pois eles possuem informações importantes não só sobre violências, mas também sobre a morbidade em âmbito nacional. A autora ainda afirma que “a Ficha de Notificação Compulsória da Violência foi criada pela Lei 10.778/2003, e estabelece a

notificação compulsória no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados” (ROMIO, 2017, p. 93).

Em relação às subnotificações, Terezinha Almeida chama atenção para duas situações. A primeira, é que as fichas que o núcleo encaminha para as unidades de saúde não são preenchidas juntamente com a vítima, e sim a partir do cadastro feito quando ela dá entrada no estabelecimento de saúde; e segundo, que muitas vezes a vítima também não revela quem foi o seu agressor. Ou seja, os fatores para as subnotificações, são variados, inclusive o não preenchimento da ficha pelos profissionais é o problema principal. Além disso, ela chama atenção para a necessidade dessas mulheres, vítimas de violência doméstica, serem encaminhadas para o setor de serviço social para que possam receber informações da existência dos serviços de acolhimento e da necessidade dela denunciar o agressor.

Romio (2017) ressalta que a notificação é essencial para estudos de feminicídio e violência contra a mulher, por constar informações importantes sobre a vítima, o agressor, o tipo de violência sofrida etc., e que colabora também para a rede de enfrentamento a violência contra a mulher, pois possibilita a proteção social da vítima. A autora ainda afirma que é necessário dar mais atenção para os documentos da saúde e os aportes epidemiológicos, na busca de tentar fugir dos documentos jurídicos, pois esses são contaminados pelo sexismo nas averiguações dos casos, além da dificuldade de acessá-los, pois estão sujeitos ao sigilo.

Acreditamos que, no caso de Itabuna, os dados na área da saúde possuem uma enorme lacuna, pois muitas vezes acabam sendo vinculados ao poder da classe médica, que em sua maioria não tolera divergências nos encaminhamentos adotados com os pacientes, principalmente se as orientações partirem de outros profissionais que não sejam médicos. Paralelo a isso, a falta de segurança na atuação de muitos profissionais, leva a insegurança e conseqüentemente ao silêncio, corroborando, indiretamente para a manutenção do quadro de violência sofrido pelas mulheres e pela falta de apoio psicossocial às mesmas.

Como o trabalho do núcleo também abarca ações de informação e prevenção às violências, Terezinha Almeida ressalta que ainda há dificuldades na realização dessas atividades junto a algumas instituições. Ela chama atenção para a falta de acesso à DEAM, pois ao tentarem realizar um trabalho de informações e acolhimento com as vítimas na sala de espera da delegacia, tiveram a solicitação negada. Além disso, buscaram fazer uma capacitação sobre acolhimento às vítimas como os servidores da DEAM e não tiveram permissão.

O que podemos observar é que a DEAM tem sido alvo constante de críticas por outras instituições da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher na cidade de Itabuna. Isso

demonstra a fragilidade e o insucesso na articulação entre algumas entidades, o que impacta direta e indiretamente nas usuárias - pela qualidade do serviço que recebem.

- **Defensoria Pública**

A Defensoria Pública é uma instituição estatal criada a partir da lei complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 que diz em seu artigo 1º: “a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma da lei” (BRASIL, 1994, s/p.).

Como a Defensoria atende tanto vítimas como agressores, buscamos a instituição para saber como funciona o acesso e os trâmites legais em casos de violência doméstica. Vale ressaltar que durante os contatos realizados nessa pesquisa, a maioria das pessoas, geralmente servidoras de algumas instituições da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, acredita que a Defensoria Pública no município de Itabuna, é insuficiente no apoio às vítimas e priorizam o agressor. Dessa forma, chegamos até a Defensora Daniely Melo Oliveira, com algumas informações absorvidas através de outros atores e assim, buscamos compreender um pouco mais sobre a atuação da instituição.

Daniely Oliveira afirma que atua diretamente na 2ª vara criminal de Itabuna e que a sua atuação finalística, é, em regra - como se trata de enfrentamento à violência contra mulher, em defesa do réu. Essa foi a principal informação que outras pessoas nos passaram ao reclamar de como é absurda a “prioridade” ao réu, e não às vítimas. Porém Daniely Oliveira explica que o que ocorre é que na distribuição de defensores públicos em Itabuna, não há defensores públicos suficientes para que se determine um defensor específico para o acompanhamento da mulher em situação de violência doméstica. Segundo ela, dentro da seara criminal, não existe defensor específico para atuar em processos de violência doméstica, ou seja, o mesmo defensor que trata violência doméstica também cuida de outros processos relativos a outros crimes. Ela ainda explica que, o defensor que atende o agressor, não pode atender a vítima e vice-versa. E, segundo ela, como a maioria dos casos de violência doméstica são ações públicas incondicionadas, o Ministério Público oferta a denúncia e a vítima não necessita de um advogado. Por este motivo, o agressor tem “prioridade”, pois ele não pode ficar sem defesa. Nos casos em que as vítimas necessitam de orientação jurídica, se elas procurarem a Defensoria, serão orientadas por um defensor da vara da família. Atualmente, 4 (quatro) defensores públicos atuam nas duas varas criminais de Itabuna. No período em que essa entrevista foi realizada (jul.

2018), 2 (dois) deles estavam de licença. Sobre a “prioridade” de defender o agressor, ela afirma:

Eu não vou dizer que há uma escolha na defesa do agressor, na verdade a atribuição constitucional de garantias dos direitos é o que a gente procura fazer, então o recebimento da vítima e a garantia de informação e educação em direitos ela vai receber aqui na defensoria principalmente pelos órgãos de família, agora na área criminal por entender que a vítima ela não é parte no processo, há essa determinação inclusive de fazer essa defesa do réu (Daniely Oliveira – Defensora Pública).

Segundo Daniely Oliveira, quando as vítimas procuram a Defensoria, geralmente são encaminhadas para instituições da rede de enfrentamento a violência contra a mulher, pois há maiores possibilidades de cuidados e de empoderamento delas.

A defensora ressalta que ela enxerga a violência doméstica como uma situação de educação de direitos e deveres, além do reconhecimento do ser da mulher como uma pessoa com iguais direitos, e não necessariamente como uma questão de enfrentamento de políticas criminais. A defensoria pública de Itabuna não possui pessoal capacitado para atuar nessa área, e alega que a estrutura é menor se comparada à Defensoria Pública da capital – Salvador, que tem núcleo especializado para tratar a violência doméstica. Para Daniely Oliveira não adianta tentar resolver um problema que é um problema sócio histórico em uma sociedade que entende que mulheres não têm os mesmos direitos que os homens. Ela compreende que o direito penal é um campo fragmentado, um campo que em regra não resolve outros problemas sociais, e que também não resolve a questão da violência doméstica.

O que a defensoria tem é um núcleo de mediação e conciliação que é vinculado ao setor de família, de direito da família, vinculado ao defensor da família. Esse núcleo vai contar com psicóloga e assistente social, que são responsáveis por tratar do problema familiar, às vezes, na dimensão da violência doméstica. Esse núcleo colabora principalmente quando há filhos menores, casos de pensão e de alimentos, e muitas vezes há situações que envolvem violência doméstica, dessa forma, buscam conciliar essas situações entre a vítima e o agressor. Daniely Oliveira explica que há sempre uma escuta ativa inicial da vítima, para saber se há possibilidade de acordo, pois não é obrigatório o comparecimento de nenhuma das partes.

Daniely Oliveira afirma que os crimes em que ela mais atua na área criminal são: tráfico de drogas, roubo, furto, porte de arma de fogo e a violência doméstica. Estes são os 5 crimes com maior número de processos sob sua responsabilidade, e nos casos de violência doméstica, são mais casos de ameaça e de lesão corporal. Oliveira cita casos em que a lei Maria da Penha é utilizada pelas mulheres para tirar vantagens patrimoniais, e cita a medida protetiva - no

sentido de afastar o cônjuge do lar para “ficar” com a casa (ela relata um caso no qual ela defende o homem).

Ressaltamos que, o que mais temos presenciado são mulheres agredidas e assassinadas diariamente pelos seus companheiros, namorados e ex-companheiros. Ao defender o agressor, Daniely Oliveira pontua que sempre luta pela não condenação, pois acredita que o encarceramento não resolve a violência doméstica. Ela defende que o combate se dá pela educação do agressor e o empoderamento das mulheres, e explica seu ponto de vista:

Quando eu comecei na atuação penal, eu antes entendia que o enfrentamento da violência doméstica precisava ser tão intenso quanto ele é, que a lei precisava ser mais severa, que deveria ter pena de prisão e tudo mais. Hoje em dia eu acho que o enfrentamento precisa ser intenso do mesmo jeito e muito mais, mas eu acho que a gente precisa fortalecer a rede, e que a gente precisa educar principalmente o agressor. Pessoalmente eu luto batalhando pela não condenação, que foi uma coisa que eu mudei depois que eu comecei a atuar, porque a gente discute um pouco sobre isso, no sentido de que geralmente quem tem esse viés mais progressista tende a ser abolicionista ou tenta, é contra o recrudescimento da lei penal porque sabe que a lei penal ela vai incidir necessariamente na população negra e pobre, mas quando a gente trata da violência doméstica esse mesmo grupo que é a favor do não recrudescimento da lei penal, que critica a lei penal por ela ser uma lei exclusivamente segregacionista é um grupo que incentiva o recrudescimento da lei penal para o agressor, e eu continuo achando que a gente tá fingindo que tá resolvendo um problema, posso tá errada mas a gente precisa empoderar mulheres (Daniely Oliveira – Defensora Pública).

A defensora finaliza dizendo que a medida protetiva em si, é um grande ganho para a sociedade feminina, uma questão muito importante, mas, permanece acreditando que quem deve analisar a medida protetiva não é o juiz criminal, mas sim o de família. Segundo ela, precisa-se entender que a medida protetiva tem que ser avaliada pelo juiz de família, pois o direito penal é a última instância do direito a ser recorrida, quando todas as outras já não se aplicam mais.

A falta de estrutura, o número ínfimo de Defensores Públicos, a falta de um núcleo especializado em violência contra a mulher e a “preferência” no atendimento ao agressor, prejudica consideravelmente o apoio jurídico que as mulheres necessitam, principalmente nos casos de violência doméstica. Não ter advogados disponíveis para atender as demandas dessas mulheres, principalmente em casos de violência doméstica onde não cabe atuação do Ministério Público, é de uma gravidade extrema. Dessa forma, é necessário que a pauta da violência doméstica seja prioritária nas ações de políticas públicas, é fundamental que a prevenção e o enfrentamento à violência doméstica sejam uma questão permanente de Estado e não de Governo.

- **Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM)**

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher são espaços de acolhimento e atendimento psicossocial, para orientação à mulher que está em situação de violência. O CRAM tem o objetivo de proporcionar o atendimento necessário à superação de situação de violência, contribuindo para o fortalecimento, o empoderamento da mulher e o resgate de sua autoestima e cidadania. O atendimento psicossocial deve promover o resgate do seu amor próprio, da sua autonomia, auxiliá-la na busca de mecanismos de proteção, além de ajudá-la a superar o impacto da violência sofrida (BRASIL, 2006).

O aconselhamento jurídico também é uma das funções do CRAM, ele tem como objetivo evitar que a mulher volte a ser vítima de violência, incentivando-a a denunciar – caso ainda não tenha realizado a denúncia - e acompanhar os atos administrativos policiais e os procedimentos judiciais, informando-a e preparando-a para participação nas etapas necessária da persecução processual (BRASIL, 2006).

De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas para a Mulheres (BRASIL 2016), os profissionais que atuam no CRAM necessitam ter formação e qualificação contínua para que possam desenvolver melhor suas atividades. A expertise desenvolvida por esses profissionais do CRAM os habilita a promover atividades de qualificação para os demais profissionais dos serviços da Rede de Atendimento. Assim, também é função do CRAM manter contato com as instituições e serviços da Rede de Atendimento para provocar o interesse, ou identificar as demandas de qualificação, e elaborar de forma articulada, oficinas com esse fim. Dessa forma, o CRAM deve articular os serviços da rede de atendimento para que as mulheres vítimas de violência tenham suas necessidades consideradas de forma prioritária, garantindo um atendimento humanizado e qualificado, informando-a sobre seus direitos e seus deveres. Também é responsabilidade do CRAM organizar os dados da violência contra a mulher - referentes aos atendimentos, e enviá-los aos órgãos gestores - das três esferas de governo, responsáveis pela implementação da política de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. Vale ressaltar que esses dados são fundamentais para avaliar os serviços, fortalecer os mecanismos existentes e redimensionar e redirecionar as políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher.

Assim, entendemos que as atribuições do CRAM, são essenciais e importantes dentro da rede de atendimento à mulher vítima de violência. Dessa forma, o Centro de Referência precisa ter total apoio para garantir estrutura física, material e de recursos humanos para desempenhar suas funções, além de ter coordenadoras comprometidas com a articulação das

outras instituições da rede, para que possam qualificar os profissionais e garantir um melhor atendimento à essas mulheres em todos os serviços disponibilizados. Em geral, a falta de qualificação dos profissionais no atendimento às vítimas, é uma das maiores lacunas que detectamos durante essa pesquisa.

No CRAM de Itabuna, conversamos com a coordenadora Alzira Marques – bacharel em direito e especialista em violência contra a mulher, crianças e adolescentes - que nos contou um pouco sobre o histórico e o funcionamento do CRAM. Ela conta que antes do CRAM existia a Divisão de Combate à Violência Contra a Mulher que foi criado em 2009 pelo governo municipal, e devido ao grande destaque na parte de empoderamento, do combate, e do enfrentamento à violência contra a mulher. A partir de uma proposta da SPM estadual a divisão se tornou um CRAM, ou seja, passou a ter mais espaço político, pois a estrutura já existia. De tal modo, em 2013 foi construído um projeto nesse sentido e foi realizada a parceria entre a prefeitura municipal e o governo do Estado, para a implantação do CRAM.

O CRAM, apesar de ter parceria com o governo estadual, atua com os recursos humanos ligados ao município, ou seja, todos os servidores são do quadro da prefeitura. Além dos servidores, Alzira Marques afirma que toda a estrutura física também é municipal e que a SPM colabora apenas com capacitações e materiais gráficos, como cartilhas, panfletos, cartazes etc. Ela pontua que quando há a instalação de algum CRAM, o governo estadual disponibiliza carro e equipamentos – mesas, cadeiras, computadores etc., e que a unidade de Itabuna não foi equipada. Segundo ela, esses equipamentos já foram solicitados repetidamente junto à SPM e até o momento nenhuma providência foi tomada. Ela chama atenção para alguns aparelhos que foram doados por ela ou por outros servidores do CRAM – como mesas e computadores.

O CRAM de Itabuna além de atender mulheres vítimas de violência doméstica, atende também as mulheres vítimas de violência autoprovocada – geralmente são tentativas de suicídio. Alzira Marques ressalta que muitas mulheres, por não conseguirem resolver os problemas com os parceiros e não enxergarem saídas para a situação de violência que estão vivenciando, acabam tentando suicídio, pois elas não cogitam realizar a denúncia, de modo geral, são mulheres que não querem denunciar seus agressores.

Sobre o trabalho realizado no CRAM e as funções das instituições, principalmente no que se refere às mulheres que ainda não realizaram a denúncia, Alzira pontua que:

não é nosso trabalho forçar a denúncia, nosso trabalho aqui é atender a mulher. É fazer a prevenção. Aqui temos reuniões de mulheres todo mês, aqui nós temos 278 mulheres que estão sendo atendidas pelo CRAM hoje. Temos um corpo de psicólogos, de assistentes sociais, orientadores sociais, temos professora de artes, temos atendimento jurídico. Então a gente trabalha o empoderamento, [...], porque não adianta a gente



trabalhar só a parte psicológica, assistencial e depois mandar essa mulher para rua. Não a gente tem que trabalhar ela todinha para poder inserir ela no mercado de trabalho. Inserir ela na sociedade, provocar a autoestima dela, para que ela possa ter até a condição de denunciar. Que aí é que ela vai criar [coragem]<sup>66</sup>, quando ele se sentir fortalecida, para denunciar, então nosso trabalho é esse de prevenção, mobilização, empoderamento, proliferação da lei Maria da Penha, falar sobre a violência contra a mulher, detectar os problemas, e através de políticas públicas que a gente possa está inserindo a violência contra a mulher, para que a gente consiga baixar o número de casos (Alzira Marques – Coordenadora do CRAM de Itabuna).

Sobre a “proliferação da Lei Maria da Penha” citada pela coordenadora, ela explica que são atividades de palestras e rodas de conversas sobre a Lei, e que o CRAM possui um projeto de realizar essas atividades nas escolas públicas da cidade, entretanto, ainda não foi possível iniciar devido à falta de estrutura e recursos humanos. No passado essa atividade já foi realizada nas escolas com a parceria de uma ONG italiana, porém o trabalho foi mais direcionado aos pais dos alunos. Foi detectado que os pais estavam agredindo as mães e isso trazia consequências aos filhos.

Itabuna possui uma população de mais 200 mil habitantes, sendo mais de 50% de mulheres e o CRAM possui uma estrutura muito reduzida. De acordo com Alzira, o CRAM trabalha com 4 (quatro) psicólogas; 3 (três) assistentes sociais; 1 (uma) assistente jurídica; 1 (uma) orientadora social e espera mais três profissionais que passaram por processo seletivo; 2 (dois) assistentes administrativos; 1 (um) administrador; 1 (uma) professora de artes; 1 (uma) recepcionista; 1 (uma) cozinheira; 1 (uma) auxiliar de serviços gerais; 1 (um) guarda e 1 (uma) coordenadora. Totalizando 18 servidores.

De acordo com Alzira Marques, o trabalho de rede – articulação entre as instituições e serviços, é realizado pelo CRAM, que mantém parcerias com a DEAM, com a Ronda Maria da Penha, com o Ministério Público, com a Rede Feminista Grapiúna, com a Justiça Restaurativa e outras instituições. Marques acredita que a violência doméstica precisa ser combatida em conjunto, para que seja possível diminuir a incidências, contudo ela não acredita na possibilidade de exterminá-la, pois mesmo com todos os esforços, é algo que está enraizado na sociedade.

Ao chegar ao CRAM, a vítima será recebida por uma recepcionista, onde irá fornecer informações para um cadastro na instituição, logo após ela será encaminhada para a coordenadora do CRAM, que juntamente com uma psicóloga, deverá observar qual tipo de violência ela sofreu - para encaminhá-la para o atendimento psicológico. Esse diagnóstico é necessário porque cada psicóloga atende tipos diferentes de violências – são 4 (quatro)

---

<sup>66</sup> [ ] Os destaques entre colchetes são grifos nossos.

profissionais. Após o atendimento psicológico, ela será atendida pelo serviço social, que deverá analisar quais os serviços de assistência social que ela poderá se encaixar – como bolsa família, aluguel social, minha casa minha vida, se precisa de assistência à saúde etc. Em seguida a esse atendimento, ela será acompanhada pelo CRAM, será convidada a participar das atividades e das oficinas realizadas pela instituição, para trabalhar o empoderamento e o resgate da autoestima. Sobre isso, a coordenadora pontua que:

Eu tenho mulheres aqui que tinha mais de três anos que não se olhava no espelho, em cárcere privado, até o ponto dela denunciar, de ela vir pra cá sem querer denunciar. A gente tem aqui uma oficina de beleza, [...] uma parceria com a escola profissionalizante, a gente também faz uma parceria com a LBV, faz parceria com a Igreja Adventista, a gente tem vários parceiros, por que a gente tem que trabalhar em parceria. Tem várias empresas também que a gente tem parceria, porque quando a gente quer botar no mercado de trabalho... você ta entendendo?! Então a gente procura fazer um trabalho que a gente cuide dessa mulher ao todo. Em conjunto, porque não adianta só **passar** pelo psicólogo, aí depois ela fala: “e aí, o que é que eu vou fazer da minha vida? Onde eu vou me apegar? O que é que eu vou fazer? Eu tenho certa idade, não tenho o mercado de trabalho.” (Alzira Marques – Coordenadora do CRAM de Itabuna).

Ao questionarmos sobre a questão da classe social e a questão racial, ela afirma que não há classe social ou cor, mas pondera que há muitos casos de mulheres de classe média, porém as mais pobres são as mais atingidas, e isso inclui também o estupro de vulnerável e de adolescentes, que em grande maioria é violentada pelo pai ou pessoas da família e das relações familiares. Nesse sentido, Alzira Marques também afirma que a violência está pulverizada em todas as religiões, mas insiste em negar a questão racial, afirmando que:

Outro detalhe, aqui no CRAM não tem esse negócio de cor, não tem. Por incrível que pareça na época que Mariele foi assassinada uma médica também foi assassinada, ela branca, não tinha nada a ver com questão de política. Eu sei que as mulheres negras estão no topo do índice de violência doméstica, mais do que as mulheres brancas, entendeu?! Eu não consigo entender o porquê disso, eu não sei é pelo fato do racismo, que o racismo é o ponto que eu digo assim racismo, drogas, violência contra a mulher e homofobia, a gente não vai conseguir exterminar nunca, nunca! A sociedade precisa se educar, porque para mim tudo é uma questão de educação. [...], mas aqui no CRAM eu não tenho esse diagnóstico de serem mais mulheres negras do que branca, tenho uma bailarina aqui (Alzira Marques – Coordenadora do CRAM de Itabuna).

Observamos o desconhecimento da questão racial e a contradição na fala da coordenadora, pois a mesma afirma ter consciência que a violência contra a mulher negra é maior quando comparamos às mulheres brancas, mas não consegue atribuir isso ao racismo, não consegue perceber os males causado pela discriminação racial e muito menos que precisamos pensar políticas específicas para esse público. O silenciamento da questão racial

colabora para a invisibilidade dos problemas que afligem a população feminina negra, dificultando a reflexão social e conseqüentemente ações governamentais. Essa contradição se fortalece, quando na sua narrativa ela afirma que o CRAM também trabalha e discute a questão racial entre as mulheres. Esta situação é preocupante, afinal o que está sendo discutido junto a essas mulheres? Quem está ministrando essas oficinas possui qualificação suficiente para abordar tal assunto? Perguntas que ficaram sem respostas.

Quando a coordenadora afirma que a maioria das mulheres atendidas pelo CRAM, são mulheres “pardas”, percebemos que houve o receio em chamar algumas mulheres negras, de pretas, pois ao visualizarmos algumas fotos dos eventos realizados na instituição, ela definiu muitas mulheres como “pardas”, mesmo com a existência de imagens de eventos no CRAM que mostram que as pardas são pretas. Essa atitude encontra respaldo na cultura do branqueamento, que buscou inserir entre os negros um *continuum* de cor, promovendo a negação da negritude, pois o racismo é avassalador. Dessa forma, os negros foram caracterizados como pardos, mulatos, morenos, cor de jambo - dentre tantas outras nomenclaturas – menos, pretos.

Sobre a possibilidade do CRAM mediar entrevistas para nossa pesquisa, ela foi enfática ao negar ajuda e usou a prerrogativa do sigilo que envolve essas situações. Mesmo a universidade garantindo e se responsabilizando pelo sigilo das fontes, não houve colaboração da mesma, que fez questão de frisar que o sigilo é algo inegociável, porém, confessou que quando a mídia local – televisão, solicita mulheres para entrevistar, elas fazem o chamamento e aquelas que sentirem-se à vontade, são entrevistadas – geralmente de costas e sem mostrar o rosto. Dessa forma, observamos que a prerrogativa do sigilo é frágil e seletiva, pois colabora com a TV – que expõe muito mais as mulheres, mas não coopera com uma pesquisa sigilosa da Universidade. Atitude lamentável.

A coordenadora do CRAM considera um avanço o atendimento de mulheres transgêneros no CRAM. Porém esse atendimento, explica ela, só é disponibilizado para as que já possuem documentação regularizada pela justiça. Assim, o atendimento é limitado a um número muito reduzido de mulheres trans, são difíceis o acesso à justiça e à regularização da documentação, financeiramente dispendioso e burocrático, e muitas vezes completamente inacessível a esse público.

O acesso à justiça na nossa sociedade compreende quatro dimensões: a) o reconhecimento dos direitos pelo Estado, resultando na criação de leis; b) mecanismos para tornar o acesso à justiça formal em acesso real; c) os cidadãos se reconhecerem enquanto sujeitos de direitos; d) condições sociais, culturais e educacionais para que as pessoas conheçam seus direitos e saibam como e onde requerê-los. Ultrapassando esses obstáculos, não haverá

acesso universal e efetivo a todos que necessitam da justiça. Outras dificuldades aparecem para dificultar ainda mais esse acesso, como a localização geográfico-espacial dos tribunais; aspectos internos ligados ao formalismo dos tribunais; o excesso de trâmites burocráticos e a linguagem jurídica inacessível para leigos, são algumas barreiras que colaboram para aumentar não só a distância simbólica entre os tribunais e a sociedade, mas também a desconfiança da população em relação a essas instituições e seus representantes (CAPPELLETTI; GARTH, 1988; SOUZA SANTOS, 1996 apud PASINATO, 2015).

Alzira Marques também entende que é necessário trabalhar a desconstrução do machismo, principalmente nos homens que agridem as mulheres, coadunando com a indicação que feita no Art. 35, alínea V da Lei Maria de Penha, que incentiva a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores. Dessa forma, ela pondera:

A gente fica pensando em maneiras de amenizar a violência contra a mulher, não é só cuidando da mulher, mas a desconstrução do machismo precisa ser trabalhada rapidamente de uma maneira mais profunda. Outro detalhe, a gente cuida da mulher, mas é o homem? O homem precisa ser cuidado também. Esse homem é um doente e ele vai continuar no ciclo, a gente vai tirar aquela mulher do ciclo da violência e ele vai continuar. Então é o que eu já falei junto ao Ministério Público e aos juízes que expedem as medidas protetivas da 2ª vara, junto a secretária de assistência social, a diretora, que nós precisamos fazer um núcleo de atendimento ao homem, porque a maioria desses homens são doentes, são machistas ao extremo e esses machistas ao extremo é um problema de saúde mental, [...], se você pegar esse machista vai ver que é o maior aliado da violência contra a mulher e o machismo e o silêncio das mulheres também é aliado dessa violência (Alzira Marques – Coordenadora do CRAM de Itabuna).

Não concordamos com ela quando ela trata o agressor como um doente. O homem que agride uma mulher é fruto de uma cultura e de uma sociedade machista, sexista, misógina e patriarcal, que sempre conferiu ao homem poder e domínio sobre as mulheres, contudo, isso não é doença<sup>67</sup>, é um preconceito arraigado que necessita ser desconstruído a partir de diversas instâncias sociais, a começar pela família, com as mudanças na criação de filhos e filhas; na escola, a partir do tratamento igualitário a meninos e meninas e pelo Estado a partir de políticas que promovam a equidade de gênero em todas as instâncias, além de ações de desconstrução dos preconceitos e criminalização das violências perpetradas. A sociedade também tem papel fundamental, pois não tolerar as discriminações e violências colabora no combate e na perspectiva de mudanças, sejam nas leis ou nos comportamentos coletivos.

Em uma atuação articulada, a rede de enfrentamento busca dar assistência à essas mulheres. Os juízes que expedem as medidas protetivas, também as encaminham para o CRAM,

---

<sup>67</sup> A quantidade de homens agressores com distúrbios psíquicos é ínfima, discutiremos isso mais adiante.

para que a coordenação possa ter conhecimento sobre os novos casos. O CRAM, busca junto à Ronda Maria da Penha os contatos e endereço dessas mulheres para realizar suas “buscas ativas”, que segundo a coordenadora é uma visita da equipe multidisciplinar à essas mulheres, no sentido de oferecer-lhes os serviços prestados pelo Centro de Referência, buscando acolhê-las e agregá-las a instituição. Ao agregar essas mulheres, elas também poderão ser multiplicadoras, pois muitas mulheres violentadas chegam ao CRAM através de outras mulheres - que já são atendidas pela instituição.

Nesse sentido, nós entendemos que, no município de Itabuna, as duas instituições mais importantes no atendimento à mulher, vítima de violência doméstica, são o CRAM e a DEAM, pois são as duas principais portas de entrada dessas mulheres, são as instituições que elas procuram quando a violência se torna parte de suas vidas, A DEAM para denunciar, e o CRAM para se cuidar. Como a DEAM não possui uma equipe multidisciplinar para atendimento às mulheres, o CRAM faz esse papel. Entretanto, é necessário compreender que nem todas as mulheres que passam pela DEAM chega ao CRAM e vice-versa.

Mesmo as mulheres que são encaminhadas para o CRAM, através da DEAM, podem não querer ir à instituição e nesse sentido, durante nossas visitas à DEAM, conhecemos duas delas, que alegaram que o CRAM não resolveria a situação, tendo na DEAM a única forma de tentar se livrar do agressor, na esperança que eles fossem presos e as deixassem em paz. Dessa forma, essas mulheres não tiveram a oportunidade do atendimento psicossocial, pois a DEAM não possui profissionais para tal atendimento.

Vale ressaltar que o CRAM precisa ser fortalecido, tanto em recursos materiais e recursos humanos, como em qualificação ampla, para que dessa forma tenham condições de atender mais mulheres, realizar um extenso trabalho de prevenção e evitar equívocos conceituais. Nesse sentido, a DEAM também precisa de atenção e mais compromisso dos gestores estaduais – Governo do Estado e Secretaria de Segurança Pública, tanto no sentido de equipá-la estruturalmente – com mais agentes, com qualificação permanente, ambiente seguro e relativamente confortável para todos, equipe multidisciplinar, como no sentido de combater a violência institucional, um dos grandes problemas enfrentados pelo público que busca as DEAMs.

Essas situações de violência institucional foram diagnosticadas através das pessoas que tomaram conhecimento da nossa pesquisa, relatando situações de violência institucional perpetrada principalmente pela delegada titular – Ivete Santana Oliveira. Os relatos de violência institucional foram descritos, inclusive, as gestoras (es) de outras instituições da rede de enfrentamento a violência contra a mulher do município e por mulheres que já foram atendidas

por ela. Mesmo essa situação sendo de conhecimento geral, da população usuária e instituições da rede de atendimento/enfrentamento, nada é feito para evitar que a delegada permaneça com atitudes “impróprias” ao atender às mulheres. E assim, essas vítimas caem em um outro ciclo de violência, a violência institucional, que certamente também se fará presente em outras instituições da rede, por servidores mal capacitados para entender o fenômeno da violência contra a mulher e em especial da violência doméstica.

- **Ministério Público da Bahia (MP)**

Até a Constituição Federal - CF de 1988, o Ministério Público era um órgão de defesa da lei e a da sua fiel execução. O MP era vinculado ao poder executivo e suas definições eram estabelecidas na Constituição Estadual. A partir da CF de 1988, o Ministério Público, assume um novo papel, deixando de ser simplesmente um órgão acusatório, tendo ampliadas suas atribuições, o que lhe permitiu zelar pelos interesses sociais e individuais indisponíveis, assegurando a sua autonomia funcional e administrativa (Ministério Público do Estado da Bahia, s/a).

A Constituição Federal, em seu artigo 127 afirma que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis<sup>68</sup>” (BRASIL, 1988, s/p.). E ainda determina quais as suas funções:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior; VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas (BRASIL, 1988, s/p.).

---

<sup>68</sup> Os interesses sociais e os individuais indisponíveis são aqueles aos quais não se pode renunciar, como a vida, a liberdade, a educação e a saúde. (Ministério Público da Bahia)

Assim, o Ministério Público é um órgão que exerce funções essenciais à Justiça – mas que é independente do poder judiciário, e através dos núcleos de gênero, atua na garantia dos direitos humanos das mulheres, fiscalizando o cumprimento das leis que se relacionam com a igualdade entre homens e mulheres, visando a observância da lei Maria da Penha. Além disso, fiscaliza os serviços de atendimento à mulher, principalmente àqueles destinados às mulheres em situação de violência.

O Ministério Público é composto por Procuradores e Promotores de Justiça, os primeiros desempenham funções nas áreas cível e criminal (desde que não seja atribuições do Procurador Geral de Justiça) e os segundos atuam junto aos juízes de direito, propondo ações civis e penais públicas, denunciando crimes à justiça e instaurando inquéritos para apurar irregularidades. O Ministério Público atua em defesa dos interesses da coletividade, tendo como áreas principais: Cível; Fundações e Eleitoral; Consumidor; Criança e Adolescente; Criminal; Direitos Humanos (inclui mulheres, idosos, LGTB, Pessoas com Deficiência, etc.); Educação; Meio Ambiente; Saúde; Segurança Pública e Defesa Social (Ministério Público da Bahia, s/a).

Para entendermos como funciona a culpabilização do agressor, procuramos o Ministério Público da Bahia, atuante no município. Por já conhecermos uma determinada promotora (Cleide Reis), a que faz parte da Rede Feminista Grapiúna, estivemos com ela para uma entrevista. Ela fez questão de salientar que ela não era a responsável pelos casos da Lei Maria da Penha. Assim, realizamos a entrevista e buscamos o MP para marcarmos uma entrevista com os promotores que atuam diretamente com violência doméstica. Após algumas tentativas, não obtivemos sucesso, a alegação foi falta de tempo - devido a compromissos já agendados e aos trabalhos do MP. Dessa forma, a única entrevista que realizamos, tem como objetivo essencial entender como funciona o MP na atuação da lei Maria da Penha. Ressaltamos que não foi possível fazer uma análise profunda, principalmente sobre a atuação dos promotores responsáveis pelas ações da referida lei. Nossa conversa aconteceu na sede do MP de Itabuna com a promotora Cleide Ramos Reis.

A promotora afirma que o Ministério Público Estadual atua principalmente como fiscal da lei nos processos que tem tramitação na justiça comum estadual. Estes processos acoplam também os processos de violência doméstica que tem tramitação - em algumas varas especializadas existentes no Estado da Bahia - nas varas especializadas, que antes eram denominadas de varas de Violência Contra a Mulher e hoje foram redesignadas como varas de Justiça pela Paz em Casa<sup>69</sup>. De acordo com Cleide Reis, existe atualmente, em média 6 (seis)

---

<sup>69</sup> Segundo o Judiciário, com a perspectiva de Justiça pela Paz em Casa eles vão trabalhar métodos auto-compositivos de controle de conflitos através da justiça restaurativa ou da mediação de conflitos – que é

varas em todo o Estado. Em Itabuna não existe vara especializada, então isso significa que todas as ações penais de violência doméstica serão tramitadas perante os juízes criminais comuns, inclusive os delitos conhecidos como de menor potencial ofensivo.

Cleide Reis pontua que na atuação específica do promotor da área de violência doméstica existe um problema atualmente que atinge o Ministério Público em Itabuna, que é a falta de atribuição específica criada pelo órgão, ou seja, pela autoridade superior - que é a Procuradoria Geral de Justiça, que deveria estabelecer uma promotoria responsável apenas por violência doméstica, e isso não existe. Dessa forma, os promotores que lidam com violência doméstica também atuam em outras áreas. E ela aponta algumas consequências:

O problema número um, que a gente viu em relação ao funcionamento do Ministério Público é a falta de atribuição específica de uma promotoria para lidar com violência doméstica. Então isso significa que violência doméstica vai ser distribuída entre os processos que serão encaminhados para quatro promotores de justiça diferentes. Enquanto a atribuição de violência doméstica se restringir a questão individual processual, não tem problema, porque há uma distribuição equitativa de processos entre esses promotores e entre essas duas varas, porém existem situações que envolvem a questão da violência doméstica que demandam interesses difusos, como por exemplo o controle da qualidade de funcionamento da rede. E essas questões demandariam a existência de uma Promotoria específica com atribuição para isso, e isso não existe (Cleide Reis – Promotora de Justiça).

A partir da constatação da Promotora, podemos entender a existência dos casos de violência institucional praticados pela DEAM. Compreendemos que há falta de controle de qualidade da rede de enfrentamento à violência contra a mulher e não há mudanças no atendimento às vítimas.

Como a Promotoria que Cleide Reis atua é referente ao controle externo da atividade policial, ou seja, age no controle externo da atividade policial, fiscalizando a qualidade do serviço e do atendimento prestado nas unidades de polícia, inclusive na DEAM, podemos constatar que essas ações institucionais violentas acontecem na referida delegacia, conforme afirma a promotora:

Os dados que eu tenho que são relacionados ao controle externo de atividade policial na DEAM informam, por exemplo, uma deficiência muito grande, não apenas quantitativa como também qualitativa nos atendimentos que são prestados às vítimas de violência doméstica. [...] inclusive houve uma situação que **a vítima** veio na promotoria, apresentou uma queixa, eu encaminhei ofício a DEAM solicitando a imediata instauração de inquérito policial, e posteriormente essa vítima veio

---

insuficiente, pois não há capacitação de técnicos para atender os municípios e a justiça restaurativa ainda é muito limitada a poucos municípios. Houve manifestações dos movimentos feministas com a troca do nome das varas especializadas, pois afirmar que a Vara é de Violência Doméstica carrega um peso simbólico e chama atenção para o problema.



novamente se queixando da demora. Então houve de novo intervenção nossa para garantir que o procedimento fosse finalizado com rapidez, e o que aconteceu foi que a autoridade policial responsável por esse inquérito acabou desenvolvendo uma desafeição pela vítima, que prejudicou a vítima no inquérito policial (Cleide Reis – Promotora de Justiça).

Conforme assinala a promotora, a violência institucional existe! Além disso, outro aspecto que precisa ser observado, é que pela inexistência de um promotor de justiça com atribuições específicas em violência doméstica, o mapeamento do funcionamento da rede está comprometido, ou seja, o promotor de justiça, que geralmente trabalha especificamente com a violência doméstica, deve fazer inspeções nos órgãos de atendimento à mulher, inspecionando assim todas as instituições que fazem parte da rede de atendimento e também de enfrentamento à violência contra a mulher. Reis afirma nem todas as instituições especializadas conseguem cobrir todas as necessidades que as mulheres demandam. Assim, para mapear o funcionamento adequado das políticas de atendimento à mulher segundo os parâmetros estabelecidos pela Lei Maria da Penha, haveria necessidade de um membro do Ministério Público que acompanhasse os trabalhos desenvolvidos por esses órgãos de atendimento. E isso não existe em Itabuna, em razão da falta de uma promotoria específica.

De acordo com Cleide Reis, há também uma grande deficiência de assistência jurídica às mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Itabuna, pois como já discutimos anteriormente, a Defensoria Pública atua “prioritariamente” na defesa do agressor, assim, ela explica:

[...] então nós temos uma deficiência grave de assistência jurídica às vítimas da Lei Maria da Penha, então isto significa que nos casos, por exemplo, que não gera uma ação penal, em que o Ministério Público é o titular da ação penal - por exemplo, a vítima vai ficar desassistida. Ou nos casos em que essa ação penal seria uma ação penal de natureza privada e que o Ministério Público não tem competência para ingressar em processos de natureza privada, por exemplo - caso muito comum de dano aos bens da vítima. O crime de dano é um crime de ação privada, o promotor de justiça ele não oferece denúncia só por dano, se tiver dano misturado com lesão ele vai oferecer denúncia em relação a lesão corporal, mas ele não vai poder pedir ao juiz processamento em relação ao dano, por que dano é uma ação privada. Injúria, que é mais comum ainda, a violência a começar com ofensas a honra - é ação penal privada, então o promotor de justiça não oferece denúncia se a agressão for apenas verbal (Cleide Reis – Promotora de Justiça).

Para a promotora, há inúmeras deficiências no atendimento às vítimas de violência doméstica e essa não se resume só a Defensoria Pública, mas também a DEAM e ao próprio Ministério Público que não capacita seus promotores para atuar de acordo com as atualizações legais que se referem à violência doméstica. Dessa forma, ela nos explica como funciona os processos, a partir das denúncias das vítimas:

Quando a delegacia conclui os procedimentos - ela sempre leva mais de seis meses. Acontece que o prazo limite para a vítima ter o direito de ingressar com ação penal privada é seis meses. Se passar de seis meses ocorre um fenômeno jurídico chamada decadência, perde-se o direito de ação penal. Então, quando a delegacia encaminha para o Ministério Público, o promotor de justiça, a primeira coisa que ele vai observar é: só tem injúria aqui? Só tem ação penal privada? Se tem dano a ação penal é privada e tem decadência de seis meses. Ele vai olhar entre a data do fato e a data que ele recebeu, já passou mais de seis meses? Já! Se já, decaiu. Aí a única coisa que o promotor vai pedir é o arquivamento, vai pedir ao juiz a extinção da punibilidade por decadência da ação penal privada. Então significa que existe uma sub-representação da vítima em relação aos delitos de ação privada. Como existe uma sub-representação da vítima mesmo nas ações penais que são públicas. Isso por que em tese o Ministério Público deveria defender a vítima, porém existem algumas deficiências também institucionais, também relacionadas à violência institucional e também relacionada ao predomínio do patriarcado nas instituições públicas, então por exemplo, em uma denúncia de violência doméstica, seja ela uma lesão corporal, seja ela um feminicídio consumado ou tentado, o Ministério Público poderia requerer, por exemplo, a indenização, o pagamento de uma indenização à vítima. Esse pedido não é formulado em grande parte das ações penais, ou seja, há aí uma sub-representação da vítima e essa determinação consta no código de processo penal desde 2008, então a 10 anos que o Ministério Público, digamos assim, deveria estar capacitado em todas as ações penais que envolvem violência contra mulher a pedir a indenização da vítima pelo dano causado. E grande parte das denúncias - como eu trabalho com execução penal e recebo processos antigos ainda para fazer a execução penal - eu vejo que não teve esse pedido na indenização (Cleide Reis – Promotora de Justiça).

Quando questionamos a possibilidade do processo chegar ao MP dentro dos seis meses, ela nos informou que nesse caso o MP pede ao juiz para encaminhar o processo e assim designar um advogado para oferecer a queixa-crime ao judiciário, entretanto, ela afirma que a partir de sua experiência profissional atuando no município, isso nunca ocorreu, pois, a DEAM não consegue cumprir o prazo mínimo de seis meses.

Diante de tamanho problema e a partir da nossa experiência em campo - acompanhando e visitando a DEAM desde fevereiro de 2018 - percebemos que apesar desse ser um problema grave e de responsabilidade da delegacia - não podemos simplesmente esquecer o contexto em que a DEAM está inserida. É necessário que se diga que esse tipo de problema, certamente, é acarretado pelas deficiências estruturais apresentadas pela DEAM de Itabuna. Conforme conversas informais realizadas com os servidores da delegacia durante esses meses, a falta de recursos humanos e materiais é enorme e isso ocasiona inúmeros problemas no atendimento. Por meses ouvimos os servidores se queixam da sobrecarga de trabalho e da necessidade de mais recursos humanos, e segundo eles, a situação é agravada singularmente quando algum servidor está em férias, licença saúde, licença prêmio etc. Vale ressaltar que servidores públicos são pessoas e não máquinas, tem direitos trabalhistas e adoecem, e nesses casos, na DEAM de Itabuna, não tem funcionários substitutos. Dessa forma, consideramos que esse tipo de

deficiência demonstrado pela DEAM é de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, ou seja, do Governo Estadual.

A promotora realizou um balanço sobre a discussão em torno da ação penal e da responsabilização dos agressores. Ela afirmou que a importância do direito penal em relação a violência doméstica ainda é divergente no interior do movimento feminista, pois, para ela, o feminismo é um movimento de defesa dos direitos humanos e reconhece que o controle social penal é um controle extremamente seletivo e que acirra as desigualdades sociais a medida em que persegue, criminalmente e tradicionalmente, aqueles agressores que são pobres e que não tem um capital simbólico, social e econômico suficiente para se defender. De todo modo, e assim, são esses que respondem em grande parte às ações penais. Contudo, também sob o enfoque do racismo, o movimento feminista negro, em sua grande maioria é penal, ou seja, não acredita na resposta penal como uma resposta adequada para elidir a violência contra a mulher. Ela ainda afirma que uma parte do movimento feminista acredita que a culpabilização do agressor é um modo não desejado, porém necessário nesse primeiro momento – através do qual a luta pelo enfrentamento a violência contra a mulher ainda se encontra em fase embrionária.

Concordamos com a reflexão realizada pela Promotora, entretanto, nós acreditamos que todos os movimentos feministas (negro, LGBT, rural, etc.) e os movimentos de mulheres entendem que não há como abrir mão do controle social penal na violência contra a mulher, pois os preconceitos e discriminações causados pelo machismo e sexismo estão culturalmente arraigados em nossa sociedade e não serão debelados facilmente e nem rapidamente. Assim, a penalização do agressor através da Lei Maria da Penha e da Lei do Femicídio é uma conquista de toda sociedade e principalmente dos movimentos feministas que tanto lutaram por esses avanços, afinal, a cada dia os índices de violência doméstica só aumentam. De fato, não temos a certeza se os números registrados pelas instituições são apenas de mais denúncias ou do aumento de casos, ou seja, alguns gestores afirmam que o número de casos não aumenta, o que cresce é o número de denúncias. Concluimos que é polêmica a afirmativa referente ao aumento de casos de violência doméstica. Reconhecemos ainda que antes da existência da Lei Maria da Penha, a banalização da pena do agressor, pagamento de multas e cestas básicas, não incentivava as mulheres a realizar os Boletins de Ocorrência.

Enfim, Cleide Reis considera que há muitas falhas no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, principalmente em relação às medidas protetivas, pois em muitos casos não se observa a dependência econômica das vítimas. De tal modo, situações de pensão alimentícia para mulher ou para os filhos, muitas vezes é negligenciada pela autoridade policial

(delegadas) ao solicitar as medidas protetivas. Ela também afirma que a Defensoria Pública não representa as mulheres e o Ministério Público as sub-representam.

## CAPÍTULO 3

### 3. O RACISMO, O SEXISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA

Cavalleiro e Marques (2008) concordam que o Estado, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi omissivo no dever de afirmar os direitos sociais da população negra e das mulheres, e que a carta magna de 1988 é entendida, por muitos, como um avanço para a democracia, tanto no que concerne à possibilidade de emancipação dos negros quanto das mulheres. Vale ressaltar que mesmo a Constituição garantindo os direitos sociais, o sistema de educação brasileiro não formulou políticas específicas para garantir uma educação de qualidade aos grupos historicamente excluídos.

Isso se reflete quando discutimos a saúde da população negra no Brasil. As políticas públicas sempre tiveram um caráter universalista, englobando a população como um todo e com isso negando que o racismo era um fenômeno que dificultava o acesso dessas pessoas ao sistema de saúde e a um atendimento de qualidade, afinal, vivíamos em uma “democracia racial”. Por não ter esse olhar diferenciado e negar a existência do racismo, os documentos oficiais de atendimento de saúde não possuíam o quesito raça/cor (e mesmo após a adoção deste campo, muitos profissionais ainda não preenchem), e com isso, alguns autores<sup>70</sup> afirmam que não eram produzidas estatísticas com recorte racial nos dados oficiais do país. Aauto Soares Filho afirma que

a identificação das diferenças permite distinguir as necessidades concretas dos beneficiários, orientando a formulação de políticas públicas mais sensíveis, as suas particularidades, seja de saúde ou segurança, enfocando a equidade – entendida como a superação das diferenças injustas e evitáveis – no acesso aos serviços e inclusão dos grupos mais vulneráveis nos processos de participação, particularmente no da prevenção. A omissão das instituições públicas em atender essas especificidades caracteriza o que se chama de discriminação institucional (SOARES FILHO, 2012, p. 40-50).

Para o autor, incorporar o quesito raça/cor nos sistemas de informações de saúde permite demonstrar, mediante dados empíricos, as diferenças entre as “raças” e as vulnerabilidades produzidas no processo saúde-doença. Ele ainda pontua que foi em meados da década de 90 que alguns formulários governamentais começaram a registrar a raça e a cor da população, iniciando com os registros de nascimento e óbitos. A partir de então, outros gestores do sistema

---

<sup>70</sup> Ver Aauto M. Sores Filho (2012) e Estela Maria G.P. da Cunha (2012).

de informação de saúde, seguiram o exemplo, porém apenas de 2008 em diante, é que mais formulários ganharam o quesito. Ele destaca que que os sistemas de informações que capturam dados dos atendimentos da atenção primária estão entre os poucos que não apresentam em seus formulários o quesito raça/cor - como o atendimento ambulatorial e de atenção básica (SOARES FILHO, 2012).

A partir do quesito raça/cor é possível realizar estudos que confirmem as injustiças e desigualdades no acesso à saúde entre as raças que compõem a nossa população. A partir desses diagnósticos, é possível pressionar o Estado para que adote políticas específicas para a população negra a partir do Sistema Único de Saúde – SUS, e foi a partir das cobranças dos movimentos sociais (isso inclui os movimentos que atuam com a pauta racial, principalmente o movimento negro) que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi implementada, buscando promover a equidade racial nas questões vinculadas à saúde. A adoção dessa política foi uma das maiores vitórias alcançadas no campo da saúde da população negra.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra vem buscando consolidar e definir as ações concretas para reduzir os indicadores de morbimortalidade por doenças como: hipertensão arterial, diabetes mellitus, HIV/AIDS, tuberculose, hanseníase, câncer de colo de útero, câncer de mama, miomas, transtornos mentais e doença falciforme (BRASIL, 2007). Sua importância pode ser visualizada a partir da sua abrangência, pois,

a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra define os princípios, a marca, os objetivos, as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades de gestão, voltados para a melhoria das condições de saúde desse segmento da população. Inclui ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, bem como de gestão participativa, participação popular e controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente para trabalhadores de saúde, visando à promoção da equidade em saúde da população negra (BRASIL, 2007, p. 13).

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, desde sua criação em 2003, teve papel fundamental enquanto órgão governamental para pensar, propor, discutir, organizar e executar políticas públicas voltadas à população negra, inclusive na área da saúde e principalmente nas discussões e aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra junto ao Conselho Nacional de Saúde – CNS.

Soares Filho (2012) afirma que há estudos no Brasil, que demonstram como as desigualdades raciais podem estar associadas à mortalidade<sup>71</sup>, assim como há estudo<sup>72</sup> que aponta que nem todas as desigualdades observadas são frutos de discriminação e racismo, que

---

<sup>71</sup> O autor indica: Batista *et alii*, 2004; Brasil/Funasa, 2005; Cardoso *et alii*, 2005; Chor e Lima, 2005.

<sup>72</sup> O autor indica ver: Pinheiro *et alii*, 2008.

parte delas pode ser justificada por outras questões sociais relacionadas com a saúde. Assim, em relação à saúde da mulher, o autor afirma que

ainda é alta a proporção de mães indígenas que não fizeram nenhuma consulta de pré-natal. Mães negras e indígenas que fazem sete ou mais consultas de pré-natal estão em desvantagem em relação às mães brancas. Entre as causas diretas de óbito materno entre jovens, a mulher negra apresenta maior proporção que as mulheres brancas, particularmente no óbito em decorrência de aborto e eclampsia. (SOARES FILHO, 2012, p. 54)

Ao fazermos o recorte racial, percebemos que o risco de morrer é maior tanto nas doenças transmissíveis, como nas não transmissíveis entre a população negra de 10 a 29 anos; em relação às doenças transmissíveis, os negros possuem 40% a mais de chances de morrer pela contaminação da Aids, e por tuberculose esse número sobe para 130% - entre a população jovem negra; quando tratamos de doenças não transmissíveis o mesmo é observado, particularmente nas doenças falciformes e hipertensivas (SOARES FILHO, 2012), que são doenças que afetam diretamente a população negra. Sendo que a eclampsia, é uma complicação decorrente da hipertensão em mulheres grávidas.

Enfim, o que queremos ressaltar, é que a população negra possui especificidades relacionadas à saúde e, por isso, necessita de políticas públicas voltadas para as doenças que mais afligem a população negra. Assim, além de promover a saúde desse grupo, essas políticas devem colaborar para a redução dos índices de mortalidade, principalmente das mortes evitáveis, como as mortes decorrentes da violência doméstica. Desejamos demonstrar que a questão racial é um fator importante para os estudos e a implementação de políticas específicas que possam colocar os negros em pé de igualdade em qualquer setor da sociedade.

Assim, Claudia Pons (2012) vai ressaltar que a categoria raça metodologicamente repousa na capacidade de incluir o racismo como produtor e condutor de desigualdades e discriminações, deixando claro a manutenção dos privilégios brancos e a exclusão do povo negro. A raça é uma elaboração sociológica, que constrói a identidade de negros e brancos, pois a forma diferenciada como cada um vive a racialidade constrói uma vivência diferenciada para a população negra.

Wilma Reis (2005) afirma que a situação se complica ainda mais quando a agenda histórica de políticas públicas focadas em gênero não alcança as mulheres negras, deixando-as abaixo de quase todos os índices em relação às mulheres brancas. Essa é uma situação que foi possível constatar a partir da nossa pesquisa, junto à rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município estudado. Em nenhuma das instituições voltadas para o atendimento

especializado em mulheres há qualquer tipo de política voltada para as mulheres negras e suas especificidades e as gestoras não conseguem pensar os problemas e as soluções da violência doméstica na perspectiva de gênero e raça. Nesse sentido,

mesmo que uma boa parte dos organismos que operam no campo das políticas públicas acenem para a necessidade de empoderamento desse segmento, como resposta eficaz para os problemas enfrentados pela comunidade negra, os relatórios de monitoramento têm mostrado que o debate de gênero, articulado com outras categorias como raça, ainda continua na ordem do dia (REIS, 2005, p. 49-50).

Assim, enquanto não conseguirmos superar a fase dos debates e partirmos para a implementação das políticas específicas, do empoderamento a partir de oportunidades para que ele aconteça - de fato e de direito, buscando combater as discriminações causadas a partir das intersecções de gênero, raça, classe, orientação sexual e outros marcadores sociais, continuaremos no mesmo lugar. A recente notícia da extinção da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, configuram um enorme retrocesso em relação ao combate às discriminações de gênero e raça. Nas eleições majoritárias de 2018, o país elegeu um candidato ultraconservador, direitista e fascista para presidente da república, o que nos leva a prever tempos difíceis e sombrios para as mulheres e a população negra como um todo, que vem sendo permanentemente discriminada nos discursos do presidente eleito.

### **3.1 As políticas públicas para as mulheres e o legislativo municipal na cidade de Itabuna.**

Devido à importância da implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres, e em especial para as necessidades específicas das mulheres negras, nossa investigação buscou abranger o legislativo municipal da cidade de Itabuna ao tentar perceber qual a participação dessa esfera de poder na discussão e implementação de políticas públicas para as mulheres na cidade.

Dessa forma, buscamos um diálogo com a única vereadora eleita no último pleito municipal em 2016. Charliane Sousa foi eleita vereadora pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, ela obteve 827 votos e foi a 34ª mais votada na cidade. Charliane é a única mulher em uma Câmara de Vereadores composta com 21 cadeiras.

Assim, fomos até a Câmara Municipal e conversamos com sua assessoria sobre a nossa pesquisa. Nesse contato, conseguimos o número do telefone da referida vereadora. Charliane



nos recebeu em seu gabinete, na sede da Câmara Municipal na tarde do dia 07 de novembro, após o encerramento de uma sessão plenária. Por estar ocupada, ela conversou conosco por quinze minutos e nos forneceu um documento onde explica um pouco sobre a origem da sua candidatura e algumas ações relativas à pauta das mulheres e a sua atuação legislativa.

Iniciamos a entrevista buscando saber se o seu mandato se identificava como as pautas feministas e as lutas das mulheres. A vereadora nos respondeu que conhece o feminismo na prática, e narrou suas ações antes da atuação como vereadora.

Tivemos um breve momento de diálogo com a vereadora e pudemos perceber que ela desconhece o feminismo enquanto teoria, mas que busca, de alguma forma, abraçar as pautas das mulheres Itabunenses. Ela conta que sua candidatura surgiu das integrantes de um grupo de WhatsApp criado apenas com mulheres, chamado “As Bandidas”<sup>73</sup>. Esse grupo, inicialmente pensado para ser um espaço de conversas triviais entre as mulheres, começou a discutir outras questões, e assim surgiu a ideia de distribuir sopas às terças feiras pelas ruas da cidade. Foi a partir do crescimento desse grupo que elas criaram em 2014/2015 a Associação Bands Solidárias (ABS), e por intermédio de suas atividades foram se ampliando e, assim, passaram também a realizar ações beneficentes em períodos festivos, como a entrega de brinquedos no dia das crianças, atividades de beleza no dia das mães, entrega de cestas básicas durante o natal e etc. Com o passar do tempo, chegaram à conclusão de que precisavam ter uma representação na Câmara de Vereadores e, assim, seu nome foi indicado para o pleito. Ela afirma que seu mandato surgiu pensando em mudanças na política, como é contadora, sempre observou que as pessoas reclamavam que pagavam muitos impostos e isso não era revertido para o bem-estar da população. Então ela explica como surgiu as ideias para sua candidatura:

Então... eu não busquei uma bandeira pra me agarrar, mas eu fiz uma campanha toda direcionada ao movimento do novo, mulher na política, porque a gente buscava mulheres... pode observar que eu sou a única mulher, e eu acho que isso aí é grave, porque nós somos maioria em aspectos de votação, então considero grave. E todo este mandato eu tenho trabalhado a mulher na política. [...] Eu quero deixar bem claro que eu trabalho pra aumentar este número no legislativo, pra mim seria uma honra ter aqui 20 mulheres e 1 homem. Entendeu? Inverter o papel.

Ela faz questão de frisar sempre essa situação da sub-representação feminina na Câmara Municipal, e apesar dela afirmar que trabalha para aumentar o número de mulheres no legislativo, a vereadora não deixa claro quais são as suas ações nesse sentido, enfatizando sempre as ações de cunho assistencialista que a ABS tem realizado nas datas festivas e junto às

---

<sup>73</sup> De acordo com ela, esse nome surgiu a partir do jargão “ai como eu sou bandida” muito utilizado em programa humorístico da televisão brasileira.

instituições de caridade na cidade. Inclusive, ela solicita que fique claro que todas as atividades realizadas pela ABS são frutos de doações da comunidade e de parceiros, não visam lucro e não envolve dinheiro do mandato de vereadora, sendo apenas ações solidárias.

A partir do seu mandato, ela afirma que pode destinar emendas parlamentares para as instituições que trabalham as questões femininas com as mulheres, como o CRAM, mas também para outras instituições socioassistenciais, como o CRAS e a outras que dão apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade pelo uso de drogas.

Ao questionarmos sobre as proposições realizadas por ela em relação às pautas da violência doméstica e da violência contra a mulher, ela conta que a mais importante foi a criação da Comissão Permanente dos Direitos da Mulher em agosto de 2018, de sua autoria e aprovada por unanimidade. Ela ainda afirma que seu mandato apoia as campanhas que envolvem as mulheres, como o outubro rosa, por exemplo e que tem participado das atividades realizadas pelas instituições e movimentos sociais feministas. Assim ela participou da construção do I Encontro 16 dias de ativismo – que discutiu o enfrentamento à violência contra a mulher, realizou a Sessão Especial “Nem Uma a Menos: enfrentamento das violências contra a mulher”, em parceria com o vereador Jairo Araújo, da Rede Feminista Grapiúna, da DEAM, da OAB Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itabuna – CONSEDAMI. A vereadora também destinou ao CRAM da cidade uma emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2017, para que haja recurso que possa colaborar nas ações e financiamento dos projetos que o CRAM destina às mulheres violentadas. Há também o apoio às mulheres que se destacam em ações na cidade. Assim ela pontua que

O apoio as mulheres que se destacam em ações na nossa cidade também são pontuados pelo meu mandato. Na Comenda Otaciana Pinto homenageei Florentina Gerimum em 2017, e a professora Maria Célia Midlej em 2018, fiz Moções de Congratulações à juíza Márcia Melgaço e a assessora Melissa da Rocha Farias, entreguei o título de cidadã Itabunense à juíza Márcia Melgaço, no ano de 2017 e o Título de Honra ao Mérito à Delegada Katiana Amorim (2017) e a advogada Jurema Cintra (2018).

Na Câmara, Charliane Sousa ocupa o cargo de 1ª Secretária da Mesa Diretora e ela assevera que a primeira ação do seu mandato foi promover a Semana de Serviços e Atividades em homenagem à Mulher, que contou com palestras proferidas por mulheres, um mutirão com vários serviços voltados para o público feminino, como atendimento de saúde, beleza, assistência social. A outra proposição que considera importante é a criação do Agosto Lilás, considerado como sendo um mês (o mês de agosto) para realizar atividades voltadas à discussão da violência contra a mulher nas escolas. Então ela explica que

esse agosto lilás, ele visa levar a educação para as escolas públicas, porque eu creio que lá.. lá atrás.. quando crianças, que os pais devem tá orientando, tirando aquele machismo o que deve fazer, o que pode fazer, quanto a relação homem e mulher, entendeu? Então eu considero também o agosto lilás um projeto muito promissor. Ele tá sendo tramitado aqui na casa, que trabalha o mês de agosto todinho na parte educacional nas escolas públicas.

Entretanto, quando questionamos se ao pensar, elaborar e propor esses projetos e essas ações ela conversa com os movimentos feministas e movimentos de mulheres que atuam na cidade, a vereadora afirma que sempre conversa com as mulheres do seu grupo de WhatsApp, deixando claro que esse diálogo não existe. Porém, ao conversarmos com a presidente do CONSEDAMI (Aline Setenta), ela nos afirmou que há um diálogo informal do Conselho com o mandato da vereadora e que inclusive já conversaram sobre proposições feministas – em especial a criação da comissão da mulher e do Agosto Lilás. Aline Setenta frisa que foram conversas informais.

O que pudemos observar, não somente durante a nossa entrevista com a vereadora, mas também durante a sessão especial “Nem Uma a Menos” – a qual participamos ativamente da mobilização social através da Rede Feminista Grapiúna – é que a vereadora não conhece a teoria feminista, sendo suas falas, seus exemplos e discursos baseados no senso comum; o seu mandato não dialoga oficialmente com os movimentos sociais de cunho feminista que existem na cidade; e a violência doméstica não é uma prioridade para o mandato. Observamos que ela tem, de alguma forma, buscado colaborar com as pautas do movimento feminista local através de ações e proposições que buscam elevar a autoestima das mulheres, discutir, prevenir e combater a violência doméstica e apoiar atividades que já existem. Dessa forma, consideramos que o mandato da vereadora, apesar de possuir muitas deficiências nesse campo, ainda é um mandato acolhedor da luta das mulheres e que busca contribuir para elevar a posição da mulher na sociedade.

Observamos também, que mesmo se autodeclarando uma mulher parda, em nenhum momento a vereadora se reportou às lutas das mulheres negras nas atividades que já realizou ou nas propostas feitas à Câmara, ou seja, não há nenhum tipo de política pensada para as mulheres negras e as suas particularidades. De todo modo, entendemos que a pauta feminista é tratada pela vereadora. É muito difícil enxergar as questões raciais femininas em uma sociedade submersa no racismo e no discurso da igualdade racial brasileira, sobretudo, para quem teve pouca oportunidade de debater assuntos relacionados ao universo feminino.

Vale ressaltar que criticamos às homenagens concedidas pela vereadora, pois se trata de mulheres - em sua maioria ou totalidade – brancas, de classe média e classe média alta da cidade. Observamos que nas homenagens realizadas pela vereadora há um silenciamento dos nomes de mulheres negras e um destaque aos nomes de mulheres brancas e de classe média.

Enfim, acreditamos que o desejo de representar as mulheres é visível na vereadora, que tem buscado melhorar a sua atuação em relação às pautas feministas, principalmente se levarmos em consideração que a vereadora anterior (também única mulher na legislatura 2012-2016) nunca se interessou em apoiar a luta das mulheres, e silenciou a pauta feminina durante o seu mandato, conforme nos relatou a presidente do CONSEDAMI.

## CAPÍTULO 4

*Do amor, conheço os sintomas e os hematomas.*

*(Paulo Leminski)*

### **4. SOLIDÃO DA MULHER NEGRA: CONDICIONANTES DAS RELAÇÕES AFETIVAS FEMININAS NEGRAS, RACISMO E FORMAÇÃO FAMILIAR**

Falar sobre a vida afetiva das mulheres negras é saber que muitas delas sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor e que essa é uma verdade privada que dificilmente se discute em público, pois é tão dolorosa que essas mulheres raramente falam abertamente sobre isso (HOOKS, 2000).

O sistema escravocrata produziu um número enorme de mulheres forras, livres e solitárias, pois os homens, como a principal força de trabalho do regime escravista, não alcançavam a alforria comumente. Nessa perspectiva, a escravidão empurrou as negras alforriadas à condição de chefes de família, surgindo desse modo, as famílias matrifocais. No período escravista, era fácil encontrar mulheres solitárias que não vivenciaram uma condição de estabilidade amorosa.

A escravidão fez do africano um escravo, fez do negro uma raça, definiu socialmente os papéis de brancos e negros, determinou os espaços destinados aos negros e ainda como suas relações afetivas deveriam se configurar, isso resultou em uma sociedade culturalmente racista, alocando os negros em uma posição inferior, em papéis subjugados e num povo afetivamente solitário.

Outra situação que impede que os negros desenvolvam o amor é narrado por Hooks (2000), quando ela descreve que a sobrevivência dos escravos estava relacionada a sua capacidade de reprimir emoções, que mesmo com os abusos diários, as punições cruéis e a fome que atingia a todos, eles só demonstravam solidariedade em situações extremas para que não fossem, cotidianamente, punidos ainda mais. Ela ainda argumenta que:

Num contexto onde os negros nunca podiam prever quanto tempo estariam juntos, que forma o amor tomaria? Praticar o amor nesse contexto poderia tornar uma pessoa vulnerável a um sofrimento insuportável. [...] Um escravo que não fosse capaz de reprimir ou conter suas emoções, talvez não conseguisse sobreviver. (HOOKS, 2000)

Enquanto isso as mulheres permaneceram em um histórico de solidão afetiva. Ao analisar a obra de Ruth Landes – *A cidade das mulheres*<sup>74</sup>, Pacheco (2013) pontua que desde a década de 30 já era notável a ausência de parceiros fixos na vida das mulheres negras. Já na década de 80, Elza Berquó estudou a nupcialidade da população negra no país, trazendo à cena os primeiros estudos que aborda a solidão da mulher negra no Brasil. As mulheres pretas, como se vê ao longo do trabalho realizado por ela, eram as menos favorecidas quanto as chances de conseguir uma união. A autora enfatiza o estranhamento pelo fato das mulheres negras terem menos chances de achar parceiros para se casar, pois, segundo estudos anteriores realizados por ela, havia um excedente de homens negros, porém, ao longo da pesquisa, é demonstrado que o excesso de mulheres brancas as leva a competir, com sucesso, com as negras no mercado matrimonial (BERQUÓ, 1987). Assim, podemos inferir que a discriminação racial atinge o mercado matrimonial tanto quanto qualquer outra esfera da vida social, pois são as mulheres negras as frequentemente preteridas pelos homens de todos os grupos raciais, inclusive pelos homens negros, que muitas vezes preferem se relacionar com as mulheres brancas ou com as mulheres não negras, conforme assinala a pesquisa de Berquó (1987).

Na atualidade, o censo demográfico do IBGE de 2010 nos mostra que mesmo após um século de abolição a mulher negra continua solitária, somando 52,52% das mulheres que não vivem em união, independente do estado civil (IBGE).

Pacheco (2008) pontua que, nas relações afetivas, a raça é acionada como símbolo de preferência afetiva. Prefere-se um corpo não-negro, os homens preferem as mulheres de pele mais clara. Esse é o tipo de escolha que começa a atingir as mulheres negras desde a adolescência, desencadeando a desvalorização da sua autoestima desde a adolescência até a vida adulta. Não podemos negar que há um padrão de beleza almejado pela sociedade e esse padrão não é o da mulher negra.

É dentro de um sistema educacional e cultural perverso, que traz um padrão de beleza física eurocêntrica, onde “é a autoridade da estética branca que define o belo e [...], o feio [...], é esta mesma autoridade quem conquista, de negros e brancos, o consenso legitimador dos padrões ideológicos que discriminam uns em detrimento de outros” (SOUZA, 1983, p. 29), e é assim que muitos homens negros foram condicionados a eleger as mulheres brancas para se unirem. É devido a condição histórica e social do racismo que as mulheres negras são preteridas também pelos homens negros, principalmente os que alcançam um patamar socioeconômico

---

<sup>74</sup> A obra faz uma incursão etnográfica nos principais terreiros de Candomblé da Bahia. Na obra, a autora descreve as relações afetivas e de gênero dentro dos terreiros, constatando que boa parte dessas mulheres negras, religiosas e pobres, viviam “solitárias” (PACHECO, 2013).

mais elevado, refletindo assim, características do sistema cultural vigente na nossa sociedade. Na atualidade notamos que os homens negros de sucesso, como os jogadores de futebol e artistas, normalmente se casam com mulheres brancas. Não se trata tão somente de escolhas e gostos, como comumente as pessoas costumam argumentar, “trata-se da relação entre escolhas matrimoniais, ascensão social e “cor”” (PACHECO, 2013, p. 72). Para Pacheco, os componentes socioculturais podem, simultaneamente, regular as preferências afetivas das pessoas.

Acreditamos que o homem negro ao ascender socialmente busque mulheres brancas para reforçar a sua aceitação social, ou até mesmo como uma forma de, no imaginário dele, se igualar ao homem branco. Cabe lembrar que até hoje, na nossa sociedade, o casamento de um homem negro com uma mulher branca é sinal *de status quo*. Assim, “a história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais” (SOUZA, 1983, p. 23). A união conjugal entre pessoas de grupos raciais distintos indicaria, portanto, que os membros de grupos sociais subordinados são aceitos ao nível familiar, decorrente de um movimento de abertura prévia dos meios sociais mais amplos. Assim, o círculo afetivo e familiar é entendido como a última barreira da integração racial na nossa sociedade. Assim, Pacheco afirma que Florestan Fernandes,

demonstrou que as relações afetivas entre pessoas da mesma “cor”, como pessoas de “cor” diferentes, não constituem uma “confraternização dos sexos” e, sim, uma hierarquia que produz conflitos, tanto do ponto de vista da raça, quanto do ponto de vista do gênero (FERNANDES, 1978, *apud* PACHECO, 2013, p. 79).

Assim, “o abandono, a solidão entre as mulheres negras seria fruto dessa tensão social que as associa ao sexo, às relações transitórias, ao “amor físico”, afastando-as dos projetos de vida “conjugal” e do amor “verdadeiro” (PACHECO, 2013, p. 79).

Para conseguirmos entender a solidão da mulher negra e o seu preterimento afetivo por homens de todos os grupos raciais, é preciso ampliar o olhar e buscar compreender as hierarquias existentes em nossa sociedade, principalmente as de raça, gênero, socioeconômica, de prestígio e status social. É fundamental perceber que as preferências pessoais não estão descoladas dessas hierarquias.

Imersa nessa lógica racista e cruel a mulher negra também tem a desvantagem de ser símbolo de erotismo e sexualidade exacerbada, estando assim presente no imaginário cultural masculino, mas apenas para a satisfação sexual, dificilmente para relacionamentos sérios e duradouros.

Pacheco (2013) afirma que a inspiração para investigar a solidão e afetividade da mulher negra se deu a partir da constatação de que, no imaginário social e acadêmico brasileiro, a mulher negra e mestiça estavam fora do *mercado afetivo* e naturalizada no “mercado do sexo”, da erotização e do trabalho doméstico, enquanto a mulher branca está inserida na “cultura do afetivo”, do casamento e da união estável.

“O imaginário social, [...], traz consigo uma marca das ideologias fortemente promulgadas no início do século XX, como as teorias do embranquecimento racial e, nos anos 1930, a tese da democracia racial freyreana” (PACHECO, 2013, p. 50/51). Para Pacheco (2013), falar de afetividade, solidão e escolhas é desmontar os sistemas de preferências que prescindem a ideia de brasilidade, posto que as mulheres negras aparecem como corpos sexuados e racializados, corpos não afetivos.

Vale ressaltar que, ainda que nosso trabalho aborde a solidão da mulher negra, é necessário deixar claro que apesar de considerarmos que esse é um fenômeno antigo e que tem crescido muito nas últimas décadas, há também um grande contingente de mulheres negras com parceiros afetivos e que alcançaram o patamar de estabilidade afetiva, e assim construíram suas relações amorosas ao longo de suas vidas. Há também uma parcela de mulheres negras, que não tem dificuldades em encontrar parceiros afetivos e nesse caso, a ‘solidão’ figura-se como uma opção, uma possibilidade ou uma liberdade, pois mesmo o *mercado afetivo*<sup>75</sup> estando favorável a elas, elas escolhem se manterem solteiras e sozinhas.

Em nossa pesquisa, encontramos mulheres negras em solidão afetiva, porém, todas elas “escolheram<sup>76</sup>” estar sozinhas, todas elas afirmaram que tem encontrado facilmente pretendentes para se relacionar, contudo, as marcas das violências domésticas sofridas em relacionamentos anteriores foram tão fortes e marcantes, que o medo de vivenciar algo parecido novamente empurra-as para essa “escolha” – a solidão. Dessa forma, não podemos colocar o peso da solidão delas no *mercado afetivo*, ou na falta de parceiros para se relacionar.

Neste capítulo apresentamos as histórias de vida de quatro mulheres moradoras de Itabuna que foram vítimas de violência doméstica de seus parceiros e que vivem em solidão afetiva. Elas foram selecionadas a partir de uma rede de contatos pessoais. De antemão vale informar que a dificuldade em acessar os dados dos Boletins de Ocorrências nas DEAMs de Itabuna comprometeu a amplitude das análises dos dados e das possibilidades de encontrar mais

---

<sup>75</sup> Chamamos de mercado afetivo a disponibilidade de parceiros na sociedade. Esse mercado é composto de indivíduos que estão em idade e disponibilidade de se relacionar afetivamente com outras pessoas.

<sup>76</sup> Escolher aqui tem um sentido de consequência, não reflete o desejo pessoal do indivíduo, mas uma imposição diante das circunstâncias já experimentadas.



mulheres para analisar suas histórias de vida. O trajeto mais enriquecedor para a pesquisa talvez fosse entrevistar várias mulheres vítimas de violência e em solidão afetiva, e a partir desse ponto, selecionar os conteúdos e perfis significativos para a temática em foco na dissertação, mas devido à falta de colaboração das instituições da cidade, não conseguimos acessar essas mulheres. Enfim, através de nossa rede de contatos pessoais realizamos quatro entrevistas com mulheres violentadas, as quais serão apresentadas neste capítulo.

#### **4.1 A trajetória de vida das mulheres, a violência doméstica e a solidão afetiva**

##### **4.1.1 Andreza: “Cheguei a me encontrar com ele uma vez na rua, comecei a tremer de medo”**

Andreza é uma mulher extrovertida, alegre e solidária. Chegamos até ela através de um colega de trabalho que nos apresentou. Nós estávamos buscando as mulheres para a entrevista e ele nos disse que conhecia alguém que poderia ajudar. Quando relatamos o teor da pesquisa, ela se identificou de imediato e se colocou à disposição para ser entrevistada. Além disso, afirmou conhecer mais pessoas e que colaboraria na intermediação.

Com muita solidariedade e disposição para colaborar, Andreza nos fez chegar a mais três pessoas, além dela. Há mais duas depoentes indicadas por Andreza e que compõem essa pesquisa, são elas Larissa e Milena e a terceira não se encaixava no perfil, portanto a entrevista não foi realizada.

Trocamos telefone e combinamos o dia da entrevista. Essa foi a entrevista que tivemos mais certeza que aconteceria, pois ela estava muito motivada a contar-nos sua história. Marcamos a entrevista para dia 14 de agosto às 16h00min em seu trabalho. Esse horário a maior parte dos colegas de trabalho já teria saído e teríamos uma sala apenas para nossa conversa.

Como já nos conhecíamos pessoalmente, a chegada e as preliminares da entrevista foram muito alegres e agradáveis, permitindo que ficássemos à vontade. Assim, lemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ela assinou e iniciamos a conversa.

Como sugerimos um nome “fantasia” para ser reportado neste trabalho, ela afirmou que não teria problema divulgar o nome dela, contudo, passado algum tempo, sugerimos que ela escolhesse um nome, para evitarmos constrangimentos futuros, pois revelaria dados da sua vida pessoal, e assim, ela escolheu Andreza.

### **Relatos da sua história de vida**

Andreza é uma jovem mulher de 28 anos, filha única de pais separados. Seus pais, um casal inter-racial, separaram-se quando ela tinha apenas sete anos. A família de sua mãe é toda negra, sendo seu avô materno descendente de africanos e seu pai é descendente de europeus. Andreza é uma mulher de pele relativamente clara, porém com traços fenotípicos negroides. Conviveu toda sua vida com o racismo familiar paterno e o acolhimento amoroso de sua família materna.

Se pai foi servidor de uma grande empresa de transporte intermunicipal e interestadual, conseguiu conquistar uma vida financeira estável. Depois de algum tempo tornou-se empreendedor, abrindo uma gráfica, que o levou a ser dono do próprio negócio. Após se separar de sua mãe, seu pai teve outro relacionamento, porém não teve filhos com a segunda mulher. Quando Andreza tinha 12 anos, seu pai foi assassinado, o que gerou um impacto gigantesco na sua vida, inclusive na sua vida escolar, pois quase foi reprovada de ano, sendo aprovada no conselho de classe. Ela afirma que o seu pai foi uma pessoa muito ausente em sua vida, que só lhe dava atenção ou supria suas necessidades materiais se sua mãe cobrasse muito, e mesmo assim, muitas vezes ele não cumpria com nenhuma das obrigações, principalmente porque sua mãe não o colocou na justiça, para que pagasse pensão à filha. Andreza lembra que por diversas vezes deixou de brincar com suas amiguinhas porque estava esperando seu pai para ir buscá-la e que muitas vezes ele não aparecia.

Ao falar da sua relação com seu pai, ela chora bastante, afirma que isso a machuca profundamente. Sua avó materna foi alfabetizada já adulta e conseguiu terminar os estudos se formando em magistério, profissão que lhe permitiu ser diretora de uma escola pública por 30 anos. Com isso, sua mãe também abriu uma escola no interior, onde trabalhou por um tempo. Em 2017 sua mãe, formada em filosofia e com especializações, foi convocada para um concurso que passou em 1997 e devido, as questões judiciais, só foi convocada 20 anos depois. Assim, atualmente, sua mãe é servidora estadual.

Andreza acredita que sua mãe só conseguiu alcançar alguns sonhos materiais, como a casa própria, após a sua independência financeira. Em determinada fase da vida sua mãe utilizou o dinheiro que ganhava para lhe dar uma boa educação e melhores condições de vida. Ela contou ainda que a sua família paterna garantiu esforços para que ela e sua mãe não recebessem a pensão do seu pai.

Sobre a sua vida escolar, Andreza afirma que estudou em escolas particulares até o 1º ano do segundo grau e as duas últimas séries foram cursadas em escola pública. Da 1ª a 4ª série

primária, ele estudou na escola da sua tia paterna e por isso sua mãe não pagava escola. Da 5ª a 8ª série fundamental e o 1º ano do ensino médio estudou em uma escola particular e todas as despesas foram arcadas por sua mãe. Ela afirma que era uma estudante mediana, que às vezes ficava em recuperação ou fazia provas finais, mas que sempre gostou da escola.

Apesar de começar a namorar aos 15 anos, Andreza não teve problemas com a escola por causa dos seus namoros, isso apenas se reflete na sua entrada na Universidade com 17 anos e a finalização da sua graduação aos 21 anos. Nascida e criada em Salvador, capital do Estado, essa é a primeira vez que Andreza fixa residência no interior. Veio morar em Itabuna após ser aprovada no concurso público da prefeitura municipal, onde atua como assistente social. Ela afirma que mesmo já tendo desenvolvido outros trabalhos no interior, sua residência fixa continuava sendo a capital. Andreza mora em Itabuna há mais ou menos 3 anos.

Andreza começou a trabalhar cedo, aos 14 anos arranjou uma vaga como jovem aprendiz<sup>77</sup>, na qual ficou por um bom tempo e o dinheiro que recebia colaborava com as suas despesas, tirando parte da responsabilidade financeira de sua mãe. Quando essa relação de trabalho acabou, ela foi trabalhar em *call center*, pois, segundo ela, era o local onde mais empregavam jovens universitários. Como a Universidade que estudava era privada, a situação financeira não permitia que ela ficasse desempregada. Assim, conciliou os estágios curriculares com o trabalho e após a sua colação de grau ela, imediatamente, conseguiu emprego na área de trabalho.

Contudo, ela explica que até se firmar profissionalmente como assistente social, teve alguns altos e baixos e por um período teve que retornar ao *call center* para não ficar desempregada. O concurso municipal trouxe a estabilidade em poder atuar como assistente social e assim exercer sua profissão.

Sobre seus relacionamentos na adolescência ela afirma que teve apenas um namorado, o qual iniciou o relacionamento com 15 anos e findou aos 19. Assim ela afirma “eu não tive uma vasta experiência amorosa. Como era bem feinha na infância, eu não namorava com quase ninguém, magra... parecendo um palito de dente, nunca fui namorada, nunca tive muitos namorados”.

Esse relacionamento, segundo ela, “ele era maravilhoso, não era abusivo, não era machista, um cara maravilhoso, que respeitava as minhas vontades, que nada era imposto entendeu?! Show! Mas eu parei de gostar dele”, então o relacionamento terminou. Após esse

---

<sup>77</sup> O programa jovem aprendiz é um projeto do governo federal criado a partir da Lei 10.097/00 com o objetivo de desenvolver programas de aprendizagem a partir das empresas brasileiras, para que os jovens e adolescentes possam adquirir capacitação profissional.

namorado, Andreza iniciou outro relacionamento, que durou 2 anos e meio, o relacionamento com o seu agressor.

### **As agressões vividas**

Após terminar o seu relacionamento, que começou na adolescência, Andreza começou a se relacionar com o seu agressor. Em 2 anos e 6 meses ela relata que tiveram algumas idas e vindas, principalmente porque ela tentou separar-se algumas vezes. Vale ressaltar que Andreza nunca viveu maritalmente com seu agressor, eles ficavam juntos em sua casa, no período em que sua mãe estava em viagem, principalmente durante a semana. Ela explica que sua mãe é cristã protestante e que nunca permitiria que o seu namorado dormisse em casa.

Ela relata que tomou consciência das muitas violências e abusos após o término do relacionamento, pois tinham situações de abusos velados, onde ele usava de chantagem emocional para conseguir afastar ela de amigos ou familiares. Por não perceber o que de fato estava por trás de tanto apelo emocional, ela terminava por fazer o que ele pedia e a cada dia ia ficando mais distante das pessoas. Ela ressalta que isso não era constante, acontecia em quase todos os momentos em que ela decidia ir visitar ou encontrar amigas. Ela assegura que nunca se sentiu isolada ou acuada, pois tem uma personalidade muito expansiva e isso ajudou a manter as relações pessoais e sociais.

Assim como diversas mulheres, criadas em um sistema machista, extremamente sexista e patriarcal, Andreza não se dava conta da violência doméstica e achava normal a agressão que sofria: “inicialmente eu não percebia que era violência doméstica. Eu achava que era comum. Depois eu comecei a perceber, e me sujeitar a essa situação”.

O seu agressor tinha dificuldades financeiras e só tinha o ensino fundamental e um subemprego, e não tinha domínio sobre sua vida - pois Andreza ainda morava com a mãe. Ele não conseguiu impedir Andreza de estudar e trabalhar.

Ela conta que no início do namoro era tudo ótimo, eles viviam bem e ele não se mostrava um homem possessivo e ciumento. Com o passar do tempo, algumas características violentas foram começando a aparecer e pioraram, significativamente, quando ela tentava romper e quando se separou definitivamente dele.

As agressões morais e psicológicas foram as mais vivenciadas para Andreza. Ela relatou que sofreu violência física e patrimonial. Comumente presente na maior parte das relações afetivas e conjugais, a violência psicológica e moral são condutas verbais e não verbais que tem

como principal objetivo causar sofrimento, medo e vergonha social, levando à destruição da autoestima das mulheres. Definida no âmbito da Lei Maria da Penha Art.7º, II, como sendo,

qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006, s/p.).

A violência psicológica ocorre cotidianamente e de forma muito singular, muitas vezes imperceptível para a vítima, é difícil de ser reconhecida, pois não deixa marcas aparentes e geralmente é sutil e alocada nas manifestações sexistas e patriarcais, sendo tomadas com naturalidade pelas vítimas e também pela sociedade. Vale ressaltar que os danos são irreparáveis e se não tratados dentro da área da saúde mental acompanhará as vítimas por toda sua vida.

Andreza também afirma que ele tinha o costume de quebrar objetos quando estava com raiva ou quando brigavam. Quando ainda namoravam, ela relata que começou a controlar sua forma de vida, a forma de se vestir, com quem falava ao celular etc. Foi assim que ela foi agredida fisicamente. Assim, ela relata:

uma vez eu atendi uma ligação com ele dirigindo o carro, ele estava dirigindo, o som estava muito alto, essa foi a primeira agressão física. Ele estava dirigindo, meu celular tocou, o som estava muito alto, eu baixei o som e fui atender, aí ele aumentou, eu baixei novamente para continuar a ligação, aí ele aumentou, na terceira vez que eu fui direcionar minha mão para diminuir o volume, ele me deu um tapa na minha mão. Começou a bater no meu braço e na minha mão para eu não tocar, e bateu forte, e aí eu também comecei a ficar brava e a gente estava descendo uma ladeira e teve risco de acontecer um acidente, mas não aconteceu. E aí, eu tive que encerrar a ligação, foi aí que ele pegou o celular para quebrar, mas eu consegui tomar da mão dele. Se eu não conseguisse, ele quebraria sem dúvida.

Ela assevera que as agressões não eram constantes, “esporadicamente ele ficava sem controle, mas normalmente ele só brigava, discutia, falava alto, mas assim, de quebrar alguma coisa, de gritar, de acelerar o carro, só esporadicamente”.

A violência moral foi intensa e atingiu toda sua família (mãe e avó), e obrigou Andreza a sair da casa de sua mãe por um tempo. A quantidade de mentiras e a difamação construídas por ele, direcionadas diretamente à sua mãe e avó, fizeram com que a mãe de Andreza desenvolvesse uma depressão leve, que só se curou quando a filha conseguiu provar que todas situações relatadas eram falsas e mentirosas.

Me perseguiu, foi armado para minha casa e falou coisas à minha mãe e a minha avó que não cabiam para elas, por conta da idade, da religião. Então assim, ele chegou a ir armado para minha casa, então eu considero isso a coisa mais grave, mais grave que me agredir. Ele ter ido na minha residência, na minha ausência, armado conversar com a minha mãe e minha avó. Porque ele viu que a gente não ia mais ter volta, aí ele fez isso.

Ele não possuía uma arma, porém ele pegou uma emprestado com amigos e foi até a casa dela, chegando lá e não a encontrando, desferiu mentiras e chocou moralmente sua mãe e avó. Andreza foi avisada pelo melhor amigo do seu ex-namorado, conforme ela conta:

Um amigo dele me ligou e falou que não era para me encontrar com ele. Que caso eu já tivesse marcado, caso a gente tivesse encontrado, era para ir para um lugar público que tinha muito movimento de pessoas, para que ele não fizesse nada, por que ele tinha solicitado essa arma emprestada de um amigo em comum, e que ele estava muito fora de si, que ele podia fazer uma "desgraça".

Ela reconhece que se estivesse em casa ele teria atentado contra a sua vida. Apesar dele não ter envolvimento com criminosos, ela ressalta que ele fazia uso de substâncias psicoativas de forma recreativa, ou seja, apenas em horários de lazer, e assegura que isso não interferia na sua vida cotidiana. Andreza também não relata se eles brigavam quando ele estava sob o efeito dessas drogas, ela também não conta que tipo de droga ele usava.

Outro momento em que se sentiu ameaçada foi quando ele a ameaçou de morte por telefone. Andreza não prestou queixa. Ele foi à porta do seu trabalho, armado, para tentar falar com ela. Ela sabia que ele estava lá, pois foi avisada por colegas de trabalho que o viram próximo do local. Andreza não saiu do local de trabalho para falar com ele e o ameaçou dizendo que daria uma queixa na DEAM, caso ele voltasse a importuná-la. Ao final do expediente, os seguranças da instituição onde trabalhava, levou-a até o ponto de ônibus.

Ele me ligou, eu não atendi, ele disse que precisava falar comigo, mandou mensagem. De tanto ele insistir, eu acabei atendendo, ele pediu para eu sair, e eu falei que não ia sair do meu trabalho. Ele ficou insistindo, pedindo desculpas, dizendo que estava ele errado e tal. Aí eu falei que se o número do celular dele aparecesse mais uma vez na tela do meu celular, que eu ia fazer o registro de ocorrência, que eu não queria fazer esse registro, por que ele já era uma pessoa que tinha um subemprego, que já não tinha muitas oportunidades na vida, mas que eu estava dando para ele a última chance para ele desaparecer da minha vida

Seu ex-namorado continuou a perseguição por 6 ou 7 meses, até que Andreza iniciou outro relacionamento e seu namorado, ao saber que o ex a importunava, ligou para ele e disse-lhe que não mais a procurasse. A partir de então a perseguição cessou. Esse namoro durou 6

anos e após estar novamente solteira o seu agressor voltou a procurá-la através do envio de mensagens.

O agressor de Andreza respeitou um outro homem, mas nunca respeitou os pedidos dela que a deixasse em paz. O machismo é tão forte e imperativo, que os homens, às vezes, se respeitam entre si, mas não respeitam as mulheres. Esse respeito está baseado ainda no reconhecimento do poder do homem, no entendimento do outro (homem) como mais forte, e, portanto, ameaçador. Depois de alguns anos Andreza conta que encontrou o ex-namorado agressor na rua,

Cheguei a me encontrar com ele uma vez na rua, mas muito de longe, a experiência foi péssima. Eu tava indo com minhas amigas almoçar, saindo do trabalho, e aí ele passou por mim, e eu o vi, mas achei que ele não tivesse me visto, e eu passei e comecei a tremer de medo. Ele ficou olhando pra trás toda hora como se viesse atrás de mim, mas ele não veio, aí eu fui almoçar, mas eu fiquei bem trêmula com medo e ele não retornou.

Esse é o pavor e o trauma deixados pela violência psicológica, algo que atinge praticamente a unanimidade das mulheres vítimas de violência doméstica que foram ameaçadas por seus parceiros ou ex-parceiros. Uma violência que perdura e que se fará presente em muitos momentos das vidas dessas mulheres.

Em outros momentos em que rompeu o relacionamento com o namorado agressor, ele também a perseguiu nos lugares que ela frequentava. Nesse sentido, Saffioti (2015) afirma que nas relações afetivas em que há violência, é muito raro a mulher conseguir sair do relacionamento sem ajuda externa e, que, é pouco provável que ela consiga desvincular-se de um homem violento sozinha, pois até que isso aconteça, ela terá rompido e reatado o relacionamento diversas vezes.

Mas quando o rompimento foi definitivo as ameaças e perseguições se agravaram, principalmente por ele estar portando uma arma de fogo. O agressor de Andreza, por não possuir mais domínio, controle e a decisão do relacionamento, perdeu o controle. “O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência” (SAFIOTTI, 2015, p. 89).

Andreza nunca pediu ajuda, nem dos amigos, nem da família e nem das instituições. Por ser assistente social, sabia dos mecanismos existentes, mas ela relata que nunca pediu ajuda e não sabe dizer exatamente o motivo por nunca ter buscado colaboração para se livrar das ameaças do ex-namorado.

### **O depois: os traumas, os novos relacionamentos e novas violências**

Depois de passada a tempestade, um novo amor chegou e com ele a certeza de que não queria vivenciar mais o medo e o terror de ter sua vida ameaçada. Andreza seguiu em frente.

Com esse novo namorado, ela também sofreu agressão física, moral e psicológica, pois ele era um homem machista, como todos os outros, porém ela assegura que ele não tinha um perfil violento. Era controlador e diminuía as suas capacidades, ou seja, repetia exaustivamente que ela não tinha capacidade de resolver situações sozinhas, que ela era indefesa e incapaz. Além disso, controlava as roupas que ela usava e com o apoio da sogra, mãe de Andreza, fez com que ela que ela trocasse de roupa em diversas ocasiões ao sair com ele. Seu namorado reconhecia sua inteligência e capacidade intelectual e profissional, contudo, utilizava adjetivos pejorativos para diminuí-la, inclusive perante amigos e familiares. “Ele me desmerecia muito, me diminuía, achando que eu não era capaz de nada. Ah! Mas Andreza não consegue fazer isso não. Ah! Mas Andreza não consegue fazer isso não. Ah! Não dá pra você fazer isso não. Andreza é lerda”. Além disso, ele a ofendia moralmente, afirmando que suas roupas a deixavam parecida com “uma puta, uma vagabunda”.

Além dos abusos acima relatados, em uma discussão ele a agrediu fisicamente, apertando-lhe rapidamente pelo pescoço. Ela afirma que por ele não ter um perfil agressivo, ele arrependeu-se de imediato, pediu-lhe perdão e a situação não voltou mais a se repetir. Ela explica que ele entende que os homens não devem agredir mulheres, mas que seu entendimento e posicionamento é extremamente machista, pois ele não enxerga a mulher como um ser de iguais diretos aos homens.

Ela revela que em outro relacionamento ela se sentia mais livre, pois tinha uma vida pessoal independente dele, e que ele a incentivava a viajar e sair com as amigas, ir às festas etc. O caso da agressão física foi, então, algo pontual. Ele nunca a ameaçou e sempre lhe deu liberdade para romper o relacionamento sem medo e sem estresse.

Ela pontua que após essas vivências, ela desistiu de manter relacionamentos fixos, que atualmente a qualquer manifestação de algo que lembre o seu agressor, principalmente, ela rejeita e combate de imediato, pois ainda não consegue confiar que não será vítima de violência doméstica outra vez.

Andreza acredita que a sua vida se delineou por esse caminho e com os traumas que ficaram. Ela narrou que sempre gostou de namorar e estar em relacionamentos sérios. No momento prefere evitar relacionamento e seguir sua vida sem violência. Andreza só compartilha seus casos de violência com as amigas, pois sua família não sabe da gravidade de



tudo que viveu. E relata que sua mãe e sua avó, muito sensíveis e conservadoras, não suportariam saber de tantas coisas.

### **Racismo**

Andreza é uma mulher instruída. O seu curso colaborou na sua formação intelectual, mas também crítica, suas experiências de racismo sofrido pela família do pai ajudaram a transformá-la e a buscar a sua identidade negra. O racismo em sua vida tem um significado singular, o da rejeição. Tanto Andreza quanto sua mãe foram rejeitas pela família do seu pai. Andreza convive, conscientemente, com manifestações racistas até hoje, porque as práticas racistas se renovam cotidianamente na sociedade, de forma que não deixem de existir.

Consciente de tudo isso, afirma que já sofreu racismo em seu ambiente de trabalho aqui em Itabuna. Assim, Andreza demonstra ter percepção para o racismo. Andreza afirma que na infância sofria *bullying* por causa da sua altura e magreza, mas que não consegue enxergar situações racistas, pois, por ter a pele mais clara, ela não era socialmente lida como uma menina negra, principalmente porque durante muito tempo ela usou o cabelo alisado. Além disso, por estudar em escolas de bairros em uma cidade como Salvador, ela tinha muitos colegas negros, porém não eram a maioria.

Na adolescência, Andreza se descobriu uma garota negra e a partir daí passou a ter um identificação étnico-racial, o que a levou a assumir seu cabelo crespo e seus traços negros. Ela cresceu ouvindo da sua família paterna desqualificações físicas por ser negra. “Ah! você é a pior preta que tem, que é a branca do cabelo duro”. Ao olhar para si e para sua família materna, ela se enxergou enquanto uma adolescente de família negra e, portanto, negra também. Seu agressor também lhe agrediu com ofensas racistas, principalmente quando ela decidiu assumir seu cabelo crespo, isso foi motivo para compará-la com uma macaca.

### **A vida afetiva hoje**

Andreza diz que sua vida afetiva hoje está muito boa, mesmo solteira e sem namorado. Ela afirma que é uma escolha pessoal. Ela não quer pressão, não quer cobranças, não quer dar satisfações de sua vida e muito menos lidar com o machismo dos homens.

Assim, ela assegura que manter relações esporádicas, fugazes e sem compromisso traz uma certa tranquilidade, e diz: “eu estou moldando minha vida dessa forma hoje, poderia estar diferente, poderia estar em um relacionamento único, fixo, namorando, ou até em união estável,

mas eu estou decidindo minha vida no momento dessa forma”. Ela afirma que assim se sente mais livre, mais em paz, podendo focar suas energias em outras áreas de sua vida, como o trabalho e os estudos.

Quando perguntamos a ela, o significado da solidão, ela foi muito enfática ao afirmar que para ela a solidão é a ausência de um outro ser. “A solidão se remete ao abandono, a estar sem ninguém que você possa contar”. E que ela não se sente assim, com falta de companhia de terceiros e com falta de um relacionamento. Pois ela não tem dificuldades de encontrar parceiros para relacionamentos duradouros, inclusive nos últimos 6 meses, ela afirma que recebeu três pedidos de namoro. Sobre estar só, ela revela sua felicidade:

Hoje eu estar só, pra mim é algo bom porque eu acho que passei tanto tempo com alguém me travando que a sensação de estar só hoje, ela não é negativa. Não sei se é porque hoje tem pouco espaço de tempo e caso isso se prolongue possa trazer alguma sensação ruim, mas hoje pra mim, estar só é algo confortável, eu me sinto livre, eu me sinto solta, não me sinto presa ou cheia de obrigações. Eu me sinto dona de mim e a única pessoa que eu presto esclarecimento é a minha mãe, por conta do nosso vínculo, por ela estar sozinha em Salvador e eu estar sozinha aqui, mas se eu quiser sair, viajar, curtir, fazer o que eu quiser ou não fazer nada, eu posso fazer isso e é uma sensação de liberdade diferenciada.

Agora Andreza planeja passar na seleção do mestrado, que já cursa como aluna especial, fazer um concurso na sua área e voltar a morar em Salvador junto à sua família, além de viajar e conhecer pessoas novas, lugares novos e novas culturas. Ela deseja voltar para cuidar de sua e sua avó, que já está mais velhinha.

Andreza não descarta a possibilidade de se casar e viver junto com alguém. Quando perguntamos se ela pensa e tem vontade de viver uma vida a dois, ela é enfática: “tenho, tenho sim, se eu encontrar alguém, se eu conseguir, penso bastante em casar, em fazer tudo nas formalidades da sociedade, penso sim! Com certeza! ”. E assim, ela complementa, não descartando a possibilidade de no futuro, construir uma relação sadia e positiva com um homem que lhe respeite. E ela conclui dizendo: “Ah! Eu preciso casar e ter filho. Não, não quero ter filho, não tenho vontade até hoje, nunca tive, mas pretendo estar com um companheiro lá distante, depois que eu terminar o mestrado tá?!”

#### **4.1.2 Larissa: “pensei que eu ia passar no *Linha Direta*”**

Chegamos até Larissa através da sua sobrinha, que estava no mesmo ambiente de entrevista com Andreza. Andreza perguntou se ela poderia indicar alguma mulher com o perfil da pesquisa para ser entrevistada, imediatamente ela respondeu: “minha tia! ”

Dessa forma, após a sobrinha de Larissa confirmar a disponibilidade dela, entramos em contato por telefone no dia seguinte e marcamos a entrevista. Ela preferiu que a entrevista fosse em sua casa, pois assim estaria mais à vontade. Após alguns desencontros de datas e horários, marcamos a entrevista para o dia 29 de agosto às 9h00min em sua residência, em um bairro periférico da cidade.

Ao chegar lá, fomos muito bem recebidas por ela e por sua mãe, que se sentou conosco. Acreditamos que sua mãe permaneceu na escuta da entrevista para saber um pouco mais sobre o que estaria para acontecer. Imediatamente apresentamos a elas o teor da pesquisa, seus objetivos, a motivação daquela entrevista e todas as outras informações e documentos relativos a essa investigação. Como já havíamos conversado algumas vezes por telefone, sobre assuntos alheios à pesquisa, buscamos resgatar nesse momento esses assuntos, para criar uma relação mínima de confiança e aproximação.

Larissa foi aceita para essa entrevista, porque, apesar de estar “orando<sup>78</sup>” com um homem em sua igreja, ela não possui relações afetivas, e sexuais com ele. O ato de orar juntos, segundo ela, significa conhecer melhor a pessoa junto com Deus, mas ela afirma que essa “oração” não é um compromisso afetivo. No início da entrevista, Larissa se mostrou muito tímida, falando muito pouco.

### **Um pouco da sua vida**

Larissa viveu sua infância com seu núcleo familiar principal, sua mãe, seu pai e seu irmão - mais velho que ela. Seu pai faleceu há mais ou menos 23 anos e seu irmão atualmente vive em uma cidade no extremo sul baiano. Sua mãe tem mais dois filhos do primeiro casamento, porém vivem distantes, há muitos anos.

Sua família é de Itabuna, seus pais residiam em Mangabinha - um bairro popular, não muito distante do centro da cidade. A casa foi construída por seu pai, após a compra do terreno. Seu pai trabalhava em uma viação de ônibus e conseguia manter “uma vida boa” para a família. Ao falar de sua infância e sua vida escolar ela diz que sua infância foi maravilhosa, que estudou em escola pública, “mas parecia particular” - frisa ela, para reafirmar a qualidade das escolas que estudou. Segundo ela, enquanto seu pai estava vivo a família não passou nenhum tipo de dificuldade financeira.

---

<sup>78</sup> Espécie de “compromisso religioso” feito com outra pessoa no intuito de se conhecerem melhor com vistas de, no futuro, estabelecerem a uma relação amorosa. Ou não.

Na escola, Larissa era uma boa aluna, frequentava a escola regularmente e era reprovada de ano. Gostava de estudar e de ir para o colégio, o seu afastamento da escola começou aos 15 anos, quando começou a namorar o pai do seu filho mais velho. Ela conta que quando começou o namoro, ela começou a afastar-se da escola para poder ir namorar. Com as faltas regulares, Larissa começou a ser reprovada nas séries. Com essa defasagem, ela decidiu estudar as séries conhecidas como “aceleração<sup>79</sup>” - quando são cursadas duas séries em um único ano. Nessa época, ela já entendia que a “aceleração” não permitia o aprendizado, pois ela afirma que “não era um estudo bom, porque você não aprendia. E eu não estava aprendendo nada, mas eu queria para concluir”. Ela pontua que após a gravidez, aos 18/19 anos, ela não conseguiu mais estudar, foi morar com o pai do seu filho e ele começou a atrapalhar sua vida escolar, não a permitindo ir à escola ou desenvolver as atividades solicitadas pelos professores, principalmente quando se referia ao trabalho em grupo ou atividades extraclasse. Então, com tantas ameaças, ciúmes e violência, ela desistiu de continuar os estudos.

Larissa começou a namorar aos 12/13 anos. O seu relacionamento afetivo que mais durou na adolescência foi o primeiro, que perdurou pouco mais de um ano. Seu primeiro namoro começou com troca de cartas e ele lhe enviava chocolates. O romance era secreto e após um determinado tempo o garoto pediu a seu pai para namorá-la. Com a permissão, passaram a se encontrar todos os dias a noite até as 21h00min, horário determinado por seu pai. Com o passar do tempo, Larissa descobriu que estava sendo traída, quando flagrou seu namorado na rua acompanhado de outra menina. Então, ela terminou a relação e mesmo com a insistência dele em reatarm, ela não cedeu. Larissa afirma que sofreu muito com essa traição e com o fim do namoro, pois o amava e acreditava que era correspondida.

Após um período de tempo, já recuperada da traição que havia sofrido, ela começou a namorar novamente, começou escondido de seus pais e com a ajuda do seu irmão - que a levava de bicicleta para encontrar o namorado. Logo depois, ele pediu à sua mãe permissão para namorá-la, contudo, passado algum tempo, sua mãe descobriu que o rapaz era casado. A mulher do seu namorado estava grávida e, assim, o relacionamento acabou. Segundo ela, sua inocência e inexperiência não permitiram perceber que ele era comprometido. Ela conta que esse relacionamento durou em torno de dois meses, e foi a sua segunda desilusão amorosa. Após duas decepções, ela passou apenas a paquerar e “ficar”, até conhecer o pai do seu filho, com quem começou a namorar quando tinha 15 anos.

---

<sup>79</sup> Essa foi uma política adotada pelo governo brasileiro para que os estudantes reduzissem a defasagem idade/série e pudesse voltar à escola regular (1 ano = 1 série) futuramente ou terminasse seus estudos de forma mais célere.

Seu pai faleceu quando ela estava com 14 anos, e após a morte dele a situação financeira da família começou a complicar. O salário do pai sustentava a casa da família. Com dois filhos, sem emprego e sem estudo, sua mãe passou a “lavar roupa de ganho” para poder suprir as necessidades, passando a ser a chefe da família. Nessa época, sua irmã, filha do primeiro casamento de sua mãe, engravidou, e ao dar à luz, deixou a filha na casa de Larissa, sob a responsabilidade de sua mãe, e mudou de Estado. Assim, Larissa, seu irmão e sua mãe passaram a criar esse bebê. Enquanto sua mãe lavava roupas para sustentar a casa, Larissa e seu irmão eram responsáveis pelos cuidados com a criança. Passados alguns anos, sua mãe conseguiu o direito de receber a pensão de seu pai e, a partir daí a situação da família melhorou, pois, a pensão permitia custear as despesas da família.

### **As agressões sofridas**

Aos 15 anos Larissa começou a namorar com o seu agressor. Ela conta que durante o namoro ele era um homem maravilhoso, mas depois que ela engravidou eles foram morar juntos, e após o nascimento da criança, ele mudou completamente.

A fase de tensão do relacionamento de Larissa começou com xingamentos e gritos e logo evoluiu para as agressões físicas, como tapas, murros, empurrões, entre outras brutalidades. Ela ressalta que durante o namoro, ele nunca a xingou. Durante todo relacionamento marital as agressões físicas, sexuais e ameaças foram presentes em sua vida.

Como na maioria das situações de violência doméstica, as agressões foram ficando cada vez mais graves. Quando eles discutiam, ele parecia estar fora de controle, “parecia que estava drogado, possuído pelo inimigo. Tentava me matar, matar o menino. Ele botava a criança de cabeça para baixo, botava a faca”, diz ela. Nesse momento ela para de falar, parece reviver a situação por alguns instantes e segue contando que quando isso aconteceu seu filho tinha entre dois e três meses de vida, e que hoje, essa criança é o seu filho mais velho, que está passando por um problema depressivo, agravado com a morte do pai. O agressor de Larissa faleceu 2 dias antes dessa entrevista.

Larissa afirma que ele nunca quebrou objetos em casa, nunca foi de esmurrar paredes, bater na mesa ou destruir objetos pessoais, pois toda sua fúria era contra ela. Ele a ameaçava de morte com a arma que possuía, fazendo questão de mostrá-la e mantê-la embaixo do travesseiro todos os dias ao dormir, “ele só dormia com ela”, conta.

Larissa sentia medo de estar sozinha com seu companheiro, pois ele era muito agressivo, e por isso sentia-se sempre isolada e acuada, pois não conseguia construir amizades. Segundo

ela, com o passar do tempo, foi descobrindo as ameaças perpetradas por ele e o real motivo do afastamento das pessoas. Entre as situações vivenciadas ela relata a agressão a um vizinho. O vizinho se mudou devido as ameaças sofridas pelo companheiro de Larissa. Além da falta de amizades, ela não conseguia ter contato com sua família, pois ele a proibia. Como naquela época poucas pessoas possuíam telefone, ela tinha dificuldades de falar com sua mãe e seu irmão.

Enquanto Larissa viveu com ele, sua residência era situada embaixo da casa da irmã dele, embaixo da casa de sua cunhada. Logo sua cunhada sabia e ouvia todas as agressões que ela sofria sem fazer intervenções, nem pessoalmente e nem institucionalmente, denunciando ou buscando ajuda. De acordo com Larissa, ele se mostrava muito agressivo também para a família dele, evitando que a mãe e a irmã visitassem a sua casa ou opinassem sobre as situações de violência que sabiam existir. Acreditamos também, que independente do comportamento agressivo dele, a sogra e a cunhada de Larissa não interferiam nas brigas porque compartilham da ideia que em “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.

Quando perguntamos a Larissa se ela sabia do envolvimento dele com criminosos, ela afirmou que ele andava com pessoas “esquisitas”, que ela achava que eram pessoas drogadas. O companheiro de Larissa saía muitas vezes a noite e retornava pela manhã cheio de dinheiro. Para ela, ele falava que estava jogando dominó. Quando questionamos se ele usava drogas, ela disse acreditar que não. Seu companheiro costumava chegar em casa agressivo e “às vezes ele deixava dois rapazes na porta, [...], mas ele deixava dois rapazes na porta meia noite”. Segundo seus relatos, durante muito tempo ela viveu em cárcere privado com seu filho. Ao sair ele trancava a casa e passava uma corrente com um cadeado por fora (ele fez um buraco na porta e na parede para ter condições de acorrentar), além de manter seus dois “jaguços” vigiando-a. Ela acredita que ele tinha um comportamento psicopático e diz: “ele era psicopata. Não tinha nem como eu sair com o cadeado, mas eu acho que ele achava que eu tinha como sair”.

Saffioti (2015) afirma que patologizar os agressores dificultam o combate à violência doméstica. Segundo a autora, a nível internacional apenas 2% dos agressores sexuais são doentes mentais, contudo há um outro contingente com passagem pela psiquiatria, mas se esses também fossem considerados doentes mentais, somariam 4%, o que é um total irrisório. Para ela, trazer a violência para a patologia é ignorar a hierarquia sexista e as contradições sociais.

Além da violência moral, física e psicológica que Larissa sofria diariamente, a violência sexual também era uma constante. Pois ela afirma que muitas vezes não queria ter relações sexuais com ele, mas ele a obrigava. Sobre isso ela fala que “tinha que fazer. Porque se não fizesse é porque tava com outro homem. Não sei como e por que, eu não saía de dentro de casa”.

Ela se submetia porque temia que ele atentasse contra sua vida. Segundo Romio (2017) a coerção sexual é o ato de forçar violentamente - através da ameaça, da força física, da incitação verbal, constrangimentos ou circunstâncias econômicas - outro ser humano a ter comportamento sexual contra si próprio, sendo que a coerção e a restrição das suas escolhas não têm consequências sociais e físicas severas, por isso é preciso observar a violência sexual contra as mulheres em seu aspecto mais amplo.

Além de se submeter a relações sexuais contra sua vontade, ele a obrigava a ter relações em posições sexuais que ela não queria e a praticar determinados atos sexuais desconfortáveis ou mesmo que ela abominava. Nesse momento, percebemos seu total constrangimento ao falar sobre o assunto, não apenas por ser relacionado à violência sexual ou ao sexo em si. Falar sobre sexo para Larissa é um tabu e aliado a isso, ainda tem a dimensão que a violência sexual possui na saúde mental e psicológica de toda e qualquer mulher violentada. Sobre essas violências e a perda de autonomia sobre seu próprio corpo, Axel Honneth vai afirmar que,

Aquelas formas de maus-tratos práticos, em que são tiradas violentamente de um ser humano todas as possibilidades da livre disposição sobre seu corpo, representam a espécie mais elementar de rebaixamento pessoal. A razão disso é que toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra a sua vontade e com qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação que interfere destrutivamente na auto-relação prática de um ser humano, com mais profundidade do que outras formas de desrespeito, pois a particularidade dos modos de lesão física, como ocorrem na tortura ou na violação, não é constituída, como se sabe, pela dor puramente corporal, mas por sua ligação com o sentimento de estar sujeito a vontade de um outro, sem proteção, chegando a perda do senso de realidade (HONNETH, 2003, p. 214-215).

As violências psicológicas sofridas por Larissa foram extremamente torturantes e degradantes para a sua saúde mental, as ameaças deferidas por ele, contra sua vida, a vida de seu filho e a vida de seu irmão, levaram-na a acreditar que caso se separasse dele, ele realmente faria tudo que verbalizava. Segundo Larissa o agressor chegou a pegar o próprio filho e ameaçar.

Devido a tantas agressões, ao medo cotidiano e ao desejo de se livrar das violências, Larissa planejou assassinar o seu companheiro enquanto ele dormia. Ela projetou derramar água fervendo no ouvido dele para se livrar de tanta dor e sofrimento provocados por aquela relação marital. Assim, ao ferver a água e se direcionar à cama, ele percebeu os planos dela e ameaçou-lhe tirar a vida com um tiro. Buscando proteger-se da violência, ela afirmou que apenas tinha ido verificar se o filho estava acordado, pois necessitava fazer sua mamadeira.

Sobre as mulheres que assassinam seus maridos e companheiros, Romio (2017) apoiada em Sueli Almeida (1998), afirma que essa é a outra face do feminicídio, pois ficou constatado

que nas situações em que os homens foram vítimas de homicídio conjugais, as mulheres estavam tentando se defender das agressões, ou mesmo estavam buscando se livrar de um longo processo de violências que já vinham sofrendo. Contudo, Saffioti (2015) afirma que em países como a Inglaterra, as mulheres que assassinam seus maridos geralmente recebem pena muito superior aos homens que cometem feminicídio. O feminicídio em sua maioria é em decorrência das agressões e na maioria dos casos não há premeditação, entretanto, para as mulheres assassinares seus companheiros, exige a premeditação do crime, e isso é um agravante penal.

As consequências dos abusos físicos, sexuais e psicológicos causam impactos diretos na saúde das mulheres, que inclui Doenças Sexualmente Transmissíveis DSTs, gravidez indesejada, os diversos tipos de abortos, além de homicídios ou suicídios (ROMIO, 2017). Essa é uma realidade que atinge as mulheres Itabunenses, pois a coordenadora do CRAM afirma que tem crescido significativamente a quantidade de mulheres que são vítimas de violência domésticas e por não conseguirem enxergar formas de se livrar da violência, acreditam que o suicídio é a válvula de escape.

Quando perguntamos se ela tentou separar-se dele em algum momento, ela afirma que sim, mas que não conseguia, devido as ameaças e ao cárcere. Larissa só conseguiu deixá-lo quando sua mãe chamou a polícia, assim, ela foi morar com sua mãe. Ele tentou invadir a casa algumas vezes, sendo barrado por sua mãe, que sempre o enfrentou. Nesse período, já separada, ele sequestrou o filho do casal, na tentativa de fazê-la reatar o relacionamento, Larissa se abrigou na casa de uma comissária por um mês (a cidade não possuía casa-abrigo) pois as ameaças eram constantes e ela não podia retornar para a casa de sua mãe. Um juiz conseguiu resgatar a criança das mãos dele. Esta situação lhe causava tristezas, angústias e impactava diretamente a sua saúde física e mental. Larissa não conseguia se alimentar ou dormir.

Ela lembra que as investidas violentas contra ela eram regulares. Assim, ela conta que ao participar de uma festa, ele a agrediu fisicamente, deixando em seu corpo muitos hematomas e feridas, e com isso ela foi à DEAM e prestou queixa, foi quando conseguiu a medida protetiva. O agressor não respeitou totalmente tal medida e permaneceu se aproximando e ameaçando-a. Larissa afirma que após a medida cessaram as agressões físicas, mas não as agressões verbais. Ao questionarmos o motivo dela não ter acionado a polícia quando ele se aproximava, ela afirma que acreditava que só deveria chamar a polícia caso ele a agredisse fisicamente.

Pouco antes da expedição da medida protetiva ele organizou uma emboscada para tentar assassiná-la, enviando uma pessoa conhecida e atraindo-a para um terreno baldio. Chegando lá, ela conta que encontrou ele e que ele lhe apontou a arma e atirou. A arma não disparou e ela conseguiu correr e se abrigar no complexo policial, que era próximo ao local onde ela estava.



Larissa afirma que seu ex-marido passou dois anos seguindo-a e atentando contra sua vida, o que fazia com que ela vivesse assustada e amedrontada o tempo todo.

Durante todo o tempo em que esteve convivendo com seu companheiro, e mesmo após estar separada, toda a família de Larissa sofreu com as violências sofridas por ela. Sua mãe, seu irmão, seu filho e sua sobrinha estavam todos sob constantes ameaças de vida. Sua mãe foi alvo de tortura psicológica constantemente, seu irmão inconformado com as agressões deferidas contra ela, se expunha algumas vezes agredindo fisicamente seu cunhado, e colocando sua vida em risco. O agressor de Larissa tinha costume de andar com arma de fogo; seu filho e sobrinha presenciavam inúmeras situações de violência.

Sua mãe foi vítima de um câncer, o qual quase lhe consome a vida. Larissa acredita que o câncer foi causado pelo nível de estresse das torturas psicológicas provocadas pelo agressor. A mãe de Larissa desenvolveu o distúrbio do sono. A insônia - causada pela angústia e o medo, a persegue por quase duas décadas.

Ao perguntamos a Larissa sobre o que ela achava que teria acontecido se não tivesse conseguido separar-se dele, ela foi categórica em afirmar que: “se eu tivesse com ele eu tava morta já”! A certeza de sua morte era tão grande que ela afirmou: “a gente pensava que eu ia passa no *Linha Direta*, a minha história”. “Era mesmo”, a mãe concorda. E ela continua: “eu via, eu falava pra mainha: mainha eu acho que um dia eu vou passar no *Linha Direta*.”

Ela conta que: “depois eu fui e me envolvi com esse pai do meu filho, que ele respeitava, nunca foi na porta dele ameaçar ele. Uma vez ele veio me bater, eu já tinha dado queixa, aí ele falou: “agora ela tá namorando com homem né com moleque não. Você não trisca o dedo nela””. Até começar a se relacionar com o pai do seu segundo filho, Larissa teve outros namorados, e seu ex ameaçava todos os homens que se relacionavam com ela, e dessa forma, os seus romances acabavam sem ela entender o que tinha acontecido.

Durante todo o tempo em que sofreu essas violências, Larissa nunca se deu conta que sofria violência doméstica. Segundo ela, só ficou sabendo que se tratava de violência doméstica, muito depois, quando alguém a explicou. Nós compreendemos que Larissa não tinha conhecimento sobre o que era violência doméstica e também não sabia como e onde pedir ajuda. Assim nós identificamos a necessidade de ações preventivas e informações às mulheres, para que possam de alguma forma tentar evitar esses tipos de relacionamentos ou mesmo tenham condições de buscar auxílio.

Sobre a procura por ajuda, Larissa disse que era e sempre foi uma pessoa muito calada e por isso ela nunca procurou apoio de ninguém, exceto quando se abrigou no complexo policial e deu a queixa na DEAM. Diante de tudo que conversamos nessa entrevista, nós acreditamos

que ela não tinha sequer noção de que poderia pedir ajuda, de que existia instituições, além da polícia, que poderiam ajudá-la a enfrentar a violência que vinha sofrendo. Larissa afirma que as políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica não a ajudaram em praticamente nada, que apenas a DEAM e a medida protetiva atenuaram as agressões físicas do ex-companheiro. Essa falta de informação, sobre os tipos de violência doméstica e a possibilidade de auxílio, fica evidente quando ela declara que aproveitou que estava com os hematomas da agressão para ir a DEAM. Podemos inferir que todas as ameaças, as injúrias e violência sexual sofridas, para Larissa, não eram passíveis de denúncias. Enquanto conviveu maritalmente com ele, os tapas no rosto, os murros nas costas e os empurrões no chão foram violências frequentes e ela nunca prestou queixa.

Larissa também afirma que uma vez conseguiu falar com alguém sobre as violências sofridas em casa. Contou a uma amiga sua situação e a mesma não acreditou, e lhe falou: “Oxe, ele não parece que ele faz isso”. Nesse momento, Larissa desabafa sobre a descrença da sociedade em relação à palavra da mulher e principalmente ao preconceito e discriminação contra a mulher que está sendo agredida em casa:

Ninguém acredita né... porque ninguém conviveu com a gente, e eu não era de tá falando, porque eu acho que era uma vergonha pra mim também, porque eu tava passando e aí o povo falar: ah você era descarada porque convivia com ele. Mas ninguém sabia o que eu passava com ele. Porque muitas mulheres são chamadas de descaradas, que não tem vergonha na cara, porque não sabe o que a gente passa dentro de casa com a pessoa. As ameaças, o que ele fala, porque com 15, eu não tinha noção do que...[pausa] eu pensava que ele ia fazer mesmo... se ele vinha em cima de mim pra fazer, ele não ia fazer com os outros?

Sobre essa vergonha que Larissa se refere, Honneth afirma que,

os maus-tratos físicos de um sujeito representam um tipo de desrespeito que fere duradouramente a confiança, aprendida através do amor, na capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo; daí a consequência ser também, com efeito, uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social (HONNETH, 2003, p. 215).

## **Seguindo a vida e convivendo com as consequências da violência doméstica**

Após separar-se do seu primeiro marido, Larissa começou sua vida laboral, pois na adolescência foi sustentada por seu pai e sua mãe e após ir morar com o seu agressor ele a impedia de trabalhar, afinal o papel de provedor das necessidades materiais da família é o papel mais definidor da sua masculinidade (SAFFIOTI, 2015).

Seu primeiro emprego foi em uma loja, no comércio da cidade. Ela afirma que nesse período ela já morava junto com o pai do seu segundo filho. E assim ela começou a trabalhar para ajudar com as despesas de casa. Sempre trabalhando no comércio, traçou sua trajetória laboral como comerciária. Larissa também atuou como babá, trabalhando em uma creche. Segundo ela, seu segundo marido sempre a incentivou a concluir seus estudos, a fazer uma faculdade. Ela pensava apenas em trabalhar e com isso o tempo foi passando, e hoje ela tem dificuldades de voltar a estudar, assim ela fala:

hoje eu acho que eu não tenho mais cabeça para o estudo. Eu me matriculei no Félix [uma escola pública]. Comecei a estudar sabe, embaralha tudo. Eu não consigo pegar as coisas, teve uma professora que eu falei: “oh, professora me ajuda, tem muitos anos que eu parei de estudar, e eu queria voltar, mas eu não tenho cabeça, quando eu começo, aí eu paro no meio do ano. Algum problema em mim?”

Ao questionarmos sobre as consequências psicológicas das agressões sofridas para sua vida, ela afirma que o maior impacto foi na vida afetiva e amorosa, pois, nunca conseguiu confiar e amar mais nenhum homem, estava sempre com medo e sempre muito agressiva e arredia. Larissa afirma que mesmo com seu segundo companheiro, ela nunca conseguiu relaxar, tratava-o mal, não conseguia ter uma vida sexual feliz, estava sempre na defensiva e com medo. Ela conta que ele gostava de dar tapas na hora do sexo e ela não gostava de receber tapas. Como seu segundo companheiro não sabia das violências que ela tinha sofrido, sempre que ele perguntava o que estava acontecendo, ela se negava a falar, porém, continuou mantendo relações sexuais com ele mesmo sem querer, fazendo posições e atos sexuais para agradá-lo. Ou seja, violentava-se por medo e também para manter as regras sociais patriarcais - que colocam a mulher como propriedade do homem. Ela relata:

Na hora de ter relação com ele mesmo, era como se ele tivesse me matando, eu queria morrer naquela hora ali, porque eu não queria, já pensou fazer uma coisa que você não quer? Ainda umas posições de que você não quer, que você não queria... que meu parceiro falava, quando ele... o pai do meu filho outro [se referindo ao segundo marido], ele falava: ta acontecendo alguma coisa? Quando ele queria alguma coisa, e eu falava: não! Mas fazia, mas com medo, dele me machucar. Mas fazia porque eu o amava, assim, gostava dele, entendeu? Era o meu marido, então eu não podia, porque

eu passei, eu não podia fazer com ele, entendeu? Mas eu tenho medo de muita coisa. Uma brincadeira de ta dando tapa, ele ficava com umas brincadeirinhas, na hora de ter alguma coisa, na minha cara. Pensa, que ali terminava o clima.

Perguntamos, para confirmar, se toda esta tragédia vivenciada com o segundo marido e ela confirma dizendo: “o segundo”. E ao se referir ao seu agressor, ela pontua: “esse eu não tive uma vida não, eu vegetei”.

A nossa entrevistada pontua que em todos os relacionamentos que já esteve desde que se separou do seu agressor, nunca conseguiu se entregar naturalmente a outra relação. O medo é constante na vida de Larissa, e devido a isso ela tornou-se extremamente agressiva e impaciente, e tem consciência que essa agressividade é advinda de tudo que passou, das sequelas que ficou e do receio de viver tudo outra vez. Ela afirma que sempre agredia o segundo marido com palavras: “eu xingava ele... pense os nomes que eu falava?! Jesus, não era eu”. Larissa também tem consciência que ser assim atrapalha sua vida emocional e afetiva.

Dessa forma, ela assegura que tem muitas dificuldades de se relacionar, visto que não consegue confiar, tanto em relação à questão de traição, quanto de violência. Para ela, tudo pode acontecer, pois as pessoas se mostram de uma forma, e após ganhar confiança, mudam completamente.

Ao questionarmos sobre a dificuldade de encontrar parceiros afetivos, ela afirma que não tem problemas, sempre encontra homens que se interessam por ela, reconhece que o problema está nela: “eu noivo e tudo, e não consigo ficar com a pessoa. Eu falo pra minha mãe que eu não consigo amar a ninguém mais. Eu arrumo muito, eu que não quero. Ela [se refere à mãe] fala que eu vou ficar para titia”. E então Larissa completa dizendo: “eu sou agressiva”. Nesse momento, percebemos o quão é verdadeira a máxima popular que diz que “violência gera violência”. Percebemos em Larissa muito mais a autodefesa do que a agressividade.

Larissa nos conta que após a separação do seu segundo marido, ela já noivou de dois homens e desistiu de manter o relacionamento. Então questionamos se foram dois noivados em 4 anos e ela responde: “duas vezes. E os homens apaixonados. Eu falei: Jesus! E olhava pra mainha: meu Deus o homem já ta apaixonado!” ela sorri e a mãe complementa “nem teve nada ainda” e Larissa às gargalhadas completa: “nem teve nada. Eu não acredito mais, pode ser da igreja, pode não ser, mas apaixonado assim, é muito rápido”.

## **O racismo, o significado da solidão e os planos futuros**

Quando falamos sobre o racismo, Larissa afirma que já ouviu falar e que considera muito ruim, porém diz que nunca sofreu racismo. O que nos parece é que falta nela o entendimento da consciência de raça e a real dimensão do racismo e das consequências dele para a vida das pessoas negras. Entendemos que Larissa não teve oportunidade de conhecer ou discutir a questão racial, seja na sua vida pessoal, ou na sua vida escolar. Ela também diz que a maioria de seus relacionamentos foram com homens pardos, inclusive o seu agressor, e que em nenhum momento ele se referia a ela pejorativamente ou se referiu as características fenotípicas dela. A conversa sobre o racismo acabou rapidamente. Larissa não possuía conteúdo para dar continuidade ao assunto.

Quando perguntamos a Larissa, qual o significado da solidão, ela nos respondeu que é a falta de ter um companheiro e que a solidão tem sido constante em sua vida. Mesmo estando na igreja e mantendo sua fé em Deus, ela se sente sozinha e triste, mas acredita que Deus sabe de todas as coisas e que considera que o sofrimento que ela passou com o primeiro companheiro, foi fundamental para que hoje ela esteja solitária hoje.

Ela acredita que toda sua vida amorosa foi fracassada, mesmo quando não envolveu violência, envolvia traição. Em todos seus relacionamentos, de fato, ela foi traída, desde a adolescência. Larissa se culpa, acredita que além de não ter sorte na vida amorosa, tem “dedo podre” para escolher os homens e se hoje ela sente-se infeliz e solitária na vida afetiva é porque não fez boas escolhas de companheiro ao longo da sua vida.

Sobre os planos futuros, ela planeja terminar os estudos, arranjar um emprego e ser independente, e depois encontrar uma pessoa que seja boa e amável para que possa se casar e cuidar dos seus filhos. Ela afirma que deseja muito encontrar um marido e poder viajar. E finaliza desejando muito encontrar uma pessoa que a ame de verdade, pois em todos os seus relacionamentos ela amou e foi pouco amada.

### **4.1.3 Maria: “quase louca, quase morta”**

Conhecemos Maria através de uma colega de trabalho, que ao receber nosso e-mail falando da pesquisa e das mulheres que buscávamos, ela contatou Maria e pediu que conversasse conosco. Maria trabalhou como empregada doméstica na casa de nossa colega por um tempo e contou à família sua história de violência, dores e lutas para se manter viva e, foi assim, que a nossa colega conheceu a história de vida de Maria.

Com a indicação ligamos para Maria e combinamos a entrevista. Devido a problemas particulares, ela precisou desmarcar por duas vezes e finalmente remarcamos para o dia 15 de agosto em sua casa, em um bairro periférico da cidade. Ela nos passou seu endereço e nos recebeu em sua residência no horário combinado.

### **Contando sobre sua vida**

Maria é oriunda da zona rural de Uruçuca, uma cidade que fica localizada a 40 km de Itabuna (via BR 101). Seus pais viviam na roça, em uma pequena propriedade rural própria, onde trabalhavam na terra para sobreviver, e foi onde ela e seus irmãos nasceram e viveram o início da infância. Depois a família mudou-se para Itajuípe - uma cidade que fica exatamente entre Itabuna e Uruçuca (20 km de distância entre as cidades). Após viverem um curto período em Itajuípe, se mudaram para Buerarema (distante 30 km de Itabuna via BR 101), e por fim, mudaram-se definitivamente para Itabuna, onde vivem até hoje. Seu pai comprou uma casa em Itabuna e continuou a trabalhar na roça, e sua mãe arranjou um emprego de doméstica na cidade. Com o passar do tempo, a família precisou se desfazer da propriedade rural, vivendo totalmente na zona urbana Gapiúna.

Maria conta que teve uma infância boa e feliz com a família. Ela não se recorda de presenciar brigas entre seus pais e narra que seu pai nunca foi violento com sua mãe. Seus pais tiveram 13 (treze) filhos, sendo que um faleceu ainda pequeno e Maria perdeu uma irmã há 6 meses. Atualmente Maria tem 10 irmãos vivos.

Em relação a sua vida escolar, Maria afirma que foi uma boa aluna, e que enquanto morou com seus pais estudava em dois colégios, um pela manhã e outro pela tarde, fazendo a mesma série. Quando perguntamos o motivo de se matricular em duas escolas, ela afirma que era uma espécie de reforço escolar, e como seus pais não tinham onde deixar ela e seus irmãos, sua mãe matriculou todos os filhos em duas escolas, para que ficassem na escola durante o tempo em que ela estava trabalhando.

Aos 10 anos, Maria começou a trabalhar como empregada doméstica na casa de um casal. Eles tinham um filho pequeno e Maria trabalhava com eles em sistema de residência - vivia na casa. Essa é uma situação que até hoje é muito recorrente no Brasil, visto que o trabalho doméstico é uma herança social do sistema escravocrata e se perpetuou entre as mulheres negras, que ainda são a maioria entre as empregadas domésticas.

Maria afirma que enquanto morou com esse casal, precisava acordar cedo para preparar o café e colocar a mesa, logo após ia para escola. Retornava ao meio dia, almoçava e fazia o

trabalho doméstico durante a tarde e à noite. Nesse período, Maria assegurou que seu desempenho escolar caiu bastante, tinha que conciliar os estudos com o trabalho, e como o filho do casal era muito pequeno, ela passava muito tempo cuidando da criança, o que não permitia que se dedicasse aos estudos extraclasse. Assim, Maria só conseguiu estudar até o terceiro ano do ensino primário. Nessa casa Maria trabalhou por dois anos e nunca recebeu o dinheiro do seu trabalho, seu salário era repassado diretamente a seu pai. Dessa forma, a única coisa que ela recebeu foram os materiais escolares para ter condições de estudar.

Pouco tempo depois, Maria conheceu o pai dos seus filhos e começou a namorá-lo. Ela engravidou quando tinha 14 anos, e argumentou que não sabia como evitar gravidez. Segundo ela, durante toda sua vida acreditou que a pílula anticoncepcional deveria ser tomada apenas nos dias que praticava o ato sexual, e foi por isso que ela também engravidou da sua filha. Sobre isso, ela conta:

Eu engravidei, porque eu não sabia tomar remédio, ninguém nunca me ensinou, minha mãe nunca me ensinou, não tinha ninguém para me ensinar. Ah, tomar remédio todo dia, eu não se dava com o remédio, quando eu fui morar com ele, só ia tomar remédio quando ia ter relações, era por isso que eu engravidei. Aí meu filho mamou até dois anos, aí com dois anos ele começou a ‘inguiar’, ‘inguiar’, aí eu olhei “oxe” e aí experimentei o leite, aí estava salgado, aí eu fui proposto fazer o exame, chegou no posto a enfermeira falou que eu estava grávida.

Maria tomou conhecimento de como se toma a pílula há poucos meses, quando sua filha lhe contou a forma certa de usar a medicação. Para evitar engravidar aos 19 anos ela se submeteu a uma cirurgia de “ligadura de trompas”. Ela conta que foi em um período de política, em que os políticos buscavam as mulheres em uma Kombi para realizar as cirurgias. Essa é a clara e verdadeira situação das periferias brasileiras, onde a esterilização de mulheres jovens sempre foi incentivada e por vezes, até forçada, uma realidade que atinge esmagadoramente as mulheres negras. Essa ação também foi configurada como “compra” de votos. Os políticos “trocavam” cirurgias de esterilização em mulheres por votos no dia da eleição. Maria afirma que muitas pessoas tentaram demovê-la da ideia, porém, por conta das agressões sofridas, ela tinha medo de engravidar outra vez do seu marido violento. Assim, devemos reconhecer que a violência impede ou limita as liberdades, possibilidades e desejos sexuais e reprodutivos das mulheres, estando diretamente relacionada com a saúde reprodutiva, principalmente a violência doméstica e sexual (ROMIO, 2017).

Ainda sobre sua vida escolar ela conta que conseguiu estudar até o primeiro ano do segundo grau, pois algum tempo depois do nascimento da sua filha, ela retornou à escola. Maria

ficou triste em não concluir o ensino médio, porque o “homem começou a infernizar minha vida, aí eu desisti da escola”, conta ela se referindo ao ex-companheiro.

O pai de seus filhos foi o seu primeiro namorado, pois diante da educação rígida, principalmente do seu pai, ela afirma que foi difícil namorar durante a adolescência. Assim, não teve outras experiências de namoro e engravidou muito jovem. Maria se lamenta dizendo que se ela escutasse os conselhos de sua mãe não teria apanhado do seu marido. Sua mãe sempre dizia que “ele não era um homem que prestava”.

Maria conta que sua vida laboral foi esmagadoramente como empregada doméstica. Seu primeiro emprego de doméstica foi aos 10 anos e o segundo aos 15 anos, quando já convivía maritalmente com o pai dos seus filhos. Ela conta que durante um tempo teve outros empregos - quando trabalhou como costureira em uma grande empresa e também quando se empregou em uma empresa de reciclagem. Ela só trabalhava no serviço doméstico quando não encontrava emprego em “firmas”, visto que as patroas não assinavam a carteira e muitas vezes não pagavam bem. Então era melhor buscar emprego nas empresas, principalmente por conta da regularização e dos direitos trabalhistas.

Vale ressaltar que as empregadas domésticas brasileiras só tiveram a regulamentação de profissão em 2013, quando Congresso Brasileiro aprovou a Proposta de Emenda Constitucional nº 72, que ficou conhecida como a “PEC das Domésticas”. Mesmo com alguns direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, as empregadas domésticas eram, de fato, uma classe desprovida de direitos trabalhista. Assim a PEC buscou abranger os direitos dessas trabalhadoras através de uma emenda à constituição. De tal modo, as empregadas domésticas passaram a ter direitos como: relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa; seguro-desemprego; FGTS; remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; salário-família; jornada de trabalho estabelecida; remuneração do trabalho extra; redução dos riscos inerentes ao trabalho; assistência gratuita aos filhos e dependentes; reconhecimento das convenções e acordos coletivos; seguro contra acidente de trabalho; isonomia salarial, proibição de qualquer discriminação, proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao menor de 18 anos (CARVALHO, 2017). Maria só conseguiu ter sua carteira assinada aos 21 anos, quando começou a trabalhar em uma empresa da cidade.

### **Uma vida de violências e agressões**

Maria teve um namoro tranquilo com o pai dos seus filhos, porém ao engravidar e ir conviver com ele, a situação mudou. Ele não desejava a criança e pediu que ela abortasse,



inclusive chegou a comprar remédios com potencial abortivo para que ela tomasse. Maria se negou a fazer o aborto e decidiu que teria seu filho, e foi assim que as agressões físicas começaram. Perguntamos se ele começou as agressões através de xingamentos e ameaças, ela afirma categoricamente que não, que ele já iniciou com agressões físicas, mesmo ela estando grávida. Ela revela que sempre que ele bebia, espancava ela. Quando estava sóbrio era uma pessoa maravilhosa. Após o efeito da bebida, ele se arrependia, pedia perdão e chorava. Maria o perdoava e eles faziam as pazes.

Mesmo estando gestante, as agressões eram extremamente violentas, com chutes e murros em sua barriga. Acreditamos que essa violência desferida contra sua barriga gestacional, era uma tentativa de causar-lhe um aborto ou até mesmo deixar-lhe em situação emocional que provocasse a morte do bebê. O espancamento era expressão da raiva e da vingança por Maria não ter realizado o aborto.

Durante seu relacionamento, que durou 21 anos, Maria sofreu violência física, sexual, psicológica e moral, e ao separar-se, sofreu também violência patrimonial. Durante esse tempo, ela separou-se dele uma vez e foi viver na casa de sua avó, deixando seus filhos pequenos com o pai. Entretanto, ele a procurou, chorou e implorou seu perdão. Maria diz que, ingenuamente, achou que ele ia parar com as agressões e voltou para casa. Sobre as agressões sofridas nessa época, ela descreve:

No nosso coração na nossa mente e é uma coisa que eu nunca esqueço. Ele me batia muito. Eu morava com ele na casa da minha sogra e ele batia muito na minha boca, quando minha sogra chegava da igreja era muito sangue na cama, ela reclamava com ele, mas não adiantava, ele era muito violento. Depois a gente conseguiu fazer nossa casa, a gente foi morar junto no fundo da casa da mãe dele, e aí tive meu filho, depois eu tive minha filha e aí os meninos foi crescendo, entendeu?! E continuou a violência, ele me batia muito, chegava em casa só bêbado direto, direto, tudo para ele era uma discussão dentro de casa. Aí ... chegou um tempo que ele me batia muito, que ele me trancava dentro de casa para me bater, a mãe dele ficava na porta gritando ele para abrir a porta, ele começava a me bater. Ele escondia a chave no bolso e ficava as irmãs dele e a mãe dele batendo para poder ele abrir a porta e chamava, e ele falava: “que nada que ia me matar, que eu tinha era que morrer”, até que quando meus sobrinhos chegavam e conseguiam abrir a porta e jogava ele pra fora, e eu lá no chão toda ensanguentada, toda cheia de marca, era direto!

Maria, enquanto conversou conosco, chorou em muitos momentos ao relatar as agressões, fizemos muitas pausas e acompanhamos o seu tempo de se recuperar e retomar a conversa. Os relatos das agressões, a cada momento, ficavam mais graves e isso nos causou dor, angústia e tristeza, pois passamos a maior parte vivenciando tudo o sofrimento dela. Ela prossegue contando outras situações:

Teve um dia que ele chegou um tempo dele me bater, me bater tanto. Teve um dia que ele chegou a comprar um ingresso para minha filha ir para um show, a minha filha queria ir tanto para esse show, ele comprou o ingresso para minha filha já na intenção de fazer coisa comigo [fala com um tom de mágoa], aí meu filho já tinha o ingresso comprado, né?! Que é mais velho que minha filha, e aí ele comprou o ingresso da minha filha, e foram para o show, aí ele falou assim: “Ah, vou ali”, aí saiu e eu fui dormir, quando foi umas doze horas da noite ele chegou na porta “*pá, pá, pá*” batendo na porta, fui abrir a porta, ele foi e entrou, quando entrou já foi murro por cima da minha cara, eu caí no chão e levantava e ele me batendo, me batendo, a gente não vai aguenta com homem né?! Aí ele só me dando murro, me dando chute na cara e trancava a porta e o pessoal gritando para ele abrir a porta, ele falava que não ia abrir, até quando meus filhos chegou, meus dois filhos chegou, aí quando meus dois filho chegou falou: “*vamos painho, abre a porta, abre a porta*”, aí foi que ele abriu a porta, quando meus filho entrou eu estava no chão toda ensanguentada.

Maria tentou reagir e revidar as agressões muitas vezes, porém conforme assinala Saffioti (2015), na força física, a derrota feminina é sempre previsível. Maria conta que nesse dia ele bateu sua cabeça contra o vaso sanitário muitas vezes, e que quando ele abriu a porta ela estava totalmente desorientada, quase inconsciente, devido agressões sofridas na cabeça. No dia seguinte ao chegar ao trabalho, ela trabalhava em uma empresa de reciclagem, sua colega de trabalho viu os machucados e percebeu que ela estava desorientada mentalmente. Maria quase morreu e quase enlouqueceu de tanto apanhar.

Vale lembrar que o estupro e o assassinato de mulheres não são resultados de um desvio inexplicável ou de algum tipo de doença, eles são feminicídios, ou seja, a pior forma de terrorismo sexista, que são motivados pelo ódio, o desprezo e a sensação de dominação e posse da mulher e do seu corpo, assim, o feminicídio inclui mortes por estupros, mutilação e espancamento que terminam em mortes (CAPUTI and RUSSEL, 1992, *apud* ROMIO, 2017). Assim, é possível manter uma articulação paralela entre a violência doméstica e tortura ao analisarmos os atos de violências. (ROMIO, 2017)

Uma colega de trabalho de Maria falou com o dono da empresa sobre o ocorrido, ele encaminhou Maria para a DEAM, para que pudesse realizar a queixa, e esse foi o momento da separação definitiva. Ela conta que ao chegar à DEAM foi muito bem tratada pelo agente que a atendeu. Ela sentiu uma vergonha durante o atendimento na DEAM. O referido agente lhe disse que ela não precisava passar por tais situações de agressão, que era uma mulher forte e trabalhadora. Na visão do agente, Maria demorou para se separar do marido. Maria reconhece que ele tentou elevar sua autoestima e sua moral. Ainda assim, ela se sentia cada vez mais envergonhada e humilhada com as palavras dele.

Essa situação nos faz perceber o quanto é necessária uma equipe multidisciplinar na DEAM de Itabuna. Por mais que o agente desejasse ajudar e atender bem, ele não possuía capacitação para realizar tal acolhimento. As palavras do agente causaram efeito reverso,

fazendo com que Maria se sentisse ainda mais humilhada. Precisamos entender que há profissionais capacitados para ações como essas, como psicólogos e assistentes sociais, que saberão receber, acolher e colaborar para que as mulheres violentadas não saiam da delegacia psicologicamente piores do que quando chegaram. Os policiais civis não possuem o olhar profissional, nem de assistência e nem de saúde mental, e por isso não podem ser responsáveis pelo “acolhimento” psicológico das vítimas enquanto elas relatam suas queixas. Os policiais e agentes precisam de capacitação voltada para as questões de gênero, raça e classe, precisam ser capacitados para que não pratiquem violência ou racismo institucional contra essas mulheres quando buscam a delegacia. A Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia precisam trabalhar em parceria para entender as necessidades da DEAM e atuar para minimizar suas carências e deficiências.

Vale ressaltar que não estamos afirmando que a delegacia tem sido incompetente em suas funções, sabemos que enquanto policiais e delegadas são muito competentes em seu ofício. Acreditamos, por outro lado, que uma parte precisa construir reflexões mais profundas sobre relações de gênero e garantir um atendimento psicossocial às mulheres. Nessa direção, a DEAM precisa desempenhar o seu papel enquanto uma delegacia diferenciada para as mulheres. Sobre este assunto Saffioti (2015) pontua que a fim de assegurar um tratamento de boa qualidade e homogêneo, a todas as vítimas de violência que buscam o serviço, a primeira escuta não deve ser realizada na DEAM e nem por policiais, mas sim por uma psicóloga e uma assistente social em um local reservado na delegacia.

A qualificação sobre relações de gênero, com ênfase em violência doméstica, também é necessária para todas as pessoas que trabalham no âmbito da violência doméstica, seja Ministério Público, Judiciário, profissionais da saúde e da educação e as instituições da rede de enfrentamento à violência. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero é demasiadamente forte, atravessando todas as instituições. Isso posto, por que a Justiça não seria sexista?” (SAFFIOTTI, 2015, p. 99).

Maria afirma que, mesmo após quase 12 anos de separada, ela não gosta de relembrar essa fase da vida, pois todas as vezes que isso acontece, ela chora. Enquanto esteve “casada”, seu companheiro tentou afastar-lhe de suas amigas. Seu companheiro tratava suas amigas como péssimas companhias e desferia xingamentos e adjetivos pejorativos contra elas. O agressor tentou demovê-la da ideia de trabalhar e estudar. Maria o enfrentou e continuou trabalhando. O seu trabalho ajudou a construir o pequeno patrimônio da família.

Ao questionarmos se ele era envolvido com criminosos ou possuía arma de fogo, ela nega, diz que ele sempre foi um homem trabalhador, e que apesar de ser violento, nunca teve

arma ou relações com criminosos. Maria pontua que sentia muito medo de ficar sozinha com ele e que essa sensação era frequente. Quando ele bebia, ela sentia-se acuada. Ela sabia que poderia ser agredida.

A família do seu companheiro era cristã protestante e sua sogra, por muitas vezes, foi quem a socorreu, assim, ela relata: “a mãe dele cansava de me pegar caída e desmaiada dentro do banheiro e ela me pediu para eu ir embora, para ele não me matar” conta. Ela cansou de me pedir “oh Maria, vá embora, vá embora pelo amor de Deus, ele vai acabar te matando”. Apesar dos insistentes pedidos da sogra, Maria não foi embora e as agressões eram constantes.

Quando perguntamos se ela chegou a pedir ajuda familiar, institucional ou a terceiros, ela afirma que sim, entretanto, institucionalmente. Quando Maria esteve na DEAM toda a família dele e os vizinhos souberam das agressões. Quando seu marido saía para trabalhar os familiares e vizinhos iam cuidar dela, das feridas e dos hematomas. Nos momentos de agressões, ela gritava e pedia socorro, mas as pessoas não conseguiam entrar, pois ele trancava as portas. Maria afirma que não conhecia nenhum lugar onde pedir ajuda, apenas a polícia.

Questionamos também se alguém chegou a chamar a polícia nesses momentos tensos e Maria afirma que não. A maioria dos vizinhos era parente do seu marido. Os poucos vizinhos que não eram familiares do agressor tinham medo de denunciá-lo. É necessário sempre reforçar junto à população que há possibilidades de se realizar denúncias anônimas, e que a partir das denúncias, podemos salvar vidas. É necessário responsabilizar a sociedade pela violência doméstica.

Maria afirma que pensou em se separar várias vezes e desistiu da ideia, porque não tinha condições de levar seus filhos. Todas as vezes que ela dizia que ia embora as crianças choravam. Então ela pensava em deixar as crianças crescerem para tomar a atitude da separação. Pois, antes disso, ela não conseguia deixá-lo.

Assim como Larissa, Maria estava disposta a matar seu companheiro caso ele voltasse a agredi-la, assim ela conta: “já peguei até uma faca e ele quebrou a faca na minha mão. No dia que ele me deu um murro na boca, que eu vi o sangue, eu peguei uma faca para furar ele. Eu não sei como a faca não entrou em mim. Ele conseguiu me jogar no chão e quebrou a faca”.

Maria afirma que após a separação as agressões cessaram quando ele soube que ela estava na DEAM prestando queixa. Então ele pegou todos os seus pertences pessoais, inclusive suas roupas e atirou ao meio da rua. Com essa atitude violenta do pai, sua filha lhe avisou que não voltasse para buscar suas coisas, que só o fizesse, quando ele estivesse ausente. Maria só voltou para casa na ausência do agressor. Ela conta que a filha lhe disse: “*mainha não entre em*

*casa não! Aí eu falei: Por quê? [...], porque painho jogou suas roupas tudo no meio da rua e falou que vai tocar fogo, só não tocou fogo na sua roupa por causa deu e de vovó”.*

Durante sua vida marital Maria foi estuprada diversas vezes pelo seu marido. Ela afirma que devido as agressões sofridas, ela não tinha mais interesse em ter relações sexuais com ele. Ele a obrigava a ter relações sexuais e ela não oferecia resistência por medo de sofrer agressões físicas. E é, nesse sentido, que Saffioti (2015), afirma que as mulheres não possuem privacidade, pois, ceder a uma relação sexual contra sua vontade, para satisfazer o desejo do companheiro, é a violação dessa privacidade. A autora apresentou a seguinte questão: quantas milhões de mulheres são estupradas no seio do casamento todos os dias ou de duas a três vezes por semana? Maria narra que muitas vezes ia para o quarto de sua filha para se esconder das agressões:

Ele cansava de me bater, ai eu corria para quarto da minha filha, minha filha trancava o quarto, ele ficava batendo na porta do quarto dizendo para sair e minha filha falava: “Pai mainha não vai sair, ela vai ficar comigo aqui hoje, o senhor não vai entrar, se o senhor arrombar a porta, hoje quem vai chamar a polícia sou eu”. Ai, ai, só eu e meus filhos sabem o que a gente passou.

A partir desse relato, Maria conta o medo que seus filhos tinham, principalmente quando começavam as agressões, deixando claro que a violência sofrida por ela impactava toda a família. Cada vez que ele a agredia ele a xingava dos piores nomes e a ameaçava de morte. As ameaças, os palavrões e as agressões eram constantes em sua casa.

### **Convivendo com os traumas, novas violências e novas atitudes**

Maria afirma que após a separação teve que aprender a lidar com seus traumas e também dos filhos. Quando Maria deixou seu agressor sua filha tinha 15 anos. Maria foi embora e seus filhos continuaram vivendo com o pai. Ela não tinha condições de sustentá-los e nem para onde levá-los. Sobre os traumas ela explica:

Eu acho assim, até hoje eu tenho sequelas né?! Porque hoje em dia para falar a verdade, eu não quero mais um homem para eu morar, porque ia fazer a mesma coisa comigo. Eu tenho esse trauma, que eu falo, eu falo mesmo, se eu um dia eu arrumar um marido e que queira fazer comigo o que ele fez, eu corto as duas mãos. Falo mesmo! Eu falo, por que eu já apanhei muito, eu já sofri muito nessa vida, muito, muito mesmo. Só a gente sabe o que passa, né (!) o que a gente já passou.

Sobre as sequelas que os filhos carregam ela relata:

Meus filhos assistiam tudo que ele me fazia, que ele me batia, meus filhos chorava e até hoje meus filho fala né, e lembra, “ah eu lembro do que painho fazia com mainha”. As vezes mesmo eu estava conversando com uma senhora, disso de homem bater em mulher, aí minha filha foi lá e falou: “Oh Rita, eu lembro até hoje, nunca esqueço que meu pai fez de tudo para comprar meu ingresso, pra mim ir pro show, foi a última surra também que ele deu em mainha, que mainha foi embora de casa, ele fez de tudo pra eu poder ir pro show pra bater na minha mãe” e começou a chorar.

Maria menciona que pensava que sua filha nunca fosse se casar, pois ela tinha medo de sofrer violência doméstica também. Maria comenta com alegria que mesmo sua filha afirmando, constantemente, que nunca se casaria, atualmente ela está namorando e já está com noivado marcado.

Perguntamos a nossa entrevistada sobre as possibilidades de novos relacionamentos, se ela pensava ou tinha vontade de no futuro se casar, e ela muito segura de si, respondeu: “quero não, prefiro ficar sozinha. Eu não quero porque eu tenho medo de viver a mesma coisa que eu já vivi, entendeu?! Aí eu prefiro ficar sozinha, para morar não, agora para namorar, posso até namorar, mas ele lá e eu cá, agora para morar junto não quero mais não”. Ela não quer, porque ela acredita que pode viver novamente uma história de agressão.

Maria, assim como Larissa, acredita que não tem sorte com homens. Após a separação ela iniciou um novo relacionamento, e sorrindo, conta o que aconteceu: “depois que me separei, arrumei um namorado, aí era muito ciumento, até me roubar me roubou - não vou mentir, falar a verdade né?! Me roubou 300,00 reais, ainda botei ele pra correr, falei: “não quero saber de homem mais não meu pai, não tenho sorte””.

E ela continua, desta vez, contando mais um caso de agressão sofrida por um dos relacionamentos que teve. Dessa vez separou-se de imediato e seguiu sua vida. Ela diz:

Aí quando foi depois arrumei um, fui para casa dele [morar], aí ele bebeu. [...] eu tenho um dedo podre pra homi. Ele pegou minha fía, e tentou me sufocar com o travesseiro. Tentou me sufocar com o travesseiro, e aí ele colocou o travesseiro no meu rosto, e eu só fiquei batendo as pernas, aí eu consegui me sair, consegui abrir a porta e sai se acabando de chorar. Aí eu peguei fui pra casa da tia dele, comecei a chorar, aí a tia dele falou: “liga pro seu filho. Ele pode ser meu sobrinho, mas não aceito não”. Aí eu fui e liguei pro meu filho, meu filho veio e eu me acabando de chorar, meu filho queria pegar ele, aí eu segurei meu filho, não deixei, aí eu peguei e fui dormir na casa da minha nora, e ai tô boa até hoje.

Maria morou maritalmente com esse homem por dois anos e nos contou que ele a agrediu por causa da “cachaça”. Ela diz: “Ele era uma pessoa maravilhosa, gente boa, não faltava nada pra mim, mas o problema dele era a cachaça, toda vez que bebia. Ele nunca tinha

feito isso comigo. Foi a primeira vez que ele fez. Também eu falei: foi a primeira e a última vez. Maria também teve um outro relacionamento marital, que durou um ano. Nesse caso ela disse que não deu certo por outros motivos relatados abaixo:

ele era uma pessoa bebia, mas ele era uma pessoa calma. Só que eu me separei dele - tenho até vergonha de falar - por que ele bebia muito, ele mijava na minha cama quando ele estava bêbado, e eu ficava injuriada, eu não aceitava. Uma vez ele quebrou um cofre meu com trezentos reais que tinha de moeda meu, pegou para poder beber entendeu?! Mas ele era uma pessoa boa, que até hoje meus filhos falam dele, ele era um amor de pessoa com meus filhos, ave maria! Meus filhos chegavam dentro de casa se ele pudesse botava até no colo, mas só que nós dois... sabe... por ironia do destino nós dois não deu certo não.

Após a separação do seu agressor, Maria teve três relacionamentos, sendo que com dois deles manteve uma relação marital. Hoje ela acredita que não tem mais condições psicológicas de tentar um novo relacionamento.

### **O “estar só” e os planos futuros**

Para Maria a solidão é “estar só”, seja sem um companheiro ou com companhia para conversar ou conviver. Por morar sozinha tem como companhia apenas os seus gatos de estimação. Ela narra que seus dias têm sido tristes: “pra mim, é muito ruim tá sozinha”. E continua falando que hoje “está bem”, apesar da solidão. “Me sinto só, mas tô bem melhor assim, tô bem melhor mesmo, graças a Deus! Quando você se livra de um “trem ruim” não tem coisa melhor na vida, eu tô bem melhor desse jeito”.

Ela diz que não gosta de estar sozinha, por isso quando está só em casa prefere dormir, pois assim não pensa bobagens. Para ela “mente vazia é oficina do diabo”. Então ela prefere ir dormir ou fazer faxina em casa, limpar as coisas e se ocupar.

Ela nos conta que ela não tem dificuldades de encontrar parceiros, pelos lugares que circula encontra muitos pretendentes para namorar. Mas como ela não namorou na adolescência, então ela acredita que tem que namorar agora, e como se considera muito simpática, comunicativa e vaidosa, muitos homens se interessam por ela. Suas falas são permeadas de sentimentos contraditórios, todos facilmente perceptíveis entre o limiar da felicidade a partir de um relacionamento e a negação dele.

Hoje Maria tenta sobreviver. Ela está desempregada e sem renda, vive de aluguel e paga suas contas com a ajuda dos filhos e de alguns “bicos” de trabalho após a separação, seu ex-marido não lhe deu nada. Assim ela relata:

Hoje em dia eu moro de aluguel porque ele não me deu nada, sai com uma mão na frente outra atrás. Tá na justiça, aí rolando até hoje, eu tenho duas casas na praia com ele, tenho uma na califórnia, e eu vivo de aluguel porque ele não me deu nada até hoje. Já teve duas audiências, já quis entrar em acordo com ele, mas ele não quer, não quer aceitar, não quer me dá nada.

A justiça, extremamente morosa, colabora para o agravamento da situação socioeconômica de Maria, que mesmo tendo todas as comprovações de 21 anos de “casada” não consegue sequer garantir uma casa para viver, quando o casal possui 3. Essa situação tira a paz e causa tristeza e revolta em Maria. Ela observa que além de trabalhar, apanhou muito e hoje está totalmente desamparada.

Ao procurar a DEAM, para buscar a comprovação da sua queixa, ela afirma que “tem uns quatro meses que fui lá, que eu tô querendo um... como é que fala? O papel né, que eu dei queixa, para poder eu entregar na defensoria pública, onde eu dei queixa dele para mim querer meus bens, e elas falou que ia procurar, que demorava e até agora nada”. Ou seja, em 4 (quatro meses) a DEAM não consegue fornecer um documento que comprove as agressões sofridas. A DEAM colabora para que a situação degradante de Maria se prolongue ainda mais. A falta de servidores na Delegacia pode ser um dos motivos de tanta morosidade no fornecimento do documento, mas nos perguntamos: se fosse uma mulher branca, de classe média ou classe alta, ou alguém das relações pessoais das delegadas, esse documento já teria sido disponibilizado? O desrespeito com pessoas como Maria (mulher, preta e pobre), se encontra nas palavras de Honneth:

Se a primeira forma de desrespeito está inscrita nas experiências de maus-tratos corporais que destroem a autoconfiança elementar de uma pessoa, temos de procurar a segunda forma naquelas experiências de rebaixamento que afetam seu auto-respeito moral: isso se refere aos modos de desrespeito pessoal, infligidos a um sujeito pelo fato de ele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade. De início, podemos conceber como “direitos”, *grosso modo*, aquelas pretensões individuais com cuja satisfação social uma pessoa pode contar de maneira legítima, já que ela, como membro de igual valor em uma coletividade, participa em pé de igualdade de sua ordem institucional; se agora lhe são denegados certos direitos dessa espécie, então está implicitamente associada a isso a afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade (HONNETH, 2003, p. 206).

Sobre seus planos futuros ela comenta que está com uma viagem marcada para São Paulo. Ela acredita que lá “vai encontrar a felicidade”. Maria está se mudando em busca de emprego. Com o coração cheio de esperança, ela pegou o ônibus para São Paulo após 5 dias da realização desta entrevista. Ao buscarmos notícias recentes sobre Maria, ela nos informou que



voltaria para Itabuna. Maria não conseguiu encontrar emprego e não pode continuar morando na casa do irmão sem trabalhar. Maria buscava um emprego para tentar construir sua casa e ela nos conta sobre seus planos:

Meus planos... Eu comprei um terreno, eu tenho um terreno ali, eu quero, se Deus me abençoar né?! Eu tenho fé em Deus que eu vou conseguir, eu quero construir minha casa e quero montar um ponto de vendas pra mim. Pra eu não trabalhar mais, que eu tenho problema de coluna, eu trabalho assim em casa de família, mas já à pulso, aí eu quero colocar um ponto de venda pra mim, quando eu consegui construir minha casa, com fé em Deus.

Ela diz também, que se tivesse condições, iria passear, “passear eu gosto, tanto que eu tô indo agora pra São Paulo e em nome de Jesus vai dar tudo certo! Chega lá vou encontrar minha felicidade. Trabalhar, fazer minha casinha, vai dar tudo certo com fé em Deus!”

Maria encerra nos dizendo que além de Itabuna, só conhece Uruçuca, pois sua irmã (a que faleceu) morava lá. Ela ia de vez em quando visitá-la, assim ela complementa:

Nunca sair pra lugar nenhum. De Itabuna, nunca! A primeira vez que vou sair vai ser agora, se Deus me permitir até lá. Mas nunca saí daqui de Itabuna pra lugar nenhum, eu nem posso falar assim eu gosto de passear tal, e tal, e tal, por que eu nunca saí daqui pra lugar nenhum, agora que eu vou experimentar o gosto da vida né?!

E Maria segue sua jornada da forma como supomos, deseja ter um amor, um relacionamento em que possa amar e ser amada, porém, o medo da violência lhe empurra para uma vida de solidão.

#### **4.1.4 Milena: “Depender de homem, nunca mais!”**

Milena é jovem mãe solteira de 27 anos e tem um filho de 8 anos. Chegamos até Milena através de Andreza, pois as duas são amigas pessoais e compartilharam confidências e as dores da violência doméstica. Andreza pediu que Milena participasse da nossa pesquisa e ela de imediato aceitou. Com o telefone residencial da casa dos pais de Milena em mãos, ligamos para conversar sobre a pesquisa e marcar a entrevista. Ela aceitou e nós marcamos a data. Por diversos imprevistos da parte dela, tivemos que remarcar e assim realizamos a entrevista com Milena no dia 21 de agosto, as 14h00min na casa de seus pais.

Os pais de Milena vivem em uma casa própria em um bairro periférico da cidade. Ao chegarmos lá, fomos muito bem recebidas por ela, por sua mãe e sua avó. Sentamo-nos no sofá da sala e conversamos um pouco sobre amenidades, ela contou-nos que estávamos na casa de

seus pais e que geralmente ela passa o dia lá, para não ficar sozinha em casa e também para ajudar no que for preciso.

Acreditamos que sua mãe e sua vó sabiam do teor da nossa visita e da nossa conversa. Durante quase toda a entrevista estiveram sentadas no sofá da sala e atentas ao que estava sendo dito. Já ao final da entrevista, Milena lhes perguntou algo que no momento ela não se recordava bem e sua mãe respondeu. Foi aí que tivemos certeza que elas estavam atentas à conversa, porque o assunto a ser tratado, envolve toda a família. Os membros da família vivenciaram muitos momentos de tristeza e infelicidade daquela filha/neta. Por isso essa história saiu estritamente do âmbito pessoal e passou a fazer parte da família, migrando para aquela coletividade, seu núcleo familiar inicial.

### **Um pouco da sua história de vida**

Milena tem três irmãos, é a única mulher dos quatro filhos que seus pais tiveram. Sua família é de Itabuna e, segundo ela, sempre moraram no mesmo bairro a vida inteira. Hoje Milena diz que o núcleo principal da sua família é grande, inclui seus pais, sua vó paterna, seus três irmãos e suas respectivas esposas, cinco sobrinhos e seu filho. A sua vó materna, por quem ela afirma ter muito carinho, reside em outra cidade, no Recôncavo Baiano. Ela conta que sua origem familiar é humilde, e tenta explicar ou se encaixar em uma determinada classe social. Ela afirma que financeiramente nunca passaram necessidades e conclui que sua família é de classe baixa.

Filha de dona de casa e pai carreiro, Milena conta que sua família é toda de berço cristão evangélico, uma religião que ela também segue atualmente. Ela afirma que teve uma infância feliz com a sua família. Sobre sua vida escolar ela conta que sempre estudou em escolas públicas próximas a sua casa e que sempre foi uma estudante mediana. Assim como Larissa e Maria, Milena também começou a namorar muito jovem e ela acredita que isso foi o motivo para ela não ter tido uma base escolar boa, pois o problema, segundo ela, foram os namoros. Ou seja, essas três mulheres tiveram seus estudos e suas vidas afetadas pelo início precoce da vida afetiva e sexual.

Milena começou a namorar aos 15 anos e, até começar o relacionamento com o pai de seu filho, teve dois namorados. O primeiro foi um namorado de escola, ou seja, eles só se encontravam na escola, e foi uma fase boa, diz ela. Seu segundo namorado era muito mais velho que ela (ela tinha 16 e ele tinha 24) e ela o classifica hoje como um psicopata, devido as atitudes abusivas e de controle que tinha sobre ela. Milena afirma que seus pais não permitiam o namoro

e por muitas vezes ela apanhou por namorar com ele. Ela afirma que o amava e que por isso sempre ia encontrá-lo.

Sobre esse relacionamento ela nos conta alguns horrores: “[ele] ditava a roupa, ditava amizade, ditava pra onde eu ia, pra onde eu vinha, eu tinha dor de barriga quando eu via ele... de medo”. Quando questionamos o motivo dela permanecer com o namoro, ela conta: “é porque eu gostava dele (fala sorrindo, meio incrédula do que fala). Só que ele nunca me agrediu não, ele era... tipo eu achava bonito, eu achava que ele me amava”. Sobre nossa percepção de incredulidade dela, em relação ao que ela mesmo fala, ela completa logo depois: “é tão terrível quando eu paro pra pensar... ele quebrou o maxilar e dois dentes de um namorado da minha amiga”. E ao tentarmos descobrir o motivo de ato tão violento, ela relata o motivo:

Porque ele tinha me dado dinheiro para eu comprar minha roupa para ir pro carnaval e escovar o cabelo, aí eu sempre, tipo, saia escondido porque meus pais não deixavam, mas aí eu pegava e saía escondido. E aí ele foi... aí o namorado da minha amiga foi rodar a cerveja [quando alguém gira a lata da cerveja rapidamente no ar e molha várias pessoas], ele saiu e eu fiquei com minhas amigas e o namorado, aí ela foi rodar a cerveja, aí ele não conhecia ele, só conhecia minha amiga, aí ele achou que era qualquer pessoa, algum doido lá que tava rodando, aí quando ele viu ele nem perguntou nada, já chegou dando murro na cara, o cara caiu lá, aí ele pegou saiu puxando pelo meu braço, aí eu falei me solta que é meu primo, aí eu voltei pra ver, a gente teve que levar pra lá pro atendimento, aí o maxilar do cara, o dente do cara... O rapaz perdeu dois dentes, a minha amiga ficou puta, aí ele pegou e saiu e me falou: “vou perguntar a seu irmão, vou procurar ele, saber se você tem algum primo aqui na cidade se não tiver quem vai perder um dente é você... Se não for seu primo é macho seu.

Ela nos conta essa história sob risos, principalmente porque ela continua dizendo que seu namorado procurou seu irmão e ele confirmou que havia um primo na cidade. O primo de Milena mentiu, mentiu para protegê-la, mesmo sem ter conhecimento da situação, e ela justifica: “meu irmão pegou e falou que tinha, meu irmão achou que ele tinha me visto com algum homem, né?!”

Sobre sua vida profissional, Milena afirma que trabalhou pouco, pois enquanto esteve “casada” ele não permitia que ela trabalhasse, inclusive ela parou os estudos porque ele não permitia que ela estudasse, e ela só conseguiu retomar os estudos após separar-se. Assim, ao retornar aos estudos Milena conseguiu uma oportunidade como jovem aprendiz, na qual permaneceu por 9 meses. Após terminar seu ensino médio foi aprovada para o curso de Serviço Social em uma faculdade privada da cidade. A partir de então ela passou toda a graduação em estágios remunerados em sua área. Ao concluir a graduação, Milena não encontrou emprego na área e isso também a impossibilitou de se inscrever no conselho que regula sua profissão, pois há taxas a pagar.

Por já ter um viés empreendedor, pois vendia confecções, Milena decidiu fazer um curso de qualificação para confecção de bolsas e a partir de então seu trabalho é produzir as bolsas, vender e repassar para vendedores. Ela fala que ainda não tem uma receita grande, e consegue pagar suas despesas e as despesas do seu filho.

### **As violências sofridas**

Aos 17 anos Milena começou a namorar o pai do seu filho, quatro meses depois, ela estava grávida e logo foram morar juntos. Nesse período de namoro ela conta que era tudo ótimo, não tinham problemas, a situação começou a mudar após a gestação e o nascimento da criança. Nesse período ele iniciou um relacionamento paralelo com outra mulher e assim a mudança de comportamento foi imediata. Ele começou a sair mais e deixá-la em casa sozinha com a criança, impedindo-a de sair também, mesmo que fosse para a casa de seus familiares. Quando ele retornava para casa as agressões psicológicas começavam desmerecendo-a e destruindo sua autoestima.

A primeira agressão física aconteceu quando ela foi a um bar com sua sogra. Ao encontrá-la agarrou-lhe pelos cabelos e a levou para casa. Com o passar do tempo as brigas foram ficando cada vez mais graves, com xingamentos, explosões de violência contra os móveis. Ele dizia que ela não tinha honra e que ele lhe deu honra e nome. Com isso Milena começou a “definhar”, tinha dificuldades de manter ou ganhar peso. Muito magra, sua autoestima só diminuía diariamente, pois ele utilizava de sua magreza para destruí-la ainda mais. Nesse sentido, ele afirmava que ela estava feia, muito magra e que jamais conseguiria encontrar outra pessoa, que ninguém ia desejá-la, etc. Com equilíbrio emocional sempre abalado, Milena não conseguia ganhar peso e a cada dia entristecia mais.

Seu agressor maltratava seu animal. Ela afirma que um dia o cachorro adoeceu e ela pediu-lhe que comprasse o medicamento, ele além de recusar-se, afirmava que ela não tinha capacidade nem de cuidar de um cão. As ameaças e maus tratos ao cão eram recorrentes, até o momento em que ele facilitou a fuga do cão, mantendo o portão de casa aberto e assim ela nunca mais conseguiu encontrar seu animal. Quando questionamos sobre as tentativas de separação, ela relatou:

Não, na verdade eu tentava o apoio da família né?! Por que era só eu e meu filho, e eu nova ainda, então trabalho eu nem tinha como procurar, então eu ficava... como eu desconfiava já que ele me traía, mas eu não tinha como provar, aí eu falava com minha mãe, falava com meu pai, falava com minha ex-sogra, sobre isso só que ninguém acreditava por essa máscara mesmo, dele ser social, muito amigável, muito amável.

Então ninguém acreditava achava que eu estava surtando, que era coisa da minha cabeça. E nem a minha família acreditava, achava que era coisa da minha cabeça, aí eu fiquei com as mãos atadas, não tinha como eu largar ele e eu ia fazer o que da vida?

Seu agressor não permitia que Milena saísse sozinha, que cultivasse amizades, ou mesmo que fosse à igreja. Dessa forma, Milena vivia em um cárcere privado. Apesar de não ter a porta acorrentada como aconteceu com Larissa, as ameaças faziam com que ela evitasse sair de casa sem ele. Por isso, sentia-se sempre isolada e como ele mantinha uma máscara social, aliado a pouca credibilidade que a sociedade confere à palavra da mulher, nada do relatava tinha credibilidade. Ele apresentava uma falsa imagem de homem bom:

Ele se mostrava ser uma pessoa que ele não era, em público ele se mostrava ser uma coisa, mas em casa ele era outra. Então aquela situação que ele forjava em meio ao público, ele se portava de um jeito, mas eu sabia que em casa a reação dele seria outra, então eu já imaginava se estávamos em público o que iria acontecer quando nós chegássemos em casa.

Milena acreditava que as situações de violências vividas eram normais e, às vezes, considerava que seu marido era doente. Hoje ela consegue perceber que tudo isso era apenas machismo, poder e domínio sexista:

Então eu achava [...]que ele fazia era um perfil de um homem dominador, assim que gostava mesmo, tipo um psicopata, eu entendia assim como um psicopata que dizia que gostava demais, não tinha equilíbrio, mas eu não entendia que era o machismo, mas eu relativizava isso devido ao perfil de namorados anteriores que eu tive de ser tipo igual a ele, no sentido de... essa roupa ta muito curta, ah não vai, essa amiga é puta e não sei o que. Então era uma coisa normal, eu tinha, tinha como normal, mas na verdade isso aí é tudo o machismo né?! Oh...questão do machismo, do cara querer se sobrepor a mulher.

Ou seja, ela não tinha consciência de que era vítima de violência doméstica e não conhecia formas de pedir ajuda. Percebemos o quanto as atividades de informações a respeito de relacionamentos abusivos evitam relacionamentos violentos e principalmente a importância de reconhecer a violência doméstica e os meios de libertar-se dessas situações. Assim entendemos que as ações de prevenção são tão importantes quanto às de combate e enfretamento. Milena acrescenta:

o que ele fazia tu acha que era coisa da cabeça dele, era loucura dele, eu naturalizava as vezes, por ver algumas situações de agressões..., [...] não era muito visto essa questão da violência doméstica e nem os aparatos e nem nada, nada assim que pudesse me socorrer naquele momento, o único alvo que eu achava, assim na minha cabeça, que poderia me ajudar era a família a me tirar daquilo ali. Mas eu não tinha, outra, outro meio de escape não.

Porém, ao conversar com sua mãe e contar-lhe o que acontecia em sua casa, Milena relata que sua mãe sempre dizia que era normal, que ele estava com ciúmes e que era para ela relevar, pois homens são assim mesmo e que é casamento é para vida toda. Entendemos que sua mãe naturalizava a violência e inconscientemente colaborava para que Milena permanecesse em sofrimento. Nesse sentido, Saffioti (2015) afirma que é necessário levar em consideração a pressão que a família, os amigos, a igreja etc., fazem para que se preserve a “sagrada família”.

Para evitar que a violência chegasse a agressões físicas ela afirma que ela se calava, pegava seu filho e se afastava dele. Assim, ela acredita que certamente se livrou de agressões físicas durante os momentos de fúria do companheiro, contudo ao ouvir tantas agressões verbais e se calar, destruía a sua saúde mental e emocional, o que fazia com que Milena se deprimisse ainda mais. A violência psicológica e moral geralmente não é reconhecida socialmente como violências.

Enquanto conviveu maritalmente, Milena sofreu agressão moral, psicológica, física, patrimonial e também sexual. Ela não enxerga a violência sexual como sendo uma das violências sofridas. Diante dos seus relatos de total submissão sexual para evitar brigas, agressões ou até mesmo estupros, Milena é sim, uma vítima de violência sexual. A coação fazia com que suas vontades fossem anuladas em detrimento das vontades sexuais dele. Ela afirma que “ele não forçava, eu cedia ao sexo para evitar conflitos, mas eu não tinha mais vontade de ter relação não”. Assim como na força física, a força e o poder dos músculos masculinos também levam vantagem no campo sexual (SAFFIOTI, 2015).

Após descortinar a situação da traição do companheiro, Milena conseguiu separar-se dele e permaneceu na mesma casa alugada que viviam, e ele custeava as despesas dela e do filho. Hoje ela percebe que ele pagava as despesas, para poder manter o controle sobre ela.

Após a separação veio a agressão física que quase tirou a vida de Milena. Ela nos relata que seu ex-companheiro a viu conversando com um rapaz, dono de um estabelecimento comercial do bairro, a quem ela pediu emprego e estava ajustando as condições. Ele pensou que ela estava se relacionando com o rapaz, conforme ela relata:

Aí ele passou, viu eu conversando com o rapaz e acertando e tal. Aí eu achei que não ia acontecer nada, já tinha retomado a escola, assim que eu me separei dele eu me matriculei, voltei a estudar, aí quando eu cheguei da escola ele me ligou, aí disse que era pra mim ter com ele se não eu ia perder algo de mais precioso. Aí eu achei “Ah! É meu filho!”

E foi dessa forma, que ele premeditou a agressão. Ele atraiu Milena para casa de sua mãe – ex-sogra de Milena, utilizando-se de ameaças, deixando subentendido que faria alguma coisa ao filho do casal. Milena ficou desesperada e foi ao seu encontro do agressor: “ai eu nem vim em casa [a casa do pais, onde o filho ficava], mas já fui direto pra casa da mãe dele. Só que ele, antes dele me ligar, ele já tinha ido lá em casa [a casa alugada que ela morava] entrou olhou tudo, quebrou, jogou minhas roupas no chão quebrou tudo”.

Milena relata essa história com pesar na voz. Algumas pausas durante a fala nos permitem perceber o quanto as lembranças são dolorosas, não só pelas agressões físicas, mas pela moral despedaçada, pelo constrangimento social e pelo medo sentido durante um tempo. Sua preocupação era a integridade física do seu filho. Ao chegar na casa da ex-sogra, o agressor lhe esperava no escuro, propiciou a sua queda e iniciou a agressão, conforme ela relata:

Ai quando eu cheguei lá [...] é tipo uma vila, estava muito escura, aí ele estava sentado num sofá, na hora que eu passei pra ir pra casa da mãe dele, ele colocou a perna aí eu tropecei, ai quando eu tropecei ele começou a me agredir, falado que eu estava pegando o rapaz. Aí ele me bateu de murro, de soco, me jogou na escada, jogou meu cabelo, aí eu usava, como uso ainda o mega [hair], as mechas do mega ficaram na mão dele.

Como em quase todas as situações já relatadas aqui e muito conhecidas socialmente, Milena conta que “os vizinhos olhavam da greta mais não saiam, não intervinham”. Devido ao barulho das agressões, sua sogra abriu a porta e se deparou-se com a situação. Milena tentou reagir às agressões com a pouca força que tinha, usou as unhas para arranhá-lo. Milena conta que

ele batia que nem batia em homem, de chute, de murro, na cara, no peito. E aí, quando a mãe dele abriu a porta que ele viu, ai ele me pegou pelo pescoço me levou pra dentro da casa da mãe dele e continuou a agressão, aí a mãe dele foi tentar separar, aí ele empurrava, empurrava a mãe dele e continuava a me agredir, aí eu peguei uma faca, uma faquinha de serra pra ele não vir pra cima de mim, só que a mãe dele: “ Solta, solta essa faca de serra!”, na hora que ela ta toma mais não toma, ele conseguiu me pegar pelo pescoço e apertar, até eu perder o sentido, ai quando eu perdi o sentido foi quando ele saiu. [...] que ele parou né?! Ele não saiu, ele meio que parou a agressão.

Quando Milena recobrou a consciência, ouviu sua ex-sogra gritando com ela: “Você ta matando, você vai matar a mãe do seu filho! ”, aí ele: “É pra matar mermo! Eu quero matar ela! Eu quero matar ela! ”. Milena relata que a ex-sogra foi chamar sua mãe e seus três irmãos para socorrê-la.

aí minha mãe foi me pegou e me levou no módulo policial, eu toda com os cabelo lá em cima, toda arregaçada, aí quando me levou no módulo, um policial veio junto, aí quando o policial chegou ele ainda estava lá, não tinha saído não, só que o policial foi conversar com ele, me deixou cá fora, aí quando ele saiu o policial falou que o que ele tinha feito era por ciúme, que ele estava com dor de cotovelo, que era para relevar, que ele estava só com dor de cotovelo, que ele era um rapaz trabalhador não é vagabundo e que se mandasse levar ele agora, eu ia passar fome com o menino, que quem ia dar mesada para p menino se ele ia ta preso? Aí foi quando eles me orientaram a dar queixa no outro dia, aí ficou assim, não levou ele, eu peguei vim pra casa.

Pelo fato dos policiais não terem detido seu ex-marido, os irmãos de Milena decidiram resolver pessoalmente a situação e foram em busca do ex-cunhado, deferindo-lhe um soco e quando os outros avançaram para continuarem a agressão, as pessoas que estavam próximas separaram a briga.

O mais revoltante de tudo isso, é que enquanto Milena era brutalmente agredida por um homem com o dobro do seu tamanho, do seu peso e da sua força, as pessoas assistiram caladas e quietas, observaram seu desespero e nada fizeram. Milena poderia ter sido assassinada por estrangulamento e os vizinhos não se manifestaram, contudo, quando seus irmãos agrediram seu ex-cunhado agressor, imediatamente todas as pessoas em volta apartaram a briga e protegeram o agressor.

No dia seguinte Milena foi à DEAM, prestou queixa e foi realizar o exame de corpo delito. Nas instâncias policiais (DEAM e Complexo Policial) orientaram Milena a resolver a questão amigavelmente, dessa forma, seu agressor não seria preso. Vale lembrar que na época em que Milena foi à DEAM, a lei Maria da Penha já estava em vigor, e ela foi atendida nos dois locais, apenas por homens. O que reforça a permissividade, cumplicidade e conivência dos homens para com os outros homens agressores. Ela relata a justificativa que deram a ela para realizar uma conciliação: “[me disseram] que era a primeira vez que ele tinha me agredido fisicamente daquela forma, e como ele era trabalhador e não tinha histórico criminal, poderia ter sido um momento de surto”.

Nota que as instituições que deveriam proteger, orientar e acolher as mulheres não ajudaram Milena. Depois que o Boletim de Ocorrência foi registrado Milena passou a ser seguida pelo seu ex, e foi a sua ex-sogra quem lhe avisou do perigo e da possibilidade que ele tivesse armado.

Seu agressor possuía uma arma que Milena já tinha visto em casa quando ainda viviam juntos. A vida de Milena esteve em perigo iminente e parte dessa responsabilidade imputamos à orientação equivocada dada pelos atendimentos policiais na DEAM e na Polícia Técnica. Depois do soco recebido pelo irmão de Milena seu ex-marido passou a ameaçar a vida de seu irmão. E todos esses episódios abalaram psicologicamente a família de Milena.



## Os traumas e o racismo

Milena afirma que os traumas da vivência permaneceram por algum tempo. Quando iniciou outro relacionamento, percebeu que estava tudo ali, guardado e muito presente, e isso não permitia que ela conseguisse se relacionar com outras pessoas. Assim ela complementa:

quanto mais o tempo passa, mas eu percebo que afetou na minha vida afetiva, que qualquer traço que eu perceba numa pessoa que esteja interessada em mim que me remete a ele, já trava. Eu não consigo pensar em me envolver com aquela pessoa por que eu acho que aquela pessoa é a mesma coisa que ele, que fingia ser uma coisa, mas quando ia morar, era outra, então os relacionamentos que eu tive depois dele, só foi uma vez que eu namorei sério, mas foi durante um ano e depois disso, não namorei mais sério.

Quando a questionamos se ela já sofreu racismo ela diz que consegue identificar claramente uma única vez, quando foi seguida abertamente pelo segurança ao percorrer os corredores de uma loja da cidade.

O outro momento que sofreu racismo, ela não interpreta como racismo, porque seu ex-companheiro também é negro (mas segundo ela, ele não se reconhece como negro), mas ela relata que em um momento, ao fazer a manutenção do seu ‘mega hair’, seu companheiro se referiu repetidamente de forma pejorativa ao seu cabelo crespo, comparando-o inclusive, aos pelos pubianos.

## A solidão

Quando começamos a falar de solidão, Milena diz que para ela a pior solidão é aquela acompanhada, é você ter alguém, achar que tem alguém e se perceber só. Milena afirma que “estava com ele e estava solitária, hoje estou só e não me sinto solitária, não me sinto preparada para um relacionamento”. E ela completa: “hoje, reconhecendo que eu fiquei traumatizada eu procuro sanar, tentar romper com esse trauma, porque enquanto você não se percebe traumatizada não tem como você lutar contra né?!”

Sobre a possibilidade de contar com as instituições públicas de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, ela afirma que não acredita nessas políticas, porque quando mais precisou, não teve apoio das referidas instituições:

a única forma de que eu tinha de ver de representação do estado assim, foi a da polícia que não fez o papel. Porque eu sabia que se alguém agredisse, que a polícia pegasse, tinha que levar preso, independente da concessão da vítima ou não e aí eu me senti

frustrada nesse sentido, eu achei que essas coisas assim [as instituições] não funcionavam. Quando ele me agrediu, do que ele fez, ele tinha que ser preso, ele tinha que ser levado, porque assim como ele não foi louco ao ponto de tentar fazer alguma coisa a mais, mas eu poderia ta morta, não ta nem aqui pra contar a história. Então eles falharam e muito, a questão dos órgãos falharam e muito. E nesse sentido, se fosse por eles eu não tava aqui nem contando a história a depender da real intenção dele... se fosse me matar.

Perguntamos como ela avalia hoje o seu atendimento na DEAM, e ela pontua:

Pelo meu atendimento, era incoerente, porque acho que não batia com a ideia da delegacia de mulher, porque amparada, assim, eu não fui. Eu fui orientada, mas uma orientação que não tava muito a meu favor, uma orientação que favoreceu mais ao agressor do que a mim que sou a vítima. Por que a partir do momento que eu vou amigável e eu sou orientada a fazer o amigável eu tô deixando de punir aquele que me agrediu, então se eu não tenho conhecimento e minha mente ta fragilizada e o cara que ta ali, que ta na frente do órgão ta me orientando aquilo eu vou crê e acreditar que aquilo é o melhor, que hoje eu percebo que não é, como não aconteceu nada graças a Deus - de outro tipo de agressão depois dessa, mas tem casos que acontecem. Então se a pessoa chega lá e vai receber essa orientação, depois morre, entendeu?! Então não bate, não é coerente a ideia da delegacia de mulher você ser recebida e você ser orientada pra favorecer o agressor.

Milena afirma que entende que tudo que sente, “é por várias situações, então hoje eu procuro, tenho procurado estudar minha mente, entender o que afeta, o que eu posso fazer para acreditar, voltar a acreditar que uma pessoa possa ser diferente dele”.

Milena diz não ter dificuldades para encontrar pretendentes, não desejar ter nenhum relacionamento sério, não pensa em casar-se e nem viver junto com outras pessoas. Afirma que a sociedade cobra, de forma machista, a presença de um homem em sua vida e, diante de tudo que viveu, o melhor caminho é estar sozinha. Assim, ela afirma que hoje prioriza outras coisas na vida, como os cuidados com o filho e suas perspectivas profissionais. Ela diz: “eu penso e aí eu tento ter vontade, mas vontade eu não tenho”.

E explica melhor o motivo de sua certeza:

[Porque]colocaria em risco, não só a minha vida como a do meu filho e o que eu mais pensei no momento, quando eu me separei, tive forças, o que me deu forças pra querer me separar foi meu filho, por que eu pensava, como eu cresci numa família que eu nunca vi briga de minha mãe e meu pai, nem agressão nada, então eu sabia que aquilo não era o modelo de vida que eu queria. O padrão, e eu não queria aquilo pro meu filho. E a forma que a gente vivia, meu filho ia crescer vendo agressões e coisas, então eu ficava com medo do psicológico do meu filho. Então eu ficava constantemente querendo que as coisas acontecessem, meu filho pequeno ainda, pra ele não presenciar nada.

Sobre esse momento em sua vida, o estar só, sem parceiros sexuais e principalmente afetivos, ela desabafa:

Ah! É o melhor momento que eu tô vivendo de todos os outros momentos, por que os ficantes davam uma dor de cabeça, você saiu de um relacionamento, você não queria algumas cobranças algumas coisas que você não quer pra sua vida, [...] porque homem mesmo você falando que não quer relacionamento com ele, ele quer mandar, não tem jeito! Mesmo colocando no lugar de ficante, quer mandar, quer atormentar, então não tinha paz de qualquer forma. E hoje, eu tô no meu melhor momento - no sentido de que já reconheci meus traumas, ter um tempo pra repensar minha vida, o que é que eu quero, o que é que eu não quero, por que antes eu não queria de fato, eu não queria nada, mas lá ainda existe uma esperança de que existe alguém do bem que não vá fazer isso, deve existir alguém assim como meu pai é, assim como meus irmãos são, deve ter essa joia perdida por aí que eu possa encontrar. Então é dentro disso que eu busco ter vontade né?! tentar ter vontade pra me relacionar novamente namorar, noivar, casar. Vontade não tenho, mas eu tenho trabalhado isso, talvez isso aconteça, mas eu não me sinto... antes eu sentia isso como uma prisão, eu sentia que eu queria me envolver, eu queria me entregar, mas algo não permitia, algo não deixava. Tipo, quando tava perto pra ficar alguma coisa séria, eu já ficava apavorada me dava um pavor e eu não conseguia... aí eu começava a procurar defeito na pessoa pra não me apaixonar.

## O futuro

Milena planeja prestar concurso para a Polícia Rodoviária Federal – PRF, pois ela já fez um curso preparatório para essa prova e vai aguardar a abertura do edital, paralelo a isso, pensa em cursar uma residência em serviço social na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Enquanto essas coisas não acontecem, ela tem buscado cada dia mais se dedicar ao seu empreendimento e fazê-lo dar certo.

Milena é cheia de planos e sonhos para sua vida profissional, inclusive montar algum empreendimento que possa ajudar mulheres a conseguir a própria renda, e ela faz questão de frisar é: *Depender de homem, nunca mais!* A solidão das mulheres aqui entrevistadas, se mostrou como “um mal necessário” para se evitar mais situações de violência doméstica, mesmo todas elas desejando ter novos relacionamentos afetivos. Assim, como muitas mulheres negras na nossa sociedade, elas são oriundas de famílias desprovidas de recursos financeiros e buscam diariamente ultrapassar a linha de pobreza que a sociedade traçou para elas.

Entendemos que enquanto a sociedade não compreender as especificidades das mulheres negras, não conseguiremos uma sociedade mais igualitária e continuaremos lutando diariamente – durante anos, pelas mesmas pautas. Esperamos que essa pesquisa possa colaborar para reflexões acerca das discriminações que essas mulheres sofrem e que assim, melhorar suas condições de vida, como também desejamos que seja um apoio e incentivo a outros pesquisadores na busca de responder questões que não conseguimos aqui, ou mesmo que sirva de base para novas formulações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos demonstrar como a violência doméstica interfere diretamente na vida das mulheres que a vivenciaram, independentemente do tipo de violência sofrido, o medo é um complicador ao se pensar em novas relações amorosas.

Assim, foi possível perceber que nem sempre a diminuição do número de B.O's significa a diminuição da violência, pois se por um lado, supomos que menos mulheres foram agredidas/prestaram queixa. Por outro lado, percebemos que a intensidade e a diversidade das violências na cidade de Itabuna aumentaram para aquelas que estão expostas, colocando-as em riscos ainda maiores, pois os tipos de violência que tiveram aumento, de um ano para o outro, foram os mais graves.

Vale desmistificar a máxima da Lei Maria da Penha, na qual socialmente se fala que as mulheres não podem mais “retirar a queixa”. Já que, apesar delas não “retirarem as queixas”, elas ainda podem, perante o juiz, desistir da medida protetiva e do processo penal – exceto em casos de lesão corporal e estupro.

Em relação às políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, observamos algumas situações:

a) as equipes reduzidas e a falta de estrutura são os maiores empecilhos para o melhor desenvolvimento das políticas e atendimento as vítimas. Isso reflete a falta de prioridade do poder público frente a temática;

b) todas as pessoas das instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência reclamaram a falta de uma casa-abrigo, quase todas não sabiam que a cidade estava (à época das nossas visitas) para inaugurar uma casa regionalizada, o que demonstra, minimamente, uma fragilidade na comunicação entre as entidades; apesar da cidade ter recebido uma casa-abrigo, ela não é destinada às mulheres da cidade ou da região, precisam passar antes por uma central de regulação e aventurar onde terá vaga para lhe agregar. Ou seja, é uma política que está no município, mas que não favorece diretamente as mulheres da cidade, assim, entendemos que independente da casa-abrigo estar em Itabuna, ela não faz parte da rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município

c) a Ronda Maria da Penha é um diferencial que consideramos positivo na vida das mulheres assistidas, porém necessita ser priorizada com recursos financeiros e humanos para que consiga responder às demandas não só da cidade de Itabuna, mas também da região sul da Bahia;

d) a infraestrutura de atendimento às mulheres em situação de violência, colocada à disposição no município ainda é precária, tanto na capacidade de atendimento dos serviços ofertados, quanto pela quase inexistência de uma articulação entre as instituições. É visível que a arrogância e o autoritarismo por parte de gestoras/es não colaboram para o fortalecimento das instituições e para um atendimento de qualidade às mulheres;

e) o não entendimento de que uma “trans” é uma mulher, colabora para que essa população seja ainda mais violentada ao serem atendidas nas delegacias comuns, da mesma forma que a necessidade de documentação legalizada para seu reconhecimento enquanto mulher, não colabora com a dignidade e legitimidade social e de gênero dessas mulheres;

Foi perceptível que as principais instituições de atendimento – DEAM e CRAM, negam o recorte racial veementemente, o que nos coloca sempre em preocupação e estado de alerta, pois a violência tem cor e classe social, precisamos desconstruir essa negação, para que se consiga enxergar as especificidades que vitimam em maior número as mulheres negras, para que se possa pensar em políticas públicas específicas para essa categoria, nesse sentido, é necessário e urgente que todas/os servidoras/es da rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município sejam capacitadas em relações raciais e de gênero, abrangendo também a questão de classe, porque é fundamental discutir a interseccionalidade e como essas discriminações se manifestam na vida das mulheres.

Apesar de algumas instituições entenderem que o trabalho articulado em rede é necessário, essas articulações só acontecem esporadicamente no atendimento às vítimas, não há reuniões para definir fluxos conjuntos de trabalho ou políticas articuladas junto aos governos municipal, estadual e federal; não há avaliações conjuntas dos serviços e com isso, também não há participação das usuárias na avaliação das instituições. As necessidades da rede de enfrentamento à violência contra a mulher são enormes, a falta de uma promotoria específica de violência doméstica no MP é algo que colabora indiretamente com os casos de violência institucional que acontece nas instituições que atendem essas mulheres, desta forma, o MP torna-se corresponsável por essas violências, pois se é sua função fiscalizar e monitorar a qualidade do atendimento e eles não fazem, devem ser responsabilizados pelos problemas decorrente de sua omissão.

A Secretaria de Segurança Pública e o Governo do Estado da Bahia precisam se comprometer e se responsabilizar mais com a pauta da violência doméstica, não basta criar um “Dia Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher na Bahia” – 13 de novembro foi a data decretada pelo governador para se promover eventos e atividades de cunho educacional e cultural, que terão por tema o combate a todo tipo de violência contra mulher - se não equipa,

não qualifica e não destina servidores para as instituições que fazem esse enfrentamento e a prevenção no dia a dia. Já está socialmente comprovado que a luta contra a violência doméstica é uma luta diária de prevenção e combate.

A falta de servidores nas DEAMs, no MP, nas Defensorias Públicas, nos CRAMs; a falta de promotorias e defensorias especializadas e a falta de varas especializadas em violência doméstica, refletem a falta de compromisso das esferas de poder com o fenômeno da violência doméstica e por mais que muitos gestores afirmem - que há 15 anos quase não tínhamos políticas para combater a violência doméstica - é necessário que se reflita sobre os posicionamentos atrasados e retrógrados, e que coloque a violência doméstica como um problema de Estado, dessa forma não dependeremos da boa vontade dos governantes na realização de concursos públicos para suprir as instituições com recursos humanos; não dependeremos que servidoras/es doem cadeiras, mesas e computadores usados para que se tenha condições de trabalho, e, principalmente, não correremos o risco de retroagir nas políticas - que são poucas e extremamente deficientes - mas que não podemos perdê-las, afinal, foram conquistadas a base de muitas lutas e vidas perdidas.

Conseguimos diagnosticar, desse modo, que a rede de enfrentamento à violência contra a mulher de Itabuna possui mais instituições atuando no combate e enfrentamento, do que na prevenção, e que poucas são as ações que buscam levar o conhecimento da violência doméstica às pessoas. Para nós, ações preventivas são fundamentais para que as mulheres consigam entender, diagnosticar e buscar ajuda quando estiverem vivendo relacionamentos violentos, pois a falta de conhecimento levou nossas entrevistadas a permanecerem em seus relacionamentos, pois acreditavam que o que sofriam era algo natural. Precisamos desnaturalizar a violência doméstica das relações afetivas, principalmente.

Uma situação que nos chama atenção a cada relato, cada história, cada reportagem no noticiário, é que percebemos o quanto a sociedade é conivente com a violência doméstica, seja por medo, seja por machismo (“em briga de marido e mulher, não se mete a colher”), assim, entendemos que é necessário mais campanhas publicitárias e de conscientização em relação a intervenção das pessoas situações, pois só assim, poderemos salvar vidas.

A solidão das mulheres que entrevistamos se mostra como “um mal necessário” para se evitar a violência doméstica, assim, todas elas desejam ter um relacionamento afetivo, porém o medo da violência as afastam dessa possibilidade. Oriundas de famílias desprovidas de recursos financeiros, essas mulheres buscam diariamente ultrapassar a linha de pobreza que a sociedade traçou para elas, lutam por melhores condições de vida e pela possibilidade de ter uma vida digna, após sobreviverem às graves agressões.

Percebemos que o ciúme esteve presente em todos os relacionamentos, sendo um dos principais motivos para as agressões. Aliado a ele, a dominação, a possessividade e o poder patriarcal, mantiveram e intensificaram as agressões. O isolamento social, a influência negativa nos estudos e na vida profissional, a degradação da autoestima, o medo, a descrença nas instituições públicas, o desconhecimento do racismo, do machismo e da violência doméstica foram algumas características comuns encontrados nesses relacionamentos violentos. A falta de apoio é certamente um dos motivos que delongam a separação do agressor. Confirmamos que a violência doméstica não ocorre isoladamente, qualquer que seja a forma de violência assumida, outras tipificações estão sempre presentes, principalmente a violência psicológica e moral, que geral ocorrem juntas e se manifestam concomitantemente às outras formas.

Algumas mulheres ressignificaram a solidão em suas vidas, e após anos de relacionamentos violentos, a solidão está sendo vista como liberdade, crescimento profissional e pessoal e redescobertas de si mesmas. Enfim, buscamos demonstrar que a violência doméstica também é uma das principais causas que levam as mulheres negras a um quadro de solidão afetiva, principalmente por estarem expostas a violências mais severas e por se enxergarem sozinhas e desamparadas nesses momentos, levando-as a evitar novos relacionamentos devido ao medo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. **Perspectiva de gênero e raça nas Políticas Públicas**. Repositório do Conhecimento IPEA. 2004.

ALMEIDA, Sueli S. **Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado**. Rio de Janeiro, Revinter, 1998.

ALMEIDA, Tania M. Campos de. PEREIRA, Bruna C. Jaquette. **Violência doméstica e familiar contra mulheres pretas e pardas no Brasil: reflexões pela ótica dos estudos feministas Latino-Americanos**.

ARTES, Amélia, RICOLDI, Arlene M. **Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010**. Cadernos de pesquisa, v. 45, n. 58, 2015.

AVELAR, Rezende B., BRITO, Walderes, MELLO, Luiz. **A (in)segurança pública que o estado brasileiro oferece à população LGBT: mapeamento crítico preliminar de políticas públicas**. 2010.

BAHIA NOTÍCIAS. Itabuna ganha Ronda Maria da Penha para atender casos de violência doméstica. Disponível em <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/209183-itabuna-ganha-ronda-maria-da-penha-para-atender-casos-de-violencia-domestica.html>> Acesso em 16 de maio de 2018.

BARSTED, Leila de Andrade L. **Em busca do tempo perdido** Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. Revista Estudos Feministas, ano 2, nº especial, 2º sem/1994.

BATISTA, Luís Eduardo, WERNECK, Jurema, LOPES, Fernanda (Orgs.). **Saúde da população negra**. 2. ed. Brasília, DF: ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1993. 178 p.

BERQUÓ, Elza. **Nupcialidade da população negra no Brasil**. 1987.

BOLETIM DIEESE. **A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho**. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/releases\\_mensais/pdf/ped/ped\\_estudos\\_especiais/mulher\\_chefe.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/mulher_chefe.pdf)>. Acesso em 01 de outubro 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução 225 de 31/05/2016**. 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3127>>. Acesso em: 04 de dez. 2018.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais Femicídio Investigar, Processar, Julgar: Com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. 2016.

BRASIL. FUNASA/Ministério da Saúde. **Saúde da População Negra no Brasil: Contribuições para a Promoção da Equidade**. Brasília, 2005.



BRASIL. Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Saúde. **Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990**. 1990..

BRASIL. Presidência da República. **Enfrentando a Violência contra a Mulher** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <  
<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2006/crams.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Sumula 542**: A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública e incondicionada. 2015. Disponível em: <  
<http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=%28sumula%20adj1%20%27542%27%29.sub.#TIT1TEMA0>>. Acesso é 01 dez. 2018.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. 2013. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CARDOSO, Claudia Pons. **Outras Falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. Tese (Doutorado em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo) – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre a Mulher, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CARMO, Aline Fraga do. **Colonização e escravidão na Bahia: A Colônia Leopoldina (1850-1888)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CARMO, Maria Ednalva de O. **A Relação Mulher-Natureza Na Comunidade De Remanescentes Do Quilombo De Fojo, Itacaré – Ba**. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Itapetinga. 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2003(a).

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados. Vol. 17, nº 49, São Paulo. Set/dez 2003(b). Pg. 117-132.

CARVALHO, Suane SOUZA. **Discriminação jurídica do trabalho doméstico e relação de gênero e raça**. Revista Opará Etnicidades. Ano 5. v. VII. 2017

CAVALLEIRO, Eliane, MARQUES, Ana. **Políticas públicas, desigualdades raciais e de gênero: repensando valores, princípios e práticas**. Revista Fazendo Gênero. 2008.

CERQUEIRA, Ariene B., SOUZA, Paula C. M., JESUS JÚNIOR, Guilhardes. **Violência contra a mulher**: uma violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. 2011.

CERQUEIRA, Daniel et all. **Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=24606&catid=344&Itemid=383](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24606&catid=344&Itemid=383)>. Acesso em 14 de setembro 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016. 145 p.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Conheça as medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha. 2015. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80317-conheca-as-medidas-protetivas-previstas-pela-lei-maria-da-penha>>. Acesso em 15 out. 2018.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. OEA, 1994.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia**: Introdução à ciência da sociedade. 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

CRENSHAW, Kimberle W. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. *Cruzamento*: raça e gênero. Brasília: Unifem. 2004.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero**. Revista Estudos Feminista, vol. 10, n. 1, 2002, pp. 171-188.

DAVIS, Ângela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 196 p.

DENZIN, Norma K., LINCOLN, Yvonna S. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FACCHINI, Regina, FRANÇA, Isadora L. **Convenções de gênero, sexualidade e violência**: pesquisa com participantes de eventos do Orgulho LGBT de São Paulo – 2009. Revista Latitudes, v. 7, n. 1. 2013.

FARAH, Marta F. Santos. **Gênero e políticas públicas**. Revista Estudos Feministas. V. 12, n. 1, 2004.

FERNANDES, Viviane, SOUZA, Maria Cecília C.C de. **Identidade Negra entre exclusão e liberdade**. 2016.

FERREIRA, L. R., FIAMENGUE, E. C., PEREIRA, Carlos J. A. **Contribuições Do Geoprocessamento no Contexto das Comunidades Rurais: O Caso das Comunidades Quilombolas de Itacaré/Ba**. 2010.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH**: Anotada e Comentada. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FONSECA, Paula M. LUCAS, Taiane N. Souza. **Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. INSTITUTO DATAFOLHA. **Visível e Invisível**: A vitimização de mulheres no Brasil. 2017. Disponível em: < <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf> > Acesso em 20 de março de 2018.

FUJIKAWA, Eduardo Shiguelo. **Os direitos humanos em Ilhéus**: Breves reflexões de ontem e hoje. Especiarias: Cadernos de Ciências Humanas. v. 14, n. 16. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas S.A, 2008. 200 p.

GOHN, Maria da Glória. **O papel dos conselhos gestores na gestão urbana**. In: Repensando a experiência urbana na América Latina: questões, conceitos e valores. 2000.

GOLDMAN, Márcio. **Quinhentos anos de contato**: por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. Mana, v. 21, n.3, 2015.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs, 1984.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: Evolução das condições de vida na década de 90. IPEA – texto para discussão 807. 2001.

HOOKS, Bell. **Escolarizando homens negros**. Revista Estudos Feministas, v. 23, n. 3. 2015.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras**. Revista Estudos Feministas. 1995.

HOOKS, Bell. **Vivendo de amor**. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010**. Disponível em:< <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em 16 de setembro 2016.

JESUS JUNIOR, Guilhardes, LEAL, Érica A., CARMO, Jhader C. Serviço de Referência dos direitos da Mulher. Periódicos UESC. 2015.

LEITE, Bianca M., LOPES, Saskya Miranda. **As Mulheres no legislativo da região Litoral Sul a partir da Lei de Cotas por Gênero em candidaturas**. Periódicos UESC. 2017.

LIMA, André de Jesus. **A cidade das mulheres: o poder feminino no candomblé da cidade de Eunápolis (1970 – 2014)**. 2015. Monografia. (Licenciatura em História). Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia, Campus XVIII.

LOPES, Ana C. **Major Denice Santiago, comandante da Ronda Maria da Penha**. 2017. Disponível em < <https://www.bahianoticias.com.br/municipios/entrevista/53-major-denice-santiago-comandante-da-ronda-maria-da-penha.html> > Acesso em 16 de maio de 2018.

LOPES, Carlos. **Relatório de desenvolvimento humano no Brasil: racismo, pobreza e violência**. Brasília: PNUD Brasil, 2005.

LOPES, Paula da Siqueira. **Zambiapunga: cultura e política no baixo sul da Bahia**. 2007. Dissertação. (Mestrado na Antropologia social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

LOPES, Saskya M., LEITE, Bianca M., ARAÚJO, Rosângela C. **Proteção para quem? Lei Maria da Penha e as mulheres trans**. 2015

MACHADO, Lia Zanotta. **Gênero, um novo paradigma?** In: Cadernos Pagu, n. 11, Campinas: Unicamp, 1998.

MARCIS, Teresinha. **Viagem ao Engenho de Santana**. Ilhéus: Editus, 2000. 86p.

MARCONI, Marina de A., LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, Cecília C. de Amaral. **Obras de arte e conceitos: Cultura e antropologia do ponto de vista de um grupo afro indígena do sul da Bahia**. 2003. Dissertação. (Mestrado da Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MELLO, Cecília C. de Amaral. **Política, meio ambiente e arte: percursos de um movimento cultural do extremo sul da Bahia**. 2010. Tese. (Doutorado em Antropologia social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. **Tradição, hospitalidade e turismo: Um estudo sobre a população de identidade em Ilhéus**. 1998. Dissertação. (Mestrado em Antropologia social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, 2002, pp. 621-626.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA. **Conhecendo o Ministério Público**. Disponível em: < <http://mpba.mp.br/sites/default/files/oquee/index.html> >. Acesso em 05 de dez. 2018.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Usos e limites da categoria gênero**. Cadernos Pagu, n. 11, 1998.

MOREIRA, Nubia Regina. **Movimento feminista negro**. Café Filosófico. 2016. Disponível em: < <http://www.institutocpfl.org.br/2016/11/20/movimento-feminista-negro-no-brasil-nubia-regina-moreira-versao-tv-cultura/> > Acesso em 14 de janeiro de 2018.

MOREIRA, Nubia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo.** 2007. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MOTA, Maria Dolores de Brito, FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Brasil, Femicídio ao vivo: o que nos clama Eloá.** Correio da Cidadania. 2008. Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/cultura-esporte/2474-21-10-2008-brasil-femicidio-ao-vivo-o-que-nos-clama-elo>>. Acesso em 13 dez. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil: Um ponto de Vista em defesa das cotas.** Revista Sociedade e Cultura, v.4, n.2, 2001.

NASCIMENTO, Silvia. **Solidão da mulher negra é tema de web-série com Erika Januza.** 2017. Disponível em: <<https://mundo negro.inf.br/solidao-da-mulher-negra-e-tema-de-web-serie-com-erika-januza/>>. Acesso em 03 nov. de 2018.

NOBRE, Patrícia. Ronda “Maria da Penha” protege mulheres ameaçadas na BA. 2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2017/03/ronda-maria-da-penha-protege-mulheres-ameacadas-na-ba.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

NOGUEIRA, João C. **Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas.** Revista Política & Sociedade, v. 3, n. 5, 2004.

NOGUEIRA, Rodrigo Muniz Ferreira. **Carnaval de Itabuna: Memória, Identidade e Turismo.** Dissertação. (Mestrado em Cultura & Turismo) Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus, 2008.

PACHECO, Ana C. Lemos. **A procura de um parceiro: raça, gênero e solidão na trajetória social e afetiva das mulheres negras em Salvador, Bahia.** Disponível em: <[http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_IX/Ana-Pacheco.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Ana-Pacheco.pdf)>. Acesso em 10 de outubro 2016.

PACHECO, Ana C. Lemos. **Mulher negra: Afetividade e solidão.** Salvador: EDUFBA, 2013.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Branca para casar-se, mulata para f...., negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significa dos de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia.** 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Gênero, Raça E Solidão Entre Mulheres Negras Em Salvador, Bahia.** Fazendo Gênero 8. 2008b.

PAIXÃO, Marcelo (Org.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010.** Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

PASINATO, Wânia. **Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres:** as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da lei maria da penha. Revista Direito GV. Jul-dez 2015.

PEREIRA, Bruna C. J. **Tramas e Dramas de Gênero e de Cor:** A violência doméstica contra mulheres negras. Brasília: Brado Negro, 2016.

PERROT, Michelle. **A força da memória e da pesquisa histórica.** Entrevista e tradução Denise Bernuzzi de Sant'Anna. Projeto História, PUC, São Paulo, n. 17, p. 351 -360, nov. de 1998.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Tradução Monique Augras. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Tradução Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA - PMI, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC. **Anuário Estatístico de Itabuna:** Ano Base 2011. Disponível em: [http://www.uesc.br/projetos/aem/arquivos/anuario\\_est\\_itabuna\\_2012.pdf](http://www.uesc.br/projetos/aem/arquivos/anuario_est_itabuna_2012.pdf) > Acesso em 30 de abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA. **Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itabuna.** In: Diário Oficial do Município. Ano IV, n.1720, 2016. Disponível em: <<http://www.itabuna.ba.io.org.br/diarioOficial/download/353/1720/0>>. Acesso em 10 nov. 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A Queiroz, 1991.

REIS, Vilma. **Atucaiados pelo estado:** As políticas de segurança pública implementadas nos Bairros populares de salvador e suas representações,1991- 2001. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil.** In: Mariana Mazzini Marcondes, Luana Pinheiro, Cristina Queiroz, Ana Carolina Querino, Danielle Valverde. (Org.). Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. 1ed.Brasília: IPEA, 2013, v. 01.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde.** 2017. Tese. (Doutorado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **Mortes femininas violentas segundo raça/cor.** 2009. Dissertação. (Mestrado em Demografia). Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

SAFFIOTI, Heleieth. **Genero Patriarcado Violência.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p.

SANTANA, Gean Paulo Gonçalves. **Vozes e Versos Quilombolas Uma Poética Identitária e de Resistência em Helvécia**. 2014. Tese. (Doutorado em Letras). Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, Alex R., RANGEL, Maria C. **Cor e gênero das vítimas de homicídios em Itabuna, de 1990-2015: a territorialização da exclusão social**. Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia. v. 9, n. 2, 2017.

SANTOS, Valdir Nunes dos. **A dança bate-barriga em Helvécia (Bahia/Brasil): uma performance afrobrasileira de coesão social**. 2017. Tese (Doutorado em Belas Artes). Universidade de Lisboa. Lisboa – Portugal.

SCHEFLER, Maria de L., PALMEIRA, Julieta. **A SPMBa e o enfrentamento à violência contra as mulheres: relações persistentes, combate sem trégua**. XX Encontro Internacional da REDOR. 2018. No Prelo.

SILVA, Amanda Alves da. **A atuação das redes sociais no enfrentamento da violência conjugal contra as mulheres: Um estudo nas cidades de Cachoeira e São Félix – Bahia**. 2016. Dissertação. (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia. Salvador.

SILVA, Amanda S., LOPES, Saskya M. A efetividade da lei maria da penha no judiciário do município de Itabuna – Ba. 2014.

SILVA, Ana Claudia Cruz da. **A cidadania no ritmo do movimento afro cultural de Ilhéus**. 1998. Dissertação. (Mestrado Antropologia social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SILVA, Egnaldo Rocha da. **Mulher, negra e quilombola: sobrevivência e cotidiano na comunidade de Lagoa Santa, Ituberá-Ba**. Revista Gênero, v. 15, n. 1, 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz G. **Chegou a hora de darmos à luz a nós mesmas: situando-nos enquanto mulheres negras**. Caderno Cedes, v. 19, n.45, p.7-23, jul. 1998.

SOARES, Bianca Arruda. **Os candomblés de Belmonte: variação e convenção no sul da Bahia**. 2014. Tese. (Doutorado em Antropologia social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SOTERO, Edilza Correia. **Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo**. In: Mariana Mazzini Marcondes, Luana Pinheiro, Cristina Queiroz, Ana Carolina Querino, Danielle Valverde. (Org.). Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. 1ed. Brasília: IPEA, 2013, v. 01

SOU MAIS A BAHIA. Ronda Maria da Penha no combate à violência contra a mulher. Disponível em < <http://soumaisabahia.com.br/noticias/ronda-maria-da-penha/> > Acesso em 16 de maio de 2018.

STRAUSS, Anselm, CORBIN, Juliet. **Bases de la investigación cualitativa. Técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada**. 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI.  
**Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia.** Disponível em: <  
[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2197&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2197&Itemid=110)>. Acesso em 20 de outubro 2016.

TAVARES, Luis H. D. **História da Bahia.** 10 ed. Salvador: Edufba/Editora Unesp, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução de Lólio L. de Oliveira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2015:** Homicídios de Mulheres no Brasil. 2015.



**ANEXO A****ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

Nome "fantasia":

Idade:

Cor/raça:

**Sobre violência doméstica**

- Para você, o que é violência doméstica?
- Você acha ou acredita que sofre(u) violência doméstica? Por quê?

Como está a sua situação afetiva atual:

- ( ) Em um relacionamento afetivo estável
- ( ) sozinha e sem parceiros
- ( ) sem parceiro afetivo fixo
- ( ) outro \_\_\_\_\_

**Sobre seu relacionamento com ele (violência doméstica):**

- Ele tentava lhe afastar de amigos, parentes e vizinhos?
- Ele dizia que você não precisa trabalhar e/ou estudar?
- Você tinha medo de ficar sozinha com seu namorado, marido ou companheiro?
- Sentia-se isolada, acuada?
- As brigas e agressões foram ficando mais frequentes e mais graves?
- Durante as brigas ele parecia ficar sem controle?
- Ele destruía seus objetos, roupas, fotos, documentos, móveis ou seus instrumentos de trabalho?
- Ele fazia questão de lhe contar que tinha uma arma? Ele a exibia para você?

- Ele tem/ tinha envolvimento com criminosos e lhe ameaça dizendo que alguém faria o “serviço sujo” por ele?
- Ele maltratava ou mata seus animais de estimação?
- Quando você tentava se separar ele fica telefonando, faz escândalo “na porta” da sua casa ou trabalho pedindo mais uma chance?
- Ele ameaçava seus parentes e amigos?
- Ele dizia que se você não fosse dele não seria de mais ninguém?
- Você sente-se traumatizada com as violências sofridas pelo seu ex?
- Você acredita que a violência que você sofreu deixou sequelas/consequências que atrapalham ou dificultam sua vida (familiar, afetiva, pessoal, trabalhista, social, de lazer etc.)?
- Quais?

### **Sobre sua vida afetiva**

- Para você, o que significa solidão?
- Você sabe o que é racismo?
- Pode me dar um exemplo de como o racismo se manifesta ou como ele pode atingir as pessoas?
- Você acha que você já sofreu racismo?
- Para você, o que é machismo?
- Como é a sua vida amorosa e afetiva hoje? Por que você acha que sua vida afetiva está dessa forma hoje?
- Quando vocês discutiam/brigavam, ele te xingava? Xingava de que? Ele falava algo para te ofender? O que ele falava para te ofender?
- Durante as discussões e agressões, ele se referia a seus traços/ características físicas (seu cabelo, a cor da sua pele, sua boca, sua família etc.)?
- Nos momentos que você sofria a violência, você entendia/percebia que o que você estava sofrendo era violência doméstica?
- O que você fazia, ou fez, para conter/diminuir a violência doméstica sofrida? Pediu ajuda? Você acredita que as atitudes tomadas, evitou que você sofresse agressões mais drásticas?
- Qual tipo de violência você acredita que sofreu?

- Você tem encontrado alguma dificuldade em encontrar alguém para namorar? Por quê?
- Você até conhece alguns homens, começam a sair com eles, e depois? Por que você acredita que não dá certo? (pergunta complementar, a depender da resposta da primeira)
- Na sua opinião, o que você acha como a pior forma de agressão que um homem pode fazer com sua parceira?
- Você procurou ajuda? De quem? Você procurou ajuda/ orientação em algum órgão público? (*Em caso de resposta positiva:*) você acredita que os órgãos públicos ajudaram você a lidar/resolver a situação de violência que você sofreu?
- Se você encontrar alguém para namorar, você pensa/tem vontade em no futuro se casar/ morar junto de novo?
- Você tem medo de sofrer violências doméstica por um parceiro outra vez? (Se sim) por que você pensa isso?
- A violência doméstica mexeu com a sua família? Como/de que forma?

### **História de sua vida**

- Fale um pouco sobre a sua origem familiar
- Como foi na escola?
- Como foi o namoro na adolescência?
- Sua vida profissional;
- Fale de suas experiências sexuais e afetivas;
- Fale dos ex-parceiros;
- De estar só...como é pra você?
- O que gosta de fazer quando está só?
  - Projetos futuros